



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Henry Bill Mc Quade Junior

Educação, Reprodução Social e Ideologia em Lukács

Florianópolis, (SC)

2023

Henry Bill Mc Quade Junior

Educação, Reprodução Social e Ideologia em Lukács

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de
Santa Catarina, para a obtenção do título de Doutor em
Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Laura Torriglia.

Florianópolis, (SC)

2023

Mc Quade Junior, Henry Bill

Educação, Reprodução Social e Ideologia em Lukács / Henry Bill Mc Quade Junior ; orientadora, Patricia Laura Torriglia, 2023.

191 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Ontologia. 3. Complexo da Educação. 4. Reprodução . 5. Ideologia. I. Torriglia, Patricia Laura. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Henry Bill Mc Quade Junior

Educação, Reprodução Social e Ideologia em Lukács

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 9 de março de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Mariana Alves de Andrade, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Alagoas - UFA

Prof.(a) Gisele Masson, Dr.(a)
Instituição Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.(a) Maurício José Siewerdt, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

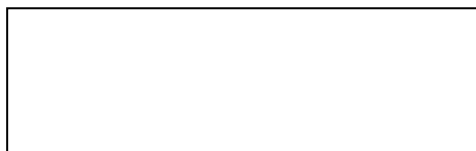
Prof.(a) Célia Regina Vendramini, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Vidalcir Ortigara, Dr.(a)
Instituição Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Educação



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.(a) Patricia Laura Torriglia, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

Para Martí, amigo, companheiro e minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que eu gostaria de agradecer é meu filho, para quem dedico esse trabalho, por todos os aprendizados que desde o momento que eu soube que você viria ao mundo acontecem em minha vida. Sua presença me fez sentir com intensidade e extensão o que é o devir humano.

Eu te amo do tamanho do universo!

Um dia meu filho, sob o céu de estrelas, meu mundo desabou, para cima. Com as lágrimas que vertiam de meus olhos e aliviavam minha alma pensava nas ausências e na presença, nas falhas e acertos, nas imperfeições, nessa incompletude de ser, mas lembrei de seu sorriso, de seu abraço, de nossas brincadeiras e me senti completo. Sou esse movimento constante do devir e, tudo que faço, acertando ou errando, sempre tenho em mente e no coração toda essa humanidade em formação que você representa. O papai faz o máximo que pode, mesmo esse máximo não sendo muito, faço de coração e, nos tropeços, quedas e levantadas tua presença me dá forças para continuar, aprender e tentar novamente, seguindo sendo.

Senti como se eu caísse em direção ao céu estrelado rumo a uma imensidão que eu desconhecia. Mas exatamente nesse mesmo instante eu me senti em casa, na incerteza do que nós somos e do que vamos vir a ser. Percebi que esse aqui é o meu, o nosso mundo. Percebi em mim a força da nossa morada, do universo, do nosso planeta, de nós mesmos, da nossa humanidade em construção. Percebi, também, que na nossa jornada nunca caminhamos só, vou estar sempre ao teu lado e você ao meu.

Mesmo no momento mais solitário as estrelas, os astros, a humanidade, com todas suas contradições, não nos deixam caminhar só.

Já agradeço por ser mãe, companheira e tanta humanidade. Vivemos e somos as contradições que experimentamos e praticamos. Que delícia amarga é viver tudo isso juntos, seguimos com o doce sabor azedo do maracujá.

O amor é um sentimento intenso, dos prazeres e das dores.

Já não perguntava o poeta: se moras na filosofia, pra que rimar amor e dor?

Seguimos rimando a contradição, de ser mais e ser não!

Agradeço imensamente minha mãe e meus pais. A vida me deu um pai biológico e um pai de criação.

Henry, carrego teu nome e alguns traços genéticos, algumas determinações biológicas, mas parece que nessa dualidade de ser natureza e ser social, ganhei a oportunidade de crescer e aprender com um outro ser humano muito especial, o qual me ensinou a amá-lo como pai, amigo, com respeito e admiração.

Ge, você e Dona Ana, são parte de mim e de minha caminhada, são o apoio nas cambaleadas das estradas da vida, são o suporte para levantar, força para continuar, o balsamo para curar e as bases para sonhar. Alcançar mais esse sonho só foi possível por todo suporte e confiança que recebi de vocês, essa é uma conquista coletiva. Nas dificuldades e nas alegrias penso que aprendemos muito.

Tatu e Pri, agradeço pela companhia, por todo carinho, pela parceria nesses momentos finas da escrita como nosso pequeno. Esses pequenos gestos são a expressão da grande pessoa, humana e maravilhosa que você é minha irmã.

Amo muito vocês família.

Mas nossa família é muito mais que nossos laços sanguíneos, biológicos. Na minha família incluo também os amigos e as amigas, companheirada firmeza de lutas, alegrias e tristezas.

Ao longo do doutorado essa família cresceu.

Pat, você é uma mulher de fibra, guerreira, alegre e inspiradora. Agradeço por todo carinho, atenção, ensinamentos, conversas, companheirismo, cobranças, amizade, por tudo que passamos nesse percurso do doutorado e por tudo que ainda iremos viver e lutar, seguimos juntos companheira, hasta la victoria siempre!

Graça Bollmann, agradeço pelo carinho, companheirismo e ensinamentos, sinto falta de nossas conversas.

Agradeço ao todas e todos do GEPOC, nossos encontros de segunda sempre foram o começo de semana mais gostoso e inspirador desse período. Estudos, debates, trocas, ensinamentos, cafezinho etc. e nossos encontros festivos, sempre foram e serão momentos especiais. Aprendi muito com vocês. O GEPOC é uma grande família.

Agradeço a turma de 2018 da TEP, companheiras e companheiros desta longa caminhada. Ana, Bruna, Vinícius e Vanir, saudações companheirada.

Vini, você se tornou um grande amigo, companheiro, parceiro de militância e de trabalho, de tragos, risadas, alegrias e tristezas. Foi muito bom ter encontrado você nessa vida louca de encontros e desencontros. Nossa caminhada está apenas começando.

Agradeço ao camarada André, cujo coração é maior do que ele. E olha que o homem é grande. Todo esse tamanho, essa barba densa, a cara de bravo, são só aparências que guardam

um amigo sensível, carinhoso, de risada farta, generoso, engraçado. Meu amigo, toda força que você me deu, desde acolhida em momentos difíceis, conselhos nos momentos duros, das risadas na descontração, foram fundamentais nessa caminhada. Sua parceria durante a pandemia fez com que um momento tão difícil para todos ficasse mais leve. Eu, você e o Martí, tivemos bons momentos que sempre serão lembrados com carinho, valeu por tudo meu camarada, seguimos fortes na luta.

Agradeço a todas e todos que conheci no PPGE e na UFSC, assim como as companheiras e companheiros de militância na APG que se empenharam na luta em defesa da universidade contra os ataques vilipendiosos que sofremos nos últimos anos. A universidade é e sempre será o resultado dessas lutas, dessa construção social da qual fazemos parte. Construir uma universidade democrática, inclusiva, acessível, aberta, plural, para as trabalhadoras e trabalhadores não é uma batalha fácil, mas travar essa luta junto com vocês foi uma experiência incrível, nas pequenas conquistas e nas derrotas. O sonho dessa estrada rumo a uma outra universidade segue vivo, seguimos lutando!

Agradeço as pessoas que fizeram parte do Grupo de Pesquisa sobre as Questões Urgentes da Universidade, esse pequeno grupo, com um trabalho singelo, mantém viva a vontade coletiva de mudança, de luta e enfrentamento, mesmo que nossas trincheiras tenham sido, por hora, teóricas. Paula, Veni, Danusa, Dudu, Luiz, Marcos, Vini e André, foi muito boa essa experiência coletiva de organização, trabalho e luta, vocês estão e sempre vão estar no meu coração. Venceremos!

Agradeço as professoras e professores do PPGE e do CED, com as quais tive uma relação de aprendizado, respeito e carinho. Há um coletivo muito bom e poderoso nesse espaço da UFSC. Agradeço em especial a Celinha, Luciana, Sandra, Adriana, Eneida, Olinda, Mauro, Astrid, Paulinho, Lucidio, Marcos, Rosalba, Soraya, Andrea, Pat, Mariléia (que é da UDESC mas faz parte da família do PPGE) Patrícia, Ademir, Brunetta, Rosi, Carol, Joana, entre tantas outras que tive o prazer de dividir salas de aula, com grandes aprendizados, espaços colegiados, espaços formativos e de luta, os quais me ajudaram e me ajudam nesse constante processo de vir humano.

Agradeço ao pessoal da secretaria do PPGE, aos que permanecem e aos que já passaram. Soninha, Karine, Alexandre, Renata, Felipe, Matheus entre outras que por ventura tenha esquecido, registro o meu agradecimento pelo trabalho e dedicação de vocês. Vocês são fundamentais para o programa andar.

Agradeço ao pessoal da limpeza, da segurança, do RU, das bibliotecas, as trabalhadoras e trabalhadores, concursados ou contratados que ajudam a universidade funcionar, sem vocês esse organismo universidade não existiria.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa com a concessão da bolsa CAPES/DS, sem a qual esse trabalho seria praticamente impossível de ser realizado, as condições objetivas são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Lutar por condições objetivas de ingresso e permanência na universidade é uma luta contínua, uma batalha que seguiremos travando.

Agradeço aos amigos e amigas de dentro e de fora da universidade. Agradeço a Ana, ao Noronha, ao Lipe, Giba, Amália, Guilherme, Sté, Davi, Laura, Drão (Armani) JG, Ana Lara, Poli, Márcio, Aline, Luara, Luana, Luís, Beto, Bruno, Jari, Carine, Abayomi, Dandara, Dudu, Tâmis, Gui, Pedro, Lenotti, João, Rorca, Locks, Crão, Rodolfo, Breno, Fezinha, Mirian, Samira, Emily, Aline, Thaís, Keile, Rafa, Dady, Higor e tantas outras pessoas que passaram em minha vida e fizeram parte dessa caminhada, estarão sempre em meu coração.

Seguiremos lutando e acreditando em outro mundo possível e necessário!

Voltas da vida

Como são duras as voltas da vida,

Choques de realidade
desencontro marcado

Na chegada e partida
Como são duras as voltas da vida

O ir e vir m o r o s o do novo

O encontro que já anuncia a longa..... despedida

Nas ladeiras escorregadias se perde a passada
Esconde a risada
O desespero

Aperto apertado,
sozinho na multidão,

São berros....
Gritos uivantes.

São montes,
Mote:

O nascer do novo é aceitar a ideia da morte.

Henry Bill Mc Quade Junior

RESUMO

A presente tese é um trabalho proeminentemente teórico, direcionada ao resgate de alguns fundamentos categoriais do ser da educação na intenção de apreender essa práxis social em sua gênese, desenvolvimento e processualidade histórica destacando os traços essenciais desse complexo e sua função social. Busca, na esteira teórico-filosófica do materialismo dialético, a partir da obra *Para uma ontologia do ser social*, de György Lukács, compreender como, com o advento do trabalho enquanto fenômeno originário do ser social, o complexo da educação funda seus alicerces tendo como modelo as categorias peculiarmente sociais colocadas em movimento no pôr teleológico do trabalho, a saber, consciência, linguagem, alternativas, possibilidades, escolhas, divisão do trabalho etc., as quais se tornam fundamentos dos tipos de pores que caracterizam a práxis educativa, isso é, os pores teleológicos secundários voltados a exercer influência sobre a consciência de outros seres humanos, intencionando neles o direcionamento dos pores desejados com o fito essencial de garantir a reprodução da substancialidade social no indivíduo ou grupo. No entanto, nosso objeto na presente tese é exatamente é ir além dessa característica essencial do complexo da educação, apresentando a hipótese de que o complexo educacional, nos tempos de crise socioeconômica, tende a se manifestar ideologicamente. Dessa forma, nosso objetivo geral é identificar como se apresenta a dimensão ideológica da educação nos momentos de crise da sociabilidade capitalista; para isso, definimos alguns objetivos específicos para sustentar nossos pressupostos, a saber: analisar o complexo educacional na sua relação com outros complexos na totalidade social; examinar o movimento da dimensão ideológica no processo histórico; e por último, mas não menos importante, determinar a função ideológica do complexo da educação nas últimas décadas no Brasil.

Palavras-chave: Ontologia; Complexo da Educação; Capitalismo; Reprodução; Ideologia.

ABSTRACT

This thesis is an eminently theoretical work, oriented towards the recovery of some categorical foundations of the *being* of education with the intention of understanding this social praxis in its genesis, development, and historical process, highlighting the essential characteristics of this complex and its social function. It seeks, from the theoretical-philosophical perspective of dialectical materialism, and from the work *Para Uma Ontologia do Ser Social* by György Lukács, how, with the emergence of work as an original phenomenon of social being, the educational complex finds its bases following the model of the social categories set in motion in the purposes (teleology) of work; namely, consciousness, language, alternatives, possibilities, choices, division of labor, etc., which become foundations of the specific purposes that characterize the educational praxis. These are the secondary teleological positions that are foundations for influencing the consciousness of other human beings, thus guiding the direction of desired goals with the focus on guaranteeing the reproduction of social substantiality in individuals or groups. But the objective of this doctoral study is to go beyond this essential characteristic of education, introducing the hypothesis that the educational complex, in times of socioeconomic crisis, tends to manifest itself ideologically. With this, our general objective is to understand how the ideological dimension of education shows itself in moments of crisis in capitalist sociability. To this end, we define some specific objectives: to analyze the educational complex and its relationship with the other complexes of the social totality, to examine the movement of the ideological dimension in the historical process, and, finally, to determine the ideological function of education over the last decades in Brazil.

Keywords: Ontology; Education Complex; Capitalism; Reproduction; Ideology.

RESUMEN

La presente tesis es un trabajo eminentemente teórico, direccionado a la recuperación de algunos fundamentos categoriales del *ser* de la educación con la intención de aprender esa praxis social en su génesis, desarrollo y proceso histórico, destacando las características esenciales de ese complejo y su función social. Busca, desde la perspectiva teórica-filosófica del materialismo dialéctico y a partir de la obra *Para una Ontología del ser social*, de György Lukács, como, con el surgimiento del trabajo como fenómeno originario del ser social, el complejo de la educación funda sus bases teniendo como modelo las categorías sociales colocadas en movimiento en las finalidades (teleología) del trabajo, a saber, la consciencia, lenguaje, alternativas, posibilidades, elecciones, división del trabajo etc., las cuales se tornan fundamentos de las finalidades específicas que caracterizan la praxis educativa. Es decir, las posiciones teleológicas secundarias que están encaminadas a ejercer influencia sobre la conciencia de otros seres humanos, orientando así, la dirección de finalidades deseadas con el objetivo de garantizar la reproducción de la sustancialidad social en los individuos o grupos. Pero, el objetivo del presente estudio doctoral es ir más allá de esa característica esencial de la educación a partir de la hipótesis de que el complejo educacional en tiempos de crisis socioeconómica tiende a manifestarse ideológicamente. Siendo así, nuestro objetivo general es comprender como se presenta la dimensión ideológica de la educación en los momentos de crisis en la sociabilidad capitalista. Para tal fin definimos algunos objetivos específicos: analizar el complejo educacional y su relación con los otros complejos de la totalidad social, examinar el movimiento de la dimensión ideológica en el proceso histórico y, por último, pero no menos importante, determinar la función ideológica de la educación en las últimas décadas en Brasil.

Palabras Claves: Ontología. Complejo de la Educación. Capitalismo. Reproducción. Ideología.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

GEPOC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

TEP - Trabalho, Educação e Política

UNE - União Nacional dos Estudantes

ANPG - Associação Nacional de Pós-Graduandos

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas

LOA - Lei Orçamentária Anual

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

EC-95 - Emenda Constitucional nº95

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Nível Superior

PROUNI – Programa Universidade Para Todo

EaD – Educação à Distância

SUMÁRIO DO TEXTO

INTRODUÇÃO	15
Os fundamentos e o método da pesquisa	20
O momento histórico: movimento do real, do objeto e do sujeito	24
1. O COMPLEXO DE COMPLEXOS.....	37
1.1 O salto e a gênese do e no trabalho.....	43
1.2 O pôr teleológico: complexos específicos e suas especificidades	46
1.3 O complexo de complexos e suas múltipla e intrincadas relações no real.....	57
2. A REPRODUÇÃO	73
2.1 O ser cada vez mais social e suas mediações.....	75
2.2 Reprodução e o complexo da educação	85
2.3 Generalização e formação humana: a complexificação social.....	92
3. IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO	120
3.1 Um conceito em debate: a acepção lukacsiana de ideologia	127
3.2 A educação na miríade social: reprodução e ideologia	166
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma tese doutoral na academia pode parecer uma relação mecânica, científica – epistemologicamente abstrata e sectária -, um pré-requisito formal para obtenção de uma titulação específica enquanto coroação do percurso acadêmico universitário e em algumas circunstâncias até descolada da vida real, ligada estritamente ao formalismo institucional daquilo que conhecemos enquanto instituição de ensino superior e seus requisitos.

Mas os problemas colocados pela pesquisa não são os problemas mesmo da própria vida concreta do sujeito que pesquisa e vive na realidade objetiva? Independente da área de conhecimento escolhida na mutilada e multifacetada ciência burguesa, os objetos a serem conhecidos não são partes, momentos, fragmentos, fenômenos do mundo real? Existe uma relação direta entre o sujeito, o objeto e o entorno no qual se propõe uma pesquisa? A própria universidade atual, não é, senão, produto do desenvolvimento histórico da humanidade, do ser social, de suas instituições e relações materiais e espirituais?

Se respondemos afirmativamente as questões colocadas, então a afirmação inicial, da aparência formal de uma tese doutoral mostra suas entranhas, sua relação transcendente com o corpo do qual faz parte, sua relação relativa com a totalidade do mundo concreto.

Se essas breves digressões apresentam elementos concretos, verdadeiros, logo o presente trabalho não poderia ficar alheio; alhures as transformações objetivas no tempo histórico desde sua proposição – enquanto projeto de doutorado – até o momento em que me sento para escrever as presentes palavras. Tanto a realidade objetiva quanto a experiência subjetiva do doutorando que lhes escreve e da orientadora que nos acompanha neste percurso, ao longo destes quatro anos de vida, sofreu profundas mudanças, tanto na forma, quanto no conteúdo, na qualidade e na quantidade, na universalidade e na singularidade, nas mediações, ou seja, na unidade do diverso na complexidade viva do mundo concreto. Com isso, acompanhando o movimento incessante do real, das transformações constantes na heterogeneidade do mundo objetivo, tanto o pesquisador como seu objeto – a educação – não ficaram isentos nesse processo.

O projeto inicial propunha um estudo da relação entre educação, reprodução e classe social, apresentando categorias *a priori* para apreender o objeto em questão – o complexo da educação nos dias atuais. A princípio, o que nos parecia ser uma proposta amarrada e estruturada, ao longo do curso de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos debates nas disciplinas, nos estudos do grupo de pesquisa, em especial no Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC), nas trocas com colegas, companheiros e companheiras de trabalho e luta (na práxis dentro e fora da universidade), apresentou-se com algumas fragilidades, inclusive metodológicas.

Se partimos do pressuposto de Marx de que “as categorias são formas de ser, determinações da existência” elencar categorias *a priori* pode servir como bússola para futuros estudos, mas no aproximar-se do ser do objeto, da coisa-em-si, do ser-propriadamente- assim da educação percebe-se que é no próprio movimento do objeto de estudo, do partir de um fenômeno, de sua aparência é que mergulhamos para agarrá-lo em suas raízes, em suas mediações e determinações, buscando cada vez mais uma aproximação da essência do fenômeno estudado, dos movimentos, suas relações com a totalidade da vida social, encontrando assim, no movimento real dos seres concretos, as categorias que nos auxiliam na compreensão mais refinada e precisa daquilo que nos propomos a estudar.

Afinal, tanto a aparência como a essência de um fenômeno estão presentes na realidade objetiva, em sua unicidade ontológica, no entanto, para captura-las de uma maneira mais adequada, mais rica em suas múltiplas determinações é necessário buscar a unidade de interação e complexificação do diverso na totalidade histórica do concreto e do próprio objeto, Isto significa, buscar apreender a partir do estudo ontológico dos seres concretos os elementos de continuidade e os de ruptura no devir histórico do ser, capturando-o em suas múltiplas determinações e relações, em sua autonomia relativa e na sua interconexão com outros complexos da vida social.

Tanto a proposta inicial, como o presente trabalho, segue um percurso de estudos, pesquisas e atividades como educador que já venho desenvolvendo desde minha conclusão da graduação em 2007 e, que se aprofundaram com a pesquisa de mestrado realizada entre 2013-2015, com o título *Educação e emancipação: contribuições ontológicas marxistas*, sob orientação da professora doutora Maria da Graça Nóbrega Bollmann no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Nessa pesquisa, buscamos nos aproximar da relação entre educação e emancipação, suas possibilidades e limites na sociabilidade capitalista. Enquanto primeiras aproximações sistematizadas sobre a educação, tomando-a de uma perspectiva ampla, indicamos a educação enquanto uma práxis social, uma mediação entre sujeito e a generidade humana, determinada em última instância pelo trabalho. Uma mediação da mediação, no sentido de fazer a conexão entre a relação do

ser humano e da natureza no processo de reprodução do sujeito a partir do trabalho - enquanto mediação primária – e, da produção e reprodução da sociabilidade genérica, da sociedade – enquanto mediação secundária, essa mais diretamente ligada a formação humana, portanto à educação.

Nesse momento, explicitamos, de acordo com nossas pesquisas e estudos, que a educação por si só não garante a reprodução do ser social e depende de outras mediações em seu processo e no processo de construção da genericidade e do sujeito, assim como a educação por si só não pode produzir a emancipação humana. No entanto, a partir das contradições do próprio processo de formação/educação do ser, apontamos a possibilidade de encontrar nesta práxis social ampla uma das chaves para a emancipação humana. Melhor dizendo, ela pode e não pode ser o elemento emancipador do ser humano e do gênero, isto é, qualquer processo de emancipação não pode prescindir da formação/educação do sujeito para emancipá-lo e emancipar a sociedade do jugo capitalista, mas ela por si só não é capaz de produzir a emancipação, não na qualidade de elemento fundamental da emancipação, apresentando prioridade ontológica enquanto a chave para o processo, mas pode ser apreendida enquanto um dos elementos, uma das chaves para a emancipação humana.

O trabalho de pesquisa do Mestrado nos deu mais perguntas que respostas, abriu caminhos ao invés de concluir rotas, afinal, para onde iremos com a formação/educação que temos hoje e com os caminhos e descaminhos que estamos traçando enquanto sociedade? O que está sendo feito e construído para nossa formação/educação enquanto sujeitos e sociedade? Há alternativas e possibilidades?

Os caminhos abertos nesse estudo e as questões suscitadas por ele, me levaram a buscar um aprofundamento ainda maior e mais refinado sobre a formação/educação, iniciando minha participação nos estudos do GEPOC em 2016 e ingressando no doutorado sob orientação da professora doutora Patricia Laura Torriglia, na linha Trabalho, Educação e Política (TEP) no PPGE da UFSC em 2018.

O objeto de estudo segue sendo uma abordagem da educação em sentido amplo, a qual carrega consigo tanto as manifestações formais da educação como os processos mais amplos da formação humana – das artes a filosofia, da ciência a vida cotidiana -, no ininterrupto devir humano do ser social na especificidade do modo de produção capitalista, processo esse que coloca em movimento uma série de manifestações formativas do sujeito em sua socialidade cada vez mais social, por isso, apreendida por nós como complexo educação, enquanto esfera da realidade social desenvolvida historicamente a partir do trabalho mas estruturada com suas

próprias especificidades, suas categorias e legalidades, dotada de autonomia relativa, interligada a uma miríade de complexos na totalidade do complexo de complexos do ser social.

De acordo com Lukács (2013, p.41),

É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextrincável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente; [...]

Assim, a educação, apreendida em sua amplitude e profundidade é conceitualizada por nós enquanto complexo educação, imbricada pela economia, pela política, pelo direito etc. mas munida, especialmente com a divisão do trabalho e com o desenvolvimento das forças produtivas impulsionadas pelo capital, de especialistas próprios, de legalidade interna e categorias próprias em sua relação relativa na totalidade concreta do mundo objetivo.

Sendo assim, a presente tese de doutorado tem como objeto o complexo educacional e a sua manifestação ideológica nos tempos de crise social e econômica. Traça, para tanto, enquanto objetivo geral identificar como se apresenta a dimensão ideológica da educação nos momentos de crise da sociabilidade capitalista nos últimos anos no Brasil. Para isso, define enquanto objetivos específicos: analisar o complexo educacional, a partir de uma perspectiva ampla, na sua relação com outros complexos no complexo do ser social; examinar o movimento da dimensão ideológica no processo histórico; e, determinar a função ideológica do complexo educação nas últimas décadas no Brasil.

Nosso trabalho se funda a partir da instrumentalização do conceitual lukacsiano apanhado na leitura, estudos e debates da grande *Ontologia* do filósofo húngaro¹. Busca

¹ O presente trabalho toma como base teórico-filosófica a obra *Ontologia do ser social* de György Lukács, utilizando-se para tanto as edições e traduções realizadas pela editora Boitempo, pois foram por meio dessas obras a partir de 2013 que comecei e levei adiante os estudos sobre o autor, mesmo ciente dos problemas e debates realizados por lukacsianos no Brasil depois da tradução realizada pelo Coletivo Veredas. Estamos cientes dos possíveis erros e omissões que essa escolha pode acarretar. No entanto, assumimos a responsabilidade de nossa escolha, pois, seria um trabalho homérico retomar a leitura desde o início nas bases de uma nova tradução fazendo o cotejamento analisando as diferenças e pontos de encontro assim como suas possíveis consequências. Provavelmente será uma atividade futura que poderá ser realizada após a conclusão do doutorado e levada a cabo por toda a vida.

apreendê-los no próprio movimento concreto do complexo da educação na história, em especial no Brasil, destacando sua relação essencial com o trabalho e com a reprodução.

O que de fato é e significa o conceito de educação? As contradições, conflitos e diferentes acepções sobre o termo estão apaziguadas e resolvidas? Qual é a função da educação em nossa sociedade? Onde podemos encontrar a gênese desse processo e no que esse encontro pode nos dizer sobre seu posterior desenvolvimento? O que muda na educação nas sociedades divididas em classes? Qual é o papel da educação, dos educadores e educandos na sociedade subsumida ao capital? Como entender a relação entre o fenômeno e a essência no ser da educação? Por que frequentemente podemos observar disputas políticas em torno da educação? Todas essas questões pairavam sobre nossas cabeças em debates e estudos, mas nossa questão central de pesquisa e nossa problemática nuclear será: o complexo da educação, tão em destaque nesses momentos de crise dos últimos anos no Brasil, é um complexo social que cumpre uma função ideológica específica em nossa sociabilidade?

Assim, o complexo educação é parte importante da produção e reprodução social, é movimento, mediação entre o indivíduo e a sociedade e na apreensão das determinações e movimentos concretos do ser da educação, e no contexto dessa compreensão defendemos a tese que *o complexo educação, além de sua relação com a reprodução social, em especial nos momentos de crise social e econômica, tem uma atuação ideológica destacada, cumprindo uma função prática específica na busca por dirimir os conflitos que emergem na realidade e, na forma histórica da sociedade subsumida ao capital, o complexo da educação, ao cumprir sua função ideológica, é responsável por um direcionamento das escolhas dos sujeitos em uma direção determinada para garantir a reprodução do capital e dos interesses da fração de classe dirigente no poder.*

Em outras palavras, nessa mediação entre o indivíduo e a sociedade, nos momentos em que o complexo da educação tem uma atuação ideológica destacada, há um processo de distanciamento do sujeito de sua genericidade humana – fortalecendo objetivações e alienações reificantes em suas práxis, abreviando o campo de possibilidades de escolhas alternativas dos indivíduos em seu devir humano, reduzindo o movimento tendencial de formação do ser-inteiramente-humano do ser social ao reproduzir a sociabilidade fundada no capital.

Perante o exposto, apresentamos no percurso do texto da tese, pressupostos que procuram apreender as categorias reprodução e ideologia no movimento concreto do complexo educação, de sua gênese a partir do trabalho, de sua manifestação e importância no complexo da reprodução e, sua função ideológica em momentos específicos. Melhor dizendo,

como explicitado, na socialidade determinada pelo capital, em momentos de crise a ação ideológica do complexo educação é responsável pela orientação e condução das escolhas dos sujeitos em uma determinada direção, subsumida ao capital, sendo que essa função específica acaba por conduzir os sujeitos para um campo de decisões alternativas individuais e coletivas limitadas e abreviadoras da tendência de formação integral da personalidade inteiramente-humana do sujeito e da sociedade, da emancipação humana.

Os fundamentos e o método da pesquisa

Como indicamos, o percurso dos estudos anteriores desponta um fio condutor e apesar do objeto permanecer o mesmo, o complexo educação, o movimento do real nos mostrou rotas e caminhos alternativos para compreendê-lo, em sua totalidade e processualidade, de modo mais preciso, abstraindo do movimento concreto pontos de apoio categoriais que brotam das determinações objetivas, apreendendo generalizações possíveis de conceitualização em uma, cada vez mais próxima, porém relativa, aproximação do objeto estudado. Segundo Lukács, em entrevista concedida em 1966 a Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz,

[...] quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais ilimitado - seja extensiva, seja intensivamente - é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo *que mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo*. (LUKÁCS, 2014, p. 29. Grifo no original).

Essa complexidade que constitui e faz parte dos objetos de estudo, percorreu um caminho, as vezes sinuoso e irregular, do movimento no complexo de complexos do real buscando destacar as interrelações, interferências e interdependência de outras esferas do real com a educação.

Como nos alerta Lukács (2013, p.84)

Para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese dessas interações complicadíssimas e intrincadíssimas, tanto no momento da gênese quanto no seu ulterior desenvolvimento, devemos ter presente antes de tudo que, sempre que tenha a ver com autênticas transformações do ser, o contexto total do complexo em questão é primário em relação a seus elementos. Estes só podem ser compreendidos a partir de sua interação no interior daquele complexo do ser, ao passo que seria um esforço inútil querer reconstruir intelectualmente o próprio complexo do ser a partir de seus elementos.

E mais adiante, em sua exposição afirma,

Assim sendo, até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto nos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações (idem, p. 162).

Dito isso, nossa intenção não está focada em pesquisar os elementos específicos e internos do complexo educação, como suas alterações legais, as políticas educacionais, as questões de currículo e didática etc., aliás, tópicos importantíssimos e que fazem parte constitutiva do ser assim da educação. Mas, o interesse neste estudo é o de problematizar o movimento do complexo educação em seus aspectos mais gerais na totalidade histórica do mundo, tento as suas mudanças internas sim, mas relacionando-as com as transformações e movimentos de outros complexos que fazem parte da totalidade do ser social na intenção de uma aproximação cada vez mais razoável da essência do fenômeno estudado apoiado nas categorias apreendidas no próprio movimento concreto.

Isso é, nas ciências humanas, diferentemente das ciências exatas, o objeto último de nossos estudos é o próprio ser humano, cuja apreensão é sempre mais complexa por se tratar de sujeitos em movimento, movidos por escolhas entre alternativas e possibilidades, com um grau de incerteza ampliado e cujo laboratório é a própria vida cotidiana. Dessa forma, os conceitos e categorias, apreendidos no próprio movimento do real nos servem, enquanto pesquisadores, como se fossem um telescópio que ajuda no estudo dos astros, um microscópio que ajuda nos estudos e pesquisas das células, dos vírus, dos átomos etc., dos computadores que auxiliam nos cálculos e modelagens e assim por diante. Claro que a matemática, as estatísticas, entre outros instrumentos das ciências exatas também auxiliam as pesquisas na área das ciências humanas, e muitas vezes complementam análises qualitativas fundamentais.

Assim, nosso esforço vai exatamente no sentido de encontrar as categorias no próprio movimento do real para lançar mão de instrumentos para futuras pesquisas na área da educação, um trabalho eminentemente teórico, com o fito de resgatar categorias na esteira do marxismo e encontrá-las no âmbito dos estudos no campo da educação, proporcionando assim uma ampliação no campo de possibilidades na apreensão dos fenômenos do complexo da educação na intrincada gama de complexos do mundo objetivo.

De acordo com Lukács (2013, p. 458)

[...] só a gênese pode expor as formas ontologicamente concretas, as tendências dos movimentos, as estruturas etc. de uma determinada espécie de ser em seu ser-

propriamente-assim concreto e, por essa via, avançar até suas legalidades específicas, ao passo que tomar como ponto de partida aquilo que já está pronto, que já está desenvolvido ou até completo em sua espécie facilmente pode levar a examinar e confrontar, não mais espécies particulares do ser, mas os seus tipos conceitualmente generalizados.

E o autor alerta, mais adiante em sua argumentação, sobre a relação de essência e fenômeno, que “na realidade social, os limites entre essência e fenômeno muitas vezes se tornam fluidos, que as diferenças realmente existentes só podem ser constatadas com alguma precisão *a posteriori*, com o auxílio de análises conceituais, científicas (LUKÁCS, 2013, p. 492)”. Com isso, acreditamos que partir dos fenômenos do mundo concreto, difere metodologicamente de procedimentos de análises específicas sobre determinado fenômeno em si, pois as perguntas são contemporâneas, os fenômenos são contemporâneos, mas a compreensão do mesmo não pode se dar somente no em-si da coisa, nos “seus tipos conceitualmente generalizados”, no desvendar isolado do particular, Lukács nos dirá que, ao contrário, “[...] *os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo complexo*”, (2014, p. 28. Grifo no original). Isto significa, que na busca das medições, dos processos históricos de formação do objeto, da captura da coisa-em-si, em sua processualidade e historicidade na dinâmica dialética do concreto será “[...] como um complexo de complexos” (idem. P. 28).

Assim sendo, a presente pesquisa nasce a partir das questões contemporâneas colocadas no campo da educação brasileira com a consolidação do avanço vertiginoso do neoliberalismo no campo econômico e de uma extrema direita no plano político, os quais buscam impor um modelo de sociabilidade dependente, desigual e combinado em prol do processo de valorização do valor em um momento de crise profunda de acumulação do capital. Tal projeto de sociedade utiliza-se, para tanto, de estratégias, táticas e práticas de alto teor manipulatório fincado em suas bases econômicas e nos alicerces legais do Estado de Direito burguês, o qual propõe, tanto intensiva quanto extensivamente, reformas profundas, sejam trabalhistas, previdenciárias, de financiamento, educacionais etc. atingindo amplas camadas da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, aprofundando a desigualdade, o desemprego, a precarização e as expropriações das mais diversas matizes.

No caso brasileiro podemos indicar, enquanto ponto de inflexão desta ofensiva, o golpe jurídico-institucional-midiático de 2016, onde o avanço se torna mais incisivo, mas, seus princípios podem ser estendidos aos fins de 1980 e início de 1990 com o exemplo do Consenso de Washington e o processo de redemocratização “lenta, gradual e segura” de fins da década de 1980 do século passado. No campo da educação este processo também se inicia

em meados da década de 1990 com as derrotas dos movimentos de organização de educadores com a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (a qual hoje parece uma colcha de retalhos maltrapilha e maltratada), cujo substituto Darcy ignora, em boa medida, a contribuição dos educadores organizados desde 1980. Mas, o momento de maior intensidade destes ataques ao campo educacional se materializa após o golpe de 2016 e, se intensifica e aprofunda, com o governo Bolsonaro a partir de 2019. Nesta escalada de ataques podemos destacar a Reforma do ensino médio, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Emenda Constitucional nº95 (EC-95), o sucateamento e desmonte da Universidade Pública e da pesquisa científica – no âmbito federal, estadual e municipal, o novo Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, a financeirização da educação, além de uma série de outros ataques ao campo educacional.

A partir da materialidade dada na realidade objetiva, tanto econômica, quanto política e social – nacional e internacionalmente – no campo específico da educação, propomos, auxiliados pelo instrumental categorial lukacsiano, em especial em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, em um exercício abstrativo-teórico-filosófico, aprofundar a compreensão e apreensão aproximativa da realidade contemporânea da educação.

Isto é, apoiados na proposta do autor de compreender a realidade enquanto “um complexo de complexos” partir de uma aproximação do complexo educação, de suas determinações materiais, suas relações necessárias com outros complexos da realidade social e suas mediações internas e externas, contribuindo assim para a ampliação do debate e do conhecimento do campo de possibilidades e os limites determinados pelo momento histórico atual no campo educacional.

Ou seja, partimos da efervescência da vida cotidiana, da processualidade do real, recortando a educação enquanto nosso objeto de estudo – o complexo educação -, propondo assim um caminho de abstração, apoiados nas categorias determinadas pelo próprio movimento do real, a saber: reprodução e ideologia; uma aproximação do ser da educação na especificidade da forma capitalista. Como nosso objeto, assim como toda a realidade objetiva, está em pleno movimento posto na e pondo a história, no processo de objetivação heterogêneo das práxis humanas, nosso movimento categorial de apropriação deve respeitar o movimento do real, na dialética do concreto, nos seus movimentos de avanços e retrocessos, de continuidades e rupturas, de sua essência e sua aparência, suas determinações etc.

Isto significa, entre outras questões, desvelar a aparência do ser da educação em seu movimento processual histórico por meio do concreto pensado, enquanto ponto de chegada, no retorno abstrativo categorial do exercício ontológico-filosófico crítico, chegando ao ponto de partida com uma riqueza de determinações e possibilidades ampliadas no enfrentamento das questões e problemas de nossa sociabilidade na forma específica do capital.

O momento histórico: movimento do real, do objeto e do sujeito

A partir do antedito, consideramos importante contextualizar o momento histórico social em que se insere a educação. Entendemos que essa breve recuperação dos acontecimentos nos permite, mostrar, como o estudo surge da problematização do presente atual e o processo pelo qual emergem as categorias reprodução e ideologia, que são eixos deste estudo. Elas – as categorias, como pontos de apoio do conhecimento -, se tornam importantes pois trazem em seu foro interno constitutivo os fundamentos que ajudam a melhor compreender o próprio movimento do complexo educacional na sociabilidade atual.

Neste momento da exposição não teremos a oportunidade e espaço para mostrar detalhadamente como se dão as interações e interrelações para apreensão categorial do complexo educação, movimento que será detalhado nos capítulos seguintes da presente pesquisa, nos limitando, à guisa de introdução, a apenas destacar momentos importantes que julgamos decisivos para nossos objetivos e intenções nesse trabalho.

Os anos de 2016 e de 2018 são momentos importantes em minha trajetória acadêmica pois são marcos de minha aproximação mais definitiva com a UFSC, mas ao mesmo tempo são dois momentos críticos e problemáticos para a vida política econômica, cultural em geral da sociedade brasileira e do mundo e marcantes também no campo da educação, em especial no Brasil.

No dia 17 de abril de 2016 entrava de forma definitiva na cena nacional brasileira uma nova forma de destituição de governos democraticamente eleitos dentro da lógica da democracia representativa burguesa, isto é, as antigas formas de golpe de Estado, observadas principalmente na América Latina ao longo do século XX, com militares e tanques nas ruas, com grande repressão, violência, censura, perseguições das mais diferentes matizes, fechamento do congresso, etc., foram substituídas por uma forma mais suave de golpe – mas ainda assim golpe – que começaram a ser implementadas a partir dos idos dos anos 2000 em boa parte dos países latino americanos nos quais figuras políticas com alguma coloração

progressista, mais atentos a demandas populares nacionais e regionais, eram substituídos por figuras mais diretamente alinhadas aos interesses do capital e de suas frações de classe dominante com a sua proposta tacanha de um neoliberalismo mais agressivo como resposta à crise de 2008².

A primeira experiência desta nova forma de intervenção pôde ser observada em 2009 com a deposição de Manuel Zelaya do governo de Honduras, seguido pela deposição de Fernando Lugo do Paraguai em 2012 e, em 2016 foi a vez da então presidenta Dilma Rousseff no Brasil³.

Esse movimento político de intervenção e controle das economias periféricas se consolida como um primeiro passo para colocar em prática um projeto político-econômico mais ousado em escala global – movimento que se iniciou com o Consenso de Washington para a América Latina a partir de 1990 mas que se radicaliza nessa nova fase - realinhando os Estados nacionais de acordo com as novas regras e demandas do novo entendimento e pacto entre as elites mundiais para tentar salvar o capitalismo e seus mecanismos de funcionamento dentro da lógica neoliberal, cuja nova forma de atuação demanda um controle mais direto sobre as políticas econômicas, trabalhistas, fiscais, sobre as privatizações e avanço da mercantilização da vida na totalidade de suas esferas, ou seja, processo contínuo de transformar áreas até então ainda não subsumidas totalmente ao controle do capital enquanto locus de valorização do valor, como educação, saúde, previdência, flexibilização dos direitos trabalhistas (as economias de plataforma são um bom exemplo desse movimento), etc., além de reorientar o Estado, retirando quase que completamente sua capacidade de financiamento

² A crise financeira que inicia com a quebra de empresas gigantes do mercado imobiliário Norte Americano – em especial a Lehman Brothers e Merrill Lynch -, com a negociação dos *Subprimes* e derivativos de crédito (operação financeira criada em finais da década de 1970 e início da década de 1980 para salvar a crise que já se desenhava ao longo de 1970, com a crise do petróleo, e a crise da dívida dos países latino-americanos pós choque dos juros dos Estados Unidos da América, entre outras), rapidamente se alastrou para todo o mercado financeiro mundial, para seu ciclo de pagamentos e valorização e para outras áreas da economia, mostrando a insustentabilidade da especulação financeira na criação de valor, desmascarando a criação de um capital fictício sem fundamento de valor e sustentado por títulos – tanto privados quanto públicos – ‘podres’ de dívidas sobre dívidas, constantemente negociados e renegociados nos mercados de ações, colocando em cheque o neoliberalismo financeiro colocado em prática a partir de 1970 com a reengenharia financeira dos derivativos e securitizações, cobrando assim a necessidade de uma reorganização e de uma repactuação das classes dirigentes mundiais para uma reformulação de um neoliberalismo mais agressivo e de cunho nacionalista, tendo na intervenção do Estado um dos seus pilares fundamentais para assegurar a continuidade desse sistema fictício/virtual de valorização. Notemos que tanto o caráter nacionalista e de intervenção do Estado são contraditórios com a própria essência do neoliberalismo globalizante e liberalizante, mas as frações de classe dominante pouco se preocupam com as contradições em termos, seu principal interesse é a manutenção da expansão e aumento de suas riquezas *pari passu* à expansão e aumento da pobreza e da exploração enquanto consequências diretas do aumento da desigualdade.

³ Essa nova modalidade de golpe pôde ainda ser observado em 2019 na Bolívia de Evo Morales além das tentativas frustradas na Argentina de Cristina Kirchner e no Equador de Rafael Correa.

de áreas sociais para direcionar grande parte de seus recursos para o setor financeiro, basicamente via dívida pública, enquanto elo fundamental para o financiamento da aventura financeira fictícia e suas constantes crises. Como são políticas econômico-sociais impopulares, pois retiram grande parte do guarda-chuva legal de proteção do Estado conquistado por meio de longas lutas históricas da classe trabalhadora, tal atuação demanda uma postura mais autoritária por parte dos agentes do Estado, tanto na área da política econômica como na da segurança pública, pois a insatisfação da classe trabalhadora cresce e com ela aumenta a tensão da luta de classes e a intensidade dos protestos ao redor do mundo.

No mundo o ano de 2016 também foi de grandes reviravoltas.

Na Europa, como efeito das crises migratórias, escassez de emprego fruto da crise profunda do capitalismo global e disputas comerciais e políticas regionais, o Brexit – saída do Reino Unido da União Europeia⁴ – ganha força com o plebiscito realizado em 23 de junho de 2016, quando 51,9% da população decidiu pela saída do bloco europeu.

Na América do Norte, as eleições estadunidenses apresentam ao mundo a figura do aventureiro de extrema direita, bilionário de muitas bravatas, Donald Trump, que surpreendentemente vence o pleito das eleições realizadas em 2016 de forma inesperada.

Esses dois fenômenos globais, além de trazer novas peças para as disputas internacionais e nas correlações de força globais – um Reino Unido se distanciando da Comunidade Europeia por questões de cunho nacionalista e um governo nos Estados Unidos da América chefiado por um aventureiro nacionalista (*make america great again* – foi seu principal slogan de campanha), também apresentou ao mundo a força manipulatória das mídias sociais e das grandes empresas de *big data*⁵.

No caso do Brasil, em especial, esse movimento do golpe de 2016 colocou em marcha um projeto arrojado de reestruturação da sociedade brasileira em várias esferas, desde a reordenação política das forças hegemônicas, da reorganização fiscal do Estado e de sua

⁴ A União Europeia que tem suas raízes na Comunidade Europeia do carvão e do Aço (CECA) criada em 1951 com o Tratado de Paris logo após a segunda guerra mundial, enquanto resposta para reestruturação industrial e econômica da região; toma forma de uma União econômica com o Tratado de Maastricht assinado em 1992 e define sua forma atual com o Tratado de Lisboa de 2007 enquanto Comunidade Europeia, fortalecendo a região enquanto contrapeso da hegemonia norte-americana no cenário global e em especial na região. O Reino Unido fazia parte do bloco desde 1973.

⁵ Basta recordar o escândalo da Cambridge Analytica – presidida por Esteve Bannon, principal assessor de campanha de Trump - e a relação pornográfica com o Facebook, tanto nos casos do Brexit – a Cambridge Analytica foi contratada pelo principal grupo que defendia a saída da Comunidade Europeia - como da própria eleição norte-americana de 2016 contaram com atuações dessa companhia.

capacidade de financiamento⁶, da reforma trabalhista de 2017 e a repactuação das relações entre capital e trabalho, da reforma da previdência de 2019 e a expansão do capital definitiva para essa área com o fortalecimento da previdência privada e aumento no tempo de trabalho para a aposentadoria, entre outras mudanças que vão dando forma e conteúdo para essa nova fase de expansão capitalista na região.

Na área da educação, a reforma do ensino médio, cuja primeira manifestação se consolida com a Medida Provisória N° 746 de 22 de setembro de 2016 e que se torna Lei N° 13.415 em 16 de fevereiro de 2017 e estabelece as diretrizes do Novo Ensino Médio caracteriza o tom que será dado a área nesse novo momento no Brasil. É também no ano de 2016 que aparece com mais força o movimento Escola sem Partido, que teve no projeto de lei apresentado em junho do mesmo ano – enquanto PLS 196/2016 – uma proposta de limitar a atuação de professores no intuito de impedir a promoção de suas crenças ideológicas e partidárias dentro das salas de aulas e coibir a incitação de participação dos estudantes em manifestações e protestos populares.

Vale notar que a reforma do ensino médio foi estabelecida, enquanto projeto, no Plano Nacional de Educação cuja formulação contou com profundos e extensos debates na área e com a sociedade civil e foi concretizado em Lei N° 13.005 em 25 de junho de 2014, mas, a forma e o conteúdo que irá receber entre 2016 e 2017 está muito mais ligada com o novo momento de reordenação política, econômica e cultural do país do que com os anseios e desejos estabelecidos nas intenções e metas do Plano Nacional de Educação estabelecidos em 2014. Além disso, as bases e projeções do financiamento da educação no Plano serão duramente afetadas com as mudanças em curso, tendo a Emenda Constitucional 95 como principal limitador.

Temos que destacar também que o debate sobre ideologia, principalmente na educação e nos protestos populares – como por exemplo as manifestações de 2013 nas quais se cobrava nos atos de rua uma participação sem partido – é uma estratégia das frações da classe dominante de impor uma ideologia única, a qual aparentemente se apresenta como isenta de ideologia ou visão de mundo, neutra, mas que por essa razão mesma se configura como uma ideologia muito peculiar e de caráter manipulatório típico dessa nova fase capitalista. Não à

⁶ A PEC 241 com o texto enviado em 15/06/2016 para a Plenária da Câmara dos deputados federais pelo poder executivo na figura de Henrique de Campos Meirelles, então Ministro da Fazenda do governo Temer e, Dyogo Henrique de Oliveira, então ministro do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, também do governo Temer, na intenção de alterar o “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal”, que mais tarde em 15 de dezembro de 2016 se tornará a Emenda Constitucional 95 é um exemplo caricato desse novo movimento.

toa, no Brasil, a figura fantasiosa do ‘mito’ volta a cena política; com a descredibilização da ciência e avanço do irracionalismo acadêmico e religioso.

Na esteira desta profunda reestruturação e reorganização na sociedade brasileira, o ano de 2018 ainda guardava algumas surpresas amargas.

A crise econômica dos anos anteriores, mesmo com todas as reformas realizadas, com as mudanças políticas – o golpe -, a reestruturação fiscal, a reforma trabalhista, não alcançou os efeitos proclamados, a tão propalada retomada do crescimento do emprego e da economia não aconteceu e, o ano de 2018 era um ano de eleições presidenciais e legislativas no Brasil. Na sanha golpista e como consequência das desventuras lavajatistas, somadas as novas formas de atuações manipulatórias via mídias sociais, o pleito eleitoral brasileiro foi decidido em favor do oportunista, reacionário e conservador, ex-militar reformado de extrema direita Jair Messias Bolsonaro, o qual venceu o então candidato do Partido do Trabalhadores, o professor Fernando Haddad com 55,13% dos votos válidos contra 44,87% do votos válidos do petista. Não é equivocado pensar que a vitória de um capitão reformado do exército contra um professor já sinalizava o que estaria por vir para a sociedade como um todo e em especial para a educação.

É também no final do ano de 2018, que é homologado, em 14 de dezembro, o texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), centrado nos eixos da cidadania e do preparo para o mundo do trabalho e, tendo como fundamento básico a ideia de desenvolvimento das competências, inspiradas no Relatório Delors⁷ de 1996, que o documento ganha seus contornos finais. Vale notar que, assim como no caso da aprovação do Novo Ensino Médio, a BNCC é um documento oriundo de um longo processo de debates para sua formulação, mas que a forma e o conteúdo do documento carregam também as marcas do tumultuado e contraditório percurso político dos últimos anos no Brasil pós golpe.

O ano de 2018 era exatamente meu primeiro ano do doutorado, cursando as disciplinas, iniciando minha caminhada nos estudos e na pesquisa e com a feliz notícia, mas de grande responsabilidade, de me tornar pai ao final do ano. Um ano cheio de aprendizados em várias frentes, de muitas alegrias, lutas e decepções.

Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, formado por ministros de capacidade e competência questionáveis, a condução política mostrou para a sociedade para

⁷ Documento elaborado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO -siga em inglês) intitulado *Educação um tesouro a descobrir*, de 1996, produzido por um grupo de especialistas em educação de diferentes países chefiados por Jacques Delors.

que veio e definiu seus principais alvos de ataque, a saber, a classe trabalhadora e a educação, em especial a Universidade.

Foi um ano especificamente complicado para a educação, em especial nas universidades e institutos federais. A realidade da redução orçamentária observada desde 2015, tendo a cada ano desde então uma redução significativa no orçamento das universidades e institutos federais – além do valor das bolsas de mestrado e doutorado que não tem reajuste desde 2013, praticamente 10 anos com o mesmo valor corroído pela inflação, o que significa o valor das bolsas tem basicamente 50% do poder de compra de 2013 – teve em 2019 um duro golpe desferido pelo governo. Chamado pelo governo de contingenciamento, os cortes na área da educação, da educação básica à superior, além dos cortes das áreas de desenvolvimento da ciência e tecnologia – cortes que afetaram diretamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, com isso as pesquisas nas Universidades públicas nacionais – afetaram profundamente o funcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão em todo território nacional.

No caso das universidades, o bloqueio de quase 30% do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para execução da pasta nas universidades e institutos federais – inicialmente previstos, segundo o então ministro da educação Abraham Weintraub, às universidades que estavam realizando ‘balburdia’ (casos da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade Nacional de Brasília, nas palavras do próprio ministro) -, foi estendido para todas universidades e institutos federais afetando diretamente o funcionamento dessas instituições.

Os bloqueios se destinaram basicamente as verbas discricionárias, não obrigatórias, afetando a verba de custeio, a qual afeta diretamente a manutenção das instituições, como luz, água, limpeza, segurança, alimentação, entre outras e as verbas de investimento, como construção de prédios, reformas, construção de laboratórios, entre outros, sendo as verbas liberadas a conta gotas, em parcelas que acabavam por prejudicar o fluxo de caixa e pagamentos das federais, no caso em especial da UFSC, o funcionamento do Restaurante Universitário ficou ameaçado e boa parte dos funcionários terceirizados da limpeza dos campos foram cortados e os que permaneceram ficaram sobrecarregados.

Essa política de cortes na educação provocou uma grande insatisfação tanto nas pessoas diretamente ligadas ao setor, como estudantes, servidores técnicos e administrativos e professores, como em outros setores da sociedade civil, incentivando a organização dos primeiros grandes protestos contra o governo Bolsonaro. A União Nacional dos Estudantes

(UNE), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e alguns sindicatos, chamaram um grande ato em defesa da educação e contra a reforma da previdência para o dia 15 de maio, que ficou conhecido como o 15M, contando com mobilizações em mais de 200 cidades brasileira e com uma grande quantidade de pessoas nas ruas – as organizações responsáveis pela organização dos atos apontaram para a participação de mais de 1 milhão e meio de pessoas no total nos atos em território nacional.

As manifestações geraram desconforto no governo e provocaram as mais diversas reações. O presidente, que estava na ocasião em uma viagem a Dallas nos Estados Unidos da América, chamou os manifestantes de “idiotas úteis” e “imbecis”. As respostas do governo e as reações típicas de um chefe de governo autoritário e a não solução da situação, além do desastroso lançamento no dia 16 de julho do Projeto Institutos e universidades empreendedoras e inovadoras: Future-se, assim como com o avanço das figuras de interventores nos cargos de reitores das universidades e institutos federais, os quais não eram escolhidos segundo as eleições realizadas nos conselhos universitários nas instituições com a escolha do reitor mais votado da lista tríplice⁸ - respeitando assim a autonomia universitária - enviada para a escolha do presidente. No caso do governo Bolsonaro a escolha se pautava na busca pelo candidato mais alinhado ao governo, deslegitimando a escolha da comunidade acadêmica e passando por cima da democracia universitária, levaram a mais atos de rua, organizados e realizados nos dias 30 de maio, 14 de junho, 13 de agosto, além de mobilizações nacionais entre os dias 2 e 3 de outubro.

O impacto na UFSC, devido a possibilidade do fechamento do Restaurante Universitário, além das faltas de verbas para as despesas de funcionamento e manutenção, assim como com a presença e continuidade dos debates sobre a minuta do Projeto Future-se, desencadearam uma organização massiva, resultando em uma Assembleia Geral no dia 02 de setembro de 2019 de todas as categorias que compõem a universidade, com mais de 2 mil pessoas presentes no Centro de Cultura e Eventos, além das pessoas do lado de fora que acompanhavam a transmissão ao vivo dos debates, decidiram, após longos debates, por aclamação de ampla maioria, pela deflagração de uma greve geral na universidade. No dia 05

⁸ A estrutura e determinações sobre a escolha do Reitor e Vice-Reitor remontam as diretrizes estabelecidas para o ensino superior no país na Lei 5.540/1968, mais especificamente no Art. 16, §1º, a qual versa sobre a indicação de seis nomes (3 reitores e 3 vice-reitores, por isso lista tríplice) escolhidos pelos respectivos colegiados das instituições e remetidos para a escolha do Presidente da República. Em que pese que tal Lei foi promulgada durante a Ditadura Militar de 1964-1985, a permanência de algumas diretrizes, como no caso da lista tríplice, é uma afronta ao princípio da Autonomia Universitária, fundamento estabelecido, principalmente com a Reforma de Córdoba de 1919 em grande parte dos países latino-americanos, é, ainda em pleno século XXI, desrespeitada pela permanência nefasta de Leis do período da Ditadura.

de setembro, os estudantes do PPGE da UFSC, em Assembleia, também decidiram pela deflagração de greve a partir do dia 9 de setembro. Na sequência, a Associação de Pós-graduação da UFSC (APG-UFSC), em uma grande Assembleia, com mais de 500 pessoas reunidas no Centro de Convivência, também decidiu, por aclamação da grande maioria, por aderir à greve por tempo indeterminado. A greve contou com uma série de atividades autogestionadas por estudantes e professores, dentro e fora da universidade, com debates, aulas sobre conjuntura, aulas abertas à comunidade e aos estudantes e trabalhadores da universidade, atividades como o ‘Ciência na Praça’ – onde professores e estudantes apresentavam à comunidade, na rua, nas praças, suas pesquisas, trabalhos e estudos, criando uma maior proximidade entre a universidade e a comunidade.

As principais demandas do movimento estudantil eram: a restituição do orçamento cortado pelo governo; uma revisão da Lei Orçamentária de 2020 para a educação; o arquivamento do Future-se; o reajuste retroativo de bolsas de mestrado e doutorado, na época defasados em 6 anos; aumento da oferta de bolsas de mestrado e doutorado e reposição das bolsas cortadas, assim como a garantia da manutenção das bolsas vigentes; arquivamento da reforma da previdência; revogação da Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos; etc.

As demandas eram ousadas, amplas, pois a situação geral da educação era preocupante, assim como era também problemática a situação da classe trabalhadora em geral, com altos índices de desemprego e retirada constante de direitos.

Como resultado das diversas manifestações pelo país, assim como com a pressão de diferentes setores da sociedade civil e de algumas figuras políticas, o orçamento da educação foi reposto de forma integral – mas não evitou os prejuízos e desgastes gerados por toda situação – a reforma da previdência foi sancionada e a redução orçamentária para a educação não foi alterada para 2020 e os interventores continuavam atuando em algumas reitorias nas universidades e institutos do país. Enquanto saldo positivo das manifestações, podemos apontar para um crescimento da articulação e organização dos estudantes em território nacional, com transbordamentos em âmbito regional e internacional – articulações de estudantes e organizações com as lutas na América Latina, por exemplo.

Ou seja, uma maior conscientização sobre a situação da educação em geral, com os debates e manifestações ocorridas em todo país e, na UFSC em particular, um saldo de uma grande articulação e organização entre os diferentes setores da universidade, assim como uma maior participação e preocupação com a situação da instituição no geral por parte dos estudantes. Houve um crescimento considerável de estudantes que se aproximaram de suas

entidades representativas para somar forças em defesa da universidade pública e da educação no país. O movimento de greve na universidade também despertou o interesse e a curiosidade dos estudantes em aprofundar estudos sobre a própria universidade, suas origens, movimentos e desenvolvimentos históricos, sua função social, as possibilidades e limites dentro do contexto atual da sociabilidade capitalista e de ataques sistematizados contra a educação etc., sendo criado, em 2019, de forma autônoma por estudantes, um grupo de estudos dentro da universidade sobre as questões urgentes da própria universidade, grupo autogestionado por estudantes que contou com o apoio do GEPOC e, como resultado dos estudos, debates e discussões realizadas pelo grupo de estudos, foi lançado um Ebook em 2021 intitulado *Questões urgentes da universidade* pela Editora Coletivo Veredas, de autoria coletiva, na intenção de socializar os trabalhos realizados por estudantes do grupo reunidos em uma coletânea de artigos sobre diferentes temas candentes de nossa universidade, pensando caminhos, rotas e alternativas para fortalecer a luta e organização das e dos trabalhadores para as lutas que se avizinhavam.

Neste contexto de luta pela educação, além da continuidade dos estudos, da pesquisa e das disciplinas, no ano de 2019, participei enquanto representante estudantil no colegiado do PPGE, me aproximei da APG-UFSC, integrando a chapa Assum Preto eleita para a gestão 2019-21 e ocupei as cadeiras de representante estudantil na Câmara de Pós-Graduação e no Conselho Universitário até fevereiro de 2021, locais onde pude me aproximar e conhecer mais de perto o funcionamento da instituição, assim como compreender melhor os debates e lutas políticas e ideológicas que entrecortam a universidade e a educação e os rumos escolhidos dentro das possibilidades determinadas pelo contexto histórico.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia mundial do Novo Corona Vírus, a pandemia de SARS-COVID 2, a qual balançou e ainda deixa estremecida as estruturas econômicas, políticas e sociais em todo o mundo e, afetando de modo contundente também a educação. A situação de quarentena global, de suspensão de grande parte das atividades econômicas, educacionais, culturais, em geral, trouxe à tona uma série de novas situações. O trabalho remoto, as atividades pedagógicas remotas – alguns defendiam o conceito de ‘ensino remoto’ – as reuniões remotas, as ruas vazias e as pessoas confinadas em suas casas na incerteza dos futuros acontecimentos, o uso generalizado de máscaras, entre outras, marcaram o início de 2020.

As manifestações e mobilizações de rua, instrumento histórico de luta da classe trabalhadora foram duramente afetados, prevalecendo o silêncio das ruas vazias e, com isso, o caminho aberto para a marcha fúnebre das políticas neoliberais.

A economia mundial sofreu um duro golpe – já cambaleava desnorтеada com a crise profunda de 1970 que permanecia latente e se alastrava em 2008 – e, com o advento da pandemia foi às cordas. Os políticos no mundo, nos limites dos Estados nacionais e nas Organizações Internacionais, se debatiam e contorcionavam para encontrar soluções que se esvaíam com os novos ventos, conclamavam os Estados a se endividarem cada vez mais para garantir a manutenção do sistema do capital – principalmente via recursos para diversas áreas econômicas, auxílio financeiros para as famílias, investimentos para a pesquisa de vacinas, etc., ao invés de discutir saídas alternativas sérias e possíveis para atual crise e para superação desse sistema desumano. As grandes empresas de tecnologia da informação, as Big Datas, startups de mídias sociais e de economias de plataforma, os grandes conglomerados financeiros da educação que atuam na educação à distância, nadavam de braçada na maré turbulenta, no contraciclo de queda geral dos índices econômicos, apresentavam altas taxas de crescimento e valorização nas ações.

A necessidade de busca por uma vacina para conter o avanço do vírus e da pandemia reforçava a importância de investimentos nas áreas de ciência e tecnologia, assim como da importância de um sistema público de saúde, áreas como saúde e educação ganhavam atenção de destaque neste novo momento do mundo. No caso brasileiro o descaso dos anos anteriores quanto ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, com a redução de investimentos na área, principalmente de investimentos nas universidades públicas – grandes responsáveis pelo desenvolvimento científico no país -, escancarou a fragilidade de um país dependente científica e tecnologicamente das economias centrais, além de reascender o debate sobre a necessidade de maiores investimentos na pesquisa, um debate sobre a importância da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão.

As universidades criaram suas formas de enfrentar essa nova situação. No caso da UFSC foi criado um Comitê para o enfrentamento da COVID, com a Portaria Normativa nº 360/2020/GR em maio do mesmo ano, dispondo sobre a constituição e funcionamento do Comitê de Combate à Pandemia de COVID-19, desenvolvendo uma ferramenta institucional para propor, coordenar e executar ações no acompanhamento da pandemia bem como sobre o restabelecimento e funcionamento da universidade durante e após a pandemia. Esse comitê teve sua estrutura definida com um funcionamento associado de um comitê assessor e 5

(cinco) subcomitês, a saber, um Subcomitê Científico, um Subcomitê de Comunicação; um Subcomitê de Infraestrutura e Administração; um Subcomitê Acadêmico; e, um Subcomitê de Assistência Estudantil. Como integrante da APG-UFSC, participei do Subcomitê Acadêmico, tendo a oportunidade de acompanhar e contribuir com os debates nessa área, além de acompanhar e participar de perto, no Conselho Universitário e, junto as/os companheiras da APG, o andamento dos outros subcomitês, apreendendo como se deram as decisões tomadas no âmbito do Conselho.

Os debates sobre os caminhos que deveríamos tomar enquanto universidade reascendiam velhas disputas e anseios dos interesses de classe que entrecortam a universidade, desde debates privatistas – com posicionamentos que flertavam com o Projeto Future-se, o surgimento de posições elitistas – sem preocupação com o acesso e permanência das e dos trabalhadores na universidade defendendo abertamente uma universidade apenas para uma classe privilegiada, assim como o surgimento de sectarismos das diferentes áreas do conhecimento, bem como o claro delineamento dos grupos de poder e suas articulações para colocar na pauta seus interesses e favorecer suas posições nas decisões no âmbito do Conselho Universitário e dos subcomitês saltavam aos olhos. Participar desses espaços forneceu elementos fundamentais para compreender que os debates sobre a educação, sobre o ensino, a pesquisa, a extensão etc., dentro da própria universidade, transcendem e muito a barreira de questões puramente educacionais. As diferentes visões de mundo e suas respectivas ideologias utilizadas para enfrentar e dirimir os conflitos fenomênicos da vida cotidiana apresentavam posturas e alternativas de escolhas, dentro das possibilidades do momento histórico específico, completamente diferentes, mesmo sendo o mesmo objeto para todos – a universidade e a educação – as propostas de caminhos (de estradas) à trilhar eram diametralmente opostas.

Os trabalhos e debates do Comitê resultaram na Resolução Normativa N°140/2020/CUN, aprovada após calorosos debates no Conselho Universitário em 21 de julho de 2020, estabelecendo o retorno das atividades pedagógicas não presenciais na universidade de acordo com o Calendário Suplementar Excepcional disposto na resolução, sendo as atividades retomadas em meados do mês de agosto de 2020.

Nas escolas da rede estadual e municipal de Santa Catarina, assim como nas instituições privadas de ensino, as aulas foram suspensas em meados de março de 2020 e retomadas de maneira remota em abril do mesmo ano. A retomada apressada e sem o devido levantamento das condições objetivas de grande parte dos/das estudantes da rede resultou em

um cenário de grandes dificuldades para os filhos e filhas da classe trabalhadora no acompanhamento das atividades remotas – dificuldades de acesso à internet, computadores etc. -, altos índices de evasão escolar, grande defasagem na aprendizagem, entre outras. As decisões políticas tomadas nos âmbitos das secretarias de educação, dos governos estaduais e municipais, distantes da realidade de grande parte da população e, com a pressão de alguns setores da sociedade civil organizados para o retorno das atividades remotas de ensino, causou um quiproquó na educação. É verdade que o posicionamento do governo federal, cuja postura teimava em negar a gravidade da pandemia e cobrava a retomada das atividades em geral em prol da economia, não favorecia um debate mais cuidadoso e inclusivo sobre como proceder no retorno das atividades em geral, muito menos no que diz respeito à educação. O próprio governo federal não criou um Comitê nacional de combate à COVID, deixou as decisões serem tomadas entre a trupe de tresloucados ministros, os quais queriam “passar a boiada” dos interesses inescrupulosos de uma parcela da classe dominante, indiferente com a população, com o meio ambiente, com os problemas sanitários, educacionais etc., apenas interessados em engordar o bolso de alguns poucos que se beneficiavam com a condução da política do governo federal.

Em meio a pandemia, os debates no campo da educação reanimaram os defensores do movimento Escola Sem Partido, os defensores do *homeschooling*, defensores da educação enquanto serviço essencial para o retorno presencial das atividades educativas, os ataques as universidades e institutos federais, assim como reacenderam debates sobre a privatização do ensino superior público, dos vouchers para educação etc. A educação voltava a ganhar destaque no cenário nacional. O contexto da pandemia acelerou, tanto intensiva quanto extensivamente, os ataques à educação, abriu possibilidades de reanimar antigos interesses privatistas para a educação, assim como precarizou de maneira bastante acelerada o trabalho docente e a qualidade do ensino por meio da modalidade remota.

Mas qual educação é defendida por esses movimentos? O que significa a educação ser um serviço essencial? O que é o *homeschooling*? Por que as universidades e institutos federais são alvos de constantes ataques? O que significa a privatização do ensino superior? O que são os vouchers para educação? Por que a educação voltou a ter destaque no cenário nacional? Por que a educação se tornou alvo de ataques do governo federal? O que é educação?

Cada pergunta dessa poderia ser objeto específico de um estudo. No entanto, nossa intenção não é responder essas perguntas, mas sim tê-las em mente enquanto pano de fundo do cotidiano social para nos aproximar cada vez mais do fenômeno educação em suas

diversas manifestações particulares, em suas diversas relações com outras esferas da vida social, de sua essência e função prática na realidade objetiva, captando-as por meio de um instrumental categorial apreendido nas determinações do mundo concreto, das formas de ser do complexo educação na totalidade histórica de complexos da realidade social com o auxílio da abstração ontológica crítica.

Após esta breve contextualização do objeto, o percurso do trabalho será o seguinte. na introdução buscamos contextualizar e problematizar o objeto de estudo e, ao reencontrá-lo no movimento histórico concreto objetivo-subjetivo, apresentar nossa tese e as bases das quais partimos para defender as abstrações propostas e no primeiro capítulo, denominado *O complexo de complexos*, nossa intenção é apresentar, com base no entendimento lukacsiano, o surgimento do complexo de complexos a partir do trabalho, destacando as especificidades e autonomias relativas na intrincada e complicadíssima miríade de imbricações de complexos na realidade concreta do ser social

No segundo capítulo, *Reprodução e complexificação social: o complexo educação*, seguindo a linha de pensamento da exposição de Lukács em sua *Ontologia*, explicitamos como no processo de vir a ser cada vez mais social da socialidade humana e no desenvolvimento dos complexos sociais, se dão as relações e determinações das mediações primárias e secundárias no movimento de complexificação social rastreando a gênese e a função da educação nesse processo.

Ideologia e educação, no terceiro capítulo da tese, articulamos, a partir da compreensão de ideologia em Lukács, grosso modo, enquanto tomada de consciência para o enfrentamento prático dos conflitos da realidade objetiva, com a educação enquanto mediação de extremos pressupostos, assim como sua relação com as contradições oriundas deste movimento. E no quarto e último capítulo, *Considerações Finais*, traçamos, a título de conclusão a partir dos resultados provisórios obtidos, algumas considerações finais sobre o caminho percorrido e como nos reencontramos com o complexo educação depois da jornada proposta.

1. O COMPLEXO DE COMPLEXOS

Na introdução apresentamos, brevemente, alguns pontos importantes para nos aproximar mais de nosso objeto, nos cercando de elementos concretos e teóricos para seguir na exposição dos resultados, ainda que provisórios, de nossa pesquisa. No presente capítulo, na intenção de lançar as bases e preparar o solo sobre o qual iremos construir nossos argumentos realizaremos uma rápida retomada, a partir da obra *Para uma Ontologia do Ser Social* de Lukács, do processo histórico de formação do ser social, em sua complexidade e processualidade, a partir do trabalho, apanhando os elementos nesse movimento que julgamos ser fundamentais para alcançar nossos objetivos na pesquisa.

Como nosso foco é apreender a educação enquanto complexo, com a peculiaridade de ser um pôr teleológico secundário⁹, socioteleológico, interessa resgatar as características fundamentais desse complexo, e qual a importância da teleologia na constituição do ser social. Considerar este aspecto é uma condição *sine qua non* para nossas futuras indicações das relações do complexo educação com a reprodução e com a ideologia.

Para realizar a exposição sobre essa categoria - complexo de educação -, torna-se importante realizar uma sumária contextualização dessa densa obra do filósofo húngaro assim como justificar a escolha dela para a presente pesquisa. Para tal fim, utilizaremos como base um texto de Nicolas Tertulian, originalmente publicado como introdução à edição italiana dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* em 1990.¹⁰

A grande Ontologia de Lukács, obra inacabada, interrompida precocemente pelo falecimento de seu autor em 1971, é parte de um projeto mais amplo de Lukács para a retomada do marxismo em finais do século XX sem as distorções stalinistas e dos socialistas-democratas da Segunda Internacional (marxismo vulgar). Seu projeto inicial era a construção de uma *Ética* marxista, mas nos estudos e primeiros trabalhos dessa empreitada o filósofo húngaro percebeu a necessidade de uma introdução, um alicerce que desse sustentação a uma teoria do gênero humano, seu projeto maior, na construção de sua *Ética*.

De acordo com Nicolas Tertulian,

⁹ Mais adiante explicaremos o significado deste pôr teleológico secundário.

¹⁰ Esta obra foi traduzida para o português por Ivo Tonet e revisado por Maria Orlanda Pinassi, para a revista *Crítica marxista* em 1996 e republicado como posfácio na edição Brasileira dos *Prolegômenos* da Boitempo de 2010, obra na qual nos referenciamos para utilização do texto de Tertulian.

Nesse projeto, a Ontologia do ser social aparecia como um prelúdio necessário de uma *Ética*. Até os últimos momentos de vida, o filósofo alimentou a esperança de realizá-lo, isto é, de dar uma sequência lógica a sua *Ontologia*, sequência que deveria ser constituída pela *Ética*, como testemunha uma carta de 30 de dezembro de 1970, endereçada a Ernest Bloch (Apud. LUKÁCS, 2010, p. 384).

Essa introdução um trabalho com cerca de 1400 páginas, inacabada, se transformou em testamento filosófico do autor, com estrutura e autonomia próprias, com incontestes contribuições para o marxismo e, para a retomada da densidade e substancialidade do pensamento de Marx. No século XX, marcado por duas Grandes Guerras, avanço do imperialismo, ascensão soviética, Guerra Fria e pelo avanço do irracionalismo e da manipulação, Lukács buscava dar uma nova força para as bases teóricas da emancipação, na construção de uma generidade autenticamente humana, livre das amarras impostas pela sociabilidade dominada pelo capital, por meio de uma densa elaboração filosófico-teórica sobre a generidade-em-si e suas possibilidades e caminhos para a realização da generidade-para-si. Na intenção de marcar terreno e determinar seus principais adversários, Lukács em sua *Ontologia* define, de forma objetiva, aqueles que seriam seus principais alvos no embate filosófico, ainda segundo Tertulian,

O filósofo apresenta aí, pela primeira vez num contexto sistemático, a crítica ao neopositivismo, voltada, por exemplo, para alguns dos escritos de Carnap ou ao *Tractatus lógico-philosophicus* de Wittgenstein. O neopositivismo, lhe aparece como o avalista filosófico do reino da manipulação. Pode-se até afirmar que o fato de se voltar para a ontologia constitui, para ele, uma enérgica reação contra certa hegemonia do neopositivismo no cenário filosófico: diante das tentativas de homogeneização cada vez mais explícita da vida social, submetida aos imperativos do cálculo e da quantificação, a ontologia do ser social pretende dar destaque à heterogeneidade e à diferenciação extremas do tecido social, opondo uma negação clara ao confisco do indivíduo e à manipulação (Apud. LUKÁCS, 2010, p. 387).

Ainda de acordo com Tertulian, a virada ontológica de Lukács se dá diante de uma dupla reação,

Diante do neopositivismo – que tendia a reduzir a realidade à sua compreensão cognitiva, àquilo que nela é mensurável e redutível a termos lógicos, enquanto se libertava dos problemas ontológicos atribuindo-os à esfera da ‘metafísica’ – ele pretendia reestabelecer a autonomia ontológica do real, sua totalidade intensiva e a sua irredutibilidade à pura manipulação [...] Por outro lado, a tendência do marxismo dogmático em privilegiar a categoria da necessidade, tornando hipertrófico seu papel na história, leva Lukács a refletir a fundo sobre as categorias modais (possibilidade, necessidade, casualidade) e a reexaminar criticamente os próprios fundamentos do pensamento de Marx¹¹.

Assim, perante esse reexame crítico e da demarcação de seus principais adversários, em um debate, de fundo ontológico, sobre as categorias modais da filosofia e da práxis

¹¹ Idem., p. 391-2.

humana – teleologia, causalidade, necessidade, possibilidade, casualidade etc. – o filósofo húngaro reestabelece o caráter processual e histórico do ser e das categorias, da heterogeneidade do real e da negação de qualquer reminiscência teleológica finalística da história, apresentando o processo contínuo do devir social da socialidade humana com um futuro sempre em aberto.

Mais uma vez, Tertulian nos ajuda a acessar esse denso debate, ao apresentar que

Na tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa seus objetivos e a realidade indelimitável das cadeias causais, Lukács vê o *principium movens* do ato do trabalho.

Fixando no ‘pôr teleológico’ a célula geradora (*Urphänomen*, o ‘fenômeno originário’) da vida social e na proliferação das ‘posições teleológicas’ o seu conteúdo dinâmico, Lukács torna impossível a confusão entre a vida da natureza e a vida da sociedade: a primeira é dominada pela causalidade espontânea, não teleológica por definição, enquanto a segunda é constituída através dos atos finalísticos dos indivíduos. Mas a conexão indissolúvel entre finalismo e causalidade lhe permite demonstrar tanto o caráter de irredutibilidade do mundo dos valores, que é produto da consciência ‘ponente’ (os fins nunca são apenas epifenômenos da causalidade natural) como o necessário enraizamento dos valores na rede de cadeias causais, objetivas e subjetivas. Desse modo, sua ontologia do ser social tem como fundamento uma teoria dialética da gênese dos valores. O ato de pôr fins, cuja origem está nas necessidades incessantemente renovadas e extremamente diversificadas dos indivíduos, somente pode ser dissociado das efetivas determinações do real (incluídas as possibilidades e as latências) ‘com o risco do falimento’ (uma expressão de Marx – *bei Strafe des Untergangs* – que volta continuamente, como um *leitmotiv*, na pena de Lukács). Daí resulta, que as posições teleológicas são duplamente condicionadas: autocondicionadas pela consciência que põe, que age impulsionada pelas necessidades e projetos individuais, e heterocondicionadas pelas determinações objetivas do real. Como é óbvio os dois aspectos estão inextrincavelmente interligados. Por outro lado, Lukács distingue pelo menos dois tipos de posições teleológicas: aquelas que têm por objeto a natureza em si, ou seja, aquelas que asseguram o intercâmbio orgânico entre sociedade e a natureza (cujo exemplo é a satisfação das necessidades econômicas) e aquelas que têm como objeto a consciência dos outros, isto é, aquelas que tentam influenciar e modelar o comportamento (é a área das relações intersubjetivas por excelência que culmina na ética)¹²

Alguns pontos são importantes nessa passagem e merecem nossa atenção. O primeiro que podemos destacar é o fato de apresentar o pôr teleológico do trabalho enquanto *principium movens*, como um complexo que coloca em movimento uma vasta gama de atividades propriamente humanas que vão dar forma e conteúdo ao salto ontológico na diferenciação do ser social das outras esferas de ser – da esfera inorgânica e da esfera orgânica. Não é um debate sobre hierarquia temporal de atividades, de quem vem primeiro, mas a demarcação de um tipo específico de atividade que coloca em marcha uma série de outros processos – como a linguagem, a consciência etc. – delimitando a atividade finalística,

¹² Idem., p. 394-5.

por meio da prévia ideação, enquanto momento predominante para a estruturação e constituição de uma nova forma de ser, o ser social.

Esse movimento não está circunscrito em um recorte temporal, em um período determinado, é um processo histórico longo na evolução das espécies que marca uma forma qualitativamente diferente de ser e de reprodução na interação com o meio. É o que Lukács indica enquanto constituição do gênero-não-mais-mudo, o qual supera a adaptação passiva ao meio, na reprodução do mesmo, para uma nova forma de ser e de organização da matéria que reage e dá respostas no processo de interação com a natureza de uma forma diferente, a qual impulsiona essa nova forma de ser para a produção incessante do novo, em uma adaptação ativa na produção e reprodução do gênero, superando e incorporado o mutismo em um movimento, denominado por Marx, de “recuo da barreiras naturais”. Vale notar que é um recuo, não uma separação ou superação absoluta do mundo natural, pois tanto a esfera do inorgânico como as necessidades do mundo orgânico continuam presentes e incorporadas nessa nova forma de ser – alimentação e reprodução são dois exemplos dessa permanência e da impossibilidade de uma ruptura definitiva.

Outro ponto importante, presente nessa passagem citada, que merece nossa atenção, é que Tertulian marca a concepção do conceito de valor utilizado por Lukács – na esteira dos objetivos do filósofo húngaro de construção de uma Ética – e que por vezes é confundido e mal interpretado enquanto desvio da acepção de Marx do conceito de valor utilizado pelo autor na obra *O capital*. Lukács era um profundo estudioso das obras do filósofo alemão, tinha pleno conhecimento do emprego do termo no escopo *d'O capital*, mas como sua finalidade, na construção da Ontologia era a culminância de uma Ética, rastreando e resgatando as principais contribuições de Marx e do marxismo, toda construção de sua obra se funda em uma abstração razoável sobre a constituição ontológica do gênero-em-si e suas possibilidades para a construção do gênero-para-si, buscando no ato fundante, o pôr teleológico, não apenas a gênese do ser-em-si, mas como o movimento e processo de formação desse ser que responde ao mundo com o qual interage, funda, por meio de escolhas entre alternativas colocadas na práxis humana e social, a verdadeira ideia de liberdade humana, enquanto campo de possibilidades para a ação individual e coletiva.

Disso deriva a constituição social de um complexo de complexos, na qual a atividade individual do pôr, que homogeneiza, por meio da consciência – na relação entre sujeito e objeto – as cadeias causais naturais na atividade finalística e coloca em movimento as transformações no mundo objetivo, autocondicionadas pela consciência que se objetiva no

mundo real, e heterocondicionada pela heterogeneidade do real e dos sujeitos, em uma miríade de ‘pôres’ que constituem a realidade social. Nisto reside uma das principais teses presentes na Ontologia, a relação dialética entre teleologia e causalidade, a qual, na esfera do ser social, é marcada por processos sociais que, segundo Tertulian, são postos em movimento “[...]exclusivamente através dos atos teleológicos dos indivíduos, mas a totalização desses atos numa resultante final tem um caráter eminentemente casual, privado de qualquer caráter finalístico (idem, ibidem, p. 398)”. Aqui chegamos à constatação, já indicada anteriormente, de que “*os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo complexo*” e que o primado ontológico da totalidade é fundamental na apreensão dos fenômenos sociais, enquanto momento predominante.

Quanto mais o ser social vai se desenvolvendo, quanto mais social se torna a socialidade humana, outro tipo de pôr teleológico aparece na realidade social, o pôr teleológico secundário, exatamente aquele tipo de pôr que não tem como finalidade a transformação direta da natureza e das cadeias causais naturais, mas sim um tipo de atividade finalística que tem pôr fim a transformação da consciência de outros sujeitos, na busca por influenciar e modelar o comportamento e as respostas dos indivíduos numa direção específica e pré-estabelecida, os pores socioteleológicos do qual falamos anteriormente.

É exatamente nesse momento, nesse tipo específico de pôr do ser social que podemos encontrar traços da gênese do complexo educação, da educação/formação humana, no processo de vir a ser humano do ser social em sua cada vez mais desenvolvida socialidade, tornando necessário e fundamental os diferentes processos de formação dos sujeitos para a vida em sociedade, segundo Lukács (2013, p. 150), “ O surgimento progressivo, desigual e contraditório desses pores teleológicos é um resultado do desenvolvimento social.” A questão da ética, da formação dos valores nesse movimento de constituição do sujeito, tão caras a Lukács na construção de sua Ontologia, inclusive enquanto finalidade posta no processo de trabalho intelectual do autor, é por nós recuperada para debater a gênese da educação, na intenção de apresentar o complexo da educação enquanto elemento fundamental, o qual tem importante participação nesse movimento ético de formação dos sujeitos e, conseqüentemente, indica caminhos, alternativas e possibilidades para as futuras escolhas realizadas pelos indivíduos formados nas específicas e determinadas formações históricas humanas; segundo Lukács (2010, p. 130)

Precisamente o fato de que, nas fases iniciais do desenvolvimento humano, o recuo das barreiras naturais se encontra num grau muito inicial reforça na consciência dos

homens um caráter estático-estável de sua própria constituição. De fato, quando a vida cotidiana é regulada por antigas tradições, costumes etc., a resposta do homem ao 'porquê' das reações que lhes são prescritas, ao mundo que o rodeia, deve necessariamente conter, com grande preponderância, um apelo ao passado: o exemplo das experiências acumuladas, tornadas tradicionais, transforma-se necessariamente em fio condutor das decisões entre alternativas atuais, no interior e por meio de cujas realizações o homem em formação (vem a ser educado) para tornar-se um membro efetivo e próprio da sociedade humana.

Esse movimento destacado por Lukács, a de uma consciência estática e estável, vai desenvolvendo também, dimensões diferenciadas de apropriação que permitem, gradualmente, a ampliação da memória, esta última torna-se fundamental para a retenção de fatos realizados, construção de instrumentos e melhoria deles, apropriação de alguns comportamentos a partir de certa estabilidade que favorece a relação entre os sujeitos. Esse processo de conhecimento que traz consigo um grau de educação nos permite talvez perguntar, educar é ou não um processo ético? E, qual é o sentido e a direção na qual estamos formando os seres humanos em uma sociedade subsumida ao capital?

Pensamos que aqui reside a oportunidade de justificar a escolha de utilizar a Ontologia enquanto obra fundamental em nossa pesquisa sobre a educação, pois como nos alerta Tertulian no final de sua exposição, a obra

Para uma ontologia do ser social, no seu conjunto, ainda permanece uma obra insuficientemente explorada e analisada na multiplicidade das suas ramificações: um imenso bloco errático numa paisagem filosófica dominada por movimentos de ideias mais conformistas e pouco sensíveis aos grandes questionamentos ontológicos (Apud. Lukács, 2010, p. 402).

E é exatamente, por entender que uma das ramificações da Ontologia pode nos auxiliar a compreender o complexo educação, é que resgatamos suas principais ideias e sua metodologia, no rastreio da possibilidade de apreendê-las na especificidade do processo formativo humano, para nos aproximar cada vez mais da apreensão do fenômeno educativo nos dias atuais, isto é, uma postura distante de qualquer conformismo, mas, sim, sensível aos grandes questionamentos ontológicos, os quais podem – ao buscar compreender o ser da educação – nos auxiliar, enquanto humanidade, na pavimentação de novas possibilidades, de caminhos alternativos para a emancipação humana.

Assim, de acordo com Lukács (2014, p. 34),

Por enquanto, limito-me a concluir que apresentar a questão ontológica não simplifica artificialmente o problema; oferece, ao contrário, uma base científico-filosófica para compreender o processo em sua complexidade e racionalidade. Por 'racionalidade' devemos sempre compreender uma racionalidade sob a forma 'se... então'. De tal modo, a ontologia pode superar problemas que a divisão do trabalho nas várias disciplinas tornou insolúvel.

Sobre essa questão da necessidade “se...então”, aqui apenas indicada por Lukács, novamente recorremos a Tertulian para nos ajudar a esclarecer esse denso debate, segundo o filósofo romeno, nos diz que em Lukács, a necessidade “se...então”,

Muito mais que onipresente e transcendente, a necessidade sempre aparece como funcional às determinações do real e exprime as conexões que daí derivam: mudando as premissas (que podem apresentar-se de maneira imprevista e ‘casual’ num determinado contexto), mudamos também o curso dos fenômenos. A racionalidade dos fatos não pode ser estabelecida a não ser *post festum*, e toda tentativa de fazê-los entrar em modelos preestabelecidos (a partir de um esquema *a priori* da racionalidade) só pode terminar em fracasso (Apud. LUKÁCS, 2010, p. 390).

Para não naufragar em águas tão turbulentas e agitadas e com isso terminar em fracasso, seguiremos nosso caminho para indicar que *se* apreendemos o complexo educação a partir do pôr teleológico do trabalho, *então* podemos compreender a forma dessa práxis social, para que mais adiante possamos delimitar seu conteúdo. De acordo com Lukács, na sequência de sua argumentação quanto ao surgimento progressivo, desigual e contraditório dos pores teleológicos, nos indica que,

Por isso, não se pode fazer derivar por dedução conceitual as formas novas a partir das originárias, as formas complexas a partir da simples. Não apenas o seu concreto modo fenomênico que está condicionado social e historicamente, também suas formas gerais e sua essência estão ligadas a determinados estágios de desenvolvimento do desenvolvimento social [...] Aqui, só poderemos fazer a tentativa – com as reservas indicadas – de mostrar como, apesar de toda a complexificação da estrutura, apesar de todas as contraposições qualitativas presentes no objeto e, em consequência, no fim e no meio do pôr teleológico, as determinações decisivas surgem geneticamente do processo de trabalho e como este último, mesmo sublinhando a diferença, que pode converter-se em contradição – pode servir, também na questão da liberdade, como modelo para a práxis social (LUKÁCS, 2013, p. 150).

Após essa breve e sumarizada exposição do contexto da obra e da justificativa de sua utilização na presente pesquisa, pensamos ser possível seguir com a exposição das principais ideias, seguindo as pistas apanhadas na Ontologia de Lukács, sobre o complexo de complexos do ser social fundado no trabalho.

1.1 O salto e a gênese do e no trabalho

O mundo natural, pensando nos processos e movimentos típicos da gênese dessa esfera da realidade, se ergue sobre as bases do inorgânico e do orgânico. Tendo em mente as

possíveis explicações científicas sobre os processos das evoluções das espécies, a esfera orgânica se estrutura a partir de interações e complexificações das matérias inorgânicas, desencadeado séries causais, provavelmente desencadeadas por acasos, as quais colocam em marcha movimentos de transformações substâncias na realidade, provocando mudanças qualitativas, rupturas marcantes, nas formas existentes de ser, de organizações diferenciadas da matéria que tipificam um salto para uma outra forma, qualitativamente superior, de ser.

Esse processo é resultado da interação e complexificação, tanto intensiva quanto extensivamente, da matéria em movimento no mundo real, o qual engloba tanto o mundo natural, inorgânico e orgânico, quanto o social, mas o surgimento de novas formas de ser, qualitativamente superiores de organização da matéria são, necessariamente, resultados de longos e contraditórios processos de evolução, de saltos e retrocessos, não linear, da superação por incorporação, da identidade da identidade e não identidade na formação dos seres sobre as bases materiais, insuprimíveis e indissolúveis, da totalidade objetiva do mundo concreto.

Em outros termos, dos processos de complexificação da esfera inorgânica, acontece um salto, não marcado temporalmente e encontrado num momento específico do desenvolvimento dessa esfera do ser, mas sim delimitado abstratamente, por meio de uma abstração razoável e do desenvolvimento da ciência, a partir da análise de formas mais desenvolvidas de ser, as quais possibilitam a projeção dos movimentos de superação por incorporação no surgimento de novas formas de organização da matéria, de novos complexos e novas categorias, portanto de ser: o ser orgânico.

Esta nova forma de ser, o qual tem por base insuprimível a esfera inorgânica, na processualidade de seu desenvolvimento, em sua complexificação intensiva e extensiva, produz a possibilidade do surgimento de novos complexos e categorias materializados em uma nova forma de ser, em mais um salto, dando origem os ser social, o qual, também como no caso da esfera orgânica, toma como base tanto a esfera inorgânica como orgânica, também de forma insuprimível. Segundo Lukács (2013, p. 42-3)

Nesse sentido, as tendências das diversas espécies de ser, também por nós já pesquisadas, podem trazer uma contribuição metodológica bem determinada. A ciência atual já começa a identificar os vestígios da gênese do orgânico e nos diz que, em determinadas circunstâncias (ar, pressão atmosférica etc.) podem nascer complexos extremamente primitivos, nos quais já estão contidas em germe as características fundamentais do organismo. [...] Além do mais, a teoria do desenvolvimento dos organismos nos mostra como gradualmente, de modo bastante contraditório, com muitos becos sem saída, as categorias específicas da reprodução orgânica alcançam a supremacia nos organismos. [...] o caminho da evolução

maximiza o domínio das categorias da esfera da vida sobre aquelas que baseiam sua existência e eficácia na esfera inferior do ser.

No que se refere ao ser social, esse papel é assumido pela vida orgânica (e por seu intermédio, naturalmente, o mundo inorgânico). Em outros contextos já expusemos essa direção de desenvolvimento do social, daquilo que Marx chamou de “afastamento da barreira natural”. Entretanto, nesse ponto está excluído de antemão o recurso experimental às passagens da vida predominantemente orgânica à socialidade. É exatamente a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* [aqui e agora] social desse estágio de transição. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual, a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento.

Aqui, além de reforçar mais detalhadamente o processo por nós indicado anteriormente dos saltos, Lukács também apresenta importantes questões sobre o movimento do ser e das categorias, ou seja, tanto um quanto o outro são marcados por suas determinações concretas em suas especificidades e, que, as alterações no ser provocam, necessariamente, mudanças em suas categorias determinantes, de forma substancial, elevando junto a nova forma de ser, categorias que lhes são específicas.

Esse movimento, apresentado pelo autor, reforça a afirmação marxiana de que “as categorias são formas de ser, determinações da existência”, mostrando a materialidade das categorias apreendidas intelectualmente por meio de abstrações, as quais captam os traços essenciais e generalizáveis de formas específicas do ser e as qualificam, sempre de maneira aproximativa, segundo o grau objetivo de seu desenvolvimento processual. Apresenta também, que, em cada nível, cada esfera de ser, os traços essenciais que o marcam são elementos de continuidade na mudança, na incorporação das esferas inferiores de ser para formas mais desenvolvidas, dotadas de características próprias, de categorias específicas, as quais determinam a possibilidade de generalização típica de uma determinada esfera de ser, de sua diferenciação, das tendências de seu desenvolvimento, assim como, as permanências na superação de uma esfera a outra por meio da incorporação. E é, exatamente o conhecimento *post festum* o responsável por produzir suposições admissíveis que o trabalho pode ser apreendido enquanto elo de continuidade e ruptura entre o ser social e sua base natural, orgânica e inorgânica.

Enquanto elo de permanência está o fato, insuperável, da necessidade biológica da reprodução por meio do metabolismo com a natureza e, o elemento de ruptura se constitui exatamente pela forma específica com a qual o ser social realiza esse metabolismo com a natureza. Diferentemente da adaptação passiva, determinada biologicamente nos seres

inferiores da esfera orgânica, o ser social tem uma peculiaridade que o diferencia na forma como resolve o problema da necessidade da reprodução, sua adaptação é ativa, resultado de sua autoatividade, respondendo as determinações biológicas de maneira diferenciada, transformando, tanto a natureza como a si próprio no processo de reprodução.

De acordo com Lukács (2013, p. 43) “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade.” Assim, o trabalho aparece como categoria fundamental na transição do ser meramente biológico para o ser social, enquanto complexo categorial que coloca em movimento, na interrelação entre ser e natureza, uma vasta gama de categorias que são específicas dessa nova forma de ser, o remetendo sempre para além de sua autoatividade no movimento contínuo de desenvolvimento e processualidade, sempre cada vez mais social de sua socialidade. Ainda segundo Lukács (Idem, p.44) “No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; [...]”. Vamos desenvolver sobre estas questões no próximo item.

1.2 O pôr teleológico: complexos específicos e suas especificidades

O pôr teleológico do trabalho objetiva na realidade a coagulação da autoatividade dessa nova forma de ser, assim como carrega consigo uma vasta gama de complexos específicos que ganham forte impulso com a atividade específica do trabalho.

A atividade do pôr pressupõe a prévia ideação daquilo que será executado, um conhecimento prévio, mesmo que rudimentar, sobre as propriedades do objeto a ser transformado pela atividade do trabalho, delimitando a finalidade e os meios para consecução de seus objetivos, assim como o autocontrole do sujeito para a execução do fim proposto. Aqui vale aquela célebre passagem do capítulo 5 d’*O capital* de Marx (2017, p. 255)

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de

subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais.

Tais características dessa atividade específica do ser social, no trabalho, são partes dos complexos colocados em movimento por meio do pôr teleológico, enquanto categoria ontológica central do trabalho e, desta forma, o coloca como modelo de toda práxis social. Para nossos objetivos na pesquisa, entender as características fundamentais, os traços essenciais da atividade modelo da práxis social, pode nos ajudar a entender elementos constitutivos do complexo educação, rastreando sua gênese e buscando os traços ontológicos essenciais desse complexo social.

Lukács (2013, p.47) nos adverte que

[...] não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade, precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender outros pores socioteleológicos, já que quanto ao ser, ele é sua forma originária.

Dessa forma, os traços gerais que pretendemos capturar nessa exposição do pôr teleológico do trabalho podem nos indicar relações muito profundas e extensas da atividade do trabalho como o surgimento (a gênese) do conhecimento – na relação sujeito-objeto na captura da natureza na consciência; da generalização – no processo de formação da linguagem, de conceitos e da socialização dos conhecimentos obtidos na atividade do pôr do fim; da ciência – no movimento de adequação dos meios ao fim proposto; assim como da educação, enquanto germes do processo de formação dos sujeitos para a atividade laboral e para a sociedade nas quais estão inseridos.

Aqui podemos apenas indicar de maneira breve e sumarizada essa vasta gama de complexos que são impulsionadas pelo trabalho; mais adiante poderemos ver como cada um desses movimentos pode ser apresentado de uma forma mais precisa e detalhada. Nossa intenção aqui é apenas marcar a especificidade do complexo do trabalho e mostrar como as categorias específicas dessa práxis social movem e são movidas pela imbricação de outros complexos desse tipo de ser, os quais possuem suas especificidades e autonomias próprias, no entanto, essa autonomia é sempre relativa, determinada, em última instância, pela forma basilar e insuperável do metabolismo entre homem (sociedade) e natureza na produção e reprodução do gênero humano na imbricação de complexos do complexo social.

Quanto a afirmação de determinação em última instância pensamos ser importante fazer um parêntese: na relação entre a “base” material e a “superestrutura” político-jurídico-ideológica há uma determinação em última instância, contudo, é possível que em alguns momentos o fator predominante pode ser encontrado ‘fora’ das determinações materiais, ou seja, não há um reflexo mecânico causal das transformações materiais para toda a sociedade, mas processos altamente intrincados de múltiplas determinações entre as diversas esferas da vida social mediados – cada vez mais sociais –; não apenas relações deterministas imediatas, mas múltiplas relações determinantes e determinadas entre si na totalidade da realidade concreta, no complexo de complexos do ser social. Esse apontamento é importante para não cairmos em um determinismo mecanicista e, assim, impedir qualquer abstração teleológica da história e dos processos sociais, marcados, essencialmente, pelas desigualdades e contradições do desenvolvimento histórico da humanidade em seu processo de autoconstrução do gênero humano; do gênero-em-si ao gênero-para-si, no caminho para a conquista do ser-inteiramente-humano.

Voltemos, pois, a questão do pôr.

No movimento de autoconstrução do gênero humano a atividade do pôr teleológico inaugura séries causais postas, não mais um automovimento de cadeias causais que repousam sobre si próprias, mas sim um movimento intencionado, com organização e seleção das propriedades e causalidades naturais, para uma finalidade ainda não existente no mundo natural, uma transformação nova que modifica o objeto, o sujeito e o meio. De acordo com Lukács (2013, p. 48)

Vale dizer que, enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico.

Essa relação entre causalidade e consciência, a relação entre apreensão e atividade sensível¹³ é também um ponto importante na diferenciação do pôr no sentido ontológico,

¹³ Aqui vale destacar a primeira tese sobre Feuerbach de Marx (2007, p. 533): “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [*Objekte*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvida pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach

descrito por Lukács na passagem citada, e a apreensão gnosiológica. A atividade do pôr consiste, essencialmente, em um movimento de objetivação do sujeito singular na realidade. Em outras palavras, é um processo objetivo que coagula subjetividade e objetividade objetivada no constante devir, sempre em transformação, do mundo concreto, no ser propriamente assim do mundo real, realizado e posto pela consciência em um movimento de concreção – do tornar-se concreto e dar força material – ao pensamento homogeneizante do sujeito na captura da heterogeneidade do complexo social.

Deste movimento podemos derivar pontos importantes e fundamentais para a compreensão do ser social, de sua gênese e de seu ulterior desenvolvimento. Em primeiro lugar, tal constatação da atividade do trabalho enquanto pôr teleológico objetivo, determina que a gênese do ser social, humano, é fruto de sua própria atividade. Isto significa que, o surgimento de um novo tipo de ser no mundo objetivo se funda e se desenvolve no movimento de autoconstrução do gênero, incessantemente impulsionado, pelo trabalho, na especificidade da nova relação metabólica com a natureza.

As causalidades naturais heterogêneas são postas de acordo com a finalidade estabelecida idealmente, no processo de homogeneização do pensamento da heterogeneidade do mundo objetivo, reorganizada e coagulada na realidade pela atividade do pôr de maneira inteiramente nova; assim, o pôr teleológico do trabalho é uma categoria específica do ser social, não encontrada nem na natureza e tampouco na história, pois de outro modo, implicaria, “[...] não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes, devem ter um autor consciente (Idem, *ibidem.*)”. Desta maneira fica interdita qualquer tipo de explicação criacionista, pois o mundo dos homens é resultado e consequência da própria atividade humana.

Assim, é razoável concordar com a afirmação de Lukács (Idem, p. 52), na qual, “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos.”

quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n’*A essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (grifo no original).

Em segundo lugar, o sentido determinante do pôr no ser social é a reafirmação de seu caráter ontológico, objetivo, na relação entre teleologia e causalidade, meio e fim, transformam, intencionalmente, o mundo natural na autoconstrução do gênero por meio da atividade sensível. Com isso,

[...] esse seu caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante o qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo.

Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final o produto do trabalho. No entanto, a superação das heterogeneidades mediante a unitariedade e a homogeneidade do pôr tem seus limites claramente determinados. Não nos referimos, porém, aquela situação óbvia, já esclarecida, na qual a homogeneização pressupõe o reconhecimento correto dos nexos causais não homogêneos da realidade. Se houver erros deles no processo de investigação, nem sequer podem chegar a ser – em sentido ontológico – postos; continuam a operar de modo natural e o pôr teleológico se suprime por si mesmo, uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência que se tornou imponente diante da natureza. Aqui se torna palpável a diferença entre pôr em sentido ontológico e em sentido gnosiológico. Neste último sentido, um pôr ao qual falte o próprio objeto permanece um pôr, embora o juízo de valor que se fará a seu respeito deva ser de falsidade ou apenas de incompletude. Ao contrário, quando se põe ontologicamente a causalidade no complexo constituído por um pôr teleológico, este deve captar corretamente o seu objeto, senão não é – nesse contexto – um pôr (Idem, p. 55).

Com isso, aparece outro ponto importante da exposição para nossos objetivos, qual seja, a investigação dos meios no pôr teleológico e o nascimento da ciência e a relação com os processos de generalização e educação.

Segundo Lukács (2013, p. 86)

O fato de que apenas – no contexto do respectivo trabalho concreto – um espelhamento objetivamente concreto das relações causais pertinentes ao fim do trabalho pode realizar sua transformação absolutamente necessária em relações postas não atua apenas em direção a um constante controle e aperfeiçoamento dos atos de espelhamento, mas também a sua generalização. Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas ao contrário adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências, cujos inícios, no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha uma clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos das futuras ciências autenticamente autônomas.

Neste ponto não nos referimos a ciência como a conhecemos hoje, mas apenas aos delineamentos mais gerais da futura ciência, enquanto germes, gênese. O trabalho, mesmo o mais rudimentar e primitivo, carrega consigo a potência e a materialidade de o remeter sempre para além de si mesmo, em um movimento de desenvolvimento ilimitado da atividade, no

entanto para que a potência de fato se conserve na materialidade do mundo objetivo, a captação dos nexos causais naturais deve resultar em um fim concreto, o qual satisfaça a necessidade da qual se originou e materialize de forma correta o pôr, mesmo que ainda não seja possível um conhecimento completo dos processos e das conexões da natureza em sua totalidade.

De acordo com Lukács

Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho, como o voo foi um sonho desde Ícaro até Leonardo e até um bom tempo depois. Em suma, o ponto no qual o trabalho se liga ao pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como investigação dos meios. [...] Uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente em seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (por do fim)¹⁴.

Assim, temos marcado momentos importantes para a gênese e desenvolvimento do ser social impulsionados pelo trabalho e provocando, na processualidade de seu desenvolvimento, a gênese de novos complexos e suas respectivas categorias no ulterior desenvolvimento histórico do ser social.

É importante destacar que quando Lukács aponta a investigação dos meios no processo de trabalho enquanto ponto de ligação com o pensamento científico e, mais adiante, afirma que este movimento é “o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados do processo de trabalho”, demarca, necessariamente, o processo de generalização social do conhecimento obtido, podendo, desta forma, nos indicar a gênese do complexo educação na formação humana na preparação para a atividade do trabalho, mesmo em sua forma mais rudimentar, enquanto “garantia social da fixação dos resultados”. Podemos pensar na coleta, isto é, quais os alimentos comestíveis e quais os alimentos venenosos; na fabricação de instrumentos de pedra, quais os melhores e mais apropriados tipos, de acordo com suas características e propriedades, para o uso em fins determinados; para o oleiro, qual é o tipo de barro ideal para a atividade e as ferramentas necessárias; no plantio, qual planta cultivar, a

¹⁴ Idem, p.56.

forma e procedimentos desde a germinação até a colheita, etc., fazem parte da fixação social dos resultados, mesmo que em diferentes períodos históricos do desenvolvimento do gênero, os quais serão transmitidos para as futuras gerações no processo de formação do ser social historicamente determinado em suas respectivas formas de socialidade.

Na sequência dessas passagens, o autor apresenta quatro pontos importantes nesse movimento, a saber: em primeiro lugar, “[...] a duração mais longa dos meios relativamente aos fins e a satisfação imediatos”; segundo, no meio é realçado “[...] o momento de domínio ‘sobre a natureza exterior’, com a delimitação dialética igualmente correta de que, ao contrário, no pôr do fim, o homem permanece submetido a ela [...].”; terceiro, “[...] que o meio, a ferramenta, é a chave mais importante para conhecer aquelas etapas do desenvolvimento da humanidade a respeito das quais não temos nenhum outro documento”.; e quarto, sublinha “[...] que a investigação dos objetos e processos na natureza que precede o pôr da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por atos cognitivos reais, ainda que durante muito tempo não tenha sido reconhecida conscientemente [...]”; assim, podemos compreender como a atividade de investigação dos meios, no processo de trabalho, contém em germes, “[...] o início, a gênese da ciência” (LUKÁCS, 2013, p. 58-60).

E mais adiante o autor sintetiza que,

[...] qualquer experiência e utilização de conexões causais, vale dizer, qualquer pôr de uma causalidade real, sempre figura no trabalho como meio para um único fim, mas tem objetivamente a propriedade de ser aplicável a outro, até a um fim que imediatamente é por completo heterogêneo. Embora tenha havido, durante muito tempo, apenas consciência prática, uma utilização que teve êxito em um novo campo significa que de fato foi realizada uma abstração correta que, na sua objetiva estrutura interna, já possui algumas importantes características de pensamento científico. [...] É portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as diferentes ciências naturais. Na realidade essa gênese continuou a repetir-se, ainda que de formas muito diversas, através de toda a história da ciência até hoje. Os modelos de representações que estão por trás das hipóteses cósmicas, físicas etc. são – em geral inconscientemente – determinados também pelas representações ontológicas que vigoram na respectiva cotidianidade, que, por sua vez, se ligam estreitamente às experiências, aos métodos, aos resultados do trabalho atuais em cada oportunidade. Algumas grandes mudanças científicas tiveram suas raízes em imagens do mundo que pertenciam à vida cotidiana (ao trabalho), as quais, tendo surgido pouco a pouco, num determinado momento aparecem como radicalmente, qualitativamente novas. A condição hoje dominante, onde o trabalho preparatório para a indústria é fornecido por ciências já diferenciadas e amplamente organizadas, pode esconder para muitos essa situação, mas do ponto de vista ontológico nada mudou essencialmente; seria até interessante considerar mais de perto, ontológico-criticamente, as influências desse mecanismo preparatório sobre a ciência¹⁵

¹⁵ Idem, p. 60-61.

Assim, fica claro como o complexo do trabalho faz com que seja possível o aparecimento de outros complexos cada vez mais sociais, os quais tem por base as relações metabólicas entre homem e natureza – no trabalho – mas, no entanto, desenvolvem suas próprias especificidades e categorias – como no caso aqui apresentado da gênese da ciência -, sua própria autonomia, contudo, sempre relativa, pois até mesmo as representações ontológicas do ser social em diferentes momentos históricos mantém ligação com experiências, métodos e resultados do trabalho. Pensemos nas representações ontológicas religiosas do período medieval, principalmente na Europa, e a estrutura servil de organização social e produtiva, do lento, moroso e atravancado desenvolvimento do pensamento científico e, como o reflorescimento comercial e o contato com outras formas de socialidade, fez emergir não apenas novas formas de trabalho – produção - mas também novas representações ontológicas que deram grande impulso ao desenvolvimento científico e social.

Quando Lukács aponta para a condição hoje dominante do trabalho preparatório para indústria ser fornecido por um pensamento científico diferenciado e amplamente organizado, registra como a essência do movimento não se alterou, mas, indica – e para nós no objetivo do presente trabalho pode ser de grande valor – que uma consideração mais aproximada, ontológico-crítica, das influências desse mecanismo preparatório sobre a ciência – e porque não também sobre a educação - pode ser interessante. O próprio movimento de diferenciação do pensamento científico, isto é, das separações em diferentes áreas do saber, é fruto da divisão do trabalho altamente intensificada com o desenvolvimento do capitalismo e da grande indústria. Neste movimento material e espiritual, as representações ontológico religiosas se adaptam – reformas de Calvino e Lutero e da própria igreja católica – e novas representações ontológicas surgem – a representação ontológico burguesa, baseada no Estado de Direito, na ciência e na força de trabalho “livre”, fornecendo os alicerces necessários para a continuidade do desenvolvimento material da nova forma social de produção.

O trabalho preparatório para a indústria fornecido pela ciência, a qual influencia e é influenciada pela própria forma da organização do trabalho no capitalismo, dividida em muitas áreas de conhecimento como administração, gestão e organização de recursos humanos, engenharia da produção, contabilidade, química etc., é fortemente orientada em seu desenvolvimento e produção, em sua forma e conteúdo, para fins capitalistas, isto é, para a produção da mais-valia, apresentando a ligação estreita entre trabalho, representação ontológica e ciência.

Essa ligação fica ainda mais nítida com o processo de reestruturação produtiva em fins do século XX e a guinada manipulatória do pensamento científico e a função ideológica desempenhada pelo complexo educação. Com uma produção que precisa ser mais flexível, mais adaptada a profunda crise de realização da mercadoria no capitalismo e, com isso, buscar a combinação de novas e velhas formas de extração da mais-valia e produção de valor, desenvolvem-se processos correlatos a essa fase para que os sujeitos respondam de maneira adequada e intencionada as novas situações em suas vidas. Com isso, a formação do ser social nesse momento histórico específico incorpora novos conceitos – generalizações que partem da materialidade do mundo objetivo para a manutenção e reprodução de uma específica forma de sociabilidade -, como resiliência, empreendedorismo, ‘aprender a aprender’, flexibilidade etc. e, a própria ciência se desenvolve nesses fundamentos, emoldurando o quadro de possibilidades das escolhas entre alternativas dos sujeitos que respondem e virão a responder no processo de reprodução do gênero.

Aqui não é o espaço para aprofundar essas questões, teremos a oportunidade de retomar esse debate sobre a influência das transformações materiais, oriundas da crise de fins do século XX, sobre o complexo educação e como por meio da virada manipulatória da ciência e da implementação de conceitos e propostas pedagógicas em prol do capital o complexo educação expressa uma atuação cada vez mais ideológica. No capítulo dedicado ao complexo ideológico e a educação retomaremos esse debate, assim como estabeleceremos as conexões com o contexto atual da educação apresentado na introdução, mas aqui foi importante fazer essas breves e sumárias indicações iniciais por oportunidade dos apontamentos do autor no que se refere ao trabalho preparatório para a indústria e as influências sobre a ciência.

No bojo do processo de investigação dos meios, da gênese da ciência, outros importantes complexos vão tomando forma e se desenvolvendo *pari passu* o desenvolvimento do ser social. A forma desenvolvida de consciência – não mais como um epifenômeno biologicamente determinado – na adaptação ativa dos sujeitos pressupõe o processo de conhecimento sobre o mundo objetivo, caracterizado na relação sujeito-objeto, no desenvolvimento da linguagem e de conceitos, forma específica do gênero humano de se relacionar com o meio. Esse processo é apresentado por Lukács na relação entre espelhamento e realidade. De acordo com o autor,

[...] no espelhamento da realidade como condição para fim e meio do trabalho, se realiza uma separação, uma dissociação entre o homem e seu ambiente, em um

distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto. No espelhamento da realidade a reprodução da realidade se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico do ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista dos ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e seu espelhamento na consciência. Essa dualidade é um fato fundamental no ser social (LUKÁCS, 2013, p. 66).

E mais na sequência de sua argumentação, indica que

Nesse sentido, o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado ele é o exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro lado, e ao mesmo tempo, é o veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade¹⁶.

Esse caráter de possibilidade da consciência que espelha a realidade é compreendido pelo autor no sentido de potência, de acordo com o conceito de *dýnamis*¹⁷ aristotélica. Segundo Lukács¹⁸

A transição desde o espelhamento, como forma particular do não-ser, até o ser ativo e produtivo, do pôr nexos causais, constitui uma forma desenvolvida da *dýnamis* aristotélica, que pode ser considerada como caráter alternativo de qualquer pôr no processo de trabalho. E pode ser visto com a máxima evidência também examinando os atos de trabalho mais primitivos. Quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa.

A alternativa aparece aqui como um ato do ser consciente, um processo de mediação – enquanto categoria mediadora – do espelhamento da realidade e do pôr de um ente. Quanto mais desenvolvida se torna a atividade do trabalho, passando da mera seleção do objeto natural para um processo de elaboração ulterior do objeto como instrumento de trabalho, a alternativa “revela ainda mais claramente sua essência: não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas”¹⁹.

Assim, Lukács indica que

¹⁶ Idem, p. 67.

¹⁷ Segundo Aristóteles (APUD LUKÁCS, 2013, p. 69) “Toda potência é, ao mesmo tempo, potência de duas coisas contrárias, uma vez que, se de um lado aquilo que não tem a potência de existir não pode ser propriedade de coisa alguma, de outro lado tudo aquilo que tem a potência de existir também pode não se transformar em ato. Consequentemente, aquilo que tem a potência de ser e também não ser; daí que seja a mesma coisa a potência de ser e também não ser”.

¹⁸ Idem, p. 70.

¹⁹ Idem, p. 71.

A consequência disso é que a alternativa continua a funcionar como supervisão, controle, reparo etc., mesmo depois que terminou o processo de trabalho em questão e tais pores preventivos multiplicam ininterruptamente as alternativas no pôr do fim e na sua realização. Por isso, o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa na práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas²⁰.

Com isso, apresentamos apenas um dos lados da alternativa, qual seja, a de ser uma mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade pode vir a ser um veículo do pôr objetivo. No entanto a alternativa também marca outro momento importante para o ser social e de seu desenvolvimento e processualidade, tanto do seu ser-em-si- como de suas categorias específicas, isto é, a alternativa também pressupõe o momento da decisão, da escolha, o qual, ontologicamente compreendido, fornece os delineamentos gerais da gênese da liberdade.

Logo, fica exposto outra categoria fundamental e decisivamente nova fundada pelo trabalho, a qual permite a passagem da possibilidade, da potência à realidade, ou seja, a categoria da alternativa. Isto é, na relação entre necessidade e sua satisfação, o trabalho - enquanto pôr teleológico - atua como mediação entre esses dois opostos, e sua atuação fica ainda mais clara e perceptível quando o trabalho, em sua função de mediação, é realizado por meio de uma série de cadeias de alternativas.

A maneira de síntese, o autêntico devir da genericidade do gênero humano se funda no trabalho, inaugura novos complexos e séries categoriais novas e específicas deste novo tipo de ser, tendo em uma de suas condições objetivas a determinação de que

[...] apenas um espelhamento correto da realidade, como ela é em si, independentemente da consciência, pode levar à realização das causalidades naturais, cujo caráter heterogêneo e indiferente com respeito ao pôr do fim pode conduzir à sua transformação em causalidade posta, a serviço do pôr teleológico. Desse modo, as alternativas concretas do trabalho implicam, em última instância, tanto a determinação do fim como a execução, uma escolha entre certo e errado. Nisso está sua essência ontológica, o seu poder de transformar a dýnamis aristotélica em uma realização concreta. Por isso esse caráter cognitivo primário das alternativas do trabalho é uma facticidade irrevogável, é exatamente o ontológico ser-propriadamente-assim do trabalho; pode, portanto, ser ontologicamente reconhecido, inteiramente independente das formas de consciência nas quais ele se realizou originalmente e talvez até muito tempo depois²¹.

Ante o exposto, fica determinada a essência ontológica do trabalho, cuja base pode ser interpretada como modelo para práxis social mesmo em níveis mais desenvolvidos e cada vez

²⁰ Idem, p. 73.

²¹ Idem, p. 79.

mais sociais. A seguir, apresentaremos, a partir do exposto, o desenvolvimento dos complexos parciais e a distinção com o trabalho enquanto gênese da práxis social.

1.3 O complexo de complexos e suas múltipla e intrincadas relações no real

Até aqui, seguindo a exposição de Lukács no capítulo sobre o trabalho em sua Ontologia, apresentamos – enquanto fundamento teórico para nossos objetivos na pesquisa - a questão do salto na diferenciação, no processo de superação por incorporação, da gênese do ser social. Descrevemos os elementos de ruptura com as formas inferiores de ser – do mundo inorgânico e orgânico – e, os novos complexos categoriais da forma de ser do ser social inaugurados com a adaptação ativa dos sujeitos, assim como demarcamos os elementos de continuidade, enquanto base ineliminável, nas relações entre ser social e natureza na produção e reprodução desta nova esfera de ser, aquilo que Marx indicava como “recuo das barreiras naturais” no movimento de desenvolvimento e processualidade do ser que trabalha e, que, por meio desta atividade, a qual à remete sempre para além de si mesma, o ser-propriadamente- assim social se torna cada vez mais social.

Indicamos, na esteira da concepção lukacsiana, o pôr teleológico no trabalho enquanto complexo categorial nuclear no qual gravitam, se desenvolvem e derivam novos complexos categoriais impulsionados pelo desenvolvimento da atividade do pôr com especificidades próprias, típicas desse tipo de ser, as quais mantém, sempre em última instância, uma relação de determinação – enquanto momento predominante – com o trabalho. São novos complexos – como no caso da ciência anteriormente descrito – cuja dedução genética pode ser encontrada no trabalho, mas que no processo de desenvolvimento histórico do ser social vão se tornando cada vez mais sociais, com autonomia e legalidades próprias, mas sempre relativa, determinada em última instância pela base material da qual partem.

Destacamos as intrincadas relações entre teleologia e causalidade, dialeticamente postas entre homogeneidade e heterogeneidade na miríade de pores dos sujeitos concretos, os quais determinam as desigualdades e contradições do desenvolvimento histórico do ser social em sua socialidade. Marcamos como o pôr teleológico no trabalho, enquanto atividade fundante desse novo tipo de ser, coloca em movimento categorias fundamentais como: a consciência, não mais como um epifenômeno biologicamente determinado, respondendo de maneira ativa na adaptação com o meio e com a produção incessante do novo; o conhecimento na relação de distanciamento entre sujeito-objeto e o desenvolvimento da

linguagem, conceitos etc.; a relação entre possibilidade e realidade na transformação da potência em ato, objetivado por meio da atividade sensível dos sujeitos; a questão das alternativas, da escolha e da liberdade; ou seja, como que com essas autênticas transformações no ser, em seu contexto total, primário em relação a seus elementos, o trabalho pode fornecer o modelo de toda práxis social ontologicamente apreendida.

Na presente parte de nossa exposição vamos apresentar o movimento inicial e tendencial do desenvolvimento dos complexos parciais e a distinção da práxis do trabalho de formas mais desenvolvidas de práxis social. Resgataremos, a partir de Lukács, em um nível mais avançado de aproximação, as relações entre teleologia e causalidade e teoria e práxis, nas relações com os novos complexos do ser social, com as diferenças e semelhanças entre os pores primários e secundários.

Na sequência, iremos indicar de maneira breve as relações entre dever-ser, valor e substância, bem como das mudanças e permanências na unicidade desigual do conjunto do processo histórico-social na imediaticidade e na mediação, isto é, na relação entre aparência e essência dos fenômenos concretos.

De acordo com Lukács (2013, p. 85)

Com efeito, palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual são elementos vinculados do complexo chamado ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com a análise ontológica dele por meio das funções reais que eles exercem dentro desse complexo. É claro que em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há sempre um momento predominante. Esse caráter surge em uma relação puramente ontológica, independente de qualquer hierarquia de valor. Em tais inter-relações momentos singulares podem condicionar-se mutuamente, como no caso citado da palavra e do conceito, em que nenhum dos dois pode estar presente sem o outro ou então se pode ter um condicionamento no qual um momento é o pressuposto para a existência do outro, sem que a relação possa ser invertida. Está última é a relação que existe entre o trabalho e os outros momentos do complexo constituído pelo ser social. É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução dos processos de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que linguagem e pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho. É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas ao contrário, as reforça e as intensifica. Disso se segue necessariamente que no interior desse complexo o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa.

Essa longa citação é importante pois apresenta elementos que nos ajudam a entender não apenas a relação entre o complexo fundante do trabalho e os complexos parciais do ser social, como sintetiza e destaca momentos fundamentais também para a apreensão do ser da educação, pois, para a apreensão do complexo educação acreditamos que o procedimento descrito quanto ao complexo da linguagem e do pensamento conceitual pode, por analogia, ser estendido para o complexo educação, pois, tal concepção ontológica nos fornece a direção e o método para a apreensão genética, dentro do complexo do ser social, do desenvolvimento de categorias mais complexas e mediadas. Isso é, como o ser da educação é também um complexo vinculado ao complexo do ser social - ontologicamente fundado no trabalho - para compreender a verdadeira essência desse complexo específico, temos que relacionar a análise ontológica da função prática da educação dentro do complexo total do ser social, demarcando também, nesse movimento, a prioridade ontológica da totalidade em relação aos complexos parciais no complexo de complexos do ser social.

Outra analogia que podemos realizar, a partir da passagem citada, é a questão do momento predominante. Na introdução, assim como no primeiro capítulo apresentamos, de maneira breve, a relação do conhecimento com a educação (o processo de generalização enquanto gênese do complexo educação), indicando nessa última o momento de transmissão – da circulação - do conhecimento produzido pelo ser social. Desta forma, acreditamos ser possível afirmar que o conhecimento tem prioridade ontológica em relação à educação, isto é, para transmitir é preciso antes conhecer. Do mesmo modo que, a partir da análise da produção do valor de uso no trabalho simples e do consequente desenvolvimento para formas cada vez mais sociais do trabalho e de categorias cada vez mais sociais cuja processualidade e desenvolvimento possibilitam o aparecimento do valor de troca, acreditamos ser correto afirmar, na esteira do pensamento de Marx e Lukács, que é possível que exista valor de uso sem que haja valor de troca, mas é ontologicamente impossível que exista valor de troca sem que exista a produção de valores de uso. Assim, pensamos ser razoável afirmar que é possível que exista conhecimento sem educação, mas que não é possível a existência da educação sem o conhecimento e, que, a existência desses dois complexos só se faz possível pois pressupõe já presentes no ser social as exigências e condições nascidas do trabalho.

Quanto a diferenciação do trabalho e as formas mais desenvolvidas de práxis social, segundo Lukács (2013, p.83)

Nesse sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos

naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre os outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. Por isso, essa segunda forma de pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens, já pode existir em estágios muito iniciais.

Frente a isso, fica esclarecido algumas semelhanças e distinções entre esses dois níveis de pores mesmo que em um momento muito inicial do desenvolvimento do ser social. Tanto nos pores primários quanto nos pores secundários o pôr teleológico é o princípio ativo do movimento, no entanto, a ‘matéria’ posta em movimento é diferente nos dois casos. No pôr primário do trabalho são as causalidades naturais que são postas de acordo com a finalidade previamente estabelecida, no caso do pôr secundário o conteúdo do pôr é o próprio ser humano e, desde que o trabalho se torna social, demandando cooperação, em estágios muito iniciais, os pores secundários já se fazem presentes na realidade do ser social. Com o desenvolvimento da socialidade do ser social essa diferenciação vai ser tornando cada vez mais complexa, tanto extensiva quanto intensivamente e novos problemas e novas formas mais sofisticadas de induzir outra pessoa ou grupos de pessoas a agir em uma determinada direção vão aparecer – como no caso da religião, da ciência, do Estado, da política, da educação etc. – mas que só poderemos abordar com mais profundidade mais adiante na presente pesquisa.

No que toca nosso ponto fundamental nesse momento da presente exposição iremos destacar a relação entre teoria e práxis em uma retomada do problema da teleologia e da causalidade.

De acordo com Lukács (2013, p. 88)

Reconhece-se, sem dúvida, relativamente cedo o caráter teleologicamente posto da práxis humana. No entanto, uma vez que as atividades concretas que daí se originam sempre acabam numa totalidade teleológica de natureza e sociedade, permanece de pé essa supremacia filosófica, ética, religiosa etc. da compreensão contemplativa da teleologia cósmica [...] é apenas a partir da filosofia clássica alemã que a práxis começa a ser valorizada de acordo com sua importância. Na primeira Tese sobre Feuerbach, já citada anteriormente, Marx critica o velho materialismo, diz: “Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, ter sido abstratamente desenvolvido pelo idealismo”. Essa contraposição, que já contém o advérbio “abstratamente” também uma crítica ao idealismo, concretiza-se na reprovação dirigida a este último: “que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível como tal”.

E na sequência conclui que,

Desse modo, a posição de Marx fica bem demarcada, tanto em relação ao velho materialismo quanto em relação ao idealismo: para resolver o problema “teoria-práxis” é preciso voltar à práxis, ao seu modo real e material de manifestação, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e univocamente suas determinações ontológicas fundamentais. Assim, o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade [...] teleologia e causalidade não são, como até agora aparecia nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser-aí e do ser-assim das coisas, mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa existência dinâmica, indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo de ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui a característica principal desse grau de ser²².

Assim, como já indicado anteriormente a teleologia no trabalho, ontologicamente compreendida, é teleologia posta por um sujeito que a objetiva no mundo material, marcando a diferença, também anteriormente já destacada, entre pores cognitivos e pores materialmente reais, ontológicos. A argumentação de Lukács aponta no sentido de que “nossas exposições anteriores mostram com clareza que o pôr ontológico de cadeias causais concretas pressupõe o seu conhecimento, portanto que sejam postas no plano cognitivo (Idem, *ibid.*, p. 90).” No entanto alerta que

Não se deve, porém, esquecer jamais que, com essa posição, se chega apenas a uma possibilidade, no sentido da *dýnamis* aristotélica, e que a transformação do potencial em realização é um ato particular que, embora pressupondo aquela possibilidade, tem com ela uma relação de alteridade heterogênea; esse ato é exatamente a decisão que surge a partir da alternativa (Idem, *ibid.* p. 90).

Com isso o autor aponta que a coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no trabalho e a relação entre teoria e práxis, por consequência, dada sua essência social, são partes do complexo do ser social e que só podem ser adequadamente compreendidas a partir dessa inter-relação e, com isso, ressalta a capacidade do trabalho servir como modelo esclarecedor dessa relação.

Pois, ainda de acordo com Lukács (2013, p. 90, 91),

[...] é no trabalho, nos seus atos que transformam a causalidade espontânea em causalidade posta, justamente porque nele ainda temos exclusivamente uma inter-relação entre o homem e a natureza e não entre o homem e o homem e a sociedade, que o puro caráter cognitivo dos atos está preservado de modo menos alterado que nos níveis superiores, nos quais é inevitável que os interesses sociais intervenham já no espelhamento dos fatos. Os atos de pôr da causalidade no trabalho estão orientados, na sua forma mais pura, para a contraposição de valor entre falso e verdadeiro, uma vez que como já observamos anteriormente, qualquer

²² Idem, *ibid.*, p. 88-89.

desconhecimento da causalidade existente em si no processo do seu pôr leva inevitavelmente ao fracasso de todo o processo de trabalho. Em contrapartida, é evidente que em qualquer pôr da causalidade, em que o fim imediatamente posto consiste na transformação da consciência ponente de homens, o interesse social, que está sempre contido em qualquer pôr do fim – e obviamente também naquela do simples trabalho -, termina, inevitavelmente, por influir no pôr das cadeias causais necessárias para sua realização. E isso tanto mais, considerando que no próprio trabalho o pôr das cadeias causais se refere a objetos e processos que, relativamente ao seu ser-posto, se comportam com total indiferença em relação ao fim teleológico, ao passo que os pores que tem por objetivo suscitar nos homens determinadas decisões alternativas trabalham sobre um material que por si mesmo, espontaneamente, já é levado a decidir entre alternativas. Assim, esse tipo de posição pretende mudar, isto é, reforçar ou enfraquecer certas tendências na consciência dos homens, e por isso trabalha sobre um material que em si mesmo não é indiferente, mas, ao contrário, já tem em si movimentos favoráveis ou desfavoráveis, tendentes a pores de fim. A própria indiferença eventual dos homens nos confrontos de influências desse tipo só tem em comum o nome com a indiferença antes referida ao material natural. Quando referida à natureza, a indiferença é apenas uma metáfora com a qual se quer indicar a sua perene, imutável e totalmente neutra heterogeneidade com respeito aos pores de fim humanos, ao passo que a indiferença dos homens para com essas intenções é um modo concreto de comportar-se, que tem motivações sociais e singulares concretas e que, em certas circunstâncias, é modificável.

Aqui novamente temos elementos esclarecedores tanto na relação entre teoria e práxis no pôr de cadeias causais do trabalho, quanto na diferenciação no tocante aos pores secundários. Como no pôr do trabalho, em sua estrutura originária, os resultados do trabalho fornecem o critério para saber se o pôr foi correto ou errado (“a contraposição de valor entre falso e verdadeiro”), ontologicamente apreendida, essa relação possibilita o autor a realizar a afirmação “que no trabalho, tomado em si mesmo, é a práxis que estabelece o critério absoluto da teoria²³”, assim, práxis e teoria tem sua relação materialmente determinada a partir do trabalho em sua forma mais pura.

E, é exatamente nesse desenvolvimento processual dos pores do trabalho imediatos, por meio dos processos de generalização que vão dar origem as futuras ciências, na socialidade cada vez mais mediada, mais social, que outros problemas vão aparecer e tornar mais complexa a apreensão das relações entre teleologia e causalidade e a relação entre práxis e teoria. Lukács aponta para a existência dos interesses sociais, “contidos em qualquer pôr do fim”, os quais no trabalho simples estão orientados para uma satisfação imediata no metabolismo com a natureza, mas, com o desenvolvimento social, e as novas necessidades surgidas do trabalho simples, como no caso da própria divisão do trabalho e posteriormente a divisão da sociedade em classes, cada vez mais mediadas, as categorias cada vez mais sociais daí originadas condicionam o espelhamento da natureza à categorias ontologicamente

²³ Idem, p. 95.

intencionadas, as quais são vinculadas a socialidade do homem e conseqüentemente ligadas a problemas de uma ontologia geral. Nas palavras de Lukács,

[...] por mais que esses problemas, no que concerne à natureza, em seu genuíno ser-em-si, sejam totalmente diferentes e neutros em relação à sociedade e às suas necessidades, a ontologia elevada ao plano da consciência não pode ser neutra diante de nenhuma práxis social, no sentido mediado pelo qual a temos investigado. A estreita vinculação entre teoria e práxis tem como conseqüências necessária que está última, nas suas formas fenomênicas sociais concretas, encontra-se amplamente influenciada pelas representações ontológicas que os homens têm a respeito da natureza. Por sua vez, a ciência, quando apreende com seriedade e de modo adequado a realidade, não pode evitar tais formulações ontológicas; que isso aconteça conscientemente ou não, que as perguntas e as respostas sejam certas ou erradas, que ela negue a possibilidade de responder de maneira racional a tais questões, não tem nenhuma importância nesse nível, porque essa negação, de qualquer modo, age ontologicamente dentro da consciência social²⁴.

Dessa forma, as práxis sociais mais desenvolvidas apresentam diferenças notáveis com relação ao trabalho, o qual deve ser dialeticamente compreendido enquanto modelo da práxis social, assim como no caso da afirmação da práxis enquanto critério da teoria extraída do pôr teleológico do trabalho, pois “[...] a declaração direta, absoluta e acrítica da práxis como critério da teoria não deixa de levantar problemas.” Ou seja, se o critério é válido para o trabalho, é parcialmente válido com relação as experiências daí originadas, quanto ao desenvolvimento da socialidade e a complexidade e mediação dos pores secundários, “[...] deve-se empreender uma crítica ontológica consciente se não se quer comprometer a constituição fundamentalmente correta dessa função de critério da práxis (Idem, p. 97)”. É exatamente a questão já aludida da identidade da identidade e não identidade que já nos referimos anteriormente.

Por isso, Lukács afirma que,

Independente do grau de consciência, todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando, se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam num poder social [...]²⁵

Assim, questões relacionadas à ciência e ao próprio conhecimento, em alguns momentos, travam batalhas nas quais gravitam desde concepções ontológicas e cientificamente fundadas até concepções ancoradas no ser social, no senso comum de sua cotidianidade. O caso do Cardeal Belarmino e a doutrina da dupla verdade é um bom exemplo dessa situação. Diante disso, Lukács afirma que,

²⁴ Idem, p. 92.

²⁵ Idem, p. 95.

Essa tendência adquire sua forma mais desenvolvida nos clássicos do neopositivismo, que rejeitam como metafísica e, deste modo, como não científica qualquer referência ao ser no sentido ontológico e impõe como único critério de verdade científica a crescente aplicabilidade prática.

Desse modo, o contraste ontológico que se esconde em todo processo de trabalho, na consciência que o orienta – isto é, aquele que vê, de um lado, o autentico conhecimento do ser por intermédio do elevado desenvolvimento científico do pôr causal e, de outro lado, a limitação a uma simples manipulação prática dos nexos causais concretamente conhecidos –, adquire uma figura profundamente ancorada no ser social atual. Com efeito, seria muito superficial resolver a contradição que existe no trabalho, surgida no fato de que a práxis é o critério da teoria, reduzindo-a simplesmente a concepções gnosiológicas, lógico-formais, quanto a sua essência real, desse gênero. É certamente verdade que, durante muito tempo, a precariedade do conhecimento da natureza e a limitação do seu domínio muito contribuíram para que a práxis se apresentasse como critério sob formas limitadas ou distorcidas de falsa consciência. No entanto, as formas concretas desta última, especialmente sua influência, difusão, poder etc., sempre foram determinadas por relações sociais, obviamente em interação com o horizonte estritamente ontológico. Hoje, quando o nível concreto das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que esse fundamento da falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual se acha fundado nas necessidades sociais dominantes. Só para mencionar aquele de maior peso, a manipulação na economia se tornou fator decisivo para a produção no capitalismo atual e, a partir desse centro, irradiou-se para todos os campos da práxis social²⁶.

Desta forma, a diferença por nós aludida anteriormente quanto aos pores primários e secundários apresenta maior concretude com uma socialidade mais desenvolvida e mediada, pois, nos pores secundários a capacidade de controle dos resultados da teleologia posta é muito mais complexo e mediado do que os pores realizados no trabalho dada a indiferença das causalidades naturais com relação as finalidades postas e a tendência - quando o material a ser trabalhado pelo pôr é a consciência de outros sujeitos – ser cada vez mais mediada e influenciada por determinações materiais e espirituais fundada em valores que direcionam a escolha entre alternativas dos sujeitos nesse processo (visão de mundo - traços de uma ontologia geral).

Não é à toa que com o aprofundamento da crise do capital a regulação e controles sociais demandem uma forma de direcionamento dos comportamentos e das possibilidades do conhecimento e das práticas sociais cada vez mais manipulatórias, tanto no âmbito do próprio trabalho, como no da ciência, na vida cotidiana e na educação, já que toda “[...] práxis social sempre se desenrola dentro de um entorno espiritual de representações ontológicas, tanto na vida cotidiana como no horizonte das teorias científicas [...]” (Idem, p. 92-93), contudo, para que a capacidade de apreender o mundo real não sofra distorções e desvios, a razão orientada para a compreensão do mundo objetivo, do ser-precisamente-assim do ser social deve estar

²⁶ Idem, p.96-97.

alicerçada em uma crítica ontológica “[...] incondicionalmente concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social” (Idem. P. 97-98).

E, quanto a isso, Lukács adverte que,

Seria inteiramente equivocado supor que a ciência sempre possa corrigir em termos ontológico-críticos corretos o pensamento da vida cotidiana, a filosofia das ciências, ou de modo inverso, que o pensamento da vida cotidiana possa desempenhar, nos confrontos com a ciência e com a filosofia, o papel da cozinheira de Molière. As consequências espirituais do desenvolvimento desigual da sociedade são tão fortes e múltiplas que qualquer esquematismo no tratamento desse complexo de problemas só pode afastar ainda mais do ser. Por isso, a crítica ontológica deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classe – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam. Só desse modo se pode aplicar corretamente a função de práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para qualquer práxis social²⁷.

Assim, para as análises concretas das formas de ser do ser-precisamente-assim do ser social e suas categorias e complexos específicos a apreensão das contradições, nascidas e colocadas em movimento pelo trabalho, devem sempre estar direcionadas para as formas objetivas de manifestações dos conflitos e problemas sociais historicamente concretos. Isso inclui os conflitos de classe originados da base material de produção social, como as representações ontológicas que as fundamentam, rastreando nas manifestações fenomênicas objetivas as relações, por vezes fetichizadas, entre aparência e essência, os elementos de continuidade e os elementos de ruptura, almejando com isso encontrar o fundamento ontológico que o estrutura, orientando, dessa forma, a análise para a compreensão das raízes das contradições e suas conseqüentes ramificações no ulterior desenvolvimento concreto das formações sociais historicamente determinadas, assim como a origem e complexidade dos valores que fundamentam as escolhas dos sujeitos, tanto coletivo quanto individualmente.

Com isso, acreditamos que seja possível, nesta etapa, seguir com a breve indicação sobre as relações entre dever-ser, valor²⁸ e substância como previsto em nossa exposição. Até o presente momento apenas tangenciamos a problemática que envolve tais categorias, que

²⁷ Idem, p. 98.

²⁸ Para uma análise mais profunda e detalhada sobre as categorias de dever e valor, ver o excelente trabalho de Mariana Andrade, *Ontologia, dever e valor em Lukács*, publicado pelo Coletivo Veredas no ano de 2016. Sergio Lessa (apud. ANDRADE, 2016) assim apresenta o trabalho da autora: “o texto de Mariana Andrade é a primeira exploração sistemática e profunda dessas conexões ontológicas consubstanciadas pelo valor e pelo dever, tal como exposto em *Para uma ontologia do ser social*, de G. Lukács. Assinala, talvez com excessiva modéstia, ser o resultado parcial de uma investigação em andamento e que tomou como foco, principalmente, os capítulos que Lukács, nesta obra, dedicou ao trabalho e a reprodução. Arriscaria dizer que o texto é, ao menos, um pouco mais que isso, na medida em que a investigação se debruçou sobre um dos complexos certamente decisivos da *Ontologia* que, como sabemos, foi redigida como introdução à Ética que Lukács pretendia escrever [...] não há, até o momento, investigação desse tema que se compare a realizada por Mariana Andrade: sua contribuição é das mais significativas para a compreensão do pensamento lukácsiano. E, se não estivermos enganados, para o resgate do pensamento de Marx com sua original pulsão revolucionária”.

agora, com uma exposição mais detalhada já realizada sobre algumas das categorias decisivas derivadas do pôr teleológico, podemos destacar a função destas no complexo de complexos do ser social.

De acordo com Lukács,

Quando então observamos que o ato decisivo do sujeito é seu pôr teleológico e a realização deste, fica imediatamente evidente que o momento categorial determinante desses atos implica o surgimento de uma práxis caracterizada pelo dever-ser [...] o pôr de um fim inverte, como já vimos, esse andamento: o fim vem (na consciência) antes de sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro). Sob esse aspecto, o significado da causalidade posta consiste no fato de que os elos causais, as cadeias causais etc. são escolhidos, postos em movimento, para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início [...] Do ponto de vista do sujeito, esse agir determinado a partir de um futuro definido é exatamente um agir conduzido pelo dever-ser do fim [...] A situação durante o surgimento inicial do dever-ser é bastante simples: o pôr das causalidades consiste precisamente em reconhecer aquelas cadeias causais e relações causais que, quando escolhidas, influenciadas, de modo adequado, podem realizar o fim posto; e, do mesmo modo, o processo de trabalho nada mais significa do que esse tipo de atuação sobre relações causais concretas com o objetivo de realizar um fim [...] Naturalmente, o espelhamento correto da realidade é a condição inevitável para que um dever-ser funcione de maneira correta; no entanto, esse espelhamento correto só se torna efetivo quando conduz realmente à realização daquilo que deve-ser. Portanto, aqui não se trata simplesmente de um espelhamento correto da realidade em geral, de reagir a ela de um modo adequado; ao contrário, a correção ou falsidade, portanto, qualquer decisão que se refere a uma alternativa do processo de trabalho, pode exclusivamente ser avaliada a partir do fim, de sua realização. Desse modo, aqui também temos uma insuprimível interação entre dever e espelhamento (entre teleologia e causalidade posta), em que a função do momento predominante cabe ao dever-ser. O destacar-se do ser social das formas precedentes e o seu devir autônomo se mostram exatamente no predomínio daquelas categorias nas quais se expressa exatamente o caráter novo e mais desenvolvido desse tipo de ser com relação àqueles que constituem seu fundamento²⁹.

A relação entre o pôr teleológico, a finalidade, e a possibilidade de realização, requer como bem se explicita na citação, escolhas o mais adequadas possíveis, para que, aquilo que idealmente elaboramos a partir do reflexo do real, possa ser exteriorizado, e em condições possíveis, posto. Esse processo, de um futuro definido posto pelo dever-ser, isto é, algo que, pela leitura e análise do real e das escolhas entre alternativas pode se tornar objetivação posta, por isso dever-ser já implica um fim e o vir-a-ser “alguma coisa”, implicando essa relação processual sempre em movimento. O campo de possibilidades instaura abertura de que, a finalidade encontre sua materialidade real a partir da conformação ideal.

Desse modo, aqui temos marcado a gênese material do dever-ser, assim como a determinação reflexiva da gênese do valor (escolha entre alternativas) também materialmente determinado. Assim como a passagem citada reforça a característica da produção incessante

²⁹ Idem, p. 98-99-100.

do novo no ser social e sua marca de ser cada vez mais mediada, mais social, indicando o predomínio das categorias sociais àquelas que constituem o seu fundamento. Aqui mais uma vez, a predominância da categoria do valor de troca no capitalismo desenvolvido sobre o valor de uso, apresenta muito bem essa situação, mesmo sendo o valor de uso seu fundamento. Nesse quesito, assim como nos ensina Marx, o fetiche da mercadoria e, porque não do capital, esconde a essência humana das relações coisificadas na aparência da sociedade capitalista, a qual escamoteia as relações reais entre sujeitos e manipula a capacidade da apreensão dessas relações reais com um tipo de conhecimento que não reconhece a atividade sensível, prática dos próprios sujeitos.

Nessa relação de complexificação da socialidade humana, é importante destacar as diferenças fundamentais entre a gênese desse processo e suas manifestações ulteriores nas formas mais sociais de objetivação dos sujeitos, isso é, de acordo com Lukács,

Quando, como vimos, o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos cujo caráter é um dever-ser. Naturalmente, esses pores não se diferenciam apenas por serem mais complexos, mas exatamente porque também se distinguem do trabalho [...] essas inegáveis diferenças qualitativas não deveriam ocultar, entretanto, o fato fundamental comum de que se trata, em todos os casos, de relações do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente, mas ao contrário, é a tarefa do futuro, teologicamente posta o princípio determinante da práxis a tais atos [...] O novo materialismo fundado por Marx considera, com certeza, insuprimível a base natural da existência humana, mas, para ele, isso é apenas mais um motivo para acentuar a socialidade específica das categorias que nascem do processo de separação ontológica entre natureza e sociedade, precisamente sua socialidade. Por isso é tão importante, no que diz respeito ao dever-ser no trabalho, sua função enquanto realização do metabolismo entre natureza e sociedade. Essa relação é o fundamento tanto do surgimento do dever-ser em geral do tipo humano-social de satisfação de necessidades quanto sua constituição, da sua qualidade particular e de todas as barreiras de determinação do ser que são geridas e determinadas por esse dever-ser enquanto forma de expressão de relações de realidade³⁰.

Ainda segundo Lukács, em um contraponto das contribuições de Hegel à Marx, isso é, do idealismo objetivo hegeliano ao materialismo de Marx, nos indica que

Hegel oferece, portanto, uma primeira indicação a respeito do modo como o ato de trabalho pode tornar-se momento da reprodução social. Marx, ao contrário, considera o processo econômico na sua totalidade dinâmica desdobrada, de modo que o homem não pode deixar de aparecer como o começo e o fim, como o iniciador e o resultado final do conjunto do processo, no meio do qual ele muitas vezes – e sempre na sua singularidade – parece desaparecer entre as suas inundações e, no entanto, apesar de toda aparência, mesmo tão fundamentada, ele constitui a essência real desse processo³¹.

³⁰ Idem, p. 105.

³¹ Idem, p. 116.

Dessa forma, fica reafirmado a responsabilidade humana sobre o mundo dos homens, isso é, a importância dos sujeitos no processo de consolidação e reprodução do ser social, assim como reforça o caráter materialista das explicações sobre a gênese, desenvolvimento e processualidade do ser social em toda sua intensidade e extensão e seu constante devir do ser e de suas categorias em sua acentuada socialidade. Quanto a relação materialmente fundada entre dever ser e valor, Lessa, na apresentação do profundo trabalho de Mariana Andrade, sintetizando alguns apontamentos da autora sobre tais categorias nos diz que,

Sendo o trabalho atividade fundante do ser social, nele está a gênese dos valores. A objetivação de teleologias requer, necessariamente, uma escolha orientada por valores. Esta escolha, uma vez tomada, atua como dever em todo o processo de objetivação e, enquanto dever, será incorporado à materialidade do produto resultante da objetivação. Dever e valor não podem, portanto, ser sinônimos, não podem ser idênticos. Cumprem funções sociais diversas na reprodução social, comparecem como imprescindíveis conexões ontológicas da práxis humana e, por isso, não podem ser identificados ou excessivamente aproximados [...] Portanto, da concepção materialista do filósofo húngaro (tudo o que existe é matéria em movimento: do inorgânico à vida e, deste, ao ser social) Mariana demonstra como no próprio trabalho mais primordial, ao produzir valores de uso, já está operante tanto valor como dever; como da esfera econômica se destacam valores extra-econômicos, mais elevados, os quais também operam pela mediação do dever e, por fim, o quanto a divisão da sociedade em classes introduz novas mediações e novas conexões ontológicas neste universo categorial (apud, ANDRADE, p. 10-11)

Com isso, pensamos ser razoável afirmar que, mesmo de maneira precária e provisória, logramos êxito em apresentar uma parcial aproximação do trabalho enquanto fundamento do ser social e como, nesse intrincado processo de metabolismo com a natureza, por meio do pôr teleológico dos sujeitos no movimento dialético entre teleologia e causalidade postas, apreendemos categorias decisivas para essa nova forma de ser, o modelo fundante, assim como, em seu desenvolvimento e processualidade, tanto intensiva quanto extensivamente, surgem novas categorias cada vez mais sociais e mediadas na complexidade do complexo de complexos do ser social em uma relação de identidade da identidade e não identidade, a qual depende, para sua correta apreensão na realidade, “do respectivo desenvolvimento concreto da sociedade e - também sabemos disso – somente se pode compreender tal desenvolvimento de maneira adequada, em suas determinações concretas, *post festum*” (Lukács, 2013, p. 106).

Logo, no processo constante de reprodução do ser social, mesmo que em seu desenvolvimento o próprio ser e suas respectivas categorias se tornem cada vez mais sociais,

“O ser do ser social se preserva como substância³² no processo de reprodução” (Lukács, 2013, p. 122), assim como as suas categorias mais decisivas por nós destacadas no pôr teleológico do trabalho, quais sejam, teleologia, causalidade, casualidade, consciência, alternativa, possibilidade, escolhas, valor, dever etc., se mantêm na substancialidade da práxis humana. No próprio valor, cuja gênese autêntica é determinada pela “transformação ininterrupta da estrutura do próprio ser social, e é dessa transformação que emergem diretamente os pores que realizam o valor³³”, fica marcada a força das escolhas entre alternativas dos sujeitos no curso do desenvolvimento histórico do ser social, mesmo que, como nos lembra Marx, que são os homens os responsáveis e que fazem a sua própria história, mesmo que em circunstâncias não escolhidas por eles, pois, “ Os homens respondem - mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social³⁴, como diria Marx, “eles não o sabem, mas fazem”.

Lukács indica que o valor possui um caráter ontológico-social de ser ao se estabelecer em uma “[...] relação social entre fim, meio e indivíduo e por isso possui um ser social³⁵” e, que, esse ser contém, concomitantemente, um elemento de possibilidade, “[...] uma vez que em si, apenas determina o espaço de ação das alternativas concretas, seu conteúdo social e individual, as orientações nas quais podem ser resolvidas as questões presentes nelas³⁶”.

E o autor afirma, “O valor, através dos atos que o realizam, alcança o desdobramento desse ser em si, sua elevação para o verdadeiro ser-para-si [...] É o valor que impõe sua realização e suas determinações, não o inverso³⁷” e, na sequência, nos alerta que isso não deve nos conduzir a uma compreensão “[...] no sentido de que a realização possa ser ‘deduzida’ intelectualmente do valor, de que a realização seja o simples ‘produto do trabalho’ humano”, pois, sendo as alternativas os fundamentos insuprimíveis da práxis social, apenas abstratamente é possível separá-la da decisão individual, contudo, “ o significado de tal resolução de alternativas para o ser social depende do valor”, isso é, “do complexo respectivo das possibilidades reais de reagir praticamente ante a problematidade de um *hic et nunc*

³² Segundo a definição de Lukács (2013, p.122): “A substância é aquilo que, na contínua mudança das coisas, mudando ela mesma, pode conservar-se em sua continuidade. No entanto, esse dinâmico conservar-se não está necessariamente ligado a uma “eternidade”. As substâncias podem surgir e perecer, sem que com isso deixem de ser substâncias desde que se mantenham dinamicamente durante o tempo de sua existência”.

³³ Idem, *ibid.*

³⁴ Idem, *ibid.*

³⁵ Idem, p. 123

³⁶ Idem, *ibid.*

³⁷ Idem, *ibid.*

*histórico-social*³⁸ ”. Temos então que, ontologicamente apreendido, o valor, tanto econômico como os valores ‘extra-econômicos’, mantém a substância material do seu fundamento mesmo em níveis mais desenvolvidos das práxis sociais, fundados no aqui e agora concretos historicamente determinados pelos conflitos oriundos das respectivas organizações sociais divididas em classes.

O que significa que,

Desse modo, aquelas decisões que realizam em sua forma mais pura essas possibilidades reais – afirmando ou negando o valor – realizam, em cada estágio do desenvolvimento, uma exemplaridade positiva ou negativa. Essa exemplaridade, nos estágios primitivos, é transmitida através da tradição direta, oral. Tornam-se heróis do mito aqueles que responderam a essas alternativas – que culminam em valores – da vida da tribo, num nível de exemplaridade humana tal que a resposta tenha se tornado – positiva ou negativamente – social e durável significativa para a reprodução daquela vida e por isso parte constitutiva daquele processo de reprodução no seu processo de mudança e preservação³⁹.

E Lukács continua sua explicação perspicaz apresentando como de maneira concreta se manifesta a preservação na mudança, dizendo que, “Essa permanência não precisa ser documentada; é, inclusive, universalmente conhecido que tais soluções pessoais para as alternativas sociais se conservam desde a época dos mitos em que foram criados até os nossos tempos⁴⁰”. Mas o filósofo húngaro alerta que a simples permanência apresenta apenas um lado do movimento e, “[...]que ela só se torna possível quando pode haver uma ininterrupta mudança de sua interpretação, isto é, uma mudança em sua aplicabilidade como modelo para a práxis do respectivo presente⁴¹.”

E Lukács afirma,

Que nos primeiros tempos isso tenha ocorrido através da transmissão oral, mais tarde através da criação poética e artística etc., não modifica em nada a situação aqui fundamental. Pois em todos esses casos se trata de uma ação orientada para uma alternativa social; apesar da ininterrupta mudança de seus detalhes concretos, de sua interpretação etc., conserva-se, contudo, como algo dotado de continuidade, essencialmente persistente para o ser social. O fato de que isso aconteça na forma de uma alternativa individual, e não, como em outros âmbitos do valor, na forma de um preceito ou proibição, expressa o caráter específico do valor que aqui se realiza: sua tendência diretamente oriunda da personalidade do homem, sua autoconfirmação como continuidade do núcleo íntimo do gênero humano. O verdadeiro nexos social revela-se, antes de tudo, no fato de que o momento por excelência decisivo da mudança, da reinterpretção, está sempre ancorado nas necessidades sociais de cada presente⁴².

³⁸ Idem, *ibid.*, Grifo no original.

³⁹ Idem, p. 123.

⁴⁰ Idem, *ibid.*

⁴¹ Idem, p. 124.

⁴² Idem, *ibid.*

Aqui cabe um parêntese, pois, ao olhar para a realidade brasileira e constatar o retorno do estereótipo do ‘mito’, de maneira dantesca identificado com a figura de Bolsonaro, apenas confirma a degradação da personalidade do homem no momento atual em que vivemos. O fato de que a transmissão dos valores dessa figura bizarra serem transmitidas, em sua grande maioria, pelo mundo promíscuo, obscuro e obsceno das redes sociais, apenas reforça o rebaixamento a que estamos submetidos nesse reino da pura manipulação dos tempos atuais, assim como reafirma que tais ações (“soluções pessoais para alternativas sociais”) – fundadas na violência, na ignorância, no preconceito de diferentes matizes, na barbárie etc. - estão orientadas para uma alternativa social, para tentar salvar o inescrupuloso capital em sua voracidade social, ancorado na necessidade social de manter a reprodução de um sistema falido que tritura, mutila e desconfigura a personalidade inteiramente humana. Não por acaso, um dos principais focos de ataque desse (des) governo são a ciência e a educação – o obscurantismo religioso e uma marca indelével desse governo – exatamente por conterem em sua *dýnamis* a possibilidade de destruir mitos (a história comprova essa possibilidade no embate entre ciência e religião do renascimento ao iluminismo). Não que Bolsonaro seja uma figura heroica do mito e que sejam as características particulares dele, de sua personalidade, que são exaltadas como modelo social, pelo contrário, ele apenas coagula o que existe de mais pobre, tacanho, mesquinho e podre no universo decadente do atual estágio de desenvolvimento do ser social, assim como figuras como Trump, Viktor Orbán, Boris Johnson, Putin etc. (infelizmente essa lista poderia seguir longamente) também se enquadram no exemplo.

Voltemos, pois, ao nosso ponto.

Ainda segundo Lukács (2013, p. 124),

Mudança e permanência são, pois, de igual modo produzidas pelo desenvolvimento social; sua inter-relação reflete exatamente aquela nova forma de substancialidade a que nos referimos no início dessa argumentação e da qual o valor, na sua objetividade histórica, é componente orgânico.

A objetividade dos valores se funda, pois, no fato de que todos esses são componentes moventes e movidos do conjunto do desenvolvimento social [...] sua existência, que se manifesta na forma de um dever-ser social e factualmente imperativo, para qual a pluralidade, em uma escala que vai do heterogêneo ao antitético, pode ser racionalizada, sem dúvida, apenas *post festum*; mas exatamente nisso se exprime a unitariedade contraditória, a unicidade desigual do conjunto do processo histórico social. Esse processo constitui, na sua determinação objetivo causal, uma totalidade em movimento; no entanto, uma vez que é construído pelo somatório causal de pores teleológicos alternativos, cada momento que imediata ou mediatamente funda ou põe obstáculos sempre deve ser feito de pores teleológicos alternativos.

E com isso o autor conclui que

O valor desses pores é decidido por sua verdadeira intenção, tornada objetiva na práxis, intenção que pode orientar-se para o essencial ou para o transitório, para o progressivo ou inibitório etc. do mesmo modo que no ser social todas essas tendências estão realmente presentes e ativas, e dado que, por isso, elas produzem, no homem que age, alternativas de orientações, níveis etc. diversificadas, o modo fenomênico não é de modo nenhum causal. Ele contribui para que permaneça viva, pelo menos em parte, nas perguntas e nas respostas, uma tendência à autenticidade, já que, inclusive, a alternativa de determinada práxis não se expressa somente em dizer “sim” ou “não” a um determinado valor, mas também na escolha do valor que forma a base da alternativa concreta e nos motivos pelos quais se assume esse pôr⁴³.

E para reafirmar a determinação material, em última instância, no ser social e nos valores que os guiam – reforçando também os argumentos de nosso parêntese anterior -, nos lembra que

Já sabemos: o desenvolvimento econômico provê a espinha dorsal do progresso efetivo. Os valores decisivos, que se conservam ao longo do processo, são sempre – conscientemente ou não de modo imediato ou com mediações às vezes bastante amplas – referidos a ele; no entanto, faz diferença objetivamente importante quais momentos desse processo em seu conjunto resultam aludidos e afetados pela alternativa em questão. É desse modo que os valores se conservam no conjunto do processo social, renovando-se ininterruptamente; é desse modo que eles, a seu modo, se tornam partes reais integrantes do ser social no seu processo de reprodução, elementos do complexo chamado ser social⁴⁴.

Frente à essa longa e necessária etapa de resgate dos fundamentos, desse amontoado de citações (por vezes cansativas mas fundamentais) – que captam, mesmo que de maneira parcial, alguns elementos necessários para nossos objetivos na pesquisa, e, por meio do método apreendido para compreender o ser social e suas categorias basilares, ou seja, embasados nesse procedimento metodológico resgatado a partir de Lukács, pretendemos desenvolver na presente pesquisa a possibilidade de uma apreensão aproximativa do ser do complexo educação, isso é, partir dos acontecimentos concretos na sociedade, com foco nos fenômenos da realidade brasileira – como contextualizado na introdução -, apreender – como buscamos no presente capítulo - os instrumentos categoriais ontológicos desse tipo específico de ser em sua complexidade cada vez mais social, para na sequência, nos próximos capítulos, entender em suas manifestações concretas no complexo de complexos da totalidade social e, como essas novas categorias aparecem e derivam de forma objetiva no movimento de vir-a-ser da sociabilidade capitalista atual e como estão presentes no complexo educação.

⁴³ Idem, p. 125.

⁴⁴ Idem, ibid.

2. A REPRODUÇÃO

No capítulo anterior apresentamos de maneira sucinta o contexto e intenções de Lukács na sua obra tardia, a *Ontologia*, assim como resgatamos algumas de suas categorias basilares na apresentação do trabalho enquanto momento fundante do ser social, sendo aquelas apreendidas como modelo para todas as práxis sociais (pôr teleológico, alternativas, escolhas, valor, consciência, linguagem etc.). Um debate teórico de fundamentos, no plano abstrato, na intenção de rastrear as categorias apreendidas na objetividade histórica do desenvolvimento concreto do ser social, compreendendo as permanências e rupturas, os movimentos essenciais e fenomênicos desta nova forma de ser que se objetiva e transforma a si mesmo e seu entorno por meio de sua práxis teleológica no metabolismo com a natureza na produção e reprodução de sua existência, na processualidade do desenvolvimento incessante do novo que a arremete sempre para além de si mesma.

De acordo com Lukács (2013, p.159)

[...] o trabalho, enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente. Por outro lado, essa abstração foi inevitável, já que o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações. Por isso mesmo, todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas suas consequências ontológicas. Dessa situação ambígua decorreu que, em muitos pontos, apesar da abstração metodologicamente necessária, nossa análise do trabalho tivesse de ir além ou ao menos apontar para além do trabalho isolado em termos artificialmente abstrativos. É só com base nessas investigações que estamos agora em condições de examinar o trabalho com base ontológica do ser social em seu lugar correto, no contexto da totalidade social, na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho.

E é exatamente no contexto da totalidade social, na miríade de complexos que dão movimento e concretude para o ser social é que poderemos encontrar de forma mais objetiva o complexo da educação, objeto de nosso trabalho, apreendendo sua função precípua, porém não única, na processualidade e desenvolvimento do ser social em sua constante interação com outros complexos da realidade dessa esfera do ser.

No entanto, para chegar na explanação concreta do ser da educação no ser social, em especial na sua forma de ser no capitalismo, seguiremos a argumentação de Lukács em sua *Ontologia*, apresentando os movimentos tendenciais e legalidades objetivas apreendidas no devir dessa nova esfera do ser que se funda na atividade do trabalho, conjuntamente com o universo categorial específico inaugurado pelo por teleológico, descrito sumariamente no

capítulo anterior, apreendendo agora, no tornar-se cada vez mais social da sociabilidade humana, o funcionamento objetivo dos complexos parciais na totalidade concreta do ser social.

Há a partir do trabalho a propulsão de uma vasta gama de complexos colocadas em movimento por meio da atividade humana, cujas determinações vão dando forma e conteúdo à nova forma de ser do ser social, no movimento de “afastamento das barreiras naturais”, cujas determinações vão se distanciando da esfera biológica e, se tornando cada vez mais sociais com tendências e legalidades próprias.

Assim, será por meio de uma descrição sumária, na esteira dos argumentos lukacsianos, de alguns complexos sociais oriundos do desenvolvimento processual do ser social que poderemos apresentar a essência e funcionamento do complexo da educação, pois, de acordo como o próprio Lukács (2013, p. 176), “É possível que a peculiaridade do ser social fique ainda mais evidente no complexo de atividades que costumamos chamar de educação”.

Assim, no presente capítulo apresentaremos alguns pontos nodais do desenvolvimento do ser social, complexos nos quais suas próprias processualidades dinâmicas provocam mudanças qualitativas nesse modo de ser. Um processo longo no decurso histórico das formações humanas, reguladas por mudanças internas e externas no âmbito do ser social, tanto nos processos de trabalho como em suas respectivas ferramentas, assim como nos complexos parciais ligados direta ou indiretamente ao trabalho, passando de comunidades primitivas comunais à escravidão, do servilismo medieval ao reflorescimento comercial nucleado na mercadoria e da consolidação do trabalho ‘livre’ e da hegemonia do capital.

De acordo com o filósofo húngaro,

O fato de que as etapas singulares do estágio inicial muitas vezes levarem dezenas de milhares de anos para acontecer não deve nos desviar do rumo nesse tocante. No curso de cada uma delas, verificam-se mudanças constantes, embora mínimas, nas ferramentas, no processo do trabalho etc., cujas consequências se evidenciam abruptamente, em certos pontos nodais, como mudanças qualitativas. O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com sua tendência muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (dýnamis) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo do trabalho. O fato de que do trabalho necessariamente decorrem a fabricação de ferramentas e a utilização de forças da natureza (fazer fogo, domesticar animais etc.) faz aparecer, em certos estágios evolutivos, aqueles pontos nodais, que provocam uma mudança qualitativa na estrutura e na dinâmica de sociedades singulares. Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o

caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema (LUKÁCS, p. 160).

Dessa forma, etapas importantes, presentes até mesmo nos estágios mais iniciais de desenvolvimento social, como a divisão do trabalho e sua constante complexificação, as transformações nos fundamentos biológicos mais fundamentais como sexo e alimentação, o desenvolvimento da consciência e da linguagem, do direito, da educação etc., são momentos da reprodução concreta do ser social cuja processualidade reflete as dinâmicas próprias e as tendências dos complexos parciais na articulação total no complexo do ser social e sua cada vez mais ampliada socialidade.

E é exatamente na apreensão de alguns desses importantes momentos do ser social, em sua reprodução, que acreditamos ser possível, no presente capítulo, capturar traços importantes para entender o complexo da educação em sua função essencial, ligada mais estritamente a reprodução. Assim como, no próximo capítulo, dedicado a *ideologia e a educação*, apontar para as manifestações ideológicas que esse complexo parcial do ser social recebe em momentos específicos da história concreta do desenvolvimento humano, principalmente na forma social subsumida ao capital, na qual, em alguns de seus momentos de crise, as classes dominantes conclamam o complexo da educação a desempenhar a função prática de servir como pano de fundo ideológico para dirimir os conflitos emergentes nas sociedades de classe sempre em prol da manutenção do *status-quo* socioeconômico de frações específicas alojadas, em tais períodos históricos de crise, no controle do Estado e do poder político e econômico.

2.1 O ser cada vez mais social e suas mediações

A reprodução social é o movimento concreto de interação entre os complexos parciais na totalidade complexa do ser social. É movimento constante do “afastamento das barreiras naturais” e aumento da socialidade intensiva e extensiva, é o vir a ser cada vez mais social do ser humano. É complexificação, desenvolvimento e processualidade. São os nexos causais objetivos em movimento no trabalho, são as mediações imediatas e mediatas, são casualidades nas miríades de pores singulares, é a dialética concreta do devir da totalidade. É a produção e reprodução da existência humana, um complexo de complexos.

Uma das mais marcantes e profundas mudanças colocadas em movimento pelo trabalho é o desenvolvimento da divisão do trabalho. O simples fato da cooperação já coloca

em movimento uma série de complexos parciais em movimento na atividade de transformação da natureza, pressupões um nível mais avançado de socialidade e, inaugura uma importante determinação social ligada a necessidade de comunicação, a saber, a linguagem. De acordo com Lukács (2013, p.161) a linguagem

[...] constitui um instrumento para a fixação daquilo que já se conhece e para expressão da essência dos objetos existente numa multiplicidade cada vez mais evidente, um instrumento para a comunicação de comportamentos humanos múltiplos e cambiantes em relação a esses objetos [...]

A função da comunicação e da linguagem no contexto da divisão do trabalho já é parte do tipo de pôr teleológico antes apresentando por nós que visa não a transformação direta da natureza, mas intenciona em outros sujeitos a execução de determinados pores desejados por outros. Esse tipo de pôr já aparece muito cedo nas comunidades humanas onde a divisão do trabalho, mesmo a mais rudimentar, já demanda uma certa organização coletiva para a atividade do trabalho. Se pensarmos na caça de grandes animais, a cooperação que envolve dois ou mais integrantes para a execução da atividade já precisa que os sujeitos envolvidos no processo desempenhem diferentes atividades para alcançar o fim desejado, como os batedores, rastreadores, apoio, carregadores etc., por isso a necessidade de um tipo de pôr teleológico não diretamente ligado as transformações das causalidades naturais, mas sim voltada para a consciência de outros sujeitos para influenciar a execução do pôr desejado, nesse caso, a caça de um grande animal.

Ainda de acordo com Lukács,

Está bem claro que, para cada tipo de divisão do trabalho, um meio de comunicação dessa espécie é indispensável. Quer se trate de cooperação em geral ou de trabalho conjuntos na fabricação ou aplicação de alguma ferramenta etc., sempre se fazem estritamente necessárias comunicações dessa espécie, e tanto mais quanto mais desenvolvidos se tornarem por essa razão, a linguagem se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento de trabalho, divisão de trabalho e cooperação, tornando-se cada vez mais rica, maleável, diferenciada etc., para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados. O domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear⁴⁵.

Dessa forma, desde muito cedo já aparecem, concomitantemente a atividade do trabalho, uma vasta gama de complexos do ser social que serão fundamentais e determinantes na reprodução dessa nova forma de ser, novos objetos e novas relações que serão a substância

⁴⁵ Ibidem., Ibid.

em constante transformação à serem nomeadas (dominadas) pelo ser humano e transmitidas às novas gerações. Segundo o filósofo magiar (2013, p. 179,180),

A divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. Temos em mente, quanto a isso, sobretudo dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo, que, no entanto, ininterruptamente se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes. O caminho até a primeira divisão está contido, em germe, já na mais primitiva divisão do trabalho: os pores teleológicos necessários assumem, como vimos, duas formas: pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados. Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que provém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe, embora seus primórdios sejam mais antigos [...]

Esse movimento que a divisão do trabalho impulsiona, com o surgimento e desenvolvimento cada vez mais intenso de “pores teleológicos de segundo tipo”, inclusive com o desenvolvimento do complexo da educação, expressam a tendência de socialização crescente, pois com o aumento da diversidade de atividades e com o aumento da cooperação e da divisão de trabalho, desde muito cedo nas comunidades humanas surge a necessidade de formar/preparar os novos sujeitos dos agrupamentos humanos de acordo com o nível de desenvolvimento da determinada comunidade, demandando dessa maneira, uma educação cada vez mais complexa, seja para a preparação e execução das atividades, seja para a apropriação da linguagem, dos costumes e tradições (“objetos e relações que é capaz de nomear”) até então existentes para aquele tipo histórico do gênero humano que o sujeito irá ser formado.

Dessa maneira, um tipo de educação também já faz parte, desde cedo, dos complexos parciais presentes no complexo de complexos do ser social. Como destacado anteriormente, as “atividades que costumamos chamar de educação” reforça a peculiaridade do ser social, pois diferentemente dos animais, o ser social em seu desenvolvimento e processualidade cada

vez mais complexas e sociais demandam uma atividade de formação para a integração ao gênero mais sofisticada e complexa, entendida por nós como complexo educação. É claro que quanto mais complexa e mais social se torna uma sociedade, apesar das desigualdades presentes, seja no grupo específico ou na totalidade da qual faz parte, o tipo de educação demandada também vai se complexificando e exigindo uma sistematização maior do processo de formação desses sujeitos. Mas desde muito cedo tanto uma educação ampla – realizada de maneira mais espontânea, quanto uma educação restrita- mais sistematizada, conscientemente elaborada, direcionada a um certo tipo de atividade/conhecimento - já se fazem presentes no ser social. Voltaremos mais adiante a esse ponto.

Contudo, o que nos vale nesse momento de nossa exposição é exatamente apresentar que desde muito cedo alguns dos complexos fundamentais já se apresentam com suas determinações e funções essenciais e, que tais complexos em seu devir “[...] sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo ao qual pertencem” (LUKÁCS, 2013, p. 161), ou seja, de sua respectiva totalidade.

Em diferentes sociedades, em diferentes momentos históricos, os complexos do ser social cumprem a função determinada pela especificidade das respectivas comunidades, isso tanto para as diferentes linguagens quanto pelos diferentes níveis de desenvolvimento do trabalho e da socialidade de tais agrupamentos humanos. Uma das primeiras formas de divisão de trabalho foi fundada nas diferenças biológicas dos membros do grupo e, quanto mais social se torna, quanto mais as barreiras naturais se afastam, mais as determinações sociais vão ganhando espaço na estruturação das comunidades e secundarizando os momentos biológicos.

Quanto a consequência de amplo alcance da divisão do trabalho em seu desenvolvimento, do tornar-se cada vez mais social Lukács reforça o caráter social dos pores de segundo tipo e, sua tendência a institucionalização;

Pense-se, nesse tocante, antes de tudo, nos efeitos daqueles atos teleológicos que visam provocar em outros homens a vontade de realizar certos pores teleológicos. Para que possam funcionar com êxito já num estágio primitivo, eles exigem conhecimento por parte dos homens envolvidos, nas quais se pretende despertar esse querer, do mesmo modo que os pores do trabalho no sentido estrito exigem conhecimento dos respectivos objetos naturais, forças naturais etc. que entram em cogitação para aquele trabalho. Esse conhecimento, por sua natureza, vai além do meramente biológico, possuindo caráter social. Os valores que surgem nesse processo, como conhecimento humano, arte da persuasão, destreza, sagacidade etc., ampliam, por seu turno, o círculo dos valores e das valorações – cada vez mais puramente sociais. Se o grupo em questão já se desenvolveu a ponto de dispor de

uma espécie de disciplina, essa socialidade adquire um caráter mais ou menos institucional, ou seja, um caráter mais nitidamente social⁴⁶.

Esse movimento apresenta a lei tendencial do aumento da socialidade com o advento da divisão do trabalho, da transformação do meramente biológico no social, determinando mediações e categorias cada vez mais complexas e características cada vez mais sociais no desenvolvimento e processualidade do ser social e em suas práxis, em cujos pores secundários vão se sobrepondo (no sentido de ser proeminente) cada vez mais aos pores diretamente relacionados com a transformação da natureza.

Esse movimento incessante de desenvolvimento do trabalho e de categorias e mediações cada vez mais sociais leva a um incremento da produtividade que possibilita a produção do excedente, que por sua vez possibilita a especialização crescente das atividades produtivas, com o surgimento da mercadoria e das trocas entre os valores de uso (aqui não estamos falando da forma mercadoria desenvolvida no capitalismo, cujo desenvolvimento leva a hegemonia do valor de troca – categoria puramente social, mas da forma mais elementar da produção de produtos para além das necessidades imediatas de seus produtores).

Ainda segundo Lukács⁴⁷,

A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado de socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural. Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanentemente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho. Portanto, é preciso perceber, já nessas categorias mais simples e fundamentais da vida socioeconômica, a tendência que lhes é inerente, a saber que elas não só são ininterruptamente reproduzidas, mas que essa reprodução também possui uma tendência imanente de elevação, de passagens para formas mais elevadas do socioeconômico.

Esse movimento descrito por Lukács não exclui a contradição desse processo, suas desigualdades, avanços e retrocessos, pelo contrário, reforça o desenvolvimento tendencial, por nós já amplamente destacado, da socialidade, que em cada caso concreto do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da organização social da produção podem levar a rupturas revolucionárias, como no caso da revolução burguesa, ou a retrocessos dramáticos, como no caso do período medieval. No entanto em cada caso concreto são as condições objetivas de possibilidades e escolhas dos sujeitos que optam por este ou aquele caminho, os

⁴⁶ Idem, p. 163.

⁴⁷ Idem, p. 165.

quais podem levar anos, séculos, ou até mesmo milênios, ou seja, são situações que só “[...] são modificadas, promovidas ou inibidas pela estrutura, pelas possibilidades de desenvolvimento daqueles complexos totais, em cujo quadro elas se desenrolam concretamente” (LUKÁCS, 2013, p. 166).

É mérito de Marx, em sua obra *O capital*, ter realizado uma detalhada descrição dos processos de desenvolvimento da forma mais elementar da mercadoria, com a produção de valores de uso, até sua forma mais desenvolvida na transformação de dinheiro em capital por meio da compra e venda da força de trabalho mediada pelo valor de troca. Além, claro, de realizar por meio dessa detalhada análise, uma profunda crítica à compreensão dos teóricos da economia política de seu tempo e a fetichização consequente do desenvolvimento do capital e seus asseclas. A própria relação entre valor de uso – base material do valor – e, valor de troca – forma social de valor - elucida bem essa situação da proeminência das formas sociais sobre as formas biológicas no ser social desenvolvido.

Outros momentos determinantes no ser social também nos ajudam a perceber como a relação entre base biológica e determinações sociais, no constante “recoo das barreiras naturais”, movimentos esses de afastamento, nunca de ruptura, se apresentam. Lukács recorrendo a Marx expõe esse movimento da seguinte maneira,

Apontamos, de início, para a alimentação indispensável à reprodução biológica de cada homem enquanto ser vivo; ao fazer isso, podemos partir do conhecido dito de Marx: “Fome é fome, mas fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com a mão, unha e dente”. Aqui está expressa com clareza a dupla determinidade: o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico (LUKÁCS, 2013, p. 172).

Nosso autor se vale desse argumento para apresentar outra característica fundamental colocada em movimento pela processualidade do devir social, a saber, o “desenvolvimento do gênero humano”. Segundo Lukács, essa categoria, gênero humano,

[...] vai se tornando socialmente consciente, o que necessariamente se expressa no fato de que, no início, somente os pequenos sistemas comunitários reais e, mais tarde, as nações se sentem unidos em termos de gênero, realizando o gênero humano, enquanto os que vivem fora desse âmbito são concebidos como mais ou menos excluídos dele. Somente com o surgimento e intensificação do mercado mundial é que o gênero humano foi posto na ordem do dia como problema geral que engloba todos os homens⁴⁸.

⁴⁸ Idem, p. 173.

Note-se que nessa passagem há pontos importantes para nossa análise. Em primeiro lugar, o movimento de formação do gênero humano, a qual se conecta com a, aquilo que já destacamos anteriormente, lei tendencial de aumento da socialidade das práxis humanas; em segundo lugar, Lukács já aponta para as transformações dos pequenos sistemas comunitários nos sistemas de nações, articulados “com o surgimento e intensificação do mercado mundial”, destacando o momento predominante do desenvolvimento das bases econômicas na integração mundial e do gênero humano subsumidos ao capital.

É importante ressaltar, levando em conta esse movimento de ampliação do gênero, que o Tratado de Vestfália, celebrado em 1648, é um marco no reconhecimento jurídico mútuo das nações e das noções de soberania, Estado-Nação, da igualdade jurídica entre os Estados, territorialidade, a não intervenção etc., em outras palavras, uma forma de garantir a paz no centro comercial do mundo naquele momento, isso é, na Europa, por meio da institucionalização dos acordos celebrados entre as diferentes classes dominantes. Esse acordo coloca fim na famosa Guerra dos Trinta Anos e acontece no mesmo ano do Tratado Hispano-Neerlandês, o qual coloca fim na Guerra dos Oitenta anos. Esse movimento de reconhecimento institucional por parte dos Estados membros é importante para garantir um território propício para o desenvolvimento e expansão do comércio mundial nessa fase de ascensão da burguesia e das transformações produtivas que já ocorriam na Inglaterra com o advento da gênese do sistema fabril. E, é exatamente essa expansão comercial dos séculos XVI e XVII que consolida as bases econômicas e a força política para a ascensão definitiva da burguesia enquanto classe dominante (incluindo aqui o gigantesco roubo das riquezas naturais e culturais dos povos colonizados que serão fundamentais para o salto definitivo para a industrialização – principalmente ouro e comércio de escravos⁴⁹).

⁴⁹ A título de exemplo, podemos citar o Tratado de Methuen, que ficou conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, celebrado em 1703 entre Inglaterra e Portugal e que vigorou até 1836. Entre os dispositivos desse tratado um deles criava uma cláusula de exclusivo comercial entre as referidas nações, incluídas aí as colônias portuguesas, as quais deveriam comprar os produtos têxteis da Inglaterra ao passo que essa nação compraria vinhos de Portugal (e alguns produtos coloniais produzidos pela mão de obra escrava nas colônias). Essa aliança comercial favoreceu o domínio das colônias além-mar de Portugal devido ao apoio logístico e militar no comércio de escravos, de produtos primários das colônias e do ouro, concedidos pelo Império britânico, e que ficou conhecido como comércio triangular entre África, Brasil e Europa (Inglaterra-Portugal principalmente). Os constantes desequilíbrios na balança comercial portuguesa, frutos da diferença de valores entre produtos primários (açúcar, tabaco etc.) e produtos manufaturados como os têxteis, fez com que – devido ao aumento da extração de ouro no Brasil – grandes fluxos desses metais fossem destinados a Inglaterra para produzir um equilíbrio nesse desarranjo comercial, proporcionando uma acumulação de capital que favoreceria mais tarde o financiamento das transformações produtivas que consolidariam a revolução industrial. Para mais detalhes sobre esse processo histórico ver: Celso Furtado em seu livro, *Formação econômica do Brasil*, 2003, p. 38, 39, 40, 41.

Lembremos que as Revoluções Puritana e Gloriosa que acontecem na Inglaterra no século XVII, são fundamentais para instituição da burguesia no poder nesse país, assim como dar forma e conteúdo a ideia de Estado liberal-burguês. Esses processos são de grande importância para a Revolução Industrial no início do século XVIII e para a Revolução Francesa de 1789 do mesmo século, marcos definitivos da hegemonia burguesa e do capital. Não podemos esquecer também que esses acontecimentos evidenciam a força ideológica do direito – do complexo jurídico – e da função essencial do Estado-Nação para a consolidação e reprodução do capital.

Tais fatos demonstram a interpenetração entre diferentes complexos sociais na totalidade histórica concreta e a socialidade crescente, tanto extensiva quanto intensivamente, de categorias cada vez mais sociais que se tornam fundamentais para a compreensão dos fenômenos e essências dos movimentos objetivos do ser social, ou seja, como tais mudanças ocorrem devido a mudanças de estrutura nas possibilidades concretas desenvolvidas nos complexos totais.

Essas digressões foram importantes para mostrar a materialidade do debate categorial que estamos resgatando, assim como apontar para temas que serão abordados ainda nesse capítulo, como o direito e o Estado, como partes dos complexos parciais fundamentais para a reprodução e para o complexo da educação como o conhecemos hoje. Voltemos agora para nossa explicação sobre os complexos parciais na reprodução.

Indicamos anteriormente a relação entre determinações biológicas e sociais no caso da fome, e Lukács (2013, p. 173) ainda destaca que a “[...] expansão do mercado mundial, do intercâmbio global, facilmente se pode observar como ‘cozinhas’ gradativamente se internacionalizam”. Pensemos hoje como que, com a expansão mundial do capital a praticamente quase todos os rincões da terra, facilmente podemos encontrar nas grandes cidades opções da gastronomia mundial a disposição das pessoas com poder aquisitivo suficiente para degustar desses prazeres do estômago, reforça a desigualdade de acesso a esses benefícios do mercado mundial, assim, destaca “O fato de isso atualmente assumir múltiplas formas de manipulação, de consumo por prestígio etc. evidencia justamente o alto grau de socialização também nesse âmbito⁵⁰”.

Quanto ao processo de desenvolvimento do mercado mundial, Lukács o relaciona com o surgimento do gênero humano não mais mudo no processo da reprodução da seguinte maneira,

⁵⁰ Idem, *ibid.*

O fato fundamental desse processo é a integração econômica da humanidade na forma de mercado mundial, que cria uma ligação factual entre todos os homens que corporificam a humanidade; mesmo que essa ligação seja mediada de muitas formas, ela é incontestável inclusive para a consciência individual. Esse processo e seu resultado, o gênero humano a caminho da sua realização, não são mudos em virtude do seu caráter social. Com efeito, do ponto de vista biológico, existe um gênero humano desde o momento em que ele se desliga objetivamente das espécies de primatas e se torna objetivamente um gênero próprio. Contudo, quando se examina esse gênero em sua totalidade biológica meramente objetiva, ele se revela tão mudo quanto aquele do qual se originou. A mudez só pôde cessar quando, em decorrência dos resultados objetivos e subjetivos do pôr teleológico no trabalho, na divisão do trabalho etc., os fundamentos da reprodução filogenética cessaram de ser meramente biológicos, quando foram encobertos, modificados, remodelados etc. por determinações sociais cada vez mais sólidas, cada vez mais dominantes. Contudo, o trabalho e a divisão do trabalho, considerados isoladamente – o que, justo neste ponto, certamente seria um erro desorientador –, superariam a mudez do gênero apenas objetivamente; uma superação autêntica só pode acontecer quando o gênero que deixou de ser mudo existe não mais só em si, mas alcança também o seu ser-para-si. (Já sabemos que esse processo se desenrolou na realidade de tal modo que comunidades humanas cada vez maiores se tornaram para seus membros uma corporificação do gênero que deixou de ser muda⁵¹).

Quanto a relação entre a reprodução filogenética e a reprodução ontogenética, outro destaque realizado por Lukács, se refere ao sexo, outra determinação biológica que assume diferentes formas de satisfação com o aumento das determinações sociais. Segundo Lukács (Idem, p. 174, 175)

Nisso tudo ganha expressão outro correto traço essencial da reprodução social com relação à sexualidade: atração sexual recíproca jamais perderá seu caráter essencialmente corporal, biológico, mas com a intensificação das categorias sociais o relacionamento sexual acolhe cada vez mais conteúdos, que de fato alcançam uma síntese mais ou menos orgânica na atração física, mas que possuem em relação a esta um caráter – direta ou mediadamente – humano social heterogêneo [...]. É o que ocorre hoje com a ideologia e práxis sexuais sem limites e espiritualmente esvaziadas. A intimidade erótica de cunho burguês jamais conseguiu superar realmente a opressão da mulher; disso surgiu uma vasta escala que vai da falsa consciência de sincera extrapolação até hipocrisia [...]. Portanto, quando – com razão – lançamos um olhar bastante crítico sobre essa moda do puro sexo, tampouco podemos ignorar esse ponto no desenvolvimento, embora naturalmente também nele categorias manipulatórias como consumo de prestígio etc. tenham um papel relevante.

Tais exemplos deixam claro que conteúdo e forma das relações sexuais no desenvolvimento das sociedades “[...] sobrepõe-se socialmente à sexualidade puramente biológica, ou a remodelam e modificam⁵²”. O autor ainda destaca que mesmo atento as grandes tendências histórico-mundiais, não devemos esquecer que também as formas fenomênicas podem penetrar “[...] profundamente até a dimensão corporal, influenciando

⁵¹ Idem, p. 199.

⁵² Idem, p. 175.

decisivamente o funcionamento dos instintos eróticos-sexuais com impactos que se estendem desde o vestuário até a cosmética;⁵³”. Essas transformações fenomênicas que atingem os instintos estão conectadas ao desenvolvimento de relações humanas muito importantes, pois relacionam o sentimento e instinto humano individual à compreensão de gênero humano histórico concreto.

Quanto a essa relação, Lukács, citando Marx nos *Manuscritos econômico filosóficos*, diz,

A relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a *relação do homem com a mulher*. Nesta relação genérica *natural* a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural*. Nesta relação *fica sensivelmente claro* portanto, e reduzido a um *factum* intuível, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser] essência humana do homem. A partir desta relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação (*die ganze Bildungsstufe*) do homem. Do caráter desta relação segue-se até que ponto o *ser humano* veio a ser e se aprendeu como *ser genérico*, como *ser humano*; a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* de ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento *natural* do ser humano se tornou *humano*, ou até que ponto a essência *humana* se tornou para ele essência *natural*, até que ponto sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza*. Nesta relação, também se mostra até que ponto a *carência* do ser humano se tornou carência *humana* para ele, portanto, até que ponto o *outro* ser humano como ser humano se tornou uma carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade (MARX, APUD Lukács, 2013, p. 175, 176. Grifo no original)

Lukács alerta, na sequência, que o termo “natureza” utilizado por Marx, na passagem citada, não deve ser compreendida só como simples ser biológico, mas sim também relacionado a um conceito de valor originado no próprio ser social, conectado a uma “intenção voluntária e espontânea” do ser humano em si mesmo realizar as determinações do gênero. Isso significa que o ser social, humano, é um processo do vir a ser e formar-se homem do próprio homem, tanto em sua existência individual quanto coletiva, em contato com a natureza biológica e suas determinações transformadas pela práxis humana, cujas deformações também são determinações sociais e não mais biológicas.

E é exatamente nestas relações mais primordiais do ser humano com a natureza – no trabalho - e do ser humano com outro ser humano – no sexo e no amor - em seu processo de reprodução mais elementar, em suas práxis, que o ser social vai se desenvolvendo à patamares cada vez mais elevados de sociabilidade e, concomitante a esse movimento, suas categorias e determinações vão se tornando cada vez mais sociais. O desenvolvimento da consciência – principalmente por meio da captura do reflexo do mundo objetivo -, da linguagem – que vai

⁵³⁵³ Idem, *ibid.*

nomeando objetos e relações através de generalizações -, que conceitos como singularidade, universalidade e particularidade vão fazendo parte da vida concreta dos sujeitos, mesmo que ainda não se tenha consciência da operacionalidade e conteúdos teóricos-filosóficos que mais tarde serão desenvolvidos sobre eles, afinal, como já indicamos anteriormente, “as categorias são formas de ser, determinações da existência” capturadas abstratamente pelos sujeitos.

Desse modo, por meio dessa complexificação, cujo desenvolvimento coloca para o exemplar do gênero uma condição de apropriação das conquistas já alcançadas pelo gênero para que aquele se integre e faça parte desse, é que podemos encontrar de maneira mais objetiva elementos do complexo da educação. E, nesse novo complexo, por meio dessas “atividades que costumamos chamar de educação”, que Lukács acredita que podemos apreender “a peculiaridade específica do ser social”, a qual torna evidente as mudanças qualitativas dessa nova forma de ser frente as determinações biológicas dos animais e a cristalização de suas determinações sociais.

2.2 Reprodução e o complexo da educação

Chegamos no ponto da exposição na obra de Lukács no qual é possível encontrar o tratamento mais sistematizado sobre o tema da educação ao longo de sua *Ontologia*. Existem outras passagens mais alusivas ou meramente indicativas ao longo do capítulo da *reprodução* sobre esse complexo de atividades, assim como em seu capítulo dedicado a *ideologia*, tema que será retomado por nós no próximo capítulo da presente tese. No entanto, voltaremos agora nosso foco para compreender a essência desse processo descrito por Lukács, assim como indicar sumariamente sua interação com outros complexos na totalidade social.

Quando o pensador magiar decide adensar no complexo de problemas referentes a educação, ele o faz no sentido de marcar como tal práxis social é qualitativamente diferente dos processos de aprendizado no reino animal e, com isso, já pressupõe uma outra vasta gama de complexos presentes e desenvolvidos no ser social. Consciência, trabalho, linguagem, socialidade, pores teleológicos secundários etc., já são complexos ativos nessa esfera do ser, possibilitando assim a concretização de atividades formativas/educativas. Estamos aqui ainda tratando dos primórdios desse complexo parcial, não do nível já desenvolvido do complexo da educação no capitalismo atual. Mas, mesmo assim, pensamos, apoiados em Lukács, que os traços essenciais dessa práxis, sua substância, já estão presente desde fases muito iniciais do processo histórico de desenvolvimento do ser social, cuja evolução apresentará manifestações

fenomênicas distintas, contudo, existem elementos de continuidade na mudança que se preservam no desenrolar objetivo do complexo da educação.

Ao chamar a atenção para a peculiaridade específica do ser social em relação a educação, Lukács está se referindo a possibilidade de analogias que podem ser feitas com algumas espécies de animais superiores, no entanto, segundo nosso autor, tais analogias perdem força ao “[...]ponderarmos que o auxílio que animais adultos dão aos seus filhotes se reduz à apropriação de uma vez por todas, com destreza correspondente à espécie, de certos comportamentos que permanecem indispensáveis por toda vida” (2013, p. 176).

No entanto, Lukács defende que o “[...] essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a decorrer depois em sua vida⁵⁴”. Isso significa que, a educação no ser social já se caracteriza, segundo nosso autor, por traços categoriais próprios incorporados inicialmente pelo trabalho – tendência de o remeter em sua práxis sempre para além de si mesmo – e pela tendência de aumento da socialidade cada vez mais intensiva e extensiva dessa forma de ser, além de categorias como alternativas, escolhas, valor etc., as quais já são formas de ser categoriais especificamente humanas.

De acordo com o filósofo húngaro (2013, p. 176,177),

Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou [...] Tal fato já mostra que, entre educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira metafísica. Entretanto, em termos imediatamente práticos ela está traçada, ainda que de maneira extremamente diferentes, dependendo das sociedades e classes.

Essa definição, como já adiantada anteriormente, entre educação no sentido amplo e educação no sentido estrito, se relaciona diretamente com a forma e o conteúdo que tais práxis assumem em diferentes períodos históricos, sendo as duas, manifestações permanentes desse complexo, determinações ontológicas presentes no ser da educação independentemente do período histórico nos quais tais atividades se desenrolam. Isso significa que mesmo em períodos como da caça e da coleta, certos ensinamentos necessários aconteciam de forma ampla – espontaneamente apreendidos pela observação e vivência e, outros, cujos conteúdos já demandavam uma ação mais conscientemente elaborada, mas sistematizada, também permanecem presentes, assim, essa duplicidade continuará atuante nesse complexo do ser

⁵⁴ Idem, *ibid.*

social mesmo em diferentes formas de organização social. Pois como nos alerta Lukács, “não pode haver uma fronteira metafísica” entre as duas.

O que de fato ocorre, em diferentes momentos históricos, diretamente relacionado ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e da organização social da produção, é que pode haver diferenças em como essas duas facetas do complexo educação se articulam, isso é, qual das duas se torna preponderante devido ao nível de complexificação alcançado em determinadas sociedades, num rumo de desenvolvimento que não é linear, mas que carrega consigo uma importante determinação, por nós já muito destacada, do aumento das categorias e de determinação sociais. Isso significa que as diferentes maneiras nas quais sua manifestação fenomênica se realiza estão em relação direta a organização social e as divisões em classes. Segundo Lukács (2013, p. 177), “Se hoje não há mais crianças pequenas trabalhando nas fábricas, como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas, mas em virtude do desenvolvimento da indústria e sobretudo da luta de classes”.

Em outras palavras, da sempre cada vez mais intensa socialidade do ser social, mesmo que objetivamente, no curso da história avanços e retrocessos tenham acontecido, na articulação entre educação ampla e restrita, a tendência de ser cada vez mais social do ser humano, apresenta, principalmente a partir do século XX, uma preponderância da educação restrita, mas isso não significa que a educação ampla tenha sumido ou desaparecido do complexo da educação. Ao contrário, o fato de que nas sociedades subsumidas ao capital, organizadas sob a batuta do Estado, nas quais a forma preponderante da educação se desenvolva majoritariamente em sua manifestação restrita – principalmente na forma escola (que não é a única forma de educação restrita) – não diminui a manifestação da educação ampla, a reforça, pois padrões de conduta, valores, tradições, a moral etc., acabam ficando à cargo da observação, da aprendizagem espontânea no contato dos sujeitos desde cedo com suas famílias, amigos, vizinhança, comunidade, etc.

Quando na segunda parte do presente capítulo sublinhamos a importância do Tratado de Vestfália de 1648, para o desenvolvimento do comércio, consolidação do capital, formação e institucionalização do sistema internacional de Estados, do próprio Estado-nação e seus adereços – uma bandeira, um território, uma língua, um hino etc. – tínhamos em mente que esses processos também são responsáveis e desencadeiam toda uma nova gama de tradições, costumes, culturas que passaram a fazer parte dos processos formativos dos sujeitos desses específicos territórios identificados com a ideia de suas respectivas nações, as quais se valem

tanto de percursos de uma educação restrita, mas também de uma educação ampla para corporificar nos sujeitos o sentimento de pertencimento as suas respectivas nacionalidades.

Vejamos como o tema ‘nação’ aparece em nosso autor. Segundo Lukács (2013, p. 277),

Pense-se, por exemplo, no conceito geral “nação”. É muito fácil concebê-lo como simples fenômeno decorrente das lutas de classe; numa subsunção demasiadamente linear, todos os traços ontológicos determinantes da nação são apagados, sendo que não se pode esquecer que um conceito geral, formulado a partir de seus modos de manifestação concretos, existentes propriamente-assim, necessariamente levará a um beco sem saída da generalidade abstrata que não explica nada. Está claro que somente partindo do respectivo ser-propriadamente-assim da nação, extremamente diferenciado nas diferentes épocas, somente partindo da respectiva interação das leis, cuja síntese a nação é em cada caso, poderemos chegar a um conhecimento que corresponde à realidade, avançando rumo às transformações histórico-sociais, às quais ela está sujeita no curso da mudança da totalidade social, sendo obviamente a da estrutura econômica seu momento predominante.

Procedendo assim, torna-se simultaneamente compreensível que essa intenção ontológica direcionada para o ser-propriadamente-assim dos complexos sociais está indissociavelmente vinculada com a concepção ontológica histórico-dinâmica da substancialidade, da qual já tratamos, ou seja, como autoconservação de uma essência transformando-se em meio à constante mudança.

Nessa passagem Lukács reforça que o sentido ontológico na apreensão dos objetos deve sempre partir do ser-propriadamente-assim existente diferenciando-o em sua diversas manifestações históricas e de sua necessária interação com outros complexos, na respectiva totalidade da qual faz parte, atento a influência da estrutura econômica enquanto momento predominante, apreendendo suas “transformações histórico-sociais” “vinculada com a concepção ontológica histórico-dinâmica da substancialidade”, isso é, apreender no movimento concreto do objeto o que se mantém enquanto “autoconservação de uma essência transformando-se em meio a constante mudança” (esse procedimento descrito serve tanto para apreender o conceito de nação como o conceito de educação; o que vale aqui é a intenção ontológica colocada na apreensão dos objetos e fenômenos).

É digno de nota que no caso da formação da República Federativa do Brasil, em fins do século XIX, o sentimento de pertencimento a nação brasileira não foi imediato – relatado de forma jocosa tanto na literatura⁵⁵ como em textos jornalísticos do período - e, mesmo no século XX e até mesmo no início do século XXI, não faltam exemplos de tentativas separatistas por parte de frações da classe dominante de diferentes estados da república que

⁵⁵ As obras de Lima Barreto são um bom exemplo na literatura e no jornalismo.

reforçam a ideia dos muitos ‘brasis’ dentro do Brasil⁵⁶e, que, mesmo tendo passado por diferentes Constituições normativas⁵⁷, permanece a substância de uma nação extremamente desigual e controlada desde cima por uma classe dominante apartada das questões sociais, cuja formação em diferentes frações se manifesta em muitas ocasiões no sentimento de não pertencimento a nação devido aos interesses divergentes que a compõe, mas sempre unidas quanto a manutenção de seu *status-quo* socioeconômico (as formas de procedimento podem ser diferentes mas o conteúdo é o mesmo).

Voltemos ao nosso tema central, a relação da reprodução com a educação.

Outro ponto importante presente na passagem destacada anteriormente sobre a educação, é a inconclusividade do processo educativo. Como a história humana não é teleológica e uma de suas principais marcas em sua reprodução é a produção incessante do novo, o processo educativo enquanto mediação entre exemplar e o gênero pode ser compreendida enquanto veículo que busca preservar elementos de continuidade do ser na mudança, conduzindo a reação de maneira adequada “aos acontecimentos e as situações novas que vierem a ocorrer em sua vida”, demandando sempre uma prontidão para novas apropriações e conhecimentos para adequação do sujeito em seu devir histórico objetivo e social.

O pensador húngaro indica que “se hoje a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então também esse período de tempo liberado para a educação é um produto do desenvolvimento industrial” (LUKÁCS, 2013, p.177). Ou seja, o ritmo, desenvolvimento, alcance, conteúdo etc., da educação não é uma determinação interna desse complexo, mas sim resultado de uma série de interpenetrações de outros complexos sociais, cuja determinação em última instância se encontra nas bases materiais de produção e reprodução da existência humana e no movimento total dessas interações.

⁵⁶ Para dar alguns exemplos temos o movimento O Sul é Meu País, o movimento São Paulo Livre, o movimento São Paulo Independente, entre outros, que expressam ainda em pleno século XXI o sentimento de não pertencimento a ideia forjada artificialmente de união nacional. Sem contar o movimento de ultradireita dos ditos ‘patriotas’, que se escondem atrás da simbologia nacional – bandeira, hino, camisas da seleção – para defender a ideia específica de um grupo, seus interesses e visão de mundo, buscando impor suas perspectivas de nação e patriotismo a toda população do território nacional, por vezes até de forma violenta.

⁵⁷ Oficialmente, reconhecidas pelo Estado brasileiro, temos 7 diferentes textos constitucionais, são eles: o de 1824 ainda no período do Império; o de 1891, logo na sequência da proclamação da República de 1889; a constituição de 1934 conhecido como período da segunda república; a de 1937 do Estado Novo, durante a ditadura varguista; a de 1946 que retomava os princípios democráticos na onda internacional das independências dos países pós Segunda Guerra; a Constituição de 1967 promulgada durante a ditadura militar que se estendeu de 1964 a 1985; e a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a qual hoje já parece uma colcha de retalhos dividida a tantas emendas realizadas nos últimos 30 anos.

Lukács prossegue argumentando que toda e qualquer “[...] sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc., de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são consequências das carências sociais daí surgidas⁵⁸” e, se a permanência dessas circunstâncias modificadas pelas carências sociais que as originam durar tempo suficiente, “elas terão certos efeitos sobre a constituição física e psíquica dos homens”. No entanto, adverte que, “o tipo de aristocrata inglês que se mantém por tanto tempo é bem menos um produto da hereditariedade que do cunho que lhe é impresso pela educação de Eton até Oxford-Cambridge⁵⁹”. e na sequência arremata,

De modo geral, na consideração do longo período de conservação de tipos de classes ou de profissões, deve-se pensar antes de tudo em tais cunhagens, sendo que nesse caso, a educação no sentido mais amplo – de muitos modos espontânea – obviamente desempenha um papel no mínimo equivalente ao da educação no sentido mais estrito. Quando aquela perde seu rigor ou até se encaminha para dissolução em termos sociais, a “hereditariedade” perde sua capacidade de produzir tipos⁶⁰.

O filósofo húngaro se vale de um exemplo extraído de uma obra de Thomas Mann para oferecer um retrato estético da situação na qual a educação ampla perde seu rigor e se encaminha para a dissolução frente as transformações sociais, indicando que

Pode-se observar a instrutiva descrição de semelhante processo de dissolução no romance *Buddenbrooks*, de Thomas Mann, e ver como toda tradição reproduzida pela educação em sentido mais amplo está condenada ao desaparecimento assim que a reprodução da sociedade como um todo lhe subtrai as possibilidades de desdobramentos, de exercer influência, de buscar alternativas reais presentes e futuras; o fato de que esse fracasso da tradição proveniente da educação pode se manifestar de maneiras tão opostas quanto em Thomas e Christian Buddenbrook apenas reforça a legalidade geral que aqui se externa: confrontado com as gerações mais antigas, Thomas e Christian confluem para um tipo único de fracasso⁶¹.

Outros exemplos poderiam ser extraídos das aventuras cavaleirescas na obra de Cervantes, na qual as ‘quixotescas’ lutas com seus moinhos de vento representam a limitação de uma educação ampla que ainda não entendeu as mudanças em curso em um período de transição, do velho que se nega a morrer, do novo que demora a nascer e de uma educação que tarda em acompanhar tais transformações.

Dessa forma, Lukács indica que a problemática da educação está relacionada ao problema na qual se funda, isso é,

⁵⁸ Idem, *ibid.*

⁵⁹ Idem, *ibid.*

⁶⁰ Idem, p. 177, 178.

⁶¹ Idem, p. 178.

[...] sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida de modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução social; que ela, a longo prazo fracasse – parcialmente – de modo igualmente ininterrupto constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução (LUKÁCS, 2013, p. 178).

E concluí essa extensa passagem sobre a educação indicando que,

Como sempre fizemos, enfatizamos também aqui que o desenvolvimento para um patamar superior é pensado no sentido ontológico-objetivo e não no sentido valorativo. De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico-formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico-objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de realização de um gênero humano não mais mudo e, desse modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral (cada vez mais social)⁶².

Assim, temos que o complexo da educação, de acordo com as argumentações de Lukács em sua *Ontologia*, está essencialmente fundado na intenção de influenciar os homens a responder, de modo socialmente intencionado, às questões e conflitos colocados pelo desenvolvimento processual do ser social de maneira a garantir, por meio de uma práxis social contínua – tanto ampla quanto restrita -, a reprodução do gênero mesmo diante de situações novas que venham a ocorrer na vida dos sujeitos.

Mas por se tratar de um por teleológico secundário, que tem como objeto o próprio ser humano, pondo a finalidade em um direcionamento da reação do sujeito ou grupo que é objeto do pôr, e que, por suas próprias características os sujeitos tendem a escolher entre as possibilidades e alternativas colocadas de modo objetivo para sua decisão e, devido as desigualdades da reprodução e a tendencia de sempre produzir situações novas e contraditórias, o coeficiente de controle sobre o resultado desse pôr é sempre parcial e inconclusivo. O complexo da educação, portanto, garante certa continuidade na mudança, mas de modo parcial fracassa por estar sempre a reboque da realidade, não criando a realidade, pois mesmo a “educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente” os sujeitos devido a tendencia – desigual e contraditória – do

⁶² Idem, *ibid.*

“desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução”.

Com isso, a função social do complexo da educação, enquanto um dos aspectos do processo de reprodução, está relacionada ao movimento de “integração das comunidades humanas singulares” e a “realização de um gênero humano não mais mudo”, impulsionando a *dýnamis* da “individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral, cada vez mais social”. Em outras palavras, o complexo da educação faz a mediação entre as comunidades humanas singulares e o gênero não mais mudo, no cotejamento entre determinações biológicas e sociais, concomitantemente a transformação do exemplar singular do gênero em individualidade desdobrada, em personalidade humana, garantindo concretude a sua substância, mas, temos que alertar que o complexo da educação não realiza essa função, esse processo, sozinho, realiza – parcialmente - na miríade de complexos do complexo social que forma o ser humano.

2.3 Generalização e formação humana: a complexificação social

O devir social é um processo constante de formação dos sujeitos a novas etapas da complexificação social alçada a patamares elevados de produção e reprodução da existência humana por meio da própria atividade humana, na mediação constante entre diversos complexos no complexo total social na relação entre indivíduo, sociedade e natureza. Esse movimento só pode ser realizado na mediação constante do complexo da educação e de outros complexos sociais indispensáveis para objetivar o via a ser do ser social.

Vejamos como o filósofo húngaro detalha esses movimentos concretos e de seus respectivos complexos categoriais.

De acordo com Lukács (2013, p. 201):

O ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta; a sua substância enquanto ser é por essência uma substância que se modifica ininterruptamente, consistindo justamente em que a mudança incessante produz de maneira sempre renovada e em constante intensificação quantitativa e qualitativa os traços especificamente substanciais do ser social.

Nessa passagem o autor reforça o movimento ininterrupto do devir do ser social na reprodução, na múltipla determinação entre indivíduo e sociedade, explicitando a modificação ininterrupta, a qual produz, “de maneira sempre renovada e em constante intensificação quantitativa e qualitativa”, alterações nos traços específicos da substância no ser social. O

conceito de substância aqui abordado e, não aprofundado, será retomado mais adiante para alcançar uma definição mais refinada e remetida especificamente ao ser social.

Para tanto, seguindo a linha de exposição lukacsiana, frente a essa dualidade da reprodução dinâmica entre duas esferas do ser – a reprodução biológica e a totalidade social (do homem singular e da própria sociedade), Lukács vai apresentando momentos fundamentais desse processo. De acordo com ele,

Em tudo isso, torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; mais exatamente, como a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável (LUKÁCS, 2013, p. 204).

Ele argumenta como por meio da adaptação ativa do trabalho o ser humano não se reproduz mais como ser meramente biológico, mas por atividades e relações sempre mediadas pela sociedade, nas quais “[...] o afastamento da barreira natural tantas vezes mencionado aclara-se no sentido de que a sociedade se tornou aqui um *medium* ineliminável da mediação entre homem e natureza⁶³”. Ainda de acordo com Lukács,

A constante reprodução de trabalho, divisão do trabalho etc. torna esse *medium* da mediação cada vez mais emaranhado, cada vez mais denso, abrangendo cada vez mais todo o ser dos homens, de modo que em muitos casos singulares não se é mais imediatamente evidente, mas só se consegue descobrir através de análises, que determinadas mudanças do homem, de sua atividade, de suas relações etc. têm sua origem ontológica no metabolismo da sociedade com a natureza⁶⁴.

Todas essas transformações colocam para o ser humano, em seu processo ininterrupto de modificação, a “[...] dialética do conscientemente e do espontaneamente provocado nos homens pelo desenvolvimento” (Lukács, 2013, p. 205) cuja apreensão equivocada pode turvar a dinâmica própria do ser social da múltipla influência entre a práxis ativa dos seres humanos – efetivada por meio de suas decisões alternativas e, a determinação do ambiente. Para Lukács,

Na realidade, as alternativas são postas concretamente pelo metabolismo da sociedade com a natureza. O homem precisa reagir a elas, sob pena de ruína, com decisões alternativas ativas, com novos pores teleológicos. Na sua execução prática,

⁶³ Idem, p. 205.

⁶⁴ Idem, *ibid.*

são liberadas e atualizadas nele possibilidades (no sentido aristotélico da *dýnamis*, já exposto anteriormente). Ora, ao serem enquadradas na reprodução social dos homens, de forma socialmente fixada, as alternativas postas e respondidas corretamente – corretamente no sentido de que correspondem às “exigências do dia” – são postas como partes integrantes do fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade, consolidando-se, ao mesmo tempo, como crescimento da capacidade de vida da sociedade em seu todo e como difusão e aprofundamento das capacidades individuais do homem singular⁶⁵.

O autor expõe, desse modo, que tal peculiaridade da reprodução do ser social em sua constituição reforça o caráter particular de sua continuidade, pois garante esse fluxo contínuo da reprodução tanto do ser humano particular quanto da sociedade. Mas devemos advertir que essa consolidação do crescimento da capacidade da vida em sociedade e o aprofundamento das capacidades individuais do homem singular não ocorre de modo igualitário e conjunto. Ao contrário, mesmo com o desenvolvimento das capacidades crescentes da sociedade, as capacidades individuais, na maioria das vezes, não acompanham esse desenvolvimento, elucidando mais uma vez as desigualdades no processo de reprodução, principalmente com a divisão em classes. Lukács se refere a uma situação na qual, “O que existe, portanto, se for possível descrever paradoxalmente uma condição paradoxal, é o gênero humano não mais mudo num modo fenomênico ainda mudo, o ser-para-si do gênero no estágio do seu mero ser-em-si” (LUKÁCS, 2013, p. 207).

Essa situação paradoxal faz com que o autor afirme “[...] que o ser-para-si propriamente dito do gênero humano, a sua mudez totalmente superada até hoje não foi alcançada⁶⁶”, principalmente em razão de que mesmo sendo o trabalho do homem singular, social em sua essência, e que, tal movimento produza sua autogeneralização social, ou seja, a ascensão do particular para a genericidade, a conscientização desse movimento não é automática na consciência dos sujeitos, ela é um devir gradativo, processual e contínuo, além de marcado pela desigualdade, isso é, a consciência aparece como produto do processo objetivo, enquanto expressão plenificada, registro processual “[...] cuja continuidade conduz e dirige formas e conteúdos da consciência, os quais, no entanto, não poderiam se realizar como aquilo que por essência são sem uma transposição para a consciência⁶⁷”.

Dessa forma, ainda de acordo com Lukács,

Portanto, na continuidade do processo, a consciência deve se desenvolver continuamente, deve preservar dentro de si o já alcançado como base para o que virá, como trampolim para o mais elevado, deve constantemente elevar à consciência o respectivo estágio já alcançado, mas de modo tal que, ao mesmo

⁶⁵ Idem, p. 206.

⁶⁶ Idem, *ibid.*

⁶⁷ Idem, p. 208.

tempo, esteja aberta – na medida do possível – para não barrar os caminhos à continuidade rumo ao futuro. Por ser tal órgão da continuidade, a consciência representa constantemente certo estágio de desenvolvimento do ser e deve, por essa razão, acolher em si as barreiras dele como as suas próprias barreiras, e ela mesma inclusive só pode concretizar-se – de acordo com sua essência –, em última análise, em correspondência com o referido estágio. Essa presentidade da consciência, essa vinculação da consciência com o presente, simultaneamente vincula passado e futuro; ao fazer isso, também os seus limites, as suas incompletudes, as suas limitações etc. constituem momentos de sustentação, momentos indispensáveis daquela nova continuidade que surge no âmbito do ser social⁶⁸.

Toda essa profunda argumentação sobre a consciência, retomada em amplitude e extensão por Lukács, não se refere a consciência apresentada como manifestação superadora da condição de epifenômeno biológico, aquela consciência do salto ontológico sobre a qual discorreremos na segunda parte do trabalho, mas sim como consciência em processo de reprodução objetiva no ser social, de seu movimento geral, de sua continuidade, portanto, “[...] aquela consciência que consolida definitivamente a realidade deste [e que] não pode jamais ser apreendida adequadamente quando não se procura compreender a consciência ontologicamente”, enquanto momento real do desenvolvimento social concreto (LUKÁCS, 2013, p. 208).

O essencial de tal argumentação se caracteriza por marcar o real papel da consciência do processo social em sua continuidade. Quanto a esse movimento, ainda de acordo com Lukács,

Para que possa vincular, por meio do espelhamento do presente, por meio do posicionamento prático diante de suas alternativas concretas e de suas experiências, o passado com o futuro e com as tarefas ainda desconhecidas propostas por ela no passado, a consciência precisa ter uma intenção espontânea direcionada para a melhor reprodução possível daquela vida individual a que pertence, cuja promoção constitui a tarefa imediata de sua vida. Portanto, a consciência com que agora estamos nos ocupando é a consciência do homem cotidiano, da vida cotidiana, da práxis cotidiana. Como expus detalhadamente em outra parte, nesse âmbito, o enlace imediato de teoria e práxis constitui a marca essencial centralmente característica; desse modo, a continuidade imediata das condições de reprodução da respectiva vida individual converte-se no momento decisivo do interesse pela realidade, da seleção do que nela deve ser preservado etc. Nesse tocante, não se pode esquecer, porém, que, em conformidade com o plano subjetivo da consciência, a reprodução do homem singular particular possui a supremacia, mas que os atos práticos do homem – independentemente do fato de que essa conexão seja elevada à consciência dos indivíduos – em sua esmagadora maioria pertencem objetivamente à esfera da genericidade.[...] Desse modo, surge, não só no processo total objetivo que está na base da vida cotidiana, mas também nas manifestações da vida cotidiana que ocorrem em conformidade com a consciência, uma união entre o particular-individual e o genérico-social que não pode ser dissociada nem delimitada. Se isso já está necessariamente presente nos atos individuais, é óbvio que estará muito mais intensamente naquelas interações que se originam forçosamente da ação conjunta dos homens (divisão do trabalho etc.). Digno de nota, nisso tudo, é que, na

⁶⁸ Idem, Ibid.

sumarização, na sintetização de tais atos individuais em orientações, tendências, correntes etc. sociais, os momentos sociais necessariamente alcançam uma supremacia, empurrando para o segundo plano e muitas vezes até fazendo desaparecer as meras particularidades. Isso se dá de tal modo que, quando o indivíduo se depara com tais tendências na vida cotidiana, o que naturalmente acontece de modo ininterrupto, estas já atuam sobre ele como forças sociais, reforçando nele o momento genérico-social – não importando se sua reação a elas é de anuência ou de negação. Essas sumarizações e sínteses passam a ser o lugar em que a continuidade do social ganha expressão de modo marcante e eficaz. Elas corporificam um tipo de memória da sociedade, que preserva as conquistas do passado e do presente, fazendo delas veículos, pressupostos, pontos de apoio do desenvolvimento para um patamar superior no futuro⁶⁹.

O que Lukács expõe nessas argumentações é o detalhamento do fato de que a consciência figura como *medium* mediador da continuidade. A função que aquela tem sobre estas retroações modificadoras, pois, ao conservar e preservar conquistas do passado e do presente na memória, a consciência influencia constantemente todo acontecimento posterior. É claro que para nós, em nossa argumentação sobre o complexo da educação, a retomada descritiva detalhada desse processo da consciência em Lukács no capítulo da *reprodução* em sua *Ontologia*, está intimamente relacionado ao nosso objeto e de sua relação com a ideologia, da qual trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo. De tal forma que, para que a consciência dos sujeitos, os quais se adaptam ativamente as condições objetivas que encontram postas de seu nascimento até sua morte, é fundamental a mediação de um processo educativo – tanto amplo quanto restrito – sem o qual se tornaria irrealizável a transmissão das conquistas do passado e do presente, enquanto veículo, pressupostos, enquanto pontos de apoio para a concretização da elevação à novos patamares no futuro, tanto de permanências quanto de rupturas.

Em outras palavras, por ser o complexo da educação uma práxis social materializada por meio de um pôr teleológico de segundo tipo, isso é, por estar direcionada a consciência de outras pessoas, apreender as determinações da própria consciência é fundamental para compreender a função dele assim como seus limites e possibilidades em seu ser prático. Sabemos que a educação não é a única forma de pores teleológicos secundários, os quais na sociedade cada vez mais social assumem proeminência em relação aos pores primários, mas por ser um pôr teleológico marcado por esse direcionamento à consciência, carrega consigo essa característica em sua formação, na preparação dos sujeitos, tanto espontaneamente – mediado por uma educação ampla -, quanto em processos mais sistematizados e

⁶⁹ Idem, p. 209, 210.

conscientemente elaborados da educação restrita, na mediação entre o sujeito e a sociedade para qual aquele se encontra em formação.

Para que esse processo de transmissão de valores, conteúdos, conhecimentos, normas de conduta etc., possa acontecer no complexo da educação e, para que esse devir da consciência se torne objetivo nos sujeitos, para que a continuidade se torne concreta na reprodução dos sujeitos à patamares superiores, existe a necessidade de uma outra mediação, ou, de um órgão mediador para esse processo e, segundo Lukács, esse pode ser encontrado na linguagem. De acordo com nosso autor, “[...] consideramos a linguagem como órgão médium da continuidade no ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 213).

Após ter estabelecido o papel da consciência na reprodução em seus traços mais gerais, Lukács se dedica a explicar qual é o *medium* objetivo desse processo em desenvolvimento, isso é, de acordo com o pensador húngaro,

Ficou claro agora que só com a linguagem surge, no sentido subjetivo, um órgão, no sentido objetivo, um *medium*, um complexo, com o auxílio do qual uma reprodução pode efetuar-se em circunstâncias tão radicalmente modificadas: como preservação da continuidade do gênero em meio à mudança ininterrupta de todos os momentos, tanto subjetivos como objetivos, da reprodução. Vimos que, para isso, é indispensável uma transposição dessas mudanças para a consciência, mais precisamente, no duplo sentido de preservar e aperfeiçoar, sendo que esses dois momentos necessariamente confluem no processo de reprodução, complementando-se mutuamente, ainda que muitas vezes de modo contraditório: a preservação pode até gerar tendências de fixação definitiva do que foi conquistado em dado momento e de fato o faz muitas vezes no curso da história, mas a orientação principal de sua função consiste mesmo em converter o que foi adquirido no passado em base para um desenvolvimento subsequente, para uma solução de novas questões postas pela sociedade⁷⁰.

O exposto na presente passagem ressalta exatamente essa característica que a linguagem assume de um complexo auxiliar da reprodução em meio as constantes transformações, tanto objetivas quanto subjetivas, colocadas em prática pela atividade finalística dos sujeitos. O autor destaca também o movimento de transposição das mudanças para a consciência, no duplo sentido de preservar e aperfeiçoar, as quais confluem no processo de reprodução marcado pela contradição entre a fixação definitiva e busca por soluções aos novos problemas colocados pela sociedade em seu constante vir a ser. Mas os novos problemas colocados por essa duplicidade para a solução dos sujeitos não são atinentes a própria consciência ou linguagem dos sujeitos, ainda de acordo com Lukács,

Essa duplicidade da função de preservar não é, contudo, algo precipuamente atinente à consciência; é o próprio desenvolvimento objetivo, socioeconômico da sociedade

⁷⁰ Idem, p. 215.

que confronta os seus membros com novas decisões alternativas ou encerra seu horizonte no que já foi alcançado. A função da consciência nesse processo consiste sobretudo em ter condições de cumprir as duas tarefas; é claro que aqui tampouco se pode pensar num acomodar-se mecânico à situação social do respectivo momento. Como as alternativas se condensam em decisões de modo imediato na consciência, essa estrutura, quaisquer que sejam as motivações que, em última instância, tornarem-se decisivas, também deve impor-se na função social da preservação: dependendo das circunstâncias, a consciência pode tanto adotar uma postura conservadora e permanecer aquém do atualmente necessário em termos sociais, exercendo uma influência inibidora sobre o avanço, quanto adotar uma postura revolucionária e exigir novos passos, cuja realização material ainda não amadureceu no plano social⁷¹.

Novamente nessa passagem podemos encontrar traços importantes para nossos objetivos na presente tese. Vejamos que em primeiro lugar Lukács registra que a duplicidade da função de preservar não é algo essencialmente ligado a consciência, mas sim ao próprio desenvolvimento objetivo do ser social, das questões surgidas no âmbito socioeconômico – de suas determinações materiais -, as quais apresentam para os sujeitos novas decisões alternativas ou a sua permanência em um horizonte fechado, limitado. Em segundo lugar, nesse processo de tornar as alternativas em decisões condensadas imediatamente na consciência, essa estrutura se torna decisiva e, se impõe também a função social da preservação, a qual pode conduzir o ser a adotar uma postura conservadora, inibindo os avanços ou, por outro lado, fazer emergir uma postura revolucionária que exige novos passos e caminhos, mesmo que sua realização material ainda não esteja madura socialmente.

Ora, temos destacado nessa etapa de nosso trabalho essa característica essencial do complexo da educação no tocante ao direcionamento das respostas às questões colocadas aos sujeitos em sua vida, isso é, como que essa práxis social “consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a decorrer depois em sua vida”.

Em outras palavras, “sua essência consiste [e se materializa] em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida de modo socialmente intencionado”, dentro de certos limites estabelecidos idealmente – pelo pôr teleológico educativo - e objetivamente – pelas condições objetivas herdadas do passado -, na práxis social do complexo educativo, delimitando o campo de possibilidades do agir sujeitos diretamente relacionado ao nível do desenvolvimento e do estágio alcançado na reprodução do gênero dentro do quadro das determinações históricas, de um determinado período e, de uma determinada configuração da divisão de classes.

⁷¹ Idem, p. 215, 216.

Contudo, se, no entanto, não considerarmos esses momentos da superação, da ruptura, dos movimentos revolucionários, os quais também se apresentam enquanto possibilidade social, mesmo que as condições materiais ainda não estejam amadurecidas, não compreenderíamos a contradição dialética do próprio devir humano auxiliado pelo complexo educativo, pela consciência dos sujeitos e por outros complexos mediadores na totalidade social. O que interessa demarcar é que, se excluirmos a contradição do complexo da educação e buscarmos aprendê-lo apenas em sua manifestação reprodutiva, novos horizontes possíveis estariam sempre fechados á nossa frente e a história se fecharia em toda sua amplitude e extensão na repetição monótona do mesmo.

Mas a história é sagaz, pois é feita pelos próprios seres humanos; mesmo que sob condições objetivas determinadas pelo passado, a humanidade sempre se renovou, sempre se transformou; e, para que essas condições sociais amadureçam, para que essa postura revolucionária se concretize em substância do ser social, por meio da consolidação da estrutura de decisões alternativas plasmadas na consciência do sujeito de forma imediata ou mediata, o complexo da educação não pode ser menosprezado. Ele por si só não garante esse movimento e essa postura revolucionária, mas tal movimento e comportamento não podem prescindir do complexo da educação.

Aqui, entretanto, estamos cientes das determinações objetivas da base material de produção e reprodução da existência humana, do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da organização social da produção enquanto fatores determinantes do campo de possibilidades da superação de um tipo específico de sociabilidade. Mas, tais limitações não são mecânicas e absolutas e, a mediação de outros complexos sociais e suas influências, assim como as intrincadíssimas decisões alternativas dos sujeitos e grupos, não pode ter sua influência relegada a um plano insignificante. Em momentos nos quais a própria existência do ser pode ficar ameaçada pela degradação humana e ambiental, por exemplo, esse sentimento de preservação pode conduzir os sujeitos a um campo de decisões alternativas possíveis de cunho revolucionário, em uma ação conjunta para a edificação social em patamares mais elevados de sociabilidade e reprodução e o momento predominante pode se configurar em outro complexo social que não o da sua base material, pois até mesmo o momento predominante não é estático e imutável. Pense-se no caso da Revolução Russa de 1917, por exemplo. Mas essas são apenas conjecturas possíveis de transformações socioeconômicas e, talvez, necessárias, a partir da constatação objetiva de tendências ontológicas essenciais presentes no ser social.

Depois desse excursus necessário, no qual se mantem o fio condutor no destaque dos argumentos extraídos da obra de Lukács para nos aproximar mais de nosso objeto, voltemos a explanação sobre o complexo da linguagem.

Na sequência de apresentar a linguagem enquanto órgão *medium* da continuidade na duplicidade do preservar e aperfeiçoar junto com a consciência, Lukács (2013, p. 216) explicita o papel da comunicação a partir do desenvolvimento da linguagem e das atividades do processo de trabalho, assim ele afirma que,

Só com a descoberta e a produção do novo, do que até ali não se conhecia, durante o processo do trabalho, na utilização de seus produtos etc. surgem na consciência novos e múltiplos conteúdos, que exigem imperativamente uma comunicação. A consciência em seu ser-em-sí imediato, contudo, está totalmente presa ao ser vivo singular, em cujo cérebro ela surge; [...] Ao promover o aparecimento da linguagem para o novo produzido por ele, para os novos procedimentos de sua produção, para a cooperação em tais atividades etc., o homem cria um *medium* do intercâmbio humano no nível da nova generidade. Quando tratamos do trabalho, já vimos que, independentemente do tipo dos estados de consciência que o acompanham, ele possui um caráter genérico, é objetivamente um elevar-se acima da mera particularidade do ser singular imediato. Essa tendência objetiva experimenta uma intensificação ainda maior na linguagem: por mais que o interesse imediato da consciência humana seja determinado por objetos singulares, por mais que esteja orientado para estes, realiza-se na linguagem, desde o princípio, uma intenção objetiva voltada para a legalidade do sujeito, para a objetividade no objeto por ela designado. Não se deve esquecer de que a mais simples, a mais cotidiana das palavras sempre expressa a universalidade do objeto, o gênero, a espécie, não o exemplar singular, de que, no plano da linguagem, é pura e simplesmente impossível encontrar uma palavra que designe inequivocamente a singularidade de qualquer objeto⁷².

Com isso, temos que o desenvolvimento constante do ser social possui, até mesmo no mais simples trabalho, por meio de suas práxis, um caráter genérico, em um movimento de “elevar-se acima da mera particularidade do ser singular imediato”, cuja expressão se torna ainda mais latente na linguagem. Com o aumento constante das mediações no ser social, na ampliação de sua socialidade, da proeminência das categorias sociais, o desenvolvimento dos complexos parciais acompanha a evolução humana à novos patamares superiores, demandando novos tipos de pores teleológicos, novas mediações, de forma que, [...] quanto mais a comunidade original de indivíduos particulares evolui para uma comunidade de individualidades, de personalidades, tanto mais a expressão linguística também precisa ser orientada por seu turno para a individualização” (LUKÁCS, 2013, p. 220). Esse fato mostra como os complexos surgem e se desenvolvem em relação direta a totalidade do ser e, no caso

⁷² Quanto a essa impossibilidade de designar com palavras inequivocadamente a singularidade de qualquer objeto, o conto de José Luís Borges intitulado *Funes, o memorioso*, pode ser exemplar e caricato dessa situação.

específico da linguagem, como ela se torna o órgão para a reprodução da continuidade do ser social.

Nesse processo de desenvolvimento, de acordo com Lukács,

Os homens alcançaram desse modo um estágio que torna possível – objetivamente, em princípio, embora nem de longe realizado na prática – para todo homem reproduzir também em sua consciência o caminho até agora percorrido pelo gênero humano e tomar uma posição crítica, positiva ou negativa, acerca das suas etapas e de suas relações com seu presente, com suas conquistas e sua problemática. A mudez do desenvolvimento do gênero, portanto, é ultrapassada de modo qualitativo-geral pela linguagem já num nível primitivo, e essa superação vai continuamente aumentando, em sentido extensivo e intensivo, por meio do surgimento e da difusão da linguagem escrita⁷³.

Esses desenvolvimentos objetivos do ser em sua cada vez mais ampliada genericidade o conduzem para o desenvolvimento cada vez mais sofisticado de suas formas de metabolismo com a natureza e relações sociais – de sua socialidade desdobrada -, as quais vão desenvolvendo também, concomitantemente a essa elevação, novas formas de se materializar em sua objetivação concreta, como no caso do surgimento da escrita, com o desdobramento e auxílio de outros complexos sociais. Aqui aparece também, a questão da possibilidade da apropriação pelo homem singular, em sua consciência, do caminho percorrido pelo gênero, cuja postura do sujeito pode ser de aceitação, negação ou crítica, no sentido da superação.

Me parece que aqui podemos lembrar de uma passagem de José Martí, retomado por Mészáros em sua obra *A educação para além do capital*, na qual ele apresenta a razão de ser da educação para o libertador, educador e poeta cubano, dizendo que para Martí, “*Educar es depositar en cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido; es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente hasta el día en que vive*” (MARTÍ, APUD, Mészáros, 2008, p. 58). Dessa forma, essa possibilidade de reproduzir em sua consciência o caminho de gênero apresentado por Lukács, mas não realizado na prática, para Martí, e aqui estamos de acordo com o pensador cubano, é a razão de ser própria do complexo da educação. Se de fato, sob o julgo do capital isso é possível ou não, vamos debater adiante, mas o importante é marcar que o campo de possibilidades está posto.

Ao apresentar a linguagem enquanto um complexo parcial dentro do complexo de complexos desse nível de ser, Lukács apresenta três sínteses que descrevem a peculiaridade, função e legalidades específicas dessa práxis. O pensador húngaro diz que a linguagem possui, “[...] em primeiro lugar, um caráter universal, que se expressa no fato de que para cada área, para cada complexo do ser social, ela deve ser órgão e *medium* da continuidade do

⁷³Idem, p. 224.

desenvolvimento, da preservação e da superação” (LUKÁCS, 2013, p. 228). Em segundo lugar – diretamente relacionado seu caráter universal, “a linguagem medeia tanto o metabolismo da sociedade com a natureza como o intercâmbio puramente intrassocial dos homens, ao passo que numerosos outros complexos têm sua base operativa em apenas uma dessas áreas⁷⁴”; e em terceiro lugar,

o processo de reprodução da linguagem, como já foi mostrado, é de natureza predominantemente espontânea, isto é, ele se realiza sem que a divisão social do trabalho isole a partir de si certo grupo humano cuja existência social se baseie no funcionamento e na reprodução dessa área, cuja posição na divisão social do trabalho experimenta certa institucionalização. Mesmo ocorrendo que certas instituições, como academias etc., almejem exercer certa influência sobre a evolução da linguagem e por vezes até obtenham certos resultados nesse tocante, essa interferência, se examinarmos a totalidade da reprodução da linguagem, é ínfima: a linguagem se renova espontaneamente na vida cotidiana, guiada pelas mais diversas necessidades reais que a regem. Assim sendo, a reprodução da linguagem, em contraposição aos demais complexos sociais, não tem um grupo humano como portador; portadora é a sociedade toda, na qual cada um de seus membros – querendo ou não, ciente ou não – influencia, por meio do seu comportamento na vida, o destino da linguagem⁷⁵.

Pensamos que nessa passagem sobre a linguagem, Lukács destaca uma característica que acreditamos também ser marca do complexo da educação, a saber, ser uma mediação entre o metabolismo da sociedade com a natureza e com o intercâmbio puramente intrassocial dos homens, pois o próprio processo educativo realiza a mediação para a apropriação dos sujeitos singulares ao nível específico da linguagem alcançado em determinada sociedade, mesmo que de maneira desigual e incompleta.

Temos também, outro complexo que é importante para a educação e na sequência da exposição do autor, nesse movimento contínuo de complexificação e formação social, há o destaque realizado ao complexo jurídico, responsável pela regulamentação das atividades sociais.

Lukács resgata a gênese desse complexo já nas formas ainda pouco desenvolvidas de divisão do trabalho, como por exemplo da cooperação, cuja “[...] regulação consiste em influenciar os participantes de tal maneira que eles, por sua vez, executem aqueles pores teleológicos que lhes foram atribuídos no plano da cooperação⁷⁶”. Aqui podemos perceber que em estágios ainda muito iniciais de desenvolvimento do ser social a gênese dos complexos ainda não perfila todas suas especificidades e características próprias, as vezes se mesclando a ponto de não ser clara suas definições, mas que no desenvolvimento social vão

⁷⁴ Idem, p. 228, 229.

⁷⁵ Idem, p. 229.

⁷⁶ Idem, p. 230.

se definindo, mais claramente em suas características e funções próprias. Nesse momento descrito da gênese do complexo jurídico, por exemplo, seus conteúdos e formas estavam em conformidade com a tradição, por meio de experiências reunidas e transmitidas durante um longo tempo. No entanto, segundo Lukács,

Só quando a escravidão instaurou a primeira divisão de classes na sociedade, só quando o intercâmbio de mercadorias, o comércio, a usura etc. introduziram, ao lado da relação “senhor-escravo”, ainda outros antagonismos sociais (credores e devedores etc.), é que as controvérsias que daí surgiram tiveram de ser socialmente reguladas e, para satisfazer essa necessidade, foi surgindo gradativamente o sistema judicial conscientemente posto, não mais meramente transmitido em conformidade com a tradição. A história nos ensina também que foi só num tempo relativamente tardio que até mesmo essas necessidades adquiriram uma figura própria na divisão social do trabalho, na forma de um estrato particular de juristas, aos quais foi atribuída como especialidade a regulação desse complexo de problemas⁷⁷.

Assim, Lukács aponta para o desenvolvimento objetivo do complexo jurídico já em uma forma social desdobrada com a divisão do trabalho na qual “[...] um estrato particular de homens se torna portador social de um complexo particular[...]”⁷⁸. Destaca também, que com a consolidação da esfera judicial na vida social surge a demanda, para seu funcionamento eficaz enquanto regulador da sociedade, da criação de um grupo específico de atividades e homens para impor pela força sua aplicabilidade prática. O filósofo húngaro recorre a Engels, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, com uma passagem muito alusiva a tal situação, a saber,

A necessidade dessa força pública particular deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada autônoma da população. [...] Essa força pública existe em todos os Estados; sendo constituída não só por homens armados, mas também por acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo tipo, desconhecidos pela sociedade gentílica. Essa força pode ser pouco significativa e até quase nula nas sociedades em oposições de classe pouco desenvolvidas ou em regiões afastadas [...]. Mas ele se fortalece na medida em que se exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados limítrofes crescem e aumentam sua população (ENGELS, APUD Lukács, 2013, p. 231).

Tal movimento descrito com precisão por Engels e retomado por Lukács, se justifica exatamente para marcar com exatidão as atividades auxiliares que se desenvolvem dentro do ser social com o advento do Estado e sua forma jurídica – acessórios materiais, cárcere, instituições coercitivas etc. -, principalmente em momentos mais desenvolvidos da socialidade, cuja contradição entre classes demanda cada vez mais um aparato complexo e

⁷⁷ Idem, Ibid.

⁷⁸ Idem, ibid.

articulado para a efetivação do direito. Esse movimento do uso da força desmedida para sua aplicação e funcionamento é característico dos momentos iniciais do surgimento do complexo jurídico, o qual acompanha a crescente socialização do ser social e, dessa forma, vai desenvolvendo outras formas mais sociais de imposição sobre a sociedade, mesclando consentimento e coerção, no sentido de secundarizar o uso da força, no entanto sem jamais abdicar dessa sua ferramenta.

Com isso, outros complexos parciais acabam se desenvolvendo e passam a auxiliar essa relação de consentimento e coerção. Um bom exemplo pode ser encontrado em obras da filosofia entre os séculos XVI e XVIII, em especial nos autores comumente conhecidos como contratualistas, cujo pensamento serviu e ainda serve como ideologia para justificar esse ‘consentimento’ social para o surgimento do Estado de direito no século XIX. Independente de suas justificativas, seja pelo controle dos sentimentos egoístas dos homens – como no caso de Hobbes, seja pela necessidade de um contrato social como em Rousseau, ou para assegurar o direito a propriedade privada em Locke, o pensamento de tais autores indicavam essa necessidade contratual na sociedade para garantir o funcionamento harmônico das relações entre os sujeitos, garantindo dessa maneira, uma legitimidade ideológica para o Estado de direito. Mais tarde os trabalhos de Hegel, Max Webber, Hans Kelsen (já no século XIX e XX), entre outros, buscaram justificar e legitimar a forma de organização do Estado de direito como a forma mais desenvolvida de organização social até então existente.

De acordo com Lukács, a superação do uso exclusivo da força na socialidade desenvolvida, em um momento de formas mais mediadas de antagonismo social, se dá em razão de que seu uso desmedido poderia provocar uma degradação social muito profunda, e que “Nesse nível, deve estar em primeiro plano aquela unidade complexa de força indisfarçada e latentemente velada, revestida da forma da lei, que adquire seu feitio na esfera jurídica” (LUKÁCS, 2013, p. 232).

Nosso autor assevera que um direito que se origina e se desenvolve em relação as contradições de classes é necessariamente um direito de classe, ou seja, [...] “um sistema ordenador para a sociedade que corresponde aos interesses e ao poder da classe dominante⁷⁹. Para que seja possível o funcionamento prático de um complexo jurídico em uma sociedade, o peso que os complexos parciais, em especial o complexo da educação, devem desempenhar não é pequeno, ainda mais quando o aprofundamento dos antagonismos sociais demanda um consentimento cada vez mais profundo para não ter que recorrer ao uso da força legitimada

⁷⁹ Idem, p. 233.

pelo Estado. Isso é, a estrutura normativa do direito precisa ser absorvida como estrutura da totalidade de sua vida, interiorizada como sua constituição, como a própria constituição do homem em sua generidade e em sua subjetividade, tendo no Estado de direito sua base enquanto homem. É somente com Marx que essa criação mística e fetichizada do Estado de Direito recebe um tratamento crítico profundo e contundente. Em sua obra, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, diz Marx,

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística. Diz Hegel: “Mas apenas como sujeito a subjetividade está em sua verdade, a personalidade enquanto pessoa”. Isto também é uma mistificação. A subjetividade é uma determinação do sujeito, a personalidade uma determinação da pessoa. Em vez de concebê-las como predicados de seus sujeitos, Hegel autonomiza os predicados e logo os transforma, de forma mística, em seus sujeitos.

A existência dos predicados é o sujeito: portanto, o sujeito é a existência da subjetividade etc. Hegel autonomiza os predicados, os objetos, mas ele os autonomiza separados de sua autonomia real, de seu sujeito. Posteriormente, o sujeito real aparece como resultado, ao passo que se deve partir do sujeito real e considerar sua objetivação. A Substância mística se torna sujeito real e o sujeito real aparece como resultado, ao passo que se deve partir do sujeito real e considerar sua objetivação. A Substância mística se torna sujeito real e o sujeito real aparece como um outro, como um momento da Substância mística. Precisamente porque Hegel parte dos predicados, das determinações universais, em vez de partir de ente real (sujeito), e como é preciso haver um suporte para essa determinação, a Ideia mística se torna esse suporte. Este é o dualismo: Hegel não considera o universal como essência efetiva do realmente finito, isto é, do existente, do determinado, ou, ainda, não considera o ente real como *verdadeiro sujeito* do infinito (MARX, 2013, p. 50).

E mais adiante, na mesma obra arremata,

Hegel parte do Estado e faz do homem o estado subjetivado; a democracia parte do homem e faz de Estado o homem objetivado. Do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo a constituição⁸⁰.

O procedimento de Marx nessas passagens é exatamente o método que Lukács retoma desse autor para descrever ontologicamente o ser social e suas categorias mais importantes, ou seja, Marx procede por meio de uma crítica radical⁸¹ ao idealismo objetivo de Hegel e seu *leitmotiv* da Ideia Absoluta, de forma a cravar os pés no chão na explicação do ser social, no caso aqui especificamente sobre a gênese do Estado de direito, buscando nas práticas dos próprios homens as explicações sobre sua própria vida social, isso é, quando Hegel “não considera o universal como essência efetiva do realmente finito”, do que é o existente,

⁸⁰ Idem, *ibid.* p. 56.

⁸¹ Radical nesse contexto é entendido no sentido descrito pelo próprio Marx em sua *Introdução a crítica da filosofia de Hegel*, a saber: “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013, p. 157).

histórica e socialmente determinado, “não considera o ente real como o verdadeiro sujeito do infinito”, do devir humano, ele está criando becos sem saídas para apreender o movimento real do ser social em sua práxis objetiva sensível.

Lukács, na esteira de Marx, irá recorrer ao mesmo procedimento crítico para apresentar a atualização na fetichização do Estado de direito no embate com autores contemporâneos ao seu tempo, no caso aqui destacado uma crítica a Hans Kelsen, um dos autores responsáveis pela fundamentação teórica do direito positivo no século XX. Segundo Lukács (2013, p. 237)

Ora, a nova fetichização consiste nisto: o direito – ainda que sempre *rebus sic stantibus* – é tratado como uma área fixa, coesa, definida univocamente “em termos lógicos”, e isso não só na práxis enquanto objeto da pura manipulação, mas também teoricamente como complexo imanentemente coeso, que pode ser corretamente manejado tão somente pela “lógica” jurídica, autossuficiente, fechado em si mesmo. Todavia, no que se refere ao aspecto teórico, essa coesão imanente, sem falar na manipulabilidade prática, não vem de longe. Kelsen, por exemplo, do ponto de vista de uma “doutrina pura do direito” positivista-kantiana, considerou o nascimento do direito como um “mistério”.

O que Lukács procura argumentar na passagem citada é sentido do procedimento manipulatório de aumento da socialidade e de categorias perpetrada no capitalismo, no qual o desenvolvimento da divisão do trabalho leva a criação de especialistas próprios e a determinadas divisões entre trabalho intelectual e trabalho manual, as quais justificam em termos lógico-teóricos sua autonomia (do complexo específico) – por vezes erroneamente compreendida e defendida de forma absoluta – como sistemas fechados em si mesmo e não correlacionados a outras esferas da vida social e a sua totalidade. Ao direcionar sua crítica a Kelsen, Lukács encontra, nesse que é um dos principais expoentes e defensores do direito positivo, os fundamentos misteriosos defendidos por Kelsen para justificar, em sua teoria, uma gênese ‘misteriosa’ da estrutura normativa – positiva – do Estado, mais especificamente sobre a Norma fundamental, a qual concederia harmonia, autojustificativa e autodeterminação a toda estrutura jurídica.

Podemos observar de maneira mais efetiva como isso aparece na obra de Kelsen, *Teoria geral do direito e do estado*, quando o autor explica a hierarquia das leis e a relação entre a norma superior e a norma inferior, destacando seus próprios argumentos. Segundo Kelsen,

A análise do Direito, que revela o caráter dinâmico e a função da norma fundamental, também expõe uma peculiaridade adicional do Direito: o direito regula sua própria criação, na medida em que a norma jurídica determina o modo em que a outra norma é criada e também, até certo ponto, o conteúdo dessa norma. Como uma

norma jurídica é válida por ser criada de um modo determinado por outra norma jurídica, está é o fundamento de validade daquela. A relação entre a norma que regula a criação de outra norma e essa outra norma pode ser apresentada como uma relação de supra e infra-ordenação, que é uma figura espacial de linguagem. A norma que determina a criação de outra norma é a norma superior, e a norma criada segundo essa regulamentação é a norma inferior. A ordem jurídica cuja personificação é o Estado, é portanto, não um sistema de normas coordenadas entre si, que se acham por assim dizer, lado a lado, no mesmo nível, mas uma hierarquia de diferentes tipos de normas. A unidade dessas normas é constituída pelo fato de que a criação de uma norma – a inferior – e determinada por outra – a superior – cuja criação é determinada por outra norma ainda mais superior, e que esse *regressus* é finalizado por uma norma fundamental, a mais superior, que sendo o fundamento supremo de validade da ordem jurídica inteira, constitui sua unidade [...] A estrutura hierárquica da ordem jurídica de um Estado é, grosso modo, a seguinte: pressupondo-se a norma fundamental, a constituição é o nível mais alto dentro do Direito nacional. A constituição aqui é compreendida não no sentido formal, mas material. A constituição no sentido formal é certo documento solene, um conjunto de normas jurídicas que pode ser modificado apenas com observância de prescrições especiais cujo propósito é tornar mais difícil a modificação dessas normas. A constituição no sentido material consiste nas regras que regulam a criação das normas jurídicas gerais, em particular a criação de estatutos. A constituição, o documento solene chamado de constituição, geralmente também contém outras normas, normas que não são parte da constituição material (KELSN, 1998, p. 181, 182)

Diferentemente do que apresentamos e defendemos até aqui no presente trabalho, na esteira do marxismo, quanto as determinações humanas e materiais – enquanto produtos das práxis humanas objetivas – da gênese, desenvolvimento e processualidade do ser social em seus complexos parciais e complexo total, Kelsen defende que a gênese, função e desenvolvimento do direito – desse complexo parcial - se explica a partir de si mesmo – de seus próprios pressupostos -, de sua autojustificação, sua auto criação e autodeterminação, como se o direito se originasse a partir de si mesmo e se auto regulasse de forma endógena e absoluta, independente das relações econômicas e sociais da qual deriva e, que, a materialidade à qual se refere é a “materialidade das regras que regulam a criação das normas jurídicas gerais”, não dos conflitos de classes em suas bases materiais na produção e reprodução humana da qual o complexo jurídico surge e se desenvolve para regular. Dessa forma a Norma Fundamental permanece um mistério, uma fetichização manipulatória autocriada em sua autojustificação e autodeterminação teórica apartada dos seres humanos e de sua atividade sensível e sua personificação se materializa no Estado e, num passe de mágica, as normas se tornam humanas por instrumentalizarem o Estado e a hierarquia das normas sobe aos céus e se torna onisciente, onipresente e onipotente. Ó glória!

Lukács, diferentemente, argumenta, seguindo as pistas de Marx, que o direito não cria o fato, ele é apenas o reconhecimento do mesmo, em uma relação onde a prioridade ontológica se encontra na esfera econômica, sendo o direito, desse modo, “[...] uma forma

específica de espelhamento, da reprodução consciente daquilo que sucede de facto na vida econômica [...]” isso é, essa passagem reforça a especificidade peculiar da reprodução, porque traz “[...] para o primeiro plano seu caráter não puramente teórico, não puramente contemplativo, mas precipuamente prático” (LUKÁCS, 2013, p. 238)”.

Nessa esteira de pensamento, o autor salienta que toda contradição jurídica de fatos possui um caráter duplo, e indica que,

[...] Por um lado, pretende-se que ela seja a única fixação no pensamento relevante de uma factualidade, expondo-a do modo mais exato possível em termos de definição ideal. E essas constatações individuais devem, por sua vez, compor um sistema coeso, coerente, que exclui contradições. Diante disso, evidencia se, uma vez mais, de modo muito claro que quanto mais elaborada for essa sistematização, tanto mais ela necessariamente se afastará da realidade. O que no caso da constatação singular de fatos pode representar uma divergência relativamente pequena, como componente de tal sistema, interpretado nos termos deste, deve se distanciar bem mais do chão da realidade. Com efeito, o sistema não brota do espelhamento da realidade, mas só pode ser sua manipulação homogeneizante de cunho conceitual-abstrato. Por outro lado, a coesão teórica do respectivo sistema jurídico positivo, essa sua falta de contraditoriedade oficialmente decretada, é mera aparência. Todavia, apenas do ponto de vista do sistema; do ponto de vista da ontologia do ser social, toda forma de regulação desse tipo, até a mais energicamente manipulada, constitui uma regulação concreta e socialmente necessária: ela faz parte do ser-propriadamente-assim justamente da sociedade na qual ela funciona. Mas, precisamente por essa razão, o nexos sistemático, sua dedução, fundamentação e aplicação logicistas são apenas aparentes, ilusórias, porque a constatação dos fatos e seu ordenamento dentro de um sistema não estão ancorados na realidade social mesma, mas apenas na vontade da respectiva classe dominante de ordenar a práxis social em conformidade com suas intenções (LUÁCS, 2013, p. 239, 240).

Com isso posto, o filósofo húngaro retoma sua argumentação crítica contra Kelsen, destacando que,

A aparência logicista que predomina aqui foi claramente discernida nos últimos tempos por Kelsen e metodologicamente, mas apenas metodologicamente, desmantelada. Ele contesta que a “norma individual” (a aplicação de uma lei ao caso individual) decorreria “logicamente” da “norma geral”. Considera esse nexos logicista com razão como mera analogia, como um borrar analogístico da diferença “entre verdade e inverdade de dois enunciados gerais que se encontram em contradição” e da diferença entre “observação e não observação de duas normas gerais que se encontram em conflito”. Quando se traduz essa objeção metodológica para a linguagem da ontologia do ser social, algo que naturalmente nem ocorre a Kelsen, percebe-se que toda constatação geral no sistema jurídico veio a existir com a dupla intenção de, por um lado, influenciar os pores teleológicos de todos os membros da sociedade numa determinada direção e de, por outro, levar aquele grupo humano que tem a incumbência social de converter as determinações legais em práxis jurídica a efetuar, por seu turno, pores teleológicos de um modo bem determinado (LUKÁCS, 2013 p. 240, 241).

Frente essa aparência coesa logicista e a contradição da dupla intenção descrita por Lukács, fruto da dialética da luta de classes histórico social concreta, em uma realidade em transformações socio-dinâmica permanente o fato social e seu reconhecimento só podem

ocorrer levando-se em consideração essas determinações, caso contrário – e é o que ocorre normalmente na sociabilidade capitalista – a justiça propalada pelo Estado e pelo direito só pode ser uma justiça ambígua e fundada em uma igualdade formal abstrata, materialmente fundada na desigualdade.

O que ocorre de fato, quando os defensores do direito se colocam na perspectiva da defesa desse complexo enquanto algo natural, racional, ou absoluto etc., eles apenas reforçam a tendência de aumento da manipulação social em prol da manutenção do status-quo socioeconômico dominante, criando uma fratura abstrata entre o ser objetivo, suas relações concretas e suas formas conceituais de explicação social, fraturando o funcionamento do complexo de complexos, apartando o ser humano de si mesmo e de sua construção histórica. O mesmo ocorre quando especialistas da área econômica explicitam em modelos matemáticos sofisticadíssimos as tendências dos agentes (aqui apenas os gestores do capital) econômicos sem considerar as condições objetivas de reprodução da classe trabalhadora, de sua força de trabalho, ou seja, de sua existência⁸², mas levando em consideração apenas números e prospecções do mercado, como se o mercado assumisse uma personificação, inclusive comportamental (o mercado está nervoso, desconfiado etc.).

Podemos observar nesses procedimentos fetichistas da gênese, desenvolvimento e processualidade históricos a tendência, cada vez mais presente no capitalismo atual, de produzir uma perenização do presente por meio de explicações cada vez mais apartadas da vida real dos próprios sujeitos, como se, com o advento do capitalismo, a história humana tivesse alcançado seu fim e, a única coisa que nos restaria é nos adequar a esse sistema social ou perecer. Na verdade, até mesmo o próprio processo histórico de desenvolvimento do capital acaba sendo obstruído em sua apreensão pela tendência pós-moderna do contingenciamento absoluto dos fenômenos sociais, pelo ceticismo epistemológicos e pelo relativismo ontológico típicos da agenda pós-moderna⁸³.

O que se esconde por trás desse modo de apreender e teorizar o real são as relações histórico-sociais, suas transformações e a dialética concreta do processo. De acordo com Lukács (2013, p. 244, 245)

Considerada do ponto de vista da ontologia do ser social, a troca de período constitui sempre uma mudança qualitativa na estrutura e na dinâmica da sociedade, razão pela qual nesse momento sempre surgem obrigatoriamente mudanças das necessidades

⁸² As reuniões do comitê de política monetária do Banco Central são um bom exemplo desse processo.

⁸³ Sobre esse debate, ver as contribuições de: Mário Duayer e Maria Célia Marcondes de Moraes (1997, 1998); Moraes (2001, 2004, 2009); Patricia Laura Torriglia e Newton Duarte (2009).

sociais, das incumbências sociais etc., e, porque os pores teleológicos de todos os homens – por mais contraditórios, por mais desiguais que sejam –, originam-se, em última análise, daquelas mudanças, também os reflexos sociais, suas inter-relações, suas funções dinâmicas devem estar submetidas às mudanças que nascem no complexo total. Gênese e fenecimento são, assim, duas variações qualitativamente peculiares, inclusive unitárias de tais processos, que, na superação, contêm elementos de preservação e, na continuidade, momentos de descontinuidade.

A intenção do autor é por meio dessa descrição pormenorizada do complexo jurídico, além de marcar suas especificidades e contradições, seu movimento etc., é também apresentar as relações entre o complexo total e seus complexos mediadores no devir social intensificado com a divisão do trabalho.

Segundo o filósofo húngaro,

Ao expandir-se quantitativa e qualitativamente, a divisão social do trabalho gera tarefas especiais, formas específicas de mediação entre os complexos sociais singulares, que, justamente por causa dessas funções particulares, adquirem estruturas internas bem próprias no processo de reprodução do complexo total. Com isso, as necessidades internas do processo total preservam a sua prioridade ontológica e, por essa razão, determinam o tipo, a essência, a direção, a qualidade etc. nas funções dos complexos mediadores do ser. Contudo, justamente pelo fato de o funcionamento correto no nível mais elevado do complexo total atribuir ao complexo parcial mediador funções parciais particulares, surge nesse complexo parcial – chamada à existência pela necessidade objetiva – certa independência, certa peculiaridade autônoma do reagir e do agir, que precisamente nessa particularidade se torna indispensável para a reprodução da totalidade⁸⁴.

Ora, vejamos, se Lukács aponta que as necessidades internas do processo total, determinam o tipo, a essência, a direção, a qualidade etc., nas funções dos complexos mediadores, é possível que nosso pressuposto, segundo o qual, em momentos de crise do sistema capitalista, não alterando sua função precípua, o complexo da educação cumpra uma função ideológica prática, exatamente para manter, em sua práxis, a continuidade da reprodução do próprio sistema nesses momentos específicos (não há uma alteração em sua essência, há apenas um deslocamento de sua função para atender uma demanda posta pelo conflito socioeconômico mediado por um dos complexos mediadores do ser). Pois, como nos alerta o próprio autor, para aprender os movimentos concretos desses aspectos categorias – gênese, essência, função, fenecimento etc., temos que mirar o movimento concreto dos complexos parciais e do complexo total.

Retomando suas explicações sobre a linguagem, marcada pela espontaneidade e, do complexo jurídico, marcado pelo agir intencional, na participação de um grupo especializado

⁸⁴ Idem, p. 248.

para a regulação e controle das atividades sociais, Lukács, destaca outra importante propriedade dos complexos sociais, a saber,

Podemos encontrar em cada complexo social essas inter-relações entre espontaneidade e participação conscientemente desejada na vida de um complexo, entre universalidade e sua limitação por outros complexos ou diretamente pela totalidade, só que essas correlações (assim como muitas outras) serão por princípio qualitativamente diferentes em cada complexo, em cada interação concreta. Daí resulta ainda outra propriedade comum à ontologia dos complexos sociais: eles podem ser precisamente determinados e exatamente delimitados em termos metodológico-conceituais em relação a todos os demais complexos mediante a análise concreta de sua essência e de sua função, de sua gênese e eventualmente da perspectiva do fenecimento ou de sua atuação social permanente. Ao mesmo tempo, eles não possuem, precisamente no sentido ontológico, limites claramente determináveis: sem perder sua autonomia e legalidade própria, por exemplo, a linguagem deve figurar como *medium*, como portadora da mediação em todos os complexos do ser social e, mesmo que isso não se manifeste em outros complexos de modo tão marcante, reiteradamente surgem sobreposições de diferentes complexos, interpenetração de um pelo outro etc., sendo que a autonomia – ainda que relativa – e a legalidade própria, a determinabilidade precisa do complexo individual, jamais se tornam questionáveis⁸⁵.

Nessa passagem nosso autor nos fornece e reforça elementos fundamentais no sentido metodológico de apreensão dos complexos sociais em seu desenvolvimento e processualidades objetivos, pois as determinações e delimitações só são corretamente compreendidas na análise concreta, como destacado anteriormente, “da essência, função, gênese e eventualmente da perspectiva do fenecimento ou de sua atuação permanente”. Já quanto os limites determináveis entre os complexos sociais, o autor aponta que no movimento objetivo do real apresenta sobreposições de diferentes complexos, interpenetrações entre eles, mas que, no entanto, a autonomia relativa, sua legalidade própria de funcionamento, sua determinabilidade específica do complexo singular não pode ser questionada nesse movimento.

Isso significa, para nós, quanto a apreensão do complexo da educação, após buscar apreender sua gênese, a partir do trabalho, da divisão do trabalho, do desenvolvimento da consciência e da linguagem, no movimento concreto de determinação de sua essência no ser social, especificamente nas sociedades divididas em classes, devemos nos voltar para sua apreensão concreta em um determinado período histórico, em seu desenvolvimento concreto, apreendendo suas interpenetrações por outros complexos sociais na finalidade de compreender sua função, e sua perspectiva de fenecimento ou de sua atuação permanente.

Do caminho que percorremos até aqui, nos parece razoável afirmar que, sendo o complexo da educação uma mediação entre indivíduo e a sociedade, entre o exemplar singular

⁸⁵ Idem, p. 250, 251.

e o gênero, no sentido de garantir a apropriação dos conhecimentos sociais que compõe o gênero (formas de trabalho, linguagem, cultura etc.), em dado momento histórico – sempre em desenvolvimento -, para a integração do sujeito ou grupo a um nível de socialidade específica, o complexo da educação deve ter uma atuação permanente no ser social, pois, é um dos complexos fundamentais para a continuidade e reprodução do ser, marcando inclusive, sua peculiaridade social, como já destacado por nós de acordo com Lukács em alguns momentos do presente texto.

No entanto, devemos destacar que sua manifestação fenomênica, na articulação entre educação ampla e restrita, em sua forma social determinada historicamente, existem movimentos de mudança, de permanência e superação, ou seja, no movimento da gênese e fenecimento – típicos dos complexos sociais, existem “variações qualitativamente peculiares, inclusive unitárias de tais processos, que, na superação, contêm elementos de preservação e, na continuidade, momentos de descontinuidade”, os quais nos levam a supor que a forma que a educação assume na sociabilidade capitalista, com a proeminência da educação escolar, possivelmente será superada com a superação da forma social que a determina. Isso é, o complexo da educação continuará a existir mesmo com o fenecimento dos complexos sociais que garantem a reprodução e desenvolvimento da sociedade subsumida ao capital – o complexo do trabalho, do Estado, do direito etc. -, e interpenetram o complexo da educação nessa forma social, mas sua superação, não irá alterar a substância da educação, podendo mudar sua essência, sua função específica, mas não sua determinação mediadora entre indivíduo e sociedade.

Se estamos nos aproximando do momento de nos voltar para as formas objetivas de apreensão do ser da educação em um período histórico concreto para nos acercar mais de nosso objeto e apreender sua manifestação ideológica, após todos os fundamentos apreendidos até agora, nos parece ser importante marcar mais alguns elementos para resolver nosso problema central a partir de uma perspectiva ontológica, na intenção de nos aproximar de um conhecimento adequado sobre o tema.

Segundo Lukács (2013, p. 273), um conhecimento adequado,

[...] só pode ser possibilitado pela autêntica dialética materialista, que, em todas as suas reproduções ideais da realidade, até nas mais abstratas, sempre tem clareza quanto ao verdadeiro caráter ontológico do ser social. Por essa razão, ela representa decididamente um *tertium datur* tanto perante a fetichização racionalista da lei quanto perante a concepção empirista *terre à terre* [prática] ou até da vazia profundidade irracionalista. O que importa nesse *tertium datur* é, antes de tudo, a rejeição dupla tanto da negação de uma legalidade social como de sua absolutização fetichizante. O ser-propriadamente-assim, com todas as suas desigualdades e

contraditoriedades, é tanto ponto de partida como finalização de toda tentativa de apreender ontologicamente o ser em geral, mas particularmente o ser social, em sua mobilidade. O ponto de partida parece ser uma obviedade; tudo aquilo com que o homem entra em contato, portanto, também o ser social, está dado a ele de modo imediato como um ser-propriadamente-assim. Todavia, já nesse primeiro contato imediato entre sujeito e objeto, muita coisa depende de como o sujeito se comporta diante desse ser-propriadamente-assim: se vislumbra nele um problema a ser resolvido no plano ontológico concreto, ou se considera o ser-propriadamente-assim como um simples fenômeno (ou como mera aparência), ou se está disposto a deter-se diante da imediatidade como se fosse o saber último.

Quando apontamos para essa função que o complexo educação exerce – em seu ser-propriadamente-assim, na mediação entre indivíduo e sociedade, temos em mente que esse processo de reprodução acontece na imbricação de complexos, ou seja, no complexo de complexos do ser social, “[...] cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com os processos de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito dessas interações” (Lukács, 2013, p. 278). Dessa forma, nosso problema está fundado exatamente em apreender o complexo da educação no plano ontológico concreto da forma social determinada pelo capital, mirando o ser-propriadamente-assim do complexo da educação nos momentos de crise, apontando para a possibilidade desse complexo social atuar com colorações ideológicas nesses momentos específicos.

De acordo com o pensador húngaro, o complexo total em sua reprodução coloca em movimento dois polos que delimitam a reprodução, determinando tanto positiva quanto negativamente o movimento de destruição de velhas barreiras e o erguer de novas, os quais “[...] são, de um lado o processo de reprodução em sua totalidade tanto extensiva quanto intensiva; do outro lado, os homens singulares, cuja reprodução como singular constitui a base do ser de toda reprodução⁸⁶”.

Essa dualidade, quando mal compreendida, pode levar ao equívoco grosseiro da absolutização de um dos polos na apreensão do ser social. Lukács apresenta que

A imagem ontologicamente correta do homem no curso do desenvolvimento social constitui igualmente um *tertium datur* diante de dois extremos que levam a uma falsa abstração: considerar o homem um simples objeto da legalidade econômica (segundo o modelo da física) falsifica a factualidade ontológica tanto quanto a suposição de que as determinações essenciais de seu ser homem poderiam ter raízes últimas, ontologicamente independentes da existência da sociedade, de modo que o que se estaria investigando, em determinados casos, seria a interrelação de duas entidades ontológicas autônomas (a individualidade e a sociedade)⁸⁷.

⁸⁶ Idem, *ibid.*

⁸⁷ Idem, p. 280.

Dessa forma, Lukács marca seu *tertium datur* ontológico enquanto caminho de apreensão do ser-propriadamente-assim concreto, em suas relações concretas, determinado concretamente, no complexo de complexos do ser social.

Os possíveis equívocos na apreensão do ser social são resultados do reflexo de uma determinada forma de sociabilidade espelhada na consciência dos sujeitos. Na forma capitalista, essa relação entre indivíduo e sociedade é fortemente marcada por relações puramente sociais, as quais, com o advento da consolidação do capital e do Estado de direito etc., tendo como ponto culminante a Revolução Francesa, são marcadas pela dualidade do *citoyen* e *bourgeois* em cada sujeito dentro dessa nova sociedade.

Essa divisão é descrita por Marx da seguinte maneira em sua resposta ao idealismo de Bruno Bauer no artigo, *Sobre a questão judaica*, publicado nos *Anais franco-alemães* em 1844, segundo Marx (2010, p. 40, 41),

O Estado político pleno constitui, por sua essência a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida da comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um juguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é um membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal.

O conflito que emerge entre o homem que professa uma religião *particular* e sua cidadania, entre ele e as demais pessoas como membros da sociedade, reduz-se à divisão *secular* entre o *Estado político* e a *sociedade burguesa*. Para o homem como *bourgeois* [aqui: membro da sociedade burguesa], a “vida no Estado [é] apenas aparência ou uma exceção momentânea a essência e à regra”. Toda via, o *bourgeois*, como o judeu só permanece na vida do Estado mediante a um sofisma, assim como o *citoyen* [cidadão] só permanece judeu ou *bourgeois* sofismando; mas essa sofística não é pessoal. É a *sofística do próprio estado político*. A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o mercador e o cidadão, entre o diarista e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o *indivíduo vivo* e o *cidadão*. A contradição que se interpõe entre o homem religioso e o homem político é a mesma que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e sua pele de leão político.

Lukács também se utiliza de uma passagem desse mesmo texto de Marx para indicar essa constelação surgida na nova relação inaugurada pela sociedade capitalista, na qual a

divisão entre *citoyen* e *bourgeois* simplifica a situação mais complicada “naturalmente” emaranhada das formações anteriores. Dessa forma, de acordo com Marx,

A emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa. Qual era o caráter da sociedade antiga? Uma palavra basta para caracterizá-la: a feudalidade. A sociedade burguesa antiga possuía um caráter político imediato, isto é, os elementos da vida burguesa, como, p. ex., a posse ou a família ou o modo do trabalho, foram elevados à condição de elementos da vida estatal nas formas da suserania, do estamento e da corporação. Nessas formas, eles determinavam a relação de cada indivíduo com a totalidade do Estado, ou seja, sua relação política, ou seja, sua relação de separação e exclusão dos demais componentes da sociedade. Aquela organização da vida nacional de fato não elevou a posse ou o trabalho à condição de elementos sociais, mas, ao contrário, completou sua separação da totalidade do Estado e os constituiu em sociedades particulares dentro da sociedade. Entretanto, as funções vitais e as condições de vida da sociedade burguesa permaneciam sendo políticas, ainda que no sentido da feudalidade, isto é, elas excluam o indivíduo da totalidade do Estado, transformavam a relação particular de sua corporação com a totalidade do Estado em sua própria relação universal com a vida nacional, assim como transformavam sua atividade e situação burguesa específica em sua atividade e situação universal. Como consequência necessária dessa organização, a unidade do Estado, assim como o poder universal do Estado, que constitui a consciência, a vontade e a atividade da unidade do Estado, manifestam-se como assunto particular de um soberano e seus serviços, separados do povo⁸⁸.

Essa dualidade descrita por Marx, e retomada por Lukács, vai ao encontro das críticas apresentadas pelo filósofo húngaro aos equívocos de tratar autonomamente sociedade e individualidade como extremos na apreensão do ser social.

Vejamos agora, como Lukács retoma a questão da substância no ser social em sua argumentação após as digressões realizadas para definir de forma mais precisa seu *tertium datur*.

Nosso autor resgata esse conceito justamente no embate entre duas tendências opostas de compreensão, apontando como é “falso pensar que há uma substância não espacial e não temporal da individualidade humana, que pode ser modificada apenas superficialmente pelas circunstâncias da vida, quanto é errôneo conceber o indivíduo como um simples produto do seu meio” (LUKÁCS, 2013, p. 284). Desta forma, o filósofo magiar apresenta o caminho alternativo ontológico na compreensão desse conceito:

Contrapondo a isso o nosso *tertium datur* ontológico, o nosso conceito mais geral e simultaneamente histórico de substância revela-se sob um novo lado. Pois já vimos que o “elemento” imediato do acontecimento histórico-social, que, apesar de sua complexidade interna, não pode mais ser decomposto como componente de complexos sociais justamente em sua dimensão ontológica, mas que deve ser tomado assim como é, em seu ser-propriadamente-assim, nada pode ser além da respectiva decisão alternativa de um homem concreto. Assim como o ser social se

⁸⁸ Idem, p. 51, 52.

constrói de encadeamentos dessas decisões alternativas que se cruzam de muitas maneiras, assim também a vida humana singular se constrói de sua sequência e de sua separação. Desde o primeiro trabalho enquanto gênese do devir homem do homem até as resoluções psíquico-espirituais mais sutis, o homem confere forma ao seu meio ambiente, contribui para construí-lo e aprimorá-lo e, concomitantemente com essas suas ações bem próprias, partindo da condição de singularidade meramente natural, confere a si mesmo a forma de individualidade dentro de uma sociedade⁸⁹.

Com isso, a apreensão do ser-propriadamente-*assim* da substância humana está diretamente relacionada as decisões alternativas colocadas pela realidade objetiva aos sujeitos, também fundamenta a própria tessitura do ser social, edificado a partir dos encadeamentos dessas decisões alternativas, sempre objetivadas por meio de atos concretos, de seres concretos em uma sociedade concreta. Ainda de acordo com Lukács (2013, p. 285, grifo nosso),

Como toda alternativa real é concreta, mesmo que conhecimentos, princípios e outras generalizações tenham um papel decisivo na resolução concreta, esta conserva tanto subjetiva como objetivamente o seu ser-propriadamente-*assim* concreto, atua também como tal sobre a realidade objetiva e, a partir daí, tem o seu peso e exerce a sua influência, antes de tudo, sobre o desenvolvimento do sujeito. Aquilo que chamamos de personalidade de um homem constitui tal ser-propriadamente-*assim* de suas decisões alternativas. Quando Hebbel, num verso omitido de *Genoveva*, faz o seu personagem Golo dizer: “um homem já é o que ele pode ser”, ele passa abstrativamente ao largo dessa factualidade, justamente ao pretender fundamentar bem profundamente a necessidade trágica do seu herói. Com efeito, em todo homem atua de modo latente – no sentido aristotélico por nós reiteradamente analisado – grande quantidade de possibilidades. O seu caráter autêntico, contudo, realiza-se em seu ser-propriadamente-*assim* justamente na e através da possibilidade que se converte em ato. Naturalmente, também a possibilidade faz parte da sua imagem total, porque sua superação é igualmente objeto de uma decisão alternativa; mas o decisivo nisso tudo permanece isto: se ela é afirmada ou negada, se ela se converte em ação ou permanece mera possibilidade, em última análise é condenada à inatividade. *A substância de um homem, portanto, é aquilo que no curso de sua vida se encadeia como continuidade, como direção, como qualidade do encadeamento ininterrupto de decisões desse tipo. Com efeito, nunca se deve esquecer, justamente quando se quer entender o homem corretamente em termos ontológicos, que essas decisões determinam ininterruptamente sua essência, conduzindo-a para cima ou para baixo.*

Nessa longa citação, além da definição objetiva de sua compreensão de substância do homem, outras definições também aparecem, dando força à essa passagem. É o caso da definição de personalidade do homem, entendida no sentido da consubstanciação no ser de suas decisões alternativas, que desse modo formam sua personalidade, na passagem da possibilidade em ato, na sua ação, pois como nos lembra Lukács (2013, p. 286) “[...]o homem é o resultado de sua práxis” em toda complexidade desdobrada para si e para a sociedade.

⁸⁹ Idem, *ibid.*

Quanto a sua definição de substancia do homem, e aqui acreditamos residir uma importante característica para nossos objetivos no presente trabalho, nos parece que a educação joga um papel importante, se não decisivo, de como se concretiza esse campo de possibilidades para as decisões alternativas que no curso da vida dos sujeitos “se encadeia como continuidade, como direção, como qualidade do encadeamento ininterrupto”, concedendo, dessa forma, um fio condutor que fornece a ligação e a continuidade, além de dar energia ao movimento da formação, que em tais decisões alternativas determinam ininterruptamente a essência do ser humano, conduzindo-a para cima, em patamares cada vez mais elevados do ser-inteiramente-humano, ou para baixo, no parcelamento, esfacelamento do ser humano inteiro em pequenos cacos individualizados egoisticamente em seu em-si.

Frente a essa situação objetiva colocada pelas decisões alternativas que os sujeitos devem responder por meio de suas práxis e as generalizações que surgem dessas respostas, Lukács nos lembra que,

[...] jamais se deve esquecer que o homem, em seus atos e nas ideias, nos sentimentos etc. que os preparam, acompanham, reconhecem e criticam, sempre está dando respostas concretas a dilemas de ação perante a vida, com os quais ele, enquanto homem que vive em sociedade, é confrontado, em cada caso, por uma sociedade bem determinada (de modo imediato: por classe, estrato etc. descendo até a família), mesmo que ele pense estar agindo puramente por impulsos advindos de sua necessidade interior. Do nascimento ao túmulo, essa determinação – do campo de ação da resposta posto pela pergunta – nunca cessa de atuar. Por outro lado, igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) sempre terá um caráter alternativo, sempre abrange irrevogavelmente um sim ou um não (ou uma “abstenção do voto”) à pergunta posta pela sociedade (2013, p. 286, 287).

Nesse incessante movimento de perguntas e respostas, respondidas ativamente pelos sujeitos em meio a determinações sociais e naturais, o ser social vai se edificando a patamares cada vez mais elevados, elevando também a consciência que efetua esse pôr teleológico a patamares cada vez mais sociais.

De acordo com Lukács,

A consciência que efetua o pôr teleológico é a de um ente social real, que, como tal, necessariamente também tem de ser, ao mesmo tempo e de modo inseparável, um ser vivo no sentido biológico; trata-se de uma consciência cujos conteúdos, cuja faculdade de apreender corretamente objetos e suas conexões, generalizar suas experiências e aplicá-las na práxis estão necessariamente ligados de modo inseparável ao homem biológico-social, do qual ela é consciência. O fato de ela surgir potencialmente com o nascimento, de ser realizada através do crescimento, da educação, da experiência de vida etc. e de ser extinta com a morte mostra essa inseparabilidade em relação ao homem enquanto ser vivo. Contudo, o fato de o abandono da mera potencialidade do ser nascido estar vinculado com categorias tão especificamente sociais como a educação já indica que o homem, desde que se

tornou homem por meio do seu trabalho, reúne em si uma conjunção inseparável de categorias da natureza e da sociedade⁹⁰.

Isso apenas reforça que a consciência humana é resultado de uma vinculação indivisível entre ser orgânico e ser social realizada em sua potência por complexos sociais, especialmente pelo complexo da educação, isso é, por ser a educação um processo puramente social, de formar e ser formado socialmente, ela se torna o veículo da consubstanciação material objetiva entre natureza, sociedade, indivíduo e sua personalidade.

Ainda sobre a educação, vale a pena reforçar o que apresentamos no início desse trabalho sobre esse complexo social retomando, mais uma vez, nas palavras de Lukács, que,

[...] por um lado, nenhuma educação pode enxertar num homem propriedades totalmente novas e, por outro lado, como igualmente já vimos, as próprias propriedades não são determinações definitivas, fixadas de uma vez por todas, mas possibilidades, cuja índole específica de se tornarem realidades de modo nenhum pode ser concebida independentemente do seu processo de desenvolvimento, do devir homem socialmente efetuado do homem singular. Esse processo é de cunho social, não se tratando de um simples crescimento biológico, o que pode ser deduzido já do fato de consistir de um encadeamento, de uma continuidade dinâmica de decisões alternativas. Mais precisamente, num duplo aspecto: por um lado, a educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para decisões alternativas de determinado feitio; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como a totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. Por outro lado, a menor das crianças já reage à sua educação, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno igualmente com decisões alternativas, e a sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão entre esses dois complexos. O maior erro na avaliação de tais processos consiste no hábito de considerar somente os impactos positivos como resultados da educação; porém, quando o filho do aristocrata se converte em revolucionário, o descendente de oficiais se torna um antimilitarista, quando a educação para a “virtude” produz uma queda para a prostituição etc., estes são, no sentido ontológico, resultados da educação, tanto quanto aqueles em que o educador atingiu as suas finalidades. Porque, em ambos os casos, explicitam-se aquelas propriedades do homem em devir que se comprovaram como as mais fortes na práxis e para a práxis, as quais desempenham nas interações o papel de momento predominante. Nesse caso, porém, trata-se de interações em que, por princípio, é impossível determinar teoricamente de antemão a que fator caberá essa função no caso concreto (2013, p. 295).

Dessa forma, mediado pela educação, o ser humano se torna o resultado de complexas interações, “[...] nas quais e através das quais surge aquela unidade indivisível, ainda que de muitas vezes contraditória, de determinações psíquico-corporais e sociais no homem singular, que passa a caracterizar sua essência humana do modo mais profundo possível” (Idem, *ibid.*).

Com isso, acreditamos ter resgatado os elementos que julgamos ser necessários para apreender o complexo da educação, a partir de Lukács, na reprodução do ser social.

⁹⁰ Idem, p. 290.

Agora, voltaremos nossa atenção para o complexo da ideologia e sua relação com a educação.

3. IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO

Na etapa anterior de nosso trabalho voltamos nossas energias para apreender, a partir da leitura do capítulo da *reprodução* na *Ontologia* de Lukács, os elementos concretos dos complexos parciais em seu desenvolvimento e processualidade objetivo dentro da totalidade da reprodução social, descrevendo movimentos e interações que nos permitiram ampliar nosso arcabouço categorial, derivados e determinados da e na existência concreta do ser social, com a finalidade de nos aproximar mais de uma compreensão dessa esfera do ser e de seus complexos fundamentais, em especial do complexo da educação.

Um movimento que partiu do trabalho, enquanto atividade humana realizada por meio do pôr teleológico em sua relação material com a natureza, para apreender complexos categoriais colocados em movimento no ser que se torna social através de sua própria práxis. Os elementos apreendidos na primeira parte de nosso trabalho – pôr teleológico, alternativas, escolhas, valor, consciência, linguagem etc. – serviram de base para aprofundar a compreensão das características que se desenvolvem na atividade humana no devir social, em sua socialidade cada vez mais marcante e desdobrada, inaugurando novos complexos categoriais, no distanciamento de suas determinações biológicas na afirmação de sua essência notadamente social.

O processo de aumento da socialidade humana está intimamente relacionado a capacidade de desenvolvimento tanto da produção e reprodução material humana, com o advento da divisão do trabalho e as consequências sociais daí derivadas, quanto aos desenvolvimentos dos complexos parciais surgidos para regular e garantir a reprodução ampliada do ser social em sua dinamicidade.

A reprodução social marcada pelo constante devir da socialidade humana, apresenta alterações qualitativas e quantitativas nos complexos basilares surgidos na atividade fundante do trabalho, isso porque, com a intensificação e a extensão das atividades humanas, com o distanciamento das barreiras naturais, vão se desenvolvendo nos seres humanos novos complexos enquanto resultado da complexificação das atividades em seu metabolismo fundante com a natureza e em suas relações interpessoais e entre grupos. O desenvolvimento da consciência, da linguagem, das formas de organização social, da divisão em classes etc., alçam o ser social à um patamar cada vez mais elevado, cada vez mais social, na constante relação entre indivíduo, sociedade e natureza.

Tanto o indivíduo, quanto a sociedade, como a natureza, são resultados, no ser social, da atividade dos próprios seres humanos. Das simples atividades do trabalho no metabolismo com a natureza, do pôr teleológico de cadeias causais naturais objetivas para a própria sobrevivência, a humanidade vai alcançando níveis de complexificação cada vez mais intensas, cada vez mais mediada, cada vez mais sociais. O processo de formação da consciência do salto ontológico, a qual passa de um mero epifenômeno natural para uma condição psicossocial subjetiva de formação e de desenvolvimento de conhecimentos fundamentais para continuidade da reprodução, passa a figurar como *medium* mediador de preservação e continuidade do ser humano, voltada para o presente, mas fazendo a mediação entre o passado e o futuro. A linguagem também se transforma em órgão mediador dessa continuidade. A alimentação e o sexo, categorias ligadas essencialmente a reprodução biológica dos seres vivos, com o desenvolvimento social também vão sendo constantemente alteradas pelo nível de sociabilidade atingido nas comunidades humanas.

Ou seja, desde o primeiro e mais simples trabalho, até as resoluções psíquico espirituais mais desenvolvidas, o ser humano dá forma, constrói e aprimora o seu meio ambiente, assim como a si próprio e a totalidade social. Por meio de sua própria atividade, a qual parte de uma condição de singular meramente natural e, em seu constante devir, confere a si mesmo uma individualidade formada e formatada dentro de uma determinada sociedade e, reunindo dessa forma, dentro do próprio sujeito, uma conjunção entre categorias da natureza e da sociedade, em sua reprodução tanto filogenética, quanto ontogenética.

Dito de outra forma, por ser um ente que responde ativamente as questões e problemas de ordem prática imediata ou socialmente mediata, por meio de decisões alternativas, o ser social congrega em si uma gama de possibilidades, objetivamente determinadas, para seu campo de respostas, sendo sua escolha um momento determinante de sua objetivação e de sua exteriorização (alienação).

Mesmo sendo a atividade fundante do ser social localizada em seu metabolismo com a natureza, realizada pelo pôr teleológico primário, o qual coloca em movimento uma série de cadeias causais objetivas, por meio da relação sujeito-objeto, transformando a natureza a partir de uma prévia ideação, com uma posição de finalidade, objetivando na realidade a sua intenção posta, a socialidade humana, assim como a história humana não pode ser entendida teleologicamente, enquanto um caminho evolutivo linear. Aqui mais uma vez, vale aquela célebre passagem de Marx, segundo a qual os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, partem das condições objetivas herdadas do passado sobre as

quais devem partir e se basear em sua práxis, sendo sua processualidade dinâmica marcada por desigualdades, contradições, avanços e retrocessos, que são características do desenvolvimento humano. Como socialidade desdobrada, os pores primários que a fundam começam a ser secundarizados pelos pores secundários, não voltados para transformação direta da natureza, mas, direcionados à consciência de outros sujeitos na intenção de fazer com que eles respondam de uma forma intencionada/balizada por outros sujeitos.

Esses tipos de pores teleológicos caracterizam a socialidade cada vez mais desenvolvida dessa esfera de ser. Por terem como objeto outros sujeitos e não as causalidades objetivas da natureza, isso é, por ser seu objeto um outro ser humano, o qual também responde, por meio de suas próprias decisões alternativas, as perguntas e possibilidades de respostas colocadas por esse tipo de práxis, os resultados obtidos por ela, possuem um coeficiente de eficácia reduzido e demandam mediações mais refinadas. O ser social é exatamente o resultado dessa miríade de pores teleológicos heterogêneos entre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade, e essa característica social é muito mais do que a simples soma dos pores singulares, ela é a totalidade desses pores, suas interações e as consequências refletidas tanto no plano subjetivo quanto no plano da objetividade social. Disso deriva o fato de que, por ser toda decisão entre alternativas marcada pela possibilidade de aceitação ou negação, êxito ou fracasso – a partir de uma valoração social -, a casualidade também se torna a marca da sociedade cada vez mais social.

Isso não significa que a sociedade seja marcada por uma situação caótica sem nenhum tipo de legalidade ou organicidade, pelo contrário, os movimentos iniciados na atividade simples do trabalho já carregam em si um conteúdo social, cuja apreensão pode ser realizada por meio do processo de objetivação, alienação e estranhamento, que constituem a atividade humana e sua generidade, em sua tendência à universalização. Está claro que esta tendência a legalidade do plano social das formas de organização oriundas do processo material de sua reprodução possui uma dinâmica social própria, marcadas por desigualdades em seus níveis de desenvolvimento e de processualidades históricas, mas isso de jeito nenhum impossibilita a formação de estruturas e legalidades internas às comunidades humanas, caso contrário nenhum tipo de sociabilidade seria possível. Essas estruturas e legalidades são produtos das objetivações, alienações e estranhamentos cada vez mais mediados pelo refinamento tendencial do ser social.

Nesse ponto o que se torna marcante é que a heterogeneidade dos sujeitos singulares assume na sociedade uma certa homogeneização – resultado dos complexos parciais que

garantes a continuidade na mudança - que caracteriza o surgimento do gênero nos diferentes agrupamentos humanos mesmo em suas peculiaridades específicas enquanto resultado da síntese objetivo-dinâmica na dialética entre o momento ideal e sua objetivação material.

Em um primeiro momento, como resultado dialético do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, são os mitos, as tradições, as vivências coletivas etc., transmitidas de geração em geração, principalmente pela oralidade, as responsáveis pela organicidade, estrutura e regulação interna dessas comunidades primitivas. A partir de um estágio mais avançado da complexificação social e da produtividade do trabalho, com o advento da divisão do trabalho, dos avanços da linguagem, da escrita, das ferramentas de trabalho, das novas formas de trabalho (escravidão por exemplo) etc., as sociedades começam a demandar outras formas de regulamentação e legitimidade de suas atividades, pois, as formas primitivas fundadas na tradição, no mito etc. já não são suficientes para a regulação e regulamentação das atividades complexas derivadas do desenvolvimento social. Desse movimento resultam o surgimento de complexos sociais específicos, como no caso do complexo jurídico e da linguagem - principalmente com a escrita, os quais são responsáveis pela regulação, regulamentação, generalização, objetivação, alienação etc. sociais e subjetivas em níveis mais avançados de socialidade.

Em meio a todos esses processos de complexificação podemos também encontrar a gênese do complexo da educação. Como já adiantado e destacado por nós na parte anterior do presente trabalho, segundo as argumentações de Lukács, a peculiaridade do ser social em sua reprodução pode ser mais bem compreendida a partir das atividades do complexo educativo. Esse fenômeno social tem sua essência determinada no sentido de influenciar os homens a reagirem as novas alternativas de modo socialmente intencionado, um processo de cunho social que se constitui em um encadeamento de continuidade dinâmica de decisões alternativas de um determinado feitio, ligado a reprodução da forma social. Quer dizer, diferentemente do processo no mundo animal, a educação dos homens consiste em capacitá-los a reagir, a responder, adequadamente aos acontecimentos e situações novas e imprevisíveis que podem ocorrer em sua vida. Um processo de formar e ser formado socialmente que possibilita no sujeito em formação a apropriação dos conhecimentos, da forma de organização social e produtiva, da cultura, dos costumes etc., ou seja, que o exemplar singular se conecte ao gênero, realizando uma mediação fundamental da continuidade na relação entre o indivíduo e a sociedade.

Tanto o complexo da educação, quanto o complexo do direito são caracterizados por serem atividades que buscam influenciar os sujeitos e conduzir seus pores teleológico e suas práxis em uma determinada direção, por isso podem ser compreendidos como pores teleológicos de segundo tipo, com suas especificidades e funções específicas. Com o aumento da socialidade humana esses tipos de pores teleológicos começam a ganhar proeminência. A humanidade, desta forma – por meio de sua forma social de metabolismo com a natureza -, plasma uma unidade complexa em cada ser humano, que em seu desenvolvimento, de sua mera singularidade, por meio de sua própria atividade, mediada por complexos cada vez mais sociais, constrói sua própria individualidade, a qual, dentro do processo global de reprodução, fortalece a tendência da construção decisiva do gênero humano. Assim, gênero, individualidade e natureza são heterocondicionados em sua múltipla determinação e influência.

É Claro que temos que lembrar que a construção autêntica do gênero humano não mais mudo, do ser inteiramente humano é apenas uma potência, no sentido da *dýnamis* aristotélica, é uma tendência ainda não concretizada da humanidade. Apesar de o desenvolvimento econômico objetivo no capitalismo lançar as bases da possibilidade da construção cada vez mais intensa e extensa do ser social, principalmente com o desenvolvimento do mercado mundial e a integração de todas as comunidades humanas (se não todas, praticamente a sua imensa maioria), essa integração acontece dentro dos limites de uma sociabilidade fundada na exploração, na desigualdade, na fragmentação social de indivíduos isolados egoisticamente em seu mero em-si, e de uma construção de generidade artificial e fetichizada na mediação do Estado e do capital. Em outras palavras, mesmo com desenvolvimento extremamente avançado das forças produtivas, das capacidades de produção, o desenvolvimento do indivíduo se dá no sentido diametralmente oposto à elevação da capacidade produtiva, principalmente devido a forma de organização social da produção do capital, o qual desenvolve limitações objetivas – principalmente do ser humano cindido em *citoyen* e *bourgeois* -, para a verdadeira emancipação humana.

Em Marx, esse movimento acima descrito, aparece de uma maneira muito peculiar nos Grundrisse (2011, p. 400) e vale retomar sua argumentação histórico-crítica, segundo a qual,

Nunca encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, qual cria a maior riqueza. A riqueza não aparece como finalidade da produção, embora Catão naturalmente possa examinar qual cultivo do campo é o mais rentável, ou até Brutos possa emprestar seu dinheiro aos melhores juros. A investigação é sempre sobre qual modo de propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza só aparece como fim em si mesmo, entre os poucos

povos mercantis – monopolistas do comércio de carga – que vivem nos poros do mundo antigo, assim como os judeus na sociedade medieval. Agora, a riqueza é, por um lado, coisa, realizada em coisas, em produtos materiais, com os quais o ser humano se defronta como sujeito; por outro lado, como valor, é simples comando sobre trabalho alheio, não para fins de dominação, mas da fruição privada etc. Em todas as formas, a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo. Desse modo, a antiga visão, em que o ser humano aparece sempre como a finalidade da produção, por estreita que seja sua determinação nacional, religiosa ou política, mostra ser bem superior ao mundo moderno, em que a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção. De fato, porém, se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como as forças de sua própria natureza? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade do desenvolvimento um fim em si mesmo, i.e., do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, sem que sejam medidas por um padrão *predeterminado*? [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde -, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal como estranhamento total, e desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, com o sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior. Por essa razão, o pueril mundo antigo, por um lado aparece como o mais elevado. Por outro, ele o é em tudo que se busca forma, a figura acabada e a limitação dada. O mundo antigo representa a satisfação de um ponto de vista tacanho; ao passo que o moderno causa insatisfação, ou, quando se mostra satisfeito consigo mesmo, é *vulgar*.

Já em Lukács, que parte exatamente de um fragmento extraído dessa passagem de Marx, a argumentação explícita não só como essas limitações se manifestam na sociabilidade capitalista, mas aponta as tendências reais tanto das possibilidades da esfera econômica – limitadas pela forma capitalista-, como da superação dessa situação contraditória, alegando que,

[...] Marx chama de vulgar qualquer satisfação dentro do capitalismo porque ela se dá por satisfeita com as barreiras que a pura socialidade consegue oferecer no quadro do capitalismo. Com efeito, a compreensão da contraditoriedade dialética de fenômeno e essência oferece a perspectiva de um ser social, no qual a casualidade do ser biológico e do ser social só existirá socialmente como tarefa vital individual, como problema da vida do indivíduo, a saber, a partir de sua singularidade, formar uma personalidade autêntica, a partir de sua condição particular dada, formar um representante, um órgão da genericidade que deixou de ser muda. E essa perspectiva não é a do homem singular: somente quando o desenvolvimento econômico objetivo produz nos termos do ser a possibilidade de um gênero humano existente para si essas tendências de desenvolvimento que dizem respeito à pessoa podem ser realizadas em dimensões sociais. Contudo, a expressão perspectiva necessita de uma aclaração dupla. Por um lado, trata-se do conhecimento de tendências reais de desenvolvimento no movimento objetivo da economia. A perspectiva não é, portanto, nenhum afeto subjetivo do tipo da esperança, mas o espelhamento em termos de consciência do próprio desenvolvimento objetivamente econômico e a

complementação que dá continuidade a ele. Por outro lado, porém, esse desenvolvimento possui uma tendência econômica e historicamente cognoscível, cujo espelhamento e expressão constituem justamente a perspectiva, mas sua própria realização não é nem fatal nem teleologicamente necessária, dependendo, muito antes, das ações dos homens, das decisões alternativas que eles, enquanto entes que respondem, estão dispostos e são capazes de dar a essa tendência. E, exatamente por ser o produto de incontáveis pores teleológicos, essa tendência tampouco tem algo a ver, em seu decurso objetivo, com qualquer direcionamento teleológico para algum estado enquanto fim predeterminado. Essa perspectiva só pode ser fim posto para pores teleológicos de homens singulares ou grupos humanos, sendo que as cadeias causais neles desencadeadas podem se transformar em fatores objetivos de sua realização. Essa perspectiva foi assinalada por Marx no comunismo como segundo estágio do socialismo. Por isso, um exame ontológico como o nosso só pode compreender esses pores como perspectiva, ainda que concreta, na medida em que só uma estrutura social desse tipo possibilitará o surgimento real, nos dois polos do ser social, do gênero humano como gênero não mais mudo. (LUKÁCS, 2013, p. 353, 354)

O que nos interessa com essas duas longas passagens é, tanto reforçar nossa exposição anterior com argumentos de autoridade desses dois grandes pensadores, como explorar problemas levantados por elas que tangenciam nossa problemática central. Vejamos quais são esses problemas.

Nossas argumentações buscavam explorar a contradição entre a tendência de desenvolvimento da sociabilidade cada vez mais desdobrada no ser social, assim como sua tendência de construção do gênero não mais mudo, e as barreiras objetivas colocadas pela forma de produção social subsumida ao capital na apresentação do funcionamento e atuações dos complexos parciais na reprodução que logramos, mesmo que de forma limitada e parcial, resgatar até então em nossas exposições.

Lukács aponta que as tendências desenvolvidas no ser social são produtos de incontáveis pores teleológicos, mas que o resultado social dessas tendências não é produto de um direcionamento teleológico de um fim predeterminado, reforçando nossas argumentações, inclusive quanto ao papel do acaso nessa esfera do ser. Ou seja, reafirma a importância do pôr teleológico para o ser social, assim como destaca sua casualidade. No entanto, toda reprodução social acontece sempre de forma objetiva, em uma sociedade concreta, realizada por seres humanos concretos, em um período histórico concreto. Dessa forma, as relações entre essência e fenômenos no ser social, acompanhando a dinâmica histórico-social do ser, também caminhando *pari passu* a esse desenvolvimento e processualidade, apresentando momentos de superação, o qual contém elementos de preservação e, momentos de continuidade, marcado também por descontinuidades, como destacado por Marx na passagem citada, explicitando as permanências e rupturas das antigas até a sociedade moderna burguesa e suas contradições e estranhamentos.

Como o tempo histórico de análise do nosso objeto é exatamente a apreensão do complexo da educação e suas manifestações ideológicas nos momentos de crise socioeconômicas do capital, a problemática e o tempo das passagens escolhidas vão ao encontro de nossos objetivos nessa etapa de nosso trabalho. Por duas razões, a saber, a primeira é por já apresentar elementos contraditórios presentes na sociedade capitalista, nos aproximando mais de nosso período histórico de forma mais objetiva com suas possibilidades e limites e, a segunda, é por fazer a conexão com as possibilidades inauguradas pelas tendências objetivas colocadas em movimento por pores teleológicos e sua relação com passado, presente e futuro, isso é, como o complexo da educação é uma das mediações da reprodução do ser social, a qual também conecta as conquistas do passado, na preparação presente para as situações futuras, procuramos entender o papel das formações do momento ideal e da ideologia, as quais o ser humano que responde ativamente as questões presentes no sentido da preservação e da mudança, se produzem pelo espelhamento das situações objetivas por parte do sujeito em sua consciência, tornando-se fundamental nesse momento, tanto por nos encaminhar de forma mais direta ao nosso tema nesse capítulo, como por nos ajudar a entender algumas das formas pelas quais o complexo ideológico, a partir de sua intencionalidade prática e em sua função social, serve também, aos interesses da classe dominante na manutenção desse sistema e de seu status-quo socioeconômico.

Assim, nesse capítulo, buscaremos apresentar de maneira sintética a acepção lukacsiana do termo, sua relação com a educação em momentos históricos específicos, assim como, explicitar, no caso concreto do Brasil, essa relação entre educação e ideologia nos últimos anos, isso é, após esse percurso de fundamentos e resgate categorial, retornar ao ponto do qual partimos com uma riqueza maior de determinações para nos aproximar de nosso objeto.

3.1 Um conceito em debate: a acepção lukacsiana de ideologia

A ideologia é uma categoria que carrega consigo uma problemática ampla em torno de sua compreensão, seja de seu significado, de seu uso, de sua função, aplicabilidade etc., nas mais diferentes correntes teórico-filosóficas, inclusive dentro do próprio marxismo. Um trabalho de recuperação desse extenso debate – o termo aparece pela primeira vez no século XIX pela pena de Destutt de Tracy em 1801 em uma obra intitulada *Elementos de ideologia* e que, desde então, levantou as mais diferentes polêmicas da filosofia ao senso comum, é um

esforço, que por si só, não caberia de maneira satisfatória no escopo da presente tese, e de tal modo não será por nós realizado.

Até mesmo autores que se dedicaram ao tema com mais afinco e dedicação exclusiva à temática também se mostraram receosos quanto a uma definição definitiva do termo, como no caso de Terry Eagleton, em sua obra, *Ideologia – Uma introdução*, segundo o qual,

Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia, e este livro não será uma exceção. E isso não porque as pessoas que trabalham nessa área sejam notáveis por sua pouca inteligência, mas porque o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que possível. *A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias*, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p. 15. Griffó nosso)

Frente ao exposto podemos afirmar que tampouco será essa nossa intenção. Não buscaremos fazer um balanço crítico determinando o que há de valioso nas diferentes definições e o que poderia ser descartado ou estabelecer uma definição única e adequada do conceito de ideologia, nem de forma geral - nas diferentes correntes teóricas -, e muito menos dentro do próprio marxismo, onde a temática também é recheada de debates e polemicas.

O que nos propomos a realizar é tão apenas – e apenas nesse caso para nós já se torna uma tarefa desafiadora – sumarizar uma definição aproximativa e parcial de como a temática é abordada por Lukács em sua *Ontologia*, mais exatamente no capítulo III intitulado *O ideal e a ideologia*, diretamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa. Quando nos referimos acima sobre o desafio de realizar essa síntese, estamos pensando nas dificuldades encontradas para abreviar uma explicação extremamente densa realiza pelo autor em quase trezentas páginas exclusivamente dedicadas ao tema em sua obra, nas poucas páginas dessa etapa de nosso trabalho. Talvez, uma sistematização mais detalhada dessa temática na obra de Lukács seja objeto para futuras pesquisas (não tenho conhecimento até então de estudos nesse sentido), mas por hora, aqui nessa presente etapa, nossa tarefa será mais restrita e parcial⁹¹.

⁹¹Nos trabalhos preparatório para a execução da presente tese, em nossos estudos e pesquisas realizamos leituras que nos ajudaram na aproximação desse extenso debate, e indico algumas delas para as pessoas que se interessarem pela temática e buscam referências para seus estudos, pois, não irei utilizar na tese a maioria desses trabalhos, valiosíssimos, mais por uma questão de escolha, tempo e espaço do que desinteresse pelo debate, dessa forma segue uma pequena lista desses trabalhos: De Karl Marx e Engels, a *Ideologia alemã* (2007); de Marx, o livro *Contribuição à crítica da economia política* (2008) e *O capital* (2017). De Lukács, a *Ontologia do ser social II* (2013); de Mészáros, *O poder da ideologia* (2014); de Slavoj Žižek a coletânea da qual o autor é organizador, intitulada *Um mapa da ideologia* (1996); de Eagleton, *Ideologia, uma introdução* (1997); de Sérgio Daniel Gianna, *Ideologia, ciência e filosofia* (2021); a dissertação de mestrado defendida na Universidade

Estamos cientes das possibilidades de erros e omissões que essa escolha pode resultar, mas assumimos a responsabilidade e dessa forma seguiremos com nossas exposições.

Lukács em sua *Ontologia*, no capítulo III, dedicado ao *O ideal e a ideologia*, divide suas exposições em três partes, a saber, *O ideal na economia*; *Sobre a ontologia do momento ideal*; e, *O problema da ideologia*. Tal divisão em sua obra não se constrói de forma desprezível, ou casual. A forma de divisão relaciona-se a dinâmica da apreensão do complexo da ideologia e de seu momento ideal a partir de sua base material, da qual deriva e experimenta sua forma fetichizada, seguindo as pistas de Marx, no desenvolvimento da sociabilidade capitalista, principalmente sob forma mercadoria e lucro e as consequências desse movimento para os sujeitos e seus pores teleológicos assim como para a relação entre essência e fenômeno. Nessa primeira parte o autor faz questão de explicar ontologicamente a gênese do momento ideal a partir dos pores teleológicos, o que distingue tanto o momento ideal quanto as questões ligadas a ideologia de uma apreensão gnosiológica ou epistemológica. Na segunda parte, após apreender sua gênese do momento ideal na economia no pôr teleológico, procede a apreensão do ser-propriadamente-assim do momento ideal e suas interações com outros complexos, na vida cotidiana, como consciência e linguagem, por exemplo, no movimento de objetivação e alienação na socialidade desdobrada, mediada por pores de segundo tipo – mas destacando a unicidade ontológica dos pores teleológicos, qualitativa e quantitativamente mais presentes para o sujeito e sua forma social e as possibilidades do estranhamento daí derivadas. Já na última parte, se dedica a explicitar de forma mais detalhada sua compreensão do fenômeno a partir de função prática e das intenções que as motivam (consequência das sociedades divididas em classes), além de uma descrição detalhada das formas fenomênicas de sua manifestação – ampla e restrita – além de apresentar as características ideológicas de complexos parciais como o direito, a política, a ciência, a filosofia e a arte em suas especificidades.

Estadual de Campinas no Instituto de filosofia e ciências humanas de Nara Roberta Molla da Silva, *Decifra-me enquanto te devoro: um estudo da ideologia como força social* (2012); os artigos de Jesus Ranieri, intitulado *Sobre o conceito de ideologia* (2002/2003); de Ester Vaisman, *O “escolacentrismo” e o problema da ideologia no marxismo e na educação* (2012) e *A ideologia e sua determinação ontológica* (2010); de Magno Conceição Peneluc e Edilson Fortuna de Moradillo, *Educação, ideologia e alienação* (2020); além desse livros e textos indico a leitura de Lenin e Gramsci, mas infelizmente não tenho em mãos as referências exatas de onde a temática é tratada, sei que em Gramsci o tema é abordado nos *Cadernos do cárcere*, mas aparece em textos diferentes, como sobre a questão da *hegemonia*, do *americanismo e fordismo*, entre outras passagens. Recentemente, tive o conhecimento de um livro que reúne 12 ensaios sobre a temática que foi lançado por Mauro Iasi no início desse ano de 2023, autor que cultivo grande admiração, intitulado *Consciência e ideologia*, mas ainda, infelizmente, não tive contato com a obra.

Essa sumarização apenas nos ajuda a demarcar momentos importantes e apresentam a organicidade dinâmica do real e do conceito em movimento e a forma metodológica de exposição realizada pelo autor. Vejamos mais detalhadamente, seguindo os passos de Lukács, para melhor detalhar essa exposição.

Nosso autor inicia sua argumentação, exatamente marcando que a relação mais básica na economia, no trabalho possui o caráter de um pôr teleológico, detalhando como

O modelo mais geral de sua estrutura e dinâmica –, o pôr teleológico conscientemente produzido (que é, portanto, um momento ideal) deve preceder ontologicamente à realização material. No entanto, isso acontece no quadro de uma complexidade inseparável: do ponto de vista ontológico, não se trata de dois atos autônomos, um ideal e um material, que estariam vinculados de alguma maneira que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria essência, mas a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro. Isso quer dizer que o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo etc., que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo. E, por outro lado, a cadeia causal peculiar que perfaz a parte material do trabalho, a qual é posta teleologicamente em movimento, não tem como surgir por si mesma, a partir da causalidade do ser natural agindo por conta própria, embora nela possam se tornar ativos exclusivamente momentos causais naturais, existentes em si. (LUKÁCS, 2013, p. 355, p. 356)

Ora, o que Lukács faz nessa etapa é marcar a unicidade ontológica do por teleológico – entre momento ideal e momento material –, além de destacar a importância da apreensão do momento ideal para a formação da peculiaridade do ser social, ganhando autenticidade em seu ser apenas no trabalho concreto.

O autor segue explicitando que a unitariedade e peculiaridade dinâmico estrutural do ser é marcada por diferenciações e contradições que surgem internamente no ser social, como por exemplo nas formas sociais já mediadas pela divisão do trabalho, onde, apesar de suas especificidades complexas, também são marcados por um caráter causal, no entanto com uma importante diferença em relação ao pôr do trabalho, a saber,

[...] a de que os fins que os provocam e que por eles são realizados não estão direcionados diretamente para um caso concreto do metabolismo da sociedade com a natureza, mas visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem. Nesses casos, o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado. Por mais diferentes que possam ser, nesse caso, os fins e os meios (do uso direto da violência na escravidão e servidão até as atuais manipulações), o seu “material” nem

de longe é tão inequívoco quanto no trabalho propriamente dito, no qual só existe a alternativa objetiva entre se a consciência que põe o fim apreendeu corretamente a realidade objetiva ou não. Nesse caso, o “material” do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa; a rejeição da decisão desejada tem, por isso, uma estrutura ontológica diferente daquela do material natural do trabalho, na qual só entra em cogitação uma apreensão correta ou incorreta de conexões ontológicas da natureza; o “material” é qualitativamente mais oscilante, mais “suave”, mais imprevisível, do que era naquele caso. Quanto mais mediados forem tais pores quando se deparam com o trabalho visado no final, tanto mais claramente se evidencia esse seu caráter. Porém, nem mesmo o maior dos antagonismos é capaz de anular o elemento em comum que no final se torna decisivo, a saber, que, nos dois casos, trata-se de pores teleológicos, cujo êxito ou fracasso depende da medida em que aquele que os põe conhece a constituição das forças a serem postas em movimento, em que medida ele, de modo correspondente, é capaz de proceder corretamente no sentido de que elas atualizem do modo desejado as cadeias causais que lhes são imanentes.⁹²

Dessa forma, a passagem reforça o que por nós já foi apresentado em diferentes ocasiões, inclusive na primeira parte desse capítulo com uma maior riqueza de detalhamento e, em um nível mais desenvolvido de análise das semelhas, diferenças e contradições contidas no ser social.

A argumentação do autor segue expondo que o processo de socialização cada vez mais intensa vai complexificando a relação dinâmica e dialética entre real e o ideal no desenvolvimento e processualidade do ser social, marcando a complexidade das decisões alternativas no aumento da socialidade e a decorrência da causalidade como produto da complexificação social.

Na esteira das argumentações de Marx, retomando as complexas e mediadas relações entre valor de uso e valor, assim como das reificações daí derivadas podem ser desveladas na apreensão da historicidade das categorias, de acordo com Lukács (2013, p. 261),

Por essa razão, Marx chamou a atenção, por um lado, para o fato de que determinadas categorias simples, por exemplo trabalho concreto como produtor de valores de uso, necessariamente estão presentes em toda formação, mas, por outro lado, ele mostrou igualmente que as relações das categorias umas com as outras, suas funções no processo global, não só estão sujeitas a uma mudança histórica, mas que esta também é constituída de tal forma que só num estágio mais avançado lhes designa o lugar que lhes é apropriado na totalidade do processo e que elas só podem adquirir mediante a constituição que lhes é apropriada; assim, o dinheiro já existiu em sociedades relativamente primitivas, mas só no capitalismo veio a assumir a função correspondente à sua essência no processo global, assim o trabalho é uma categoria muito antiga, mas, compreendida nessa simplicidade economicamente pura, ele é “uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração”. Essa historicidade das categorias econômicas em seu efeito sobre sua constituição e estrutura, sua dinâmica e seu modo de agir elimina da esfera econômica corretamente concebida em termos ontológicos todas as reificações que o pensamento burguesamente fetichizado introduz nela.

⁹² Idem, p. 358.

Logo, Lukács afirma, seguindo as pistas marxianas, que a produção humana é uma relação social de produção e que as categorias derivadas do movimento concreto do ser devem corresponder ao movimento objetivo histórico do qual elas emergem. O autor também descreve o procedimento da máxima marxiana que a anatomia do homem fornece uma chave para a apreensão da anatomia do macaco, isso é, que a partir da forma mais desenvolvida se abre um caminho para compreensão das formas pretéritas.

Nosso autor segue reafirmando que o pôr do trabalho se desdobra socialmente em uma síntese objetivo-dinâmica de pores teleológicos singulares, que “[...] necessariamente se impõe pelas costas dos produtores singulares, independente de suas ideias e intenções” (Idem, p. 364).

Ou seja, na dialética entre ideal e real, legalidades e tendencias sociais se desenvolvem a partir do caráter “se... então” histórico social objetiva. De acordo com Lukács,

A objetividade e legalidade peculiares da realidade econômica têm como fundamento irrevogável o fato de ser, como Marx reiteradamente acentua com veemência, um processo histórico levado a cabo pelos próprios homens que dele participam, o que constitui a sua própria história, a história feita por eles mesmos. Também nesse ponto evidencia-se a teoria marxiana do ser social: justamente nos problemas do seu fundamento material, na economia, aparece o copertencimento dialético, a referencialidade mútua, a inseparabilidade ontológica das atividades humanas desencadeadas de forma ideal e das legalidades materialmente econômicas que delas se originam⁹³.

O que o filósofo húngaro está tentando marcar em sua argumentação é que apesar da heterogeneidade dos pores teleológicos, a unidade dialética de causalidade e teleologia reafirma de forma mais concreta a inter-relação entre ideal e real que ele está buscando destacar.

Sua argumentação segue reforçando a índole social das categorias, e a importância da esclarecimento da gênese e do processo histórico para apreensão ontologicamente correta do ser, especialmente no caso das decisões alternativas, pois segundo Lukács,

[...] o ato de pôr o fim possui gênese e função sociais bem concretas. Ele decorre das necessidades dos homens, e não só dessas necessidades em sua universalidade, mas dos desejos pronunciadamente particulares voltados para a sua satisfação concreta; esta, as respectivas circunstâncias concretas, os meios concretos e as possibilidades concretas socialmente disponíveis é que determinam concretamente o próprio pôr do fim, e é óbvio que o tipo da seleção dos meios, assim como o da realização, são possibilitados tanto quanto limitados pela totalidade dessas circunstâncias. Só assim o pôr teleológico pode converter-se – tanto individual como genericamente – em veículo central do homem; só assim ele comprova ser a categoria elementar específica que diferencia qualitativamente o ser social de qualquer ser natural⁹⁴.

⁹³ Idem, p. 265, 266.

⁹⁴ Idem, p. 370.

Frente ao exposto, o autor apresenta, na sequência de sua argumentação, que mesmo em níveis diferentes de pôr, tanto no pôr primário quanto no pôr secundário, se mantem a mesma estrutura dinâmica de decisões alternativas ao ser de forma geral, possibilitando, dessa maneira, até mesmo o fenômeno originário da liberdade no âmbito do ser social ser apreendido nesse movimento em sua pluralidade e gênese. Lukács indica que o aprofundamento desse debate, sobre a liberdade, deve ser deixado para a Ética, obra infelizmente não realizada, mas em razão de sua argumentação aponta caminhos de sua apreensão. Mas, devemos destacar que essa apreensão se deve ao fato de o autor mostrar que mesmo sendo apreendida de forma geral, as decisões alternativas possuem um sentido ontológico, pois, por ser composta de fenômenos amplamente heterogêneos, tais decisões constituem o caráter de valor geral dos atos humanos, fundados materialmente e apreendidos ontologicamente, isso significa, de acordo com Lukács, que ao tratar do trabalho

[...] já apontamos para o fato de que o seu produto é bem-sucedido ou malsucedido, proveitoso ou inútil etc. com necessidade ontológica; desse modo, entra em cena uma constituição interior dos objetos no âmbito do ser social, que é totalmente estranha a qualquer objetividade natural, cujo fundamento constitui exclusivamente o processo social de reprodução. Todos os atos de transformação que o trabalho, até mesmo o mais primitivo, efetua nos objetos da natureza são medidos por essa relação entre seu decurso e seu resultado e o processo social de reprodução, e a aplicação desse critério possui um caráter valorativo irrevogável, o que comporta simultânea e objetivamente a alternativa da polaridade entre provido de valor [*Werthhaftig*] ou adverso ao valor [*Wertwidrig*]. O fato de o ato de valorar aparecer, nesse tocante, diretamente como ato subjetivo não deve induzir a erro. O juízo subjetivo sobre se esta ou aquela pedra é ou não apropriada para amolar outras pedras depende do fato objetivo do ser apropriado; o juízo subjetivo pode, em casos singulares, passar ao largo do caráter de valor ou da adversidade ao valor objetivas, mas o critério real é constituído por essa constituição objetiva. E o desenvolvimento social consiste justamente em que, na práxis, o objetivamente valioso tendencialmente se impõe. Todavia, sempre no decorrer de movimentos desiguais, sempre no quadro daquilo que o *hic et nunc* histórico-social possibilita para as ações dos homens em cada caso. A razão dessa irrevogabilidade das valorações baseia-se no fato de que todos os objetos do ser social não são simplesmente objetividades, mas sem exceção objetivações⁹⁵.

E o autor prossegue em sua argumentação. Ainda segundo Lukács,

Portanto, se nas decisões alternativas do trabalho está contido o “fenômeno originário” da liberdade, isso ocorre porque ela põe em marcha os primeiros atos, nos quais aquelas surgem através das objetivações; que, portanto, por seu ser, são algo diferente de meras transformações espontâneas de um existente em um ser-outro, que, por isso, podem se tornar veículo para o surgimento de algo realmente novo, de algo que não só modifica objetivamente o ser social, mas transforma a mudança no objeto de um pôr humano voluntário. Por isso, o “fenômeno originário” não consiste na mera escolha entre duas possibilidades – algo assim também pode

⁹⁵ Idem, p. 373.

sucedem na vida de animais de organização mais elevada –, mas na escolha entre o valioso e adverso ao valor, eventualmente (em estágios mais elevados) entre duas espécies de valor, entre complexos de valor, justamente porque a escolha entre objetos não se dá de modo, em última análise, estático, apenas biologicamente determinado, mas tomam-se decisões de modo ativo e prático sobre se e como determinadas objetivações podem ser realizadas. O desenvolvimento da sociedade humana – considerada do ponto de vista dos sujeitos humanos – consiste essencialmente em que tais decisões dominam todos os passos na vida humana, desde os mais cotidianos até os mais elevados. Não importa se ou em que medida os homens tomam consciência desse fundamento de todas as suas ações – a vida em toda sociedade produz continuamente circunstâncias que podem ocultar essa situação –, algum sentimento, ainda que abafado de muitas maneiras, está vivo neles de que eles próprios fazem a sua vida mediante tais decisões alternativas. O complexo de vivências sobre o qual está baseada a ideia filosófica da liberdade jamais poderá desaparecer totalmente de seu senso vital, razão pela qual as ideias sobre a liberdade, as tentativas de sua realização percorrem toda a história humana e desempenham um papel importante em cada tentativa dos homens de obter clareza sobre si mesmos, sobre sua posição em relação ao mundo, o mesmo ocorrendo com o seu polo oposto, a necessidade que igualmente é vivenciada no cotidiano de maneira sempre renovada. A intenção é levar essas considerações só até o ponto em que o próprio problema se torna visível em sua generalidade; suas exposições concretas só poderão ser levadas a cabo na Ética⁹⁶.

Com isso, por meio dessas densas formulações, Lukács está marcando sua intenção de apreender – mesmo que aproximadamente – a construção objetiva das estruturas e dinâmicas essenciais da reprodução material do ser social e, como seu interesse está direcionado “[...] para a posição e funções ontológicas do ideal e, ademais para a ideologia – ter uma visão geral pelo menos das determinações mais importantes do problema ontológico do fenômeno e da essência no âmbito de ser social⁹⁷” se torna fundamental.

Esse é o movimento descrito quanto a liberdade, apreendida ontologicamente em sua relação dialética com a necessidade; assim como nas decisões alternativas dos sujeitos singulares, na produção de sua existência, na dialética concreta do ser, surgem estruturas, leis tendenciais da totalidade social, nessa relação constante e objetiva entre fenômeno e essência.

Lukács se volta para detalhar essa relação entre essência e fenômeno a partir das constatações marxianas, resgatando uma importante passagem de Marx n’*O capital*, sobre essa relação: “Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, APUD Lukács, p. 376).

O filósofo húngaro resgata então, uma famosa passagem sobre essa relação dialética entre o fenômeno econômico aparente e a essência de seu fundamento na conhecida seção sobre *O caráter fetichista da mercadoria* e seu segredo do livro I de *O capital*. Diz Marx,

⁹⁶ Idem, p. 374, 375.

⁹⁷ Idem, p. 375.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, refletem também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos existente à margem dos produtores (Marx, 2017, p. 147).

E Lukács acrescenta na sequência,

[...] no ser social, sobretudo no âmbito da economia, cada objeto é, por sua essência, um complexo processual; este, porém, muitas vezes se apresenta no mundo fenomênico como objeto estático de contornos fixos; nesse caso, o fenômeno se torna fenômeno justamente pelo fato de fazer desaparecer para a imediatidade o processo ao qual ele deve sua existência (LUKÁCS, 2013, p. 377).

Dessa forma, o pensador magiar segue apresentando, a partir de Marx, como essa importante relação entre fenômeno e essência se desenrola na sociabilidade capitalista, principalmente trazendo exemplos sobre o dinheiro e sua fetichização reificada no cotidiano das pessoas, pois quanto mais social se torna a sociedade mais essa relação de torna predominante.

Todas essas importantes argumentações resgatadas por Lukács, além da forma dinheiro, o autor também marca como a figura do lucro encobre a relação de mais-valor que a fundamenta (por meio da exploração do trabalho), tem a intenção de esclarecer uma característica típica da sociabilidade capitalista em seu desenvolvimento e processualidade, a saber, o processo de deformação fenomênica da essência, isso é, o processo que produz o fenômeno, sua essência, é velado e, dessa forma, somente por meio de uma investigação ontológico-genética da essência é possível desvelar essa verdade sobre o mundo fenomênico.

Afinal, o autor se dedica para fundamentar suas explicações a partir das decisões entre alternativas no âmbito teleológico, enquanto base para a construção do ser social. Isso é, a sua edificação enquanto ser parte da fundamentação material para formas cada vez mais desenvolvidas e sociais, mas tanto no fim como no começo do processo, tanto em sua essência como em sua manifestação fenomênica, nos diferentes extratos de complexos que compõem o ser social, são os próprios seres humanos, por meio de suas escolhas entre as decisões alternativas, colocadas objetivamente pelo momento histórico concreto, que edificam o ser social. Essa forma de apresentar o problema visa desfazer os preconceitos entre a relação entre a base – material e sua superestrutura – ideologia - enquanto momentos apartados por um antagonismo excludente.

De acordo com Lukács (2013, p. 383, 384, 385)

Com efeito, o trabalho como elemento último, indecomponível, da esfera econômica está baseado, como foi extensamente exposto aqui, num pôr teleológico, e também mostramos a partir de diferentes aspectos, que todos os momentos que produzem a estrutura e a dinâmica da esfera econômica são atos igualmente teleológicos, direta ou indiretamente direcionados para o processo do trabalho ou postos em movimento por ele. Quanto a esse aspecto, que é um aspecto fundamental, a esfera econômica não se diferencia nem um pouco das demais áreas da práxis social. Tampouco se diferencia quanto ao que necessariamente resulta dos pores teleológicos enquanto movimentos essenciais do processo, ou seja, que um momento ideal sempre deve constituir o ponto de partida nos pores singulares. Quanto a esse aspecto, portanto, o ser social em seu conjunto é construído de modo ontologicamente unitário [...] Como acabamos de ver, o que interessa é compreender, também na própria esfera econômica, claro que com consideráveis impactos sobre os demais complexos, a diferenciação, extremamente importante em termos ontológicos, entre fenômeno e essência. Mostramos que, em contraposição aos preconceitos ideológicos, ambos devem ser tidos como determinações existentes, não só como determinações do pensamento, não só como meras diferenciações ideais. Também ficou claro que essas duas formas do ser estão ligadas umas às outras por um sem número de interações, formando uma unidade dinâmica, na qual, contudo, as determinações concretas de seu ser processual têm efeitos bastante diferenciados, apesar do entrelaçamento.

Com isso, o que o autor explicita é que no ser social, fenômeno e essência são fundados em pores teleológicos e que apenas com o desenvolvimento de complexos do ser que se autonomizam – sempre de maneira relativa –, por meio do movimento das cadeias causais impulsionados pelo pôr, pode ser aclarada a diferenciação na interação permanente – de modo imediato – que se destacam umas das outras, como no caso do direito e da política, por exemplo. Esse movimento expõe o caráter processual do ser e de sua essência, assim como também apresenta algumas diferenças fundamentais daí surgidas e até mesmo os antagonismos de sua manifestação fenomênica em uma unidade na dualidade.

Lukács recorre aquela característica do trabalho sempre o remeter para além de si mesmo, quando das cadeias causais postas em movimento, em sua importância e em seu efeito, ultrapassam o mero ato de pôr. Nas palavras do autor,

Esse ultrapassar é ele mesmo um fenômeno extremamente complexo, que se externa em todas as questões de objetividades do processo e de seus produtos, mas que, nessa multiplicidade infinita, não obstante preserva sua unicidade ontológica. Essência e fenômeno seriam impossíveis em sua dialética ontológica se não proviessem dessa gênese tão fundamentalmente unitária e não preservassem dinamicamente essa unicidade [...] O aumento das forças produtivas constitui uma tendência tão real do processo quanto a diminuição da taxa de lucro, ambos ganhando existência nos mesmos complexos de objetos do processo. *O que os separa ontologicamente, a despeito dessa unidade objetiva irrevogável do processo, o que faz de um a essência e do outro o fenômeno é seu tipo de relacionamento com o processo, a sua totalidade continuada, de um lado, e o seu hic et nunc concreto, histórico-econômico, de outro.* Compreender os traços duradouros, universais, do processo meramente como generalizações idealizadas de uma realidade concreta sempre única seria tão errado quanto atribuir a essas generalizações um ser “mais

elevado”, independente da realização que necessariamente será sempre única. (LUKÁCS, 2013, p. 390, 391. Grifo nosso)

Assim, em Lukács a aclaração de tais relações entre essência e aparência deve perpassar uma análise detalhada da relação entre universal e particular, pois tais categorias são ontologicamente partes dos próprios objetos e processos, constituídas por processos reais que são mimeticamente reproduzidas nas formações ideais a qual correspondem. Isso não significa que universalização e singularização estejam diretamente relacionadas tanto a essência como fenômeno e vice e versa, de acordo com o pensador húngaro,

Antes de tudo: a universalidade e a singularidade também são determinações de reflexão, isto é, elas entram em cena de modo simultâneo e polarizado em cada constelação: todo e qualquer objeto sempre é simultaneamente um universal e um particular. Por essa razão, embora o mundo fenomênico – posto em relação com a essência enquanto universalidade permanente – represente um mundo da singularidade movimentada, ele igualmente deve produzir ontologicamente as suas próprias universalidades, assim como as universalidades da essência reiteradamente se revelam também como singularidades. *Com efeito, a maior parte das universalidades na economia burguesa nada mais é que universalizações idealmente fixadas das objetividades específicas da esfera fenomênica*⁹⁸.

Uma e outra, essência e fenômeno, universalidade e singularidade, no ser social e em seu meio ambiente modificado por sua própria atividade, em seu ambiente natural-social, são dualidades de uma unicidade ontológica de continuidade e mudança postas de forma concreta por meio da própria atividade humana material e ideal. Seu movimento concreto, assim como sua apreensão correta, só pode ser efetuado e apreendida na dialética objetiva de diferenciações, semelhanças e antagonismos da complexificação processual do ser social, em seu constante devir em um movimento histórico objetivo.

Lukács encerra essa primeira parte sobre o *Ideal na economia* de forma magistral,

Apontamos reiteradamente para o fato de que, quanto mais disseminada for a divisão social do trabalho, *quanto mais social se tornar em correspondência a própria sociedade, tanto mais numerosas e complexas serão as mediações que se tornam necessárias para manter funcionando normalmente o processo de reprodução*. Pudemos perceber com base em numerosos exemplos como isso se impõe na economia, e não passa de uma obviedade banal se dissermos aqui que *o processo econômico de reprodução, a partir de determinado estágio, não poderia funcionar, nem mesmo economicamente, sem a formação de campos e atividade não econômicos que possibilitem ontologicamente o desenrolar desse processo*. Sem sequer aludir aos problemas concretos e essenciais que afloram nesse ponto, já está claro que *já estamos falando do âmbito da superestrutura, da ideologia*. O que se pode dizer agora sobre isso é extremamente simples. Embora a fome por mais-trabalho (mais-valor) tenha sido e seja uma força motriz central do acontecimento social, é igualmente óbvio que este só consegue impor-se de modo real no respectivo hic et nunc do mundo fenomênico. *O campo de ação criado em cada caso pelo respectivo desenvolvimento das forças produtivas é o único cenário existente, o*

⁹⁸ Idem, p. 391. Grifo nosso.

único mundo objetivo realmente possível para a práxis do homem. Está claro, portanto, que as atividades não econômicas, mas organizadoras da sociedade, cuja soma e sistema compõem a superestrutura – Marx destaca a atividade jurídica e a atividade política –, devem se ligar diretamente ao mundo fenomênico da esfera econômica. Essa ligação é tão estreita, tão íntima, que em vários casos singulares não seria nada fácil constatar quando o conteúdo dos pores teleológicos que aí surgem é predominantemente econômico e quando ele ultrapassa o puramente econômico; na maioria dos casos, esses pores estão voltados para um acionamento simultâneo de ambos os complexos, para uma formação do mundo fenomênico da economia (que naturalmente pode ter como conteúdo tanto uma preservação como uma formação continuada ou uma destruição), que toma como ponto de partida as suas necessidades imediatas, que visa diretamente à sua formação, mas que, ao fazer isso, simultaneamente está direcionada em sua intenção para a esfera da essência. *Portanto, não se trata só formalmente de pores teleológicos, como ocorre na esfera econômica mesma, mas também os conteúdos dos pores muitas vezes coincidem em amplos trajetos* (LUKÁCS, 2013.p. 397, 398. Grifo nosso)

Com essa síntese primorosa, Lukács encerra a primeira etapa e avança em sua exposição para discorrer *Sobre a ontologia do momento ideal*, tema da segunda parte de sua exposição.

Nosso autor inicia sua argumentação reforçando que a estrutura ontológica fundamental do ser social se apresenta de forma unitária, onde aqueles elementos ‘últimos’ são encontrados nos pores teleológicos dos seres humanos. O pensador magiar reforça que as diferentes manifestações dos tipos de pores se diferenciam tanto subjetiva como objetivamente em sua própria essência, mas, que mesmo assim, aquele fundamento ontológico mais geral que as une permanece presente. Essas diferenças também se manifestam nas sínteses decorrentes da socialização de cada tipo de pôr, tanto em suas consequências, quanto para as suas próprias interações. E é exatamente nesse reconhecimento que o autor acredita residir a importância decisiva para a apreensão das relações entre base econômica e a superestrutura ideológica.

De acordo com Lukács (2013, p. 400. Grifo nosso),

A gênese ontológica dessa relação aparece, por um lado, já em cada fato do trabalho, cujas ramificações e cujos refinamentos, cuja mudança de função, devem ser sistematicamente visibilizados na análise da economia e da superestrutura. Por outro lado, esse complexo original da socialidade possui por sua essência um caráter histórico. Assim como o próprio trabalho enquanto motor decisivo da humanidade e do homem não é uma factualidade fixa, mas um processo histórico, assim também devem ser vistos como estágios dinâmicos do processo histórico desse devir homem todos os momentos do desenvolvimento da humanidade, por mais variados que sejam, por mais autônomos que aparentem ser, sendo, na realidade, mediados de muito longe e elevados a uma autonomia relativa.

Assim, na busca pela essência das mediações surgidas do trabalho, colocadas em movimento no devir social, estruturada na dinâmica da reprodução, cujo desenvolvimento vai

produzindo refinamentos e ramificações cada vez mais complexas é que Lukács busca apreender a ontologia do momento ideal.

O autor retoma sua argumentação sobre o salto e a superação da mudez do gênero por meio da adaptação ativa dos sujeitos que respondem as perguntas de maneira sempre a impulsionar a si próprio e a sua socialidade a patamares cada vez mais elevados. Nesse movimento destaca a importância do momento ideal na formulação objetiva das respostas às satisfações de suas necessidades as quais acabam por gerar novas necessidades e com elas novas perguntas, já de caráter econômico-social na constante produção do novo, enfatizando que o momento predominante sempre se localiza no real, pois o não atendimento as necessidades emergentes da própria realidade objetiva colocam em xeque a efetividade de qualquer resposta dada.

Lukács define o momento ideal enquanto força motriz do ser social, o qual tem a capacidade de criar coisas novas, sendo ele “[...]exatamente a intenção condutora daquele movimento material do trabalho que, pelo metabolismo da sociedade com a natureza, efetua nele essas mudanças, melhor dito, essas realizações de possibilidades reais” (2013, p. 406). Ou seja, pores teleológicos só adquirem efetividade enquanto buscam de realização de um fim previamente posto. Dessa forma, o momento ideal apenas desempenha essa função nos pores teleológicos pois nele não apenas a própria finalidade “[...] é amplamente concretizada, mas também todos os caminhos reais de sua realização precisam primeiro ser fixados em pensamento antes de poderem se converter em ação prático-materiais na atividade material real do homem que executa o trabalho⁹⁹”.

Esse movimento entre o momento ideal e sua realização material pressupõe uma relação de domínio, por parte do sujeito que efetua o pôr, das leis e propriedades objetivas do objeto a ser transformado, conhecendo-as, reconhecendo a materialidade objetiva incondicionalmente dominante buscando novas combinações, proporções, possíveis para a criação de algo novo. Assim, o “[...] pôr teleológico exige, desse modo, certo distanciamento da realidade por parte da consciência, um pôr da relação do homem (da consciência) com a realidade: como relação sujeito-objeto¹⁰⁰”.

Exatamente por meio deste distanciamento, desta relação sujeito objeto, é que a consciência vai se desenvolvendo, se complexificando, buscando nomear novos objetos e novas relações e, por ampliar o domínio à espaços cada vez mais amplos, em sua relação

⁹⁹ Idem, p. 406.

¹⁰⁰ Idem, p. 407.

objetiva com a natureza e com outros seres, a necessidade dessa comunicação com o ser outro faz emergir o complexo da linguagem cada vez mais sofisticado, evoluindo dos sinais para a palavra, na criação de novos significantes para nomear e comunicar aquilo que está sendo conhecido e reconhecido no ser social em sua atividade.

Nesse constante devir efetuado na atividade humana, o qual modifica tanto o meio como o próprio sujeito, de forma que “[...] a consciência da preparação enquanto preparação do por teleológico efetua atos analíticos e sintéticos, cujo resultado, a saber, o novo pôr teleológico, repete, modifica ou remodela radicalmente o pôr teleológico antigo” (LUKÁCS, 2013, p. 407), em um desenvolvimento que consiste, tanto no trabalho como na linguagem, do surgimento no ser humano de uma nova forma de socialidade sempre mais dinâmica e complexa.

Ainda de acordo com Lukács¹⁰¹,

Nesse processo, outra vez emerge uma nova categoria do ser social – categoria no sentido marxiano de “forma de ser, determinação da existência” –: os produtos do trabalho têm valor ou são adversos ao valor de modo objetivamente ontológico (com transições mediadoras muito diferenciadas). O valor objetivo, a valoração subjetiva suscitada por aquele, o pôr do valor, o ascenso ou o descenso a um valor, não são, portanto, resultados de uma cultura humana altamente evoluída, que têm de permanecer não deriváveis do “ser natural” do homem, que se encontram numa relação de antagonismo irreconciliável com este, como afirmou a filosofia idealista. Eles são, muito antes, partes integrantes ontologicamente necessárias do ser do homem, de seu ser social em geral, e constituem tão só como momentos do trabalho tal antagonismo em relação à existência meramente natural, que não possui nenhum valor objetivo. Todavia, visto que na existência do organismo, em seu processo de reprodução, os momentos do favorável e do desfavorável ocorrem necessariamente, certamente podem ser constatadas aqui formas preparatórias de transição. Contudo, o salto representado pelo fato do trabalho é o que por primeiro desvincula esses momentos do processo biológico de reprodução, fazendo deles objetos da consciência, da práxis consciente, que recebem na consciência uma autonomia relativa – relativamente elevada – diante do sujeito imediato e justamente nessa autonomia podem influenciar decisivamente a sua práxis. Para a nossa presente consideração, o momento decisivo é o da consonância com a realidade existente em si. *Não é do pôr do valor que surge o valor, mas é da realidade objetiva, da função vital objetiva do valor como indicador do trabalho bem-sucedido, que brotam as reações valorativas subjetivas à sua realização ou ao seu malogro, ao processo que leva ao êxito ou ao fracasso.*

Isso significa que o conteúdo de valor no ser social, ontologicamente aprendido, finca suas bases na materialidade concreta, na relação objetiva dessa nova forma de ser, que se desenvolve a patamares cada vez mais elevados de sociabilidade e de formas complexificadas de suas manifestações fenomênicas e essenciais.

E Lukács reforça,

¹⁰¹ Idem, p.412. Grifo nosso.

O que interessa aqui é obter uma compreensão de outro aspecto desse fenômeno, a saber, da relação entre as formas de consciência que assim surgem e a realidade objetiva e, em estreita ligação com isso, das novas funções da consciência que surgem daí. Com o trabalho, no trabalho, os modos de ação humanos perdem sua vinculação a situações singulares concretas, assim como seus produtos também podem se destacar cada vez mais do seu modo de utilização original. Com as mesmas operações ou com operações correspondentemente modificadas é possível fabricar coisas cada vez mais diferenciadas e também as ferramentas podem ser usadas ou diferenciadas de maneira cada vez mais multifacetada. Esse fato está estreitamente ligado à possibilidade de um crescente aperfeiçoamento do processo de trabalho e dos seus produtos, quando as experiências de um modo de fabricação concreto podem se tornar fecundos e efetivos em áreas totalmente novas mediante a generalização dos seus fundamentos, mediante a nova concretização de tais abstrações. (Está claro que, nesse processo, os atos de consciência da análise e da síntese acima mencionados, em si heterogêneos, mas objetivamente vinculados um ao outro, ganham validade de modo contínuo e constantemente aperfeiçoado)¹⁰².

Ora, o que se está marcando aqui é um movimento de complexificação dos elementos que compõe o ser social, em especial no sujeito, o portador e executor do momento ideal – da consciência – e sua materialização em constante desenvolvimento. Mas essas alterações no sujeito apenas podem se concretizar pois se tornam objetivações reais para outros sujeitos, para a sociedade, para o gênero, o qual se expande e impele a expansão concomitante dos sujeitos que perfazem o social, nessa interpenetração constante entre complexificação do sujeito e seus atributos -consciência, linguagem, conhecimentos etc. – e elevação da socialidade cada vez mais mediada e complexa se expande em intensidade e extensão, demandando dos sujeitos um desdobramento cada vez mais multifacetado e refinado no contínuo devir na produção e reprodução de sua existência.

Desta maneira, por meio das objetividades, ou melhor, das objetivações, no sentido das generalizações das diferenciadas tarefas, objetos e relações, a consciência assume um importante papel por nós já destacado anteriormente, e retomado nessa etapa por Lukács, reforçando nossas argumentações sobre a importância do complexo da educação. Vejamos, a consciência, ao assumir esse papel de médium mediador da continuidade, precisa de um órgão para realizar essa mediação – o complexo da linguagem. Tanto a formação da consciência como da linguagem - formação aqui no sentido social, de apropriação das conquistas e avanços do gênero, dessa elevação à novos patamares, tanto subjetiva como objetivamente – precisa de um complexo que faça a mediação entre o sujeito e a sociedade e suas respectivas conquistas e refinamentos, conceitos etc. Essa função fica à cargo do complexo da educação, o qual é interpenetrado, desde sua gênese por outros complexos mediadores do ser social, mediando ele mesmo os dois polos que dão forma e conteúdo as possibilidades alternativas do

¹⁰² Idem, p. 413.

devir social nos sujeitos e na sociedade, os quais vão se desenvolvendo *pari passu* o desenvolvimento social. Voltaremos a esse ponto na próxima etapa de nosso trabalho.

Voltando ao nosso tema central que nos ocupamos por ora, e justamente em ocasião dos elementos levantados a pouco, segundo Lukács (2013, p. 417, 418)

Ao falar de conceitos, falamos simultaneamente de palavra e frase. O surgimento simultâneo do trabalho e da linguagem tem nisso o seu fundamento ontológico-genético. Como mostraram nossas exposições até aqui, aparece, nesse contexto, um momento fundamental do ser social, com cujo caráter geral devemos nos ocupar um pouco mais detalhadamente aqui: a objetivação [Vergegenständlichung] do objeto e a alienação [Entäußerung] do sujeito, que como processo unitário compõem o fundamento da práxis e teoria humanas. Esse complexo de problemas ocupou um lugar central em parte da filosofia mais recente, ao ser tratado como fundamento do estranhamento [Entfremdung]. Existe aqui sem dúvida uma conexão até bem íntima: o estranhamento só pode se originar da alienação; onde a estrutura do ser não desloca esta para o centro, determinados tipos daquele nem sequer podem ocorrer. Contudo, quando se aborda esse problema, jamais se deve esquecer que ontologicamente a origem do estranhamento na alienação de modo algum significa uma afinidade evidente e incondicional desses dois complexos do ser: é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos.¹⁰³

O debate que é arrolado por Lukács na sequência de sua argumentação trata nesse ponto da polêmica entre Marx e Hegel sobre a identidade em Hegel entre alienação e estranhamento e a distinção realizada por Marx e, seguida por Lukács quando afirma que: “é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos”. Em favor de Marx, Lukács cita uma passagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx que contrapõe a posição hegeliana, segundo a qual, “O que vale como a essência posta e como a essência a ser suprasumida do estranhamento não é que a essência humana se objetive desumanamente, em oposição a si mesma, mas sim que ela se objetive em distinção e em oposição ao pensar abstrato” (MARX, APUD Lukács, p. 418). Essa questão é de suma importância para o debate filosófico, principalmente se fossemos tratar do estranhamento. Mas como esse não é o caso, apenas registramos a polêmica para apontar que estamos cientes do debate, mas não iremos aprofundar essas questões.

¹⁰³ Devemos reforçar que os conceitos aqui utilizados – objetivação, alienação e estranhamento – serão utilizados no sentido apresentado na tradução que utilizamos, expressando os movimentos que o autor busca dar em seu texto. Estamos cientes da problemática que envolve a tradução dos termos – Entäußerung e Entfremdung – mas acreditamos que isso não será um impeditivo para nossos objetivos no presente trabalho, além de acreditar que ainda não avançamos o suficiente na apropriação da densidade da obra do autor, assim como não temos o domínio da língua alemã para adensar nesse debate. Mais uma vez, nos responsabilizamos pelos equívocos que essa limitação pode gerar, mas por hora não iremos adentrar nesse debate.

No que concerne a nossos objetivos, a polemica entre Marx e Hegel sobre o conceito de alienação já tangencia nossa problemática. E Lukács se refere a crítica marxiana a Hegel como certa e radical, pois como “Hegel defende que objetividade surge da alienação e que sua verdadeira e autêntica conclusão só pode consistir na suprassunção de toda objetividade”, Lukács aponta como Marx “contrapõe a essa concepção a originalidade ontológica da objetividade” citando Marx, novamente nos Manuscritos econômico-filosóficos: “Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é algo objetivo. Um ser não objetivo é um *não-ser*” (MARX, APUD Lukács, 2013, p. 418. Grifo na fonte).

E seguindo sua linha de pensamento o autor prossegue com a seguinte exposição,

Portanto, o processo que o idealismo hegeliano concebe como gênese da objetividade (e correspondentemente como retomada da objetividade para dentro do sujeito), desenrola-se, na realidade, e também em Marx, num mundo originariamente já objetivo como reação de seres [Wesen] reais, isto é, objetivos, à sua realidade primordial, irrevogavelmente objetiva. A oposição dinâmica entre ser social e natureza, da qual esse processo brota, com a qual ele só pode existir em interação irrevogável, não se efetiva, por isso mesmo, na contraposição hegeliana da objetividade alienada e de sua suprassunção mediante retomada [Rücknahme] para dentro do sujeito, *mas em que o homem já objetivo como mero ser natural progride, em sua inter-relação ativa, consciente, genérica, com a objetividade da natureza no trabalho, até a objetivação dessa vida genérica. Com a objetivação surgiu aquela categoria objetiva fundamental do ser social que, ao mesmo tempo, confere expressão à identidade ontológica última de cada ser (da objetividade em geral) e à não identidade na identidade (objetivação no âmbito do ser social versus mera objetividade no ser natural)* (LUKÁCS, 2013, p. 419. Grifo nosso).

E mais adiante afirma,

As objetividades da natureza constituem, como tais, o fundamento do metabolismo da sociedade com ela. Nesse tocante, é indispensável que o seu em-si seja transformado continuamente, em proporção crescente, de modo cada vez mais multifacetado, num para-nós. Isso se efetua no sujeito do trabalho através de seu caráter de pôr teleológico, e o próprio objeto da natureza de fato é transformado; de fato depende das suas propriedades se o referido processo pode ser mesmo executado nele, mas para a objetividade geral-abstrata isso significa igualmente um mero tornar-se outro, uma nova forma da objetividade pensada, diante da qual ela permanece totalmente indiferente (até mesmo a expressão “indiferença” já é demasiado antropomorfizante para expressar adequadamente a verdadeira condição). Contudo, todo produto do trabalho é objetivado para poder ser usado para certos fins. *Na objetivação que experimentou mediante o trabalho, ele se tornou útil para certos fins, isto é, o seu ser-para-nós passa a constituir um momento material de sua constituição material. Através da objetivação de um complexo objetual, o ser-para-nós fixa-se como propriedade existente do objeto objetivado, ou seja, o sujeito não precisa efetuar nenhuma análise e síntese criativa nele para apreender o para-nós*

*de modo geral; o fato de que, na maioria dos casos, isso tem de ser apreendido não tem nada a ver com essa questão*¹⁰⁴.

Note-se que no destaque feito na passagem citada, Lukács aponta para um fato sem importância em sua argumentação, mas que para nossos objetivos é fundamental. A objetivação de um complexo objetivo, o qual fixa-se enquanto um ser-para-nós como propriedade do objeto objetivado, e dessa maneira o sujeito não precisa efetuar a análise e síntese criativa para apreendê-lo de modo geral, na maioria dos casos tem de ser apreendido, mostra que essa mediação na apropriação desse movimento, mesmo que de maneira geral, como apresentado não precise ser apreendido, de fato precisa ser efetuada por meio do complexo da educação a sua apropriação.

O filósofo húngaro segue resgatando um denso debate filosófico sobre forma e conteúdo, contrapondo novamente as argumentações de Marx e Hegel, defendendo a ideia de Marx, segundo a qual, em oposição a perspectiva hegeliana, afirma que a relação forma e conteúdo pertencem a uma unicidade processual no ser social.

Novamente de acordo com Lukács,

*Ao fazer isso, sempre devemos partir do fato de que a objetivação perfaz a essência realmente objetivada real e, por isso, a essência realmente objetiva do ser social, de toda práxis social, e ao mesmo tempo, de modo inseparável dela, revela uma atividade dos sujeitos sociais, que – exatamente em sua atividade – não só atuam de modo objetivador sobre o mundo objetivo, mas, ao mesmo tempo, de modo inseparável, reformam o seu próprio ser enquanto sujeitos que põem objetivações. Apontamos repetidamente para o fato de que, segundo Marx, a riqueza espiritual de um indivíduo depende da riqueza de suas relações com o mundo, uma concepção que se coaduna essencialmente com a autoimagem do Goethe da maturidade. Nisso ganha expressão igualmente um aspecto fundamental do ser social já tangenciado por nós, a saber, que, por um lado, a totalidade da sociedade, em seu processo histórico de reprodução, e, por outro lado, o homem que se desenvolve nela da mera singularidade para a individualidade constituem os dois polos, cuja inter-relação expressa a característica essencial desse complexo do ser, tornando visível, exatamente nela, a essência não mais muda do gênero humano. Se passarmos a examinar mais de perto as relações mencionadas por Marx, fica clara a impossibilidade de concebê-las como algo “exterior” ao homem, ao qual estaria contraposta de modo abrupto, excludente, antagônico, a sua “interioridade”. Visto que todas as alienações do homem, começando com os fundamentos elementares como trabalho e linguagem até as objetivações [Objektivationen][a] de mais alto valor, necessariamente sempre são pores teleológicos, a relação “sujeito-objeto” enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos e, portanto, de modo independente*¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Idem, p. 419, 418.

¹⁰⁵ Idem, 422, 423. Grifo nosso.

Assim, por meio dessa intrincadíssima trama conceitual se desvela um movimento concreto e contraditório, porém unitário, que consolida indivíduo e sociedade na totalidade dinâmico-processual do ser social por meio das atividades humanas e suas retroações sobre um e sobre o outro, assim como sobre sua essência e aparência. A objetividade real é produto das objetivações e alienações dos próprios sujeitos, que ao mesmo tempo também são produzidos por essas mesmas objetivações objetivadas na história social, em uma interpenetração complexa de atividade e relações que conformam a totalidade social e os indivíduos que a compõe. Assim, as alienações humanas, das mais simples às mais complexas objetivações, são resultados da atividade humana na inter-relação entre sujeito-objeto, entre o ser humano e seu mundo, unidos em sua forma social. Dessa maneira, tanto as formas de apreender o ser humano como simples produto de determinações sociais, ou como sujeitos atemporais independentes de seu meio, falsificam essa constatação ontológica fundamental. Isso significa que os dois polos – tanto indivíduo quanto sociedade – são inseparáveis ontologicamente, ficando evidente que “[...] todo ato de objetivação do objeto da práxis é simultaneamente um ato de alienação do sujeito” (LUKÁCS, 2013, p. 423).

Segundo o autor,

O tratamento dessa questão deve, portanto, partir ao mesmo tempo do fato de que objetivação e alienação são ontologicamente produtos de um ato unitário, mas que sua diferenciação histórica-socialmente necessária não é só o resultado de uma análise ideal, que esta, muito antes, só se torna mesmo possível porque, na diferenciação dos dois momentos do ato unitário, vêm à tona diferenças ontológicas reais. Dissemos o seguinte: sua essência reside em que a relação “sujeito-objeto”, que em si é unitária e que está na base da unidade daquele ato, ocasiona na objetivação uma mudança do mundo objetivo na direção de sua socialização, ao passo que a alienação promove o veículo do desenvolvimento do sujeito na mesma direção. Ora, a socialização do objeto constitui um processo bem mais homogêneo que a do sujeito. A pedra mais rudimentarmente polida da pré-história abandona a mera objetividade natural de modo tão resolutivo quanto a mais complexa das máquinas. Nesse sentido ontológico fundamental, o salto para fora do ser natural e para dentro do ser social é único e definitivo. Disso de modo algum decorre que os progressos econômicos, técnicos obtidos em termos de desenvolvimento passem a ser ontologicamente indiferentes. Ao contrário, eles se revestem da maior relevância para a totalidade da sociedade em desenvolvimento. Por essa razão, as sequências do desenvolvimento, as etapas do desenvolvimento etc. das objetivações têm uma parcela decisiva na mudança tanto essencial quanto fenomênica do ser social¹⁰⁶.

Nessa relação entre objetivação e alienação nas práxis humanas, Lukács pontua que na unicidade entre sujeito-objeto da ação consciente humana, as objetivações podem ser entendidas como um processo de mudança objetiva na direção de sua socialização, ao passo que na alienação encontramos o veículo do desenvolvimento do sujeito na mesma direção.

¹⁰⁶ Idem, p. 425.

Anteriormente, o autor nos indicou que nesse momento unitário que compõe o fundamento das práxis e teorias humanas, objetivação seria do objeto e alienação do sujeito, componentes do mesmo ato humano. Assim, objetivação seria a objetividade do objeto coagulado no mundo social - que como tal tende à socialização, ao passo que a alienação seria a coagulação do sujeito na objetividade posta – enquanto veículo do desenvolvimento do sujeito o qual imprime sua marca na objetividade. A partir disso, aponta que as objetivações têm uma parcela decisiva nas mudanças tanto essencial quanto fenomênica do ser social. Vejamos o que se passa com a alienação.

Segundo Lukács (2013, p. 426), isso não ocorre com a alienação, pois é com o seu surgimento que pela primeira vez é suscitado o problema “[...] do devir homem do homem, o de sua generidade num gênero que deixou de ser mudo. O ultrapassamento da mudez do gênero significa justamente que ontologicamente este tanto pode se tornar existente em-si como, indo além disso, existente para si;” ou seja, no ser social é apenas por meio do trabalho e da linguagem que a essa mudez é superada para a consolidação da generidade em-si do ser social por meio de sua objetivação, a qual já contém em germen um reconhecimento articulado de sua relação com o gênero. Isso significa que quanto mais socializada for uma sociedade, quanto mais refinada forem suas mediações, suas relações, mais claro se torna a superação de sua mudez. Contudo, esse movimento se apresenta como tendência, pois encontra, de fato, contradições limitadoras em seu desenvolvimento. Lukács aponta que em Marx esse desenvolvimento contraditório de nossa sociedade até então se caracteriza como mera pré-história humana, principalmente com o advento do capital.

Para o filósofo húngaro, essa nova generidade aparece como realidade imediata apenas no seu em-si. Quanto a alienação,

[...] contudo, a despeito de toda a sua socialidade, também carrega, por sua essência, os traços de uma singularidade, da objetivação de um pôr singular, e exerce, ao mesmo tempo, mediada por essa objetivação, uma força retroativa sobre o desdobramento da individualidade do homem na sociedade. Essa constituição ontológica da alienação gera espontaneamente uma multiplicação daqueles meios mobilizadores e mediadores, cuja independência relativa, mas concretamente de grande alcance, uns em relação aos outros, e cuja heterogeneidade daí resultante levam a uma intensificação das desigualdades no desenvolvimento. Nesse tocante, é óbvio que aqui tampouco se pode falar de quaisquer tendências teleológicas no próprio desenvolvimento. Com efeito, a desigualdade consiste justamente nas cadeias causais, quando estas tomam um direcionamento tendencial determinado, que se impõe espontaneamente, sob circunstâncias mais ou menos heterogêneas. A alienação até deve deixar desembocar no desenvolvimento social global todas as cadeias causais que ela pôs em marcha, mas ela está presa ao ato do pôr singular que a produz na medida em que retroage infalivelmente sobre o ponente e assim se torna um fator decisivo do seu desenvolvimento enquanto individualidade em todos os sentidos, de acordo com o entorno, a versatilidade, a profundidade, a qualidade etc.

Em decorrência desse momento irrevogável de seu pôr, na alienação, a desigualdade deve mostrar-se com força qualitativamente maior em seu próprio desenvolvimento se comparada com outros processos sociais (LUKÁCS, 2013, p 428).

Assim, Lukács descreve como que no mesmo movimento do pôr teleológico singular, na mediação com a objetivação, a alienação exerce uma força retroativa sobre a individualidade do ponente, se tornando fator decisivo de seu desenvolvimento em todos os sentidos desdobrados, assumindo um lugar próprio na dinâmica do processo social. Isso significa que o desenvolvimento social produz o em-si do gênero, mas que a concreção do seu ser-para-si só é produzida nesse desenvolvimento como possibilidade.

Essas possibilidades são o campo de ação possível em um determinado momento, em uma sociedade concreta, na qual o ser que responde deve dar as respostas colocadas pelas perguntas dentro dos limites da própria objetividade em que vive, na qual o sujeito se aliena em sua singularidade socialmente delimitada.

De acordo com Lukács,

Quando se analisa, portanto, a alienação do sujeito humano nessa singularidade socialmente delimitada, elaborada na sociedade, influente sobre a sociedade, a sua grande importância para o desenvolvimento do gênero apenas se evidenciará no fato de *o homem só poder se tornar ativo socialmente como indivíduo através de suas alienações, e é nestas, em sua estrutura interna e em seu conteúdo como formas de expressão de sua pessoa, que se manifesta o tipo de sua autêntica relação com a sociedade em que ele vive. Um problema decisivo para a relação entre homem e sociedade e, desse modo, para a relação do singular com a genericidade é se as objetivações de sua práxis econômica e extraeconômica promovem ou inibem, ou até impedem totalmente, o seu devir para a individualidade.* No próximo capítulo, ocupar-nos-emos detidamente com essa questão; o problema hoje muito controverso do estranhamento só se torna compreensível quando se parte desse ponto. Agora é preciso apenas, a título de antecipação, retomar o que foi acenado anteriormente em termos extremamente gerais, a saber, que a alienação constitui a forma geral inevitável de toda atividade humana e que, por isso, na sua base necessariamente sempre está um mínimo de socialidade da pessoa ponente, mas que essa genericidade não é só um momento dinâmico do devir homem do homem, mas justamente aquele momento que leva esse processo de desenvolvimento à decisão. Todas as condições objetivas do “reino da liberdade”, do início da história propriamente dita da humanidade, podem até estar presentes, mas elas permanecem meras possibilidades se os homens ainda forem incapazes de expressar, em suas alienações, uma genericidade autêntica, positiva, com conteúdo, e não apenas uma genericidade particular-formal¹⁰⁷.

Ora, vejamos, nos parece que essa disritmia encontrada entre o desenvolvimento humano social e o desenvolvimento individual é o resultado das fetichizações capitalistas e suas mediações reificantes que limitam a alienação individual. Entre as objetivações e alienações, a disparidade se concretiza, principalmente, graças a cisão do sujeito realizada pelo Estado, na qual se observa a construção de uma universalidade abstrata e de uma

¹⁰⁷ Idem, p. 430. Grifo nosso.

individualidade partimentada egoisticamente em um particular-formal, entre a produção de valores de uso, nos atos concretos do trabalho, e em sua forma socializada dos valores de troca, os quais, na sociedade de mercadorias humanizadas e de seres humanos coisificados, escamoteiam a verdadeira relação humana que produz e reproduz esse sistema desumanizador, impedindo desta forma a construção da autêntica generidade humana em seu ser-para-si, aprisionando-a em seu mero em si, em uma individualidade que permanece aquém dos desenvolvimentos sociais.

Mas, esse movimento concreto se desenvolve em um solo objetivo onde essa vida social fermenta, e determinar esse lugar é o próximo passo de nosso autor. De acordo com Lukács (2013, p. 431, 432)

[...] tentaremos caracterizar exatamente o meio social, por cujas mediações as alienações singulares se tornam socialmente operantes de modo imediato. Esse meio, a vida cotidiana dos homens, é determinado justamente em seu respectivo ser-propriadamente-assim direta e amplamente pelos atos de alienação dos homens que dele participam. Quando esses atos objetivam a interioridade dos homens, mesmo que essa objetivação [Objektivation] seja meramente linguística, surge, tanto para o homem que se aliena como para o entorno em que ele se aliena, uma imagem de contornos mais ou menos nítidos de sua essência pessoal, a qual, embora movendo-se em constantes contradições, logra efetuar uma continuidade tanto para si própria como para esse seu meio ambiente. Naturalmente o processo biológico de reprodução do organismo já cria um processo continuado. Contudo, é só mediante a objetivação [Objektivation] que a alienação tende a consolidar em cada homem esse em-si num para-si, numa continuidade controlável, criticável, relativamente regulável etc. da autorrealização e, por essa razão, também do autoconhecimento [...] É só através da alienação que passam a objetivar-se todas as manifestações vitais para o próprio homem que as vivencia, assim como para os seus semelhantes. É só através dessa objetivação [Objektivation] que ambos passam a ter uma continuidade humano-social, tanto para o próprio homem que a efetua como para aqueles com quem ele entra em contato; é só nessa continuidade que surge a personalidade do homem como portador substancial desses atos, uma vez mais, tanto para si mesmo como para outros [...] tudo isso apenas mostra que o conhecimento humano, tanto para dentro como para fora, precisa permanecer bem mais incerto do que os conhecimentos que os homens têm sobre o material da natureza com que lidam em seu processo de trabalho.

Desse modo, o autor explicita que o meio social onde conseguimos apreender a operacionalidade imediata das alienações, a vida cotidiana, determinada direta e amplamente pela própria alienação dos sujeitos que a compõe, é o solo no qual fermentam essas objetivações que coagulam traços dos indivíduos na realidade e, local onde essas mesmas coagulações retroagem sobre os próprios indivíduos. Por meio dessas objetivações captamos traços de continuidade, elementos da personalidade do indivíduo que se aliena em suas decisões alternativas.

No entanto, essa continuidade que flui na vida cotidiana, é edificada de forma diferente, “cujos atos fundantes possuem um caráter teleológico (alienado-objetivante), de modo que a substância que aqui se conserva na continuidade do processo social vital deve ter uma constituição valorativa¹⁰⁸”. Dessa forma, a substância que daí brota, autenticamente humana, é produto da própria atividade humana, é substância de caráter humano enquanto resultado total dinâmico de suas alienações.

Com isso, segundo o filósofo húngaro,

Portanto, a continuidade formada por seus atos de alienação é, nesse aspecto, o produto de sua própria atividade, de suas próprias decisões, sendo importante constatar que toda decisão uma vez tomada torna-se, após a sua efetuação, para o homem que a efetua, um fato tão imutável de sua vida quanto cada fato determinado a partir de fora no curso desta. Nos sucessivos atos de alienação, ele parte, conscientemente ou não, também desses atos, claro que uma vez mais mediante decisões alternativas, ao valorar o último ou como algo a ser levado adiante ou, pelo contrário, para apagá-lo, eliminá-lo da continuidade de sua vida. (Entre esses dois polos naturalmente há na práxis um sem-número de estágios de transição.) A tese geral do marxismo de que os homens fazem a sua própria história, ainda que não sob circunstâncias que eles mesmos escolhem, vale, portanto, não só para a humanidade como um todo, não só para complexos sociais que a constituem, mas também para a vida de cada homem singular¹⁰⁹.

Lembremos que as decisões alternativas são o fundamento único desse complexo que essa práxis coloca em movimento, entre objetivações e alienações, cujos resultados tem retroações tanto para a sociedade como para o sujeito, ultrapassando seu teor prático-imediato, pois coloca em órbita a dinâmica histórica que determina os próprios sujeitos da ação, não em um espaço sideral apartado, distante do sujeito, mas da objetividade concreta mesma da qual faz parte e a qual coopera para edificar por meio de seus próprios atos, conscientes ou não. Como nos lembra Marx, “Eles não sabem disso, mas o fazem” (MARX, 2017, p. 149).

Frete ao antedito, Lukács indica que,

A importância extraordinária da vida cotidiana dos homens para a reprodução do todo consiste exatamente em que, por um lado, correntes fluem ininterruptamente do centro para a periferia, incluindo-as nas tentativas de solução dos grandes problemas da sociedade como um todo, desencadeando nelas reações a estes, e em que, por outro lado, essas reações não só refluem para o centro, para toda a sociedade, mas, desse modo, simultaneamente tornam operativos “para cima” de modo reivindicatório, os problemas particulares que ocupam as comunidades locais, menores, em forma de posicionamentos perante eles (LUKÁCS, 2013, p. 438).

¹⁰⁸ Idem, p. 423.

¹⁰⁹ Idem, p. 433.

Esse fluxo alternado de posicionamento, para Lukács, perfaz o complexo de problemas mais importantes da vida cotidiana. Isso significa que é na vida cotidiana que os seres humanos recebem as influências, tanto dos complexos mediadores mais universais que regulam e regem a vida do ser social – do direito, do poder público, da política, da educação etc., como dos complexos parciais mais simples com o qual o sujeito entra em contato em sua comunidade, com vizinhos, amigos, associações de bairros, instituições religiosas etc., e por meio dos quais os sujeitos se objetivam e alienam, se formam e são formados pela trama social da qual são os próprios fios que a compõe.

O autor ainda pontua as diferenças entre o mundo do cotidiano e o mundo do trabalho. De acordo com Lukács (2013, p. 442)

O “mundo” do cotidiano diferencia-se do “mundo” do trabalho sobretudo pelo fato de que, nele, o aspecto da alienação dos pores desempenha um papel tanto extensiva como intensivamente muito maior. A personalidade do homem exprime-se objetivamente antes de tudo na práxis do trabalho, mas faz parte da essência da vida humana, que as tendências para o ser-para-si, para a autoconsciência, via de regra, ganhem validade, de modo imediatamente pronunciado, na esfera do cotidiano, do âmbito da atividade do homem inteiro.

Frente a isso, um tema já anunciado por nós anteriormente, mas tratado sem o devido refinamento, pode agora, frente ao avanço alcançado de nossa exposição, ser retomado. Antes, mencionamos o conceito de ser-inteiramente-humano, e agora nessa passagem citada aparece o conceito de ser humano inteiro. Note-se que Lukács se refere aqui ao ser humano da vida cotidiana, de suas relações mais imediatas, no qual se aliena em consonância com o nível de socialidade do qual faz parte, com suas contradições, mediações, limites e determinações, conectados no âmbito de sua individualidade, de sua personalidade. Quando nos referimos a categoria do ser-inteiramente-humano, estávamos nos referindo exatamente dessa potência (novamente no sentido da *dýnamis* aristotélica), enquanto campo de possibilidade da construção da autêntica generidade humana, de seu ser-em-si, superando de fato a mudez do gênero em sua autoconstrução emancipada.

Voltemos, pois, a nossa explanação.

Lukács expõe sobre a tendencia de generalização dos atos de alienação, pois o sujeito que se aliena, além de soluções diretamente pessoais, “[...] almeja transformar também o puramente pessoal numa realização pessoalmente efetuada em leis, normas, tradições etc. gerais¹¹⁰”.

Ainda de acordo com Lukács,

¹¹⁰ Idem, p. 449.

Nas sociedades primitivas, suas concepções generalizantes dominam diretamente a condução de vida inteira de todos os seus membros; só quando o gradativo crescimento da divisão social do trabalho torna as relações dos homens entre si e com os processos sociais mais multifacetadas e intrincadas, só quando, em decorrência disso, o lado individual no homem se torna cada vez mais desenvolvido e cada vez mais determinante para a sua práxis, surgem com um peso cada vez maior os posicionamentos recém-aludidos. Em suas contradições, externa-se o caráter social desse desenvolvimento para a individualidade: a individualidade só conseguirá encontrar, em suas alienações, uma autoconfirmação, inclusive para si mesma e tanto mais para o seu ambiente, se elevar a autoafirmação contida nelas à condição de representante de uma camada da sociedade, de uma corrente social, acatada por ela. Isso naturalmente não precisa equivaler necessariamente a uma anuência ao respectivo status quo social; os excêntricos dos séculos XVIII e XIX, os individualistas existencialistas, e até mesmo os beatniks do século XX, negam o seu presente sempre a partir de um ponto de vista social-generalizante – não importando o quanto isso seja consciente. O “mundo” e, especialmente, a “concepção de mundo” dos indivíduos que assim se alienam são amplamente determinados pelo conteúdo, pela direção, dessas alienações. Uma vez mais: não é como se por si mesmos pudessem criar um “mundo”, mas é porque os homens, enquanto seres que respondem, posicionam-se em suas alienações diante das questões existenciais momentâneas da sua respectiva sociedade, decidindo mediante a afirmação ou a negação de alternativas em função das necessidades de sua própria personalidade. (2013, 449, 450)

Assim, Lukács passa a debater, a partir da interação entre ser humano e entorno, as combinações entre ser e valor que daí brotam e como a ciência, a filosofia lidam com essa questão.

Para nós, o mais importante é resgatar como Lukács apresenta essa relação em Bacon a partir de sua teoria dos ídolos. O filósofo húngaro indica que Bacon faz o cotejamento entre atividade científica humana com a própria vida e o pensamento cotidiano. Nesse movimento, indica que Bacon descobre sistemas inteiros de preconceitos que emergem no pensamento cotidiano, “[...]que ele chama de ídolos (ídola), que têm condições de impedir e até de aniquilar a confrontação produtiva espontânea de homem e natureza no processo de conhecimento¹¹¹”. Bacon buscaria então, por meio da crítica dos ídolos, garantir a superação pelo ser humano desses inibidores do conhecimento. Lukács reconhece os grandes avanços realizados por Bacon, dentro dos limites do que era possível no período em que escrevia, mas aponta também suas limitações. Indica que em sua teoria dos ídolos, por meio de uma tipologia, “[...]Bacon ainda tenta diferenciar entre os ídolos puramente pessoais, adotados em virtude de imagens falsas do saber, e ídolos puramente sociais, não estando em condições, portanto, de compreender o homem singular do cotidiano diretamente como ser social¹¹²”.

¹¹¹ Idem, p. 462.

¹¹² Idem, p. 463.

Com isso, nosso autor encerra sua segunda etapa de exposição e caminha para O problema da ideologia.

Lukács inicia sua exposição lembrando das importantes contribuições de Gramsci para o debate da ideologia por ter apresentado um duplo significado para o termo, mas anota o equívoco de ter contrastado a superestrutura apenas com as representações arbitrárias dos seres humanos singulares. O pensador magiar indica que é correto a compreensão da ideologia como superestrutura, o qual emerge a partir das interações na base econômica, mas é equivocado compreender o conceito de forma pejorativa, como formação arbitrária do pensamento dos seres humanos singulares.

Disso deriva uma primeira indicação importante quanto ao tema, isso é, “[...] enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou desvalor, ela não pode ser considerada uma ideologia” (2013, p. 464), mesmo que a difusão desse pensamento seja ampla, um complexo de ideias, por essas características, não deve ser compreendido como ideologia.

O que Lukács indica, e isso será de suma importância para suas argumentações sobre esse complexo, é que, para ser apreendida enquanto uma ideologia, esse complexo de ideias deve ter uma função clara e determinada. É a partir de Marx, em seu texto *Contribuição à crítica da economia política*, que o autor fundamenta seu argumento. Marx (2008, p. 45, 46. Griffo nosso) diz:

Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.

Essa passagem é importante pois contém elementos fundamentais para compreender o pano de fundo de onde Lukács parte para construir sua compreensão de ideologia. Primeiramente, destacamos que Marx indica que a formação da consciência nos sujeitos é um processo socialmente determinado e não o contrário, as bases materiais da produção e reprodução humana são as linhas objetivas que delimitam as possibilidades que os sujeitos

possuem concretamente e dessa forma respondem às questões e problemas colocados pela realidade objetiva em seu devir humano-social. Em segundo lugar, como já destacado anteriormente, é a partir das bases materiais, de seu nível de desenvolvimento e possibilidades de organização, que as formas jurídicas, políticas, ideológicas etc., vão se edificar – não de forma mecânica, por vezes construída pelas mais complexas mediações – e, que, essas formas ideológicas são exatamente o resultado das objetivações e alienações humanas que se desenvolveram para dirimir os conflitos e contradições da própria realidade social em que vivem, do cotidiano às últimas determinações econômico-sociais do gênero.

De acordo com Lukács (2013, p. 465)

Se o problema for formulado dessa maneira, evidencia-se de imediato o que une ontologicamente os dois conceitos de ideologia mencionados por Gramsci. A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [Äußerungsweisen] humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. Porque, de modo inseparável desse fato, a ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade.

Vejamos, aqui Lukács toca em pontos centrais de sua acepção. Ele indica que a ideologia é uma elaboração ideal da realidade que torna a práxis humana consciente e capaz de agir e, a partir disso, derivam a necessidade e universalidade de concepções para lidar com os conflitos e contradições no ser social. Logo, sua origem é fruto de uma necessidade imediata na vida concreta dos seres humanos que agem socialmente em sociedade e, que tal determinidade da exteriorização, de um contexto histórico-social específico, tem como consequência que qualquer tipo de reação humana ao seu entorno socioeconômico, em determinadas circunstâncias, pode se tornar uma ideologia.

Com isso, a gênese da ideologia pode ser apreendida nesse campo de possibilidades que esse complexo de ideias dos seres que respondem por meio de suas decisões alternativas ganhe forma e conteúdo ideológicos na solução dos conflitos sociais diretamente relacionado a função que ela cumpre no complexo social.

Dessa forma a ideologia se configura como um meio de luta social, especialmente nesse período da “pré-história” humana. Ao longo desse período, que ainda perdura, essa característica de luta social – a qual assume diferentes formas de manifestação, de acordo com Lukács, está sempre relacionada a um “que fazer?” social. Assim, “[...] os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele” (2013, p. 466).

Lukács indica que essas características descritas são apenas o componente central da ideologia, os quais não podem ser tomados como determinação única desses complexos que se originam na luta ideológica. Esse componente central apenas localiza o momento predominante, mas por ser um complexo dinâmico, sua apreensão deve se dar exatamente dentro e no como de seu funcionamento na totalidade social. Isso pois, “Essa totalidade é a respectiva sociedade como complexo contraditório que, na práxis humana, constitui o objeto e simultaneamente a única base real de sua ação¹¹³”. Enquanto base, perfaz o solo do qual partem os sujeitos objetivos na captura das possibilidades para sua objetivação/alienação e, enquanto objeto, é exatamente a constatação da objetividade com a qual esses mesmos seres humanos devem agir em seu ser-propriadamente-assim histórico-social concreto.

Assim, como fundamento das práxis humanas, constituem uma unidade dialética “[...] de tal modo que, somente em decorrência de suas distintas funções nos complexos dos pores teleológicos, eles se transformam em componentes que atuam autonomamente¹¹⁴”. Dessa forma, no conteúdo do pôr “[...] passa a valer tanto a unidade existente em si quanto a diversidade das funções práticas, e isto de tal modo que o homem age numa determinada situação concreta da realidade, cuja mudança ele torna e tem de tornar o fim de sua atividade¹¹⁵”.

Frente a isso, ainda de acordo com Lukács (Idem, p. 466, 467),

Ganha expressão aí justamente essa universalidade do *hic et nunc* historicamente concreto da situação, porque a intenção de defender o *status quo* só emergirá como intenção de um pôr teleológico quando ele se mostrar ameaçado a partir de dentro ou de fora, ou seja, quando a intenção é protegê-lo de uma mudança tida como possível. Por mais gerais que sejam os termos em que se concebe aqui essa situação, ela mostra claramente que o *status quo* só pode ser ameaçado de modo imediato por ações humanas, que, por essa razão, os pores teleológicos chamados à existência para defendê-lo visam provocar um efeito sobre pessoas [...].

¹¹³ Idem, p. 466.

¹¹⁴ Idem, *ibid.*

¹¹⁵ Idem, *ibid.*

Aqui aparecem alguns elementos tangenciados da mais alta importância ainda nessas considerações gerais sobre a ideologia realizadas por Lukács.

Quando o autor se refere a “intenção de defender um *status quo*” e que essa intenção emerge na forma de um pôr teleológico que visa, enquanto finalidade, defender uma determinada posição social, ameaçada pela mudança, brotam daí constatações fundamentais para o âmbito próprio da ideologia e do ser social quanto para nosso objeto (uma ideologia não necessariamente precisa ser intencionada como tal; essa caracterização de um complexo de ideias como ideologia pode surgir por meio de múltiplas mediações, e apenas nesse movimento mediado pode vir a ser uma ideologia). Primeiramente a “intenção” já nos fornece elementos que uma posição ideológica é sempre caracterizada por um interesse, uma motivação, tanto social quanto subjetiva, a qual recebe tal impressão devido a função que cumpre socialmente. O “*status quo*” já nos indica que determinada sociedade, dá mais primitiva à mais desenvolvida, é composta por diferentes sujeitos e grupos que ocupam diferentes posições em um determinado agrupamento social (note-se que ainda não nos referimos aqui às sociedades divididas em classes). A “mudança” reforça o traço característico da socialidade humana em constante devir, cuja composição compreende tanto os que almejam a mudança quanto aqueles que visam defender-se dela. E o “efeito sobre pessoas” indica que os pores teleológicos chamados à existência para defender uma posição, assim como atacá-la, dirigem-se aos singulares socializados, pertencentes ao gênero objetivo do ser social, pois o sujeito é de fato o elemento último que pode receber a influência de um determinado pôr desse tipo.

Dessas observações gerais podemos compreender que as ideologias são fundadas em pores teleológicos que visam suscitar em outros sujeitos ou grupos outros pores teleológicos determinados e balizados pelo fim intencionado a priori.

Lukács destaca, na sequência de sua argumentação, que uma ideologia não pode ser caracterizada como tal a partir da verdade ou falsidade de uma ideia. Segundo Lukács (2013, p. 467)

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

Com isso, ideologias podem estar fundamentadas em ideias falsas e cumprir uma função específica na sociedade, como também podem estar fundadas no mais alto conhecimento científico verdadeiro objetivo e funcionar como ideologia, portanto, verdade ou falsidade não podem ser critérios para definir se um complexo de ideias pode se tornar ideológico, mas sim a função prática que ele cumpre no ser social.

Tais raciocínios levam Lukács a afirmar que

Já essa unidade ainda abstrata de essência e função da ideologia reconduz para a sua gênese na medida em que nesta volta a tornar-se visível a dupla função da totalidade social anteriormente indicada: é essa totalidade, o seu respectivo patamar de desenvolvimento, os problemas de desenvolvimento suscitados por ela que desencadeiam no homem – que anteriormente já caracterizamos como ser que responde – as reações que eventualmente podem aparecer como ideologias¹¹⁶.

O autor aponta que essa definição ampla de ideologia significa uma constatação simples, segundo a qual, para o ser social, em todas suas dimensões, todos os acontecimentos com o qual o sujeito se depara em sua vida são decisivamente determinados pela socialidade da qual faz parte. Esse fato se refere ao tipo de ser, objeto etc., que pertencem ao âmbito do ser social, até mesmo as determinidades biológicas humanas passam, nessa esfera do ser em sua tendencialidade de tornar-se cada vez mais social, a ser socializadas, isso é, a serem predominantemente social (sempre no sentido do afastamento, não da superação da condição biológica).

Assim, ainda de acordo com Lukács,

Assim sendo, não há, desde a alimentação e a sexualidade até a exteriorização mais abstrata de uma ideia [Gedankenäußerungen], nenhum componente do ser social cujo ser-propriadamente-assim concreto não seja essencialmente codeterminado pelas circunstâncias sociais de seu nascimento. É isso e só isso que significa a mais geral das determinações da ideologia. Isso aparentemente é bem pouco, pois parece ser demasiado geral, demasiado óbvio e inexpressivo. Na realidade, está embutida aí a suprema concretude, a única possível para o homem como ser social: a socialidade universal do próprio homem, como de todas as suas manifestações vitais. Pudemos observar essa universalidade anteriormente em fatos singulares, decisivos, da vida social. Ao constatar, já no trabalho e na linguagem, nessas factuaisidades tão fundamentais da vida social, a objetivação e a alienação como componentes fundamentais e indispensáveis de sua estrutura, já expressamos em termos gerais tal determinidade. Porque, tanto objetivação como alienação têm, como todas as categorias sociais importantes, um caráter duplo: por um lado, elas determinam todas as manifestações vitais de modo universal e, por isso, generalizante; por outro lado e simultaneamente, elas constituem a sua singularidade especificamente social¹¹⁷.

¹¹⁶ Idem, p. 468.

¹¹⁷ Idem. P. 469.

Assim, o autor determina o terreno mais amplo da ideologia, o qual se refere a todas as manifestações desse tipo de ser, dependendo para sua concretização enquanto tal de como como os sujeitos se objetivam e se alienam e quais os problemas daí oriundos e quais os caminhos encontrados para sua resolução, afinal, “[...] a vida de cada homem e, em consequência, todas suas realizações, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas etc., são determinadas, no final das contas, pelo ser social em que o referido indivíduo vive” (2013, p. 470).

Contudo, nosso autor se volta para determinar a ideologia de forma restrita, recuperando Marx, apontando que, a ideologia nesse sentido significa, “[...] como vimos, em que todos os homens se tornem conscientes e, com a ajuda das ideologias, travem os seus conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico¹¹⁸”. Isso significa, como já adiantado anteriormente, que a existência de ideologias nas sociedades humanas pressupõe conflitos que são travados, “[...] em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta: justamente as formas concretas da respectiva ideologia¹¹⁹”. O filósofo húngaro argumenta que são os seres humanos singulares os responsáveis por toda atividade social, logo é sobre eles e entre eles que o conflito se desenvolve. No plano imediato tais conflitos se fundam em interesses divergentes entre indivíduos ou grupos. No caso dos grupos, é necessário que os interesses que os aglutinam sejam os mesmos ou de alguma maneira convergentes e vitais para esse conjunto e, que dessa forma, se manifestam antagonicamente aos interesses que conformam um outro grupo. Nesse movimento já se desenha o modelo mais geral de ideologia, pois a resolução desses antagonismos na sociedade deve perpassar um processo de convencimento por parte do grupo, de seus próprios integrantes, que os interesses que os unem são importantes para toda sociedade e que a defesa desses interesses está relacionada a algo útil para todos. Dessa forma, “Se isso é imposto com meios de convencimento, com violência franca ou dissimulada, resulta em nuances importantes, mas não é decisivo para sua determinidade como ideologia [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 471).

Isso significa que, de acordo com Lukács,

A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu

¹¹⁸ Idem, p. 471.

¹¹⁹ Idem, *ibid.*

interesse geral. Em síntese: o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes¹²⁰.

Ora, o que o autor marca nessa passagem é que as ideologias são uma mediação funcional nas sociedades de classes, que marcam seus antagonismos e disputas, mas as argumentações de Lukács nos levam a um caminho para que fique claro que a manifestação da ideologia não se resume as sociedades divididas em classes. Algumas argumentações recuperadas anteriormente já apontavam nesse sentido, mas nosso autor retoma essa temática para mostrar que de fato a gênese da ideologia precede os antagonismos de classe. De acordo com o autor, caça, coleta etc., enquanto atividades de sociedades anteriores a divisão entre classes, já pressupunham um certo tipo de conhecimentos, normas de conduta e ação, tradições etc., os quais deveriam impelir os sujeitos a decisões alternativas de um determinado feito, portanto, “[...] um dos lados da posterior ideologia tinham de estar presente, a saber, certa generalização social das normas da ação humana, mesmo que essas ainda não se imponham de modo antagônico na luta entre interesse grupais¹²¹”.

E Lukács usa uma imagem muito interessante para ilustrar tal situação, a saber:

A educação, por mais “primitiva” que seja, por mais rigidamente que esteja presa à tradição, pressupõe um comportamento do indivíduo, no qual já podiam estar disponíveis os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia, visto que, nesse processo, necessariamente são prescritas normas sociais de cunho geral ao indivíduo quanto ao seu comportamento futuro enquanto homem singular e inculcados modelos positivos e negativos de tal comportamento. Essa socialização do comportamento individual atua diretamente como costume herdado, mas não se pode esquecer que ela tem de ser, inclusive no estágio mais primitivo do desenvolvimento da humanidade, um produto de pores teleológicos fundados em diversas formas de alienação¹²².

Frente a isso, podemos fazer um breve excuroso.

Vejamos, se a imposição dos interesses de um grupo sobre o outro marca o surgimento e disseminação de ideologias e se manifesta como a marca registrada das sociedades divididas em classes e, concomitante a esse movimento observamos a intensificação e disseminação do complexo educação – Manacorda (2004, p. 10) indica em seu livro *História da educação o Egito enquanto berço comum da cultura e da instrução* –, podemos pensar que a educação desempenha um papel fundamental, ao lado de outros complexos, no processo de generalização, socialização e disseminação desses interesses, dessas ideologias, pois atuaria como um dos veículos de socialização das ideias e interesses dominantes. Ora, o próprio

¹²⁰ Idem, p. 472.

¹²¹ Idem, p. 474.

¹²² Idem, p. 475.

Lukács, nessa passagem citada, usa o exemplo da educação para indicar os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia e, dessa forma, não nos parece ser equivocado nossa intenção de apreender as colorações ideológicas do complexo da educação nos momentos de crise na sociabilidade capitalista no Brasil. Mas voltaremos a esse ponto no momento oportuno. Por ora, não podíamos deixar de fazer esses apontamentos dada a ocasião das passagens citadas.

Voltemos ao nosso caminho.

Lukács entende que com o que foi exposto até aqui, sobre a produção social dos fundamentos da formação da ideologia ainda não é suficiente para esclarecer a situação. Ele aponta que nas práxis humanas há uma situação irrevogável onde “[...] toda decisão que provoca uma ação ocorre na dependência de circunstâncias que o homem efetua o pôr teleológico jamais tem condições de antecipar totalmente em pensamento e, por isso, jamais consegue dominar totalmente” (2013, p. 475), isso tanto no trabalho como nas práxis voltadas à consciência de outros sujeitos. A humanidade, no entanto, em seu agir consciente de suas práxis vai ampliando o conhecimento do até então desconhecido, mas, por outro lado “[...] há um mundo que envolve os atos que deve se mostrar inacessível até para as generalizações mais amplamente formuladas das experiências do trabalho¹²³”. Essas características de um desenvolvimento contraditório não se tornam um entrave para o desenvolvimento da humanidade, de acordo com Lukács,

A razão disso é permanentemente operante. Visto que a vida de toda sociedade se efetua numa realidade – no final das contas – unitária, visto que a essência de todo homem singular forma nela mesma um ser unitário, surge em toda parte necessariamente aquilo que anteriormente chamamos de ontologia da vida cotidiana, na qual todas as tendências necessárias na prática para a reprodução da vida, tanto do homem singular como de suas associações, concentram-se numa unidade de pensamento e sentimento indivisível no plano imediato. A história mostra que, na medida em que essa ontologia é carregada por tendências fundamentais da sociedade, muitas vezes ocorre que verdades científicas que a contradizem ricocheteiam impotentes e inefetivas nesse muro da ideologia, mas em outros casos, quando encontram nela algum apoio, de repente adquirem um ímpeto que arrasa os preconceitos e passam a ocupar o centro da ontologia cotidiana do seu período. Seguindo o método marxiano de que a análise da estrutura das formações superiores pode fornecer uma chave para a essência das formações inferiores, pode-se supor que, nos primórdios do desenvolvimento da humanidade, houve uma supremacia dos componentes desse complexo que tentaram dominar o desconhecido com o auxílio de projeções daquelas formas que lhes eram conhecidas a partir da apropriação real do ambiente e que sempre estavam presentes em forma de objetivações [Objektivationen] reificadas¹²⁴.

¹²³ Idem, p. 475.

¹²⁴ Idem, p. 476, 477. Grifo nosso.

Essas constatações são importantes pois buscam inferir categorias básicas dessas possíveis projeções na genericidade humana de um período do qual temos poucas informações concretas.

Para Lukács, uma dessa categoria seria o pensamento analógico, ou seja, “[...] a analogia é essencialmente um trampolim para a formação de categorias reais, que expressam realmente o comportamento, as conexões etc. do mundo material” (2013, p. 477). Essas considerações levam Lukács a indicar que alguns tipos de ideologia estariam presentes já nos primórdios do desenvolvimento do ser social e, que justamente por isso, sua função social e gênese devam ser determinadas de maneira ampla.

Tais constatações não alteram o problema fundamental da ideologia, a saber, que ela surge para resolver os conflitos nas sociedades e agrupamentos, mas, que devido a condição das sociedades primitivas, os conflitos nesses estágios aparecem de forma latente “[...] pelo fato de que a condição subdesenvolvida da personalidade singular, determinada primordialmente pelas relações de produção, é reforçada ideologicamente em sua similaridade social pela tradição, educação etc.¹²⁵”. Por outro lado, os conflitos não emergem apenas da contraposição de interesses nas sociedades, a questão da ameaça à existência do coletivo e ao ser humano singular, devido as forças desconhecidas e incontroláveis do meio ambiente no qual vivem, devem ser considerados, pois, devido a isso, é razoável compreender que [...] no pensamento das pessoas constantemente ameaçadas, vivendo num ambiente incontrolável, analogias objetivamente insustentáveis, projeções objetivamente infundadas sobre a realidade devam desempenhar um papel extraordinariamente relevante¹²⁶”.

Essas situações descritas por Lukács, ainda muito conectadas com um desenvolvimento incipiente do conhecimento humano objetivo sobre a natureza e de sua socialidade, são claramente resolvidas, principalmente com o desenvolvimento do conhecimento científico, mas isso não pode nos encaminhar para a compreensão científico-gnosiológica da ideologia, pois todos os argumentos arrolados neste trabalho, resgatados e desenvolvidos por Lukács em sua explanação, vão exatamente no sentido contrário, isso é, no sentido da compreensão ontológico-prático da ideologia.

De acordo com o autor,

Com certeza é correto dizer que a esmagadora maioria das ideologias se baseia em pressupostos que não conseguem resistir a uma crítica rigorosamente gnosiológica, especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de

¹²⁵ Idem, p. 479.

¹²⁶ Idem, *ibid.*

tempo. Nesse caso, porém, trata-se de uma crítica da falsa consciência; contudo, em primeiro lugar, há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias e, em segundo lugar, aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência. *Por essa razão, só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais.* Em sua tese de doutorado, ainda sem uma fundamentação histórico-materialista, Marx já vislumbrou corretamente, em sua essência, o problema fundamental que se coloca nesse ponto. Em meio a uma crítica aguda e perspicaz da prova ontológica [da existência] de Deus (e de sua crítica por Kant), ele faz a seguinte pergunta retórica: “Acaso o velho Moloque não reinou de fato? O Apolo de Delfos não era um poder real na vida dos gregos?”. Essas perguntas atingem a factualidade fundamental da ideologia. Pode-se até caracterizar Moloque e Apolo como “asneiras” no sentido gnosiológico, mas, na ontologia do ser social, eles figuram como poderes realmente operantes – justamente como poderes ideológicos. Obviamente com esse contraste nem remotamente se chegou ao autêntico antagonismo. *Com efeito, a ideologia só pode se tornar um poder, uma força no quadro do ser social, quando seu ser-propriadamente-assim convergir com as exigências essenciais do desenvolvimento da essência.* E, como mostra a história, há graduações também dentro de tal convergência, cujo critério, contudo, não precisa ser o gnosiologicamente mais correto, nem o histórico-socialmente mais progressista, *mas o impulso que conduz para uma devida resposta a perguntas postas justamente pelo respectivo ser-propriadamente-assim do desenvolvimento social e por seus conflitos* (2013, p. 480, 481. Griffó nosso).

Dessa forma, Lukács indica que a ontologia da vida cotidiana tem papel decisivo na mediação entre condição econômica e a ideologia derivada dela. Em outras palavras, por ser a vida cotidiana marcada por uma imediatividade prática, no terreno da reprodução objetiva dos sujeitos singulares e da comunidade, mesmo contradições desveladas pela explicação científica, no plano das ideologias que as fundamentam, continuam a operar de forma imediato-prática na vida das pessoas e, dessa forma, é somente por meio da crítica ontológica da vida cotidiana, desenvolvida pelo marxismo, que se torna possível compreender os fundamentos dessas contradições, sua gênese, função social e, por que não, as possibilidades de sua superação.

Assim, o deslinde dessa situação, de acordo com Lukács, se torna mais evidente quando nos voltamos para a situação já indicada anteriormente, que o ser humano é um ser que responde ativamente às questões colocadas pelo ser entorno natural-social, e dessa forma, “[...] essa constituição essencial do homem explica tanto os problemas da reprodução imediata, sobretudo os do trabalho, como os da ciência que a alicerçam, complementam e aprofundam¹²⁷”. Os pores teleológicos que perfazem essas respostas, principalmente com o desenvolvimento da socialidade, assumem uma proeminência por se dirigirem a consciência de outros sujeitos, aumentando a intensidade e a extensão de pores de segundo tipo, os quais buscam incitar um novo comportamento tanto para o âmbito da produção como para a

¹²⁷ Idem. P. 483.

sociedade como um todo, bastando indicar como, concomitantemente ao desenvolvimento econômico, cresce “[...] a esfera de validade e importância do costume, do hábito, da tradição, da educação etc., que sem exceção se baseiam em pores teleológicos desse tipo; basta apontar para a necessidade de que surjam esferas ideológicas próprias [...]”¹²⁸, como por exemplo o direito, as quais buscam satisfazer as necessidades do devir da totalidade social.

Isso significa que a relação do ser humano com a natureza, fundante para o ser social, em seu constante desenvolvimento, necessita de outras mediações e práxis, para a reprodução social e sua continuidade fundadas, em pores destinados a influenciar o comportamento das pessoas “[...] a um campo de ação de reações desejadas (ou indesejadas) a factuais, situações, tarefas etc. sociais”¹²⁹, que complementam o tornar-se humano do ser humano no movimento que alça em si próprio à condição de consciência social que paulatinamente cria a possibilidade de elevar-se à condição de consciência humana.

No entanto, quanto a relação entre consciência e ideologia Lukács adverte que,

A ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática). A sua peculiaridade dentro do conjunto da práxis é a generalização que, em última análise, é sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste sobretudo em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto (Idem, p. 520).

Nesse movimento descrito, vale a relação descrita anteriormente entre objetivação e alienação e retomada posteriormente outra vez pelo autor¹³⁰; pois o autor indica ser a alienação um momento decisivo desse processo, em outras palavras,

¹²⁸ Idem, p. 483.

¹²⁹ Idem, p. 485.

¹³⁰ De acordo com Lukács (2013, p. 536): “Porém, as relações reais são produto da divisão do trabalho; elas confrontam os homens com as perguntas a serem respondidas em suas vidas e, por essa via, desenvolvem neles as capacidades para respondê-las, sendo que essas respostas desenvolvem simultaneamente a individualidade e a generidade no homem. Com efeito, mostramos que a objetivação e a alienação são aspectos dos mesmos atos práticos, que a justificação de diferenciá-los está embasada justamente no fato de que, *na objetivação, o homem produz algo prático, mesmo que seja só a expressão de seus sentimentos por meio da linguagem, que, por sua essência, é predominantemente genérica, que, em alguma proporção, constitui um elemento de construção daquilo que o gênero é propriamente, ao passo que o aspecto da alienação no mesmo ato indica que este foi posto em movimento por um homem singular e que expressa e influencia positiva ou negativamente o seu desdobramento individual*. Portanto, o que quer que os homens pensem sobre si mesmos, essa simultaneidade permanece irrevogável: eles só podem expressar a sua individualidade em atos nos quais eles, quer consciente quer inconscientemente, cooperam na formação de sua própria generidade. *Sabemos igualmente que esses atos só adquirem tal efetividade em decorrência das generalizações neles operantes; porém, generalizações desse tipo, por sua vez, constituem os pressupostos para que os atos se tornem elementos de construção das*

No processo de humanização do homem, surge – mediada pelo caráter alienado de toda práxis humana -, antes de tudo, uma consciência social dos homens, e a extensão de suas singularidades naturais sempre existentes para uma individualidade constitui o resultado de um demorado desenvolvimento socioeconômico, no qual a complexidade crescente da divisão social do trabalho, a complexidade cada vez maior das tarefas propostas aos homens singulares por tais complexos, transmuta sua singularidade natural gradativamente em individualidade social (LUKÁCS, 2013, p. 487).

Dessa maneira, fica claro que Lukács reúne em suas argumentações sobre a ideologia todo uma importante constelação categorial descrita pelo autor anteriormente para indicar o lugar da gênese, do desenvolvimento, da forma e do conteúdo, de sua função social etc., no ser social.

Fundada na práxis essencial da atividade humana, o pôr teleológico, a ideologia equaciona os conflitos sociais – em suas diversas formações e manifestações, na acomodação entre objetivações e alienações, isso é, na exteriorização/generalização humana, para garantir a funcionalidade prática da dialética contraditória entre essência e fenômeno, na interação permanente entre o exemplar singular, o gênero e a natureza.

Segundo Lukács,

Essa constelação ontológica de cunho geral experimenta, no âmbito do ser social, uma intensificação qualitativa perante as formas mais simples do ser. Isso tem por base, em primeiro lugar, como já é do nosso conhecimento, a gênese e a determinidade de todos os seus momentos por meio de pores teleológicos, que como desencadeadores de cadeias causais reais unem em si a essência operante real e o fenômeno que surge realmente numa interação de tipo diferente do que costuma se dar em complexos que surgiram de modo meramente causal. Em segundo lugar, eles fazem surgir forçosamente formas objetivadas, alienadas e desencadeiam, em suas seqüências ulteriores, outras objetivações e alienações mais. Surge daí uma ligação totalmente nova em comparação com os tipos de ser mais simples entre os dois complexos elementares-fundamentais do ser social: entre a totalidade real de cada sociedade e a totalidade igualmente real dos homens singulares que a constituem. Só com isso já surge, no âmbito do ser social, algo totalmente novo, algo que Marx, como vimos, indica dizendo que a generidade deixa de ser muda como era no caso dos animais, isto é, que surge uma interação permanente entre o exemplar individual e o próprio gênero, a qual reverte permanentemente em estado consciente interior. Estamos analisando isso aqui do ponto de vista da gênese e da função da ideologia. Já vimos que o mero fato da objetivação possui internamente uma tendência para a generalização, o que, aplicado ao ser social, significa que este, enquanto conteúdo, faz primordialmente da socialidade, da generidade dos pensamentos e das ações humanos o seu objeto, do que decorre ainda que, nesse nível do ser, é inerente aos

ideologias, para que eles se tornem adequados para ajudar a enfrentar e resolver os conflitos suscitados pela vida social. Passando a examinar mais de perto esses processos, devemos constatar mais uma vez que, embora tenham necessariamente surgido de pores teleológicos, eles, enquanto processos sociais, não podem possuir qualquer caráter teleológico. O próprio processo social consiste de cadeias causais, que de fato foram postas em marcha por pores teleológicos, mas que, uma vez ganhando realidade, podem operar exclusivamente como causalidades. Ora, pelo fato de a divisão social do trabalho criar relações cada vez mais complexas, surgem alienações (objetivações), que são apropriadas ou impróprias para fins concretos, e a causalidade do processo incorpora aquelas e elimina estas, ambas, no entanto, só de modo tendencial.”

dois complexos de conteúdo uma tendência para convergir (até a fusão prática). Todavia é só uma tendência. Com efeito, sabemos que o gênero humano só pode se realizar gradativamente no processo histórico rumo à sua realidade plena, o que, para o problema, significa que a convergência e a divergência de socialidade e generidade propõem tarefas permanentemente novas a serem cumpridas pela atividade material e ideológica dos homens (2013, p. 491).

E na sequência de sua argumentação especifica ainda mais a função da ideologia na relação, – única – mas tumultuada, contraditória e cheia de nuances, entre essência e fenômeno de maneira sintética e conclusiva, nas palavras do autor,

O desenvolvimento da essência determina, portanto, os traços fundamentais, ontologicamente decisivos, da história da humanidade. Porém, ela só obtém a sua forma ontologicamente concreta em decorrência de tais modificações do mundo fenomênico (tanto da economia como da superestrutura); mas estas só podem concretizar-se como consequências dos pores teleológicos humanos, entre os quais também a ideologia ganha expressão enquanto meio de enfrentar e resolver os respectivos problemas e conflitos¹³¹.

Assim, acreditamos ter resgatado alguns dos pontos mais gerais e importantes da acepção de ideologia de Lukács, ciente dos possíveis erros e omissões, para nossos objetivos na presente tese.

O filósofo húngaro ainda se estende em suas argumentações trazendo importantes contribuições para a compreensão da caracterização da ideologia em relação a outras mediações sociais e afirma a “[...] ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser¹³²”.

Dessa forma, o autor apresenta o direito e a política enquanto formas específicas de ideologia; indica que a filosofia e a arte aparecem enquanto formas puras de ideologia; e quanto a ciência, indica que ela se aproxima fortemente, na constatação de uma “irrevogável funcionalidade ideológica¹³³”, a ideologia pura em termos sócio ontológicos, mas o autor adverte essa característica ideológica das ciências “[...] depende do ponto de vista de sua função no âmbito do ser social e nada tem a ver com a questão da cientificidade ou a falta de cientificidade¹³⁴”. Vejamos de forma abreviada algumas indicações referentes a esses complexos de problemas extraídos da obra do autor para não deixar passar, sem uma mínima explanação, esse assunto tão importante.

¹³¹ Idem, p. 495.

¹³² Idem, p. 564.

¹³³ Idem, p. 566.

¹³⁴ Idem, p. 567.

Em relação ao direito, afirma, na esteira dos argumentos do aumento da socialidade desdobrada, do desenvolvimento da divisão do trabalho e da divisão de classes, que o surgimento de um grupo especializado para a regulamentação social – juristas, advogados etc. – indica a conotação ideológica à esse complexo, em outras palavras, essa característica se torna evidente com “[...] o fato que a diferenciação da divisão do trabalho criou simultaneamente à doutrina do direito também o jurista profissional. Só desse modo se consuma o tipo específico do direito como ideologia [...]” (2013, p. 500).

Nas palavras de Lukács,

Contudo, exatamente esse substrato de interações multifacetadas constitui a esfera do direito como uma esfera essencialmente posta, em contraste com os princípios espontâneos de regulação do costume e da moral, e é justamente essa constituição social que produz a necessidade de um estrato especializado que administra, controla, aprimora etc. essa área do pôr. Desse modo, o caráter ideológico do direito adquire um cunho específico [...] O caráter real do direito só pode ser evidenciado, portanto, quando se compreende essa deformação glorificadora como aquilo que ela de fato é, a saber, uma ideologização da ideologia, que surge necessariamente quando a divisão social do trabalho delega sua manutenção a um estrato de especialistas¹³⁵.

Em relação à política, nosso autor nos indica que ela é “[...] um complexo universal da totalidade social, só que se trata de um complexo da práxis, mais precisamente da práxis mediada [...]”¹³⁶, e que dessa forma,

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada¹³⁷.

Quanto a filosofia e a arte, desenvolve uma argumentação no sentido de mostrar que o desenvolvimento material da produção, das forças produtivas, possibilita o surgimento de produções espirituais mais elevadas, sempre em consonância ao *hit et nunc* histórico social concreto, isso é, “[...] a dialética inerente ao processo do desenvolvimento social se encarrega

¹³⁵ Idem, p. 501, 502.

¹³⁶ Idem, p. 502.

¹³⁷ Idem, p. 502, 503.

de que os complexos do tipo espiritual surgidos em decorrência da divisão do trabalho possam cumprir suas funções ideológica [...]” (2013, p. 538).

E Lukács indica da seguinte maneira esse movimento e suas características,

O desenvolvimento da humanidade de fato produziu tais ideologias, sobretudo na filosofia e na arte. Estas são as formas mais puras da ideologia, na medida em que elas não têm a intenção nem a capacidade de exercer qualquer tipo de impacto imediato e real sobre a economia nem sobre as formações sociais a ela associadas, indispensáveis à sua reprodução social, sendo, contudo, insubstituíveis no que se refere à solução real dos problemas aqui propostos¹³⁸.

Com essas brevíssimas indicações sobre tais complexos de problemas no âmbito da ideologia, tratados com um grande refinamento pelo autor, indicamos – de maneira precária e abreviada e com possíveis limitações de explicação – pequenos apontamentos sobre temas que não entram diretamente em nossos objetivos, e por essa justificativa, realizamos cortes profundos na densa explanação lukacsiana.

No limitado espaço e tempo que temos, e devido aos objetivos que traçamos inicialmente na pesquisa não poderíamos dar conta desta vasta explanação, no entanto, essas breves indicações podem servir de maneira introdutória geral de como tais temas serão abordados pelo autor, o que também facilita a localização dessas temáticas na obra àqueles interessados no aprofundamento desses temas.

Frente a isso, julgamos estar em condições para avançar para nossa última etapa dessa longa exposição, pois acreditamos ter lançado mão dos fundamentos necessários para nos reencontrar de maneira mais direta com nosso objeto e objetivos na presente exposição.

3.2 A educação na miríade social: reprodução e ideologia

Após nos debruçar sobre a obra lukacsiana na intenção de extrair os fundamentos necessários para abordar o complexo da educação – ao longo do texto formas diversas as ocasiões que buscamos manter o contato com nosso objeto – acreditamos que estamos em condições de nos voltar para a nossa problemática de maneira mais enfática.

Como anunciamos na introdução e em outras passagens desse trabalho, nossa tese se concentra em apresentar a educação enquanto complexo – o complexo educação, cuja finalidade/essência está diretamente vinculada, a partir do trabalho, ao complexo da reprodução e, em alguns momentos específicos, ao complexo da ideologia. Defende que o

¹³⁸ Idem, p. 538.

complexo educação atua enquanto uma mediação entre o exemplar do gênero e o gênero em si, ou seja, entre indivíduo e sociedade - entre o singular e o universal -, mas não sendo responsável por pôr nem um nem o outro, contudo, indispensável para a formação do indivíduo e da sociedade. Entende que nos momentos de crise da sociedade o complexo da educação tem uma atuação mais destacada enquanto parte do complexo ideológico, na intenção de contribuir para dirimir os conflitos originados com as crises enquanto bússola para a ação individual e coletiva, fundando valores que tendem a direcionar as escolhas entre as alternativas possíveis dos sujeitos e da sociedade.

Marx (2011, p.196) ao falar sobre a circulação nos diz que,

A circulação, que aparece, portanto, na superfície da sociedade burguesa como imediato dado, existe somente à medida que é incessantemente mediada. Considerada em si mesma, a circulação é a mediação de extremos pressupostos. Mas não põe esses extremos. Por conseguinte, ela própria tem de ser mediada não só em cada um de seus momentos, mas como totalidade da mediação, como processo total. É por isso que seu ser imediato é pura aparência. *A circulação é um fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela.* (grifo no original)

Pensamos ser possível fazer um paralelo desta abstração da circulação realizada por Marx em relação à educação. Se entendemos que a educação é responsável pela transmissão, pela circulação, do conhecimento produzido na esfera do ser social, parafraseando Marx, a educação é uma mediação de extremos pressupostos - entre o indivíduo e a sociedade – mas ela não põe esses extremos, ela tem de ser mediada, não apenas no momento da produção mesma do conhecimento histórico e socialmente produzidos, mas em cada um de seus momentos – métodos, forma, ciclos, períodos, conteúdo, tradição, moral, poder etc. -, como totalidade da mediação, em seu processo total. Por isso, principalmente na sociabilidade capitalista, seu ser é pura aparência. A educação é um fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela, é movimento de formar e preparar os sujeitos para responder, de forma socialmente intencionada, a acontecimentos e situações novas em sua vida, influenciando os seres humanos a reagirem a novas alternativas, mas não determina o caminho a ser trilhado pelo próprio indivíduo e nem as rotas seguidas pela sociedade.

Segundo Lukács (2013, p.177-8), ao diferenciar a educação no ser social dos animais, mostra seu caráter de práxis social no movimento de vir a ser cada vez mais social da socialidade humana, indicando que,

[...] o essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca

estará realmente concluída [...] se a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então esse período de tempo liberado para a educação é produto do desenvolvimento industrial. Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação são consequências de carências sociais daí surgidas”.

E mais adiante afirma,

Assim sendo, como anteriormente já foi exposto, a educação é um processo puramente social, um formar e ser-formado puramente social. O sentido duplo profundo nas palavras de Goethe – “A lei segundo a qual compareceste” – reside em que seu ponto de partida não pode ser constatado: por um lado, nenhuma educação pode enxertar num homem propriedades totalmente novas e, por outro lado, como igualmente já vimos, as propriedades não são determinações definitivas, fixadas de uma vez por todas, mas possibilidades, cuja índole específica de se tornarem realidades de modo nenhum pode ser concebida independentemente do seu processo de desenvolvimento, do devir homem socialmente efetuado do homem singular. Esse processo é de cunho social, não se tratando de um simples crescimento biológico, o que pode ser deduzido já no fato de consistir de um encadeamento, de uma continuidade dinâmica de decisões alternativas. Mais precisamente, num duplo aspecto: por um lado, a educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para decisões alternativas de determinado feitio; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como totalidade de todas as influências sobre o novo homem em processo de formação. Por outro lado, a menor das crianças já reage à sua educação, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno igualmente com decisões alternativas, e sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão entre esses dois complexos¹³⁹.

A partir da retomada dessas breves indicações, acreditamos ser possível, na presente etapa do trabalho, apresentar a razoabilidade de nossa tese, apreendendo a educação, a partir de seu movimento concreto no complexo de complexos da realidade social, enquanto um complexo – o complexo educação -, assim como demonstrar sua relação com as categorias reprodução e ideologia a partir do exame do movimento ideológico no processo histórico.

O complexo da educação surge concomitantemente ao emergir do gênero não mais mudo, pois todas as conquistas realizadas pelo ser humano que se humaniza por meio de seus próprios pores teleológicos, são fenômenos, os quais, mesmo se tratando de atos de exemplares singulares, já tem uma conotação de ser social. Claro está para nós, que as argumentações que logramos resgatar nos indicam que nos primórdios do desenvolvimento social muitas das práxis que fundamentam essa nova esfera do ser não possuem os contornos tão nítidos quanto as formas específicas e mediadas que temos nos níveis de socialidade alcançados pelo gênero humano em pleno século XXI. Por exemplo, como é o caso, das generalizações realizadas nos primeiros momentos do metabolismo com a natureza e o como

¹³⁹ Idem, p. 294, 295.

se deram tais transmissões dessas conquistas. Certo é que devido a conotação social do pôr teleológico – com todas suas categorias derivadas e incluídas – necessitou de uma forma de socialização, sendo que independente da forma que foi de fato concretizado tal atividade – observação, comunicação gestual etc. -, não altera o resultado que queremos indicar, a saber, que a gênese do complexo da educação pode ser encontrada em algum momento desse processo.

Nossas argumentações, a partir de Lukács, indicam que nas comunidades primitivas, onde o nível de divisão do trabalho ainda se fundava nas determinidades biológicas, as atividades mais rudimentares, como a caça e a coleta, já pressupunham um mínimo de formação dos exemplares singulares do gênero e que esses conhecimentos deveriam ser generalizados/socializados para os sujeitos que compunham o grupo, muitas das vezes por questões de sobrevivência e ameaça a vida – como, por exemplo, as plantas venenosas que não deveriam ser colhidas, os perigos de ataques de animais de grande porte, os peçonhentos etc., os quais já demandavam, dessa maneira, tanto uma educação ampla – realizada em sua maioria de maneira espontânea, como uma educação restrita, na qual a simples observação poderia ser fatal como no caso de um animal de grande porte, postulando, dessa maneira, uma sistematização, mesmo que muito primária, de comportamentos, precauções etc., dos exemplares do grupo para sua existência e reprodução.

Com o aumento gradativo dos conhecimentos sobre o mundo natural, com o desenvolvimento das ferramentas, domesticação de animais, domínio sobre o fogo, agricultura e a conseqüente sedentarização das populações humanas, a complexidade social, a intensificação da divisão do trabalho etc., vão produzindo mediações cada vez mais refinadas para a reprodução social, vão se desenvolvendo cada vez mais tipos de pores teleológicos que não se voltam exclusivamente para a transformação direta de objetos naturais e começam a se voltar para a consciência de outros sujeitos para intencionar neles as decisões alternativas intencionadas por outros (esse tipo de pôr já está presente nos exemplos de caça e coleta descritos anteriormente, mas nesse momento apresentado vão se complexificando cada vez mais em sintonia com os desenvolvimentos das forças produtivas e da sociedade como um todo).

Nessa etapa as objetivações e alienações humanas, típicas das práxis sociais, vão ganhando destaque em suas funções específicas para reproduzir tanto a genericidade quanto as singularidades em consonância com *hic et nunc* sócio-histórico específico do ser social em questão. Apesar de sua unicidade ontológica, os pores teleológicos vão sendo exteriorizados

pelos sujeitos e influenciando de maneiras diferentes o gênero e o singular de maneiras contraditórias, assim como estes influenciam aqueles na múltipla determinação entre singular e universal. Aqui caminhamos no terreno dialético da unidade da diversidade, da identidade da identidade e da não identidade que configuram as desigualdades presentes no ser e em seu desenvolvimento e processualidade.

Com a ampliação da produtividade do trabalho e, dessa forma a produção de um excedente – produto do desenvolvimento das forças produtivas e da organização social da produção – a divisão do trabalho vai se intensificando e se expandindo, o que provoca na história da humanidade ao aparecimento de sociedades divididas em classes.

Note-se que esse movimento não acontece de forma linear em todas as regiões do planeta, muitos povos originários em diversas regiões irão manter, apesar de um conhecimento extremamente elevado sobre a natureza, uma organização típica de um comunismo primitivista avessa a hierarquia, mesmo que no seu interior houvessem posições distintas, não se chegava a consolidar um poder sobre o outro integrante do grupo, a posição de uma liderança, por exemplo, em alguns povos originários na América do Sul, se relacionava com atributos pessoais do sujeito em questão – como coragem, destreza etc., e sua função era primordialmente a de mediar os conflitos na comunidade, estando essa posição ausente de traços de autoridade¹⁴⁰(CLASTRES, 1978, p. 22, 23). Essa ideia de “Um” chefe, “Um” poder, “Um” caminho, oculta a linda diversidade da humanidade desdobrada em sua existência Múltipla (1978, p. 120).

Voltando a história dos “conquistadores”; paramos na divisão em classes para um excuro necessário, mas seguimos registrando, apenas antes de continuar, que esse é um elemento que nasce em algumas regiões do planeta, mas que se espalha como uma doença que persiste e o paciente não consegue se curar mesmo continuando a viver em dor.

Nessas primeiras sociedades do ocidente, das quais temos registros, onde a estrutura de classes começou a imperar, podemos pensar provavelmente no Egito antigo, a socialidade já se encontrava em uma constante interpenetração de complexos. Em tal sociedade, fundada na escravidão, os complexos sociais já encontravam um nível de desenvolvimento que saltavam as organizações primitivas e apresentavam complexos mediadores mais consolidados como a linguagem, a escrita, a divisão do trabalho, a educação, entre outras. Já

¹⁴⁰ Para ver mais sobre esse debate fundamental que preenche um silêncio assombroso na história da humanidade contada pelos vencedores – que comumente entende que história é a história dos conquistadores, usurpadores e destruidores da diversidade humana – o livro de Pierre Clastres, *A sociedade contra o Estado* (1978) é um bom começo.

dissemos anteriormente que Manacorda em seu Livro *História da educação* inicia seus registros exatamente nessa região. Segundo o autor italiano, que apresenta algumas marcas desse desenvolvimento, como agricultura, estaleiros, cerâmica, vestuário etc., nos diz que não há registros de uma escola intelectual, ou teórica, mas, “Temos, porém, provas do processo de inculturação reservado às classes dominantes: isto é, a escola de formação para a vida política, ou melhor, para o exercício do poder” (MANACORDA, 2004, P. 10). O autor ainda aponta que os registros que encontrou sobre o Egito em suas pesquisas não versavam sobre instrução formal ou didática “[...], mas apenas da introdução aos comportamentos e à moral do poder¹⁴¹”.

Esse destaque feito por Manacorda reforça a argumentação lukacsiana que “É possível que a peculiaridade específica do ser social fique ainda mais evidente no complexo de atividades que costumamos chamar de educação (LUKÁCS, 2013, p. 176). Isso porque a complexificação social, derivada da complexificação do trabalho, eleva as mediações necessárias para a reprodução, e o complexo da educação tende a se desenvolver *pari passu* o desenvolvimento socioeconômico da humanidade, pois ele cumpre a função de preparar os sujeitos para as situações futuras que vieram ocorrer em suas vidas, e no exemplo de Manacorda, a preparação estaria voltada principalmente às classes dominantes e ao exercício do poder.

A humanidade, no ocidente, passou por períodos históricos marcantes quanto ao desenvolvimento dos conhecimentos, da cultura, da arte, da filosofia etc. Talvez a fase mais relevante seja o da hegemonia grega. Foi na Grécia que surgiram as primeiras formas de institucionalização mais refinadas dos complexos sociais. São desse período os grandes avanços do pensamento filosófico, político, das artes, da educação, das leis etc. Quanto a educação, segundo Manacorda (2004, p. 41),

Encontraremos, antes de tudo, a separação dos processos educativos segundo as classes sociais, menos rígida e com evidente desenvolvimento para as formas da democracia educativa. Para as classes governantes uma escola, isto é, um processo de educação separado, visando preparar para as tarefas de poder, que são o “pensar” ou o “falar (isto é a política)” e o “fazer” a este inerente (isto é, as armas); para os produtores governados nenhuma escola inicialmente, mas só um treinamento para o trabalho, cujas modalidades, que foram mostradas por Platão, são destinadas a permanecer imutáveis durante milênios: observar e imitar a atividade dos adultos no trabalho, vivendo com eles. Para as classes excluídas e oprimidas, sem arte nem parte, nenhuma escola e nenhum treinamento, mas, em modo e graus diferentes, a mesma aculturação que descende do alto para as classes subalternas.

¹⁴¹ Idem, Ibid.

Podemos notar que o corte de classe na educação está diretamente relacionado a quem de fato seria permitido ter acesso as mais altas formulações do espírito, enquanto o mundo do trabalho ainda permaneceria distante das elites no poder. Aqui se faz presente de maneira mais destacada a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, sendo o trabalho manual considerado menos importante que as atividades do espírito, como a filosofia, a política, a arte etc. Aqui fica flagrante que a divisão entre educação ampla e restrita, sendo o trabalho relegado a uma educação ampla e a educação restrita mais sistematizada será a responsável pelos conhecimentos mais refinados do espírito e das artes do poder. Mesmo alcançando um nível relativamente desenvolvido das atividades intelectuais, as barreiras encontradas no desenvolvimento produtivo e na organização social da produção – uma sociedade tipicamente escravista – os voos do intelecto não foram capazes de resolver problemas estruturais da sociedade, os reflexos na consciência eram turvados pela base que os sustentava. Essa sociedade vigorou por um período considerável da existência humana, mas assistiram atônitos o desmanchar de sua aurora e não puderam explicar sua decadência.

A decadência da Grega se mescla ao alvorecer de Roma, inclusive tendo essa absorvido grande parte dos avanços gregos, no entanto dotada de desenvolvimentos próprios. O desenvolvimento do Estado e o direito romano talvez tenham sido os grandes avanços do período, mas deve ser considerado também a capacidade militar de Roma e seu expansionismo territorial e cultural. Na educação, do *pater familia* à educação por obra de escravos e libertos, à escola de Estado, a educação moral, cívica e religiosa ganha força, mas as divisões entre os Impérios do Ocidente e do Oriente resultaram a fragmentação e a desagregação.

Esse movimento de desagregação vai gerar alguns movimentos importantes. De acordo com Manacorda (2004, p. 111),

No início do século VI verificam-se fenômenos políticos significativos. De um lado, alguns reinos romanos-bárbaros já se implantavam firmemente em territórios do Império do Ocidente, onde a única autoridade política autenticamente romana é a Igreja e especialmente o papado; de outro lado, o império do Oriente conservava ainda sua unidade e sua força, o que lhe permitirá tentar a reconquista do Ocidente. Estes três centros de poder, tão diferentes entre si, se enfrentarão numa complexa luta ideológica e militar.

A decadência do Império romano é acompanhada por uma redução nas capacidades produtivas, mantendo-se, no entanto, as habilidades dos ofícios como, trabalhar o ferro, cultivar a terra, construir casas, trabalhos em madeiras etc. O desenvolvimento das faculdades do espírito, da filosofia sofreram uma grande inflexão, principalmente devido aos dogmas

religiosos e os preconceitos com os povos pagãos. Essa estrutura se manterá até o fim da baixa idade média com poucas alterações, com uma acentuação da queda da cultura clássica. Por outro lado, é exatamente ao final desse período que podemos assistir o renascimento comercial e a consolidação das universidades – ainda sob a tutela da igreja – mas ao mesmo tempo os desenvolvimentos dos mestres livres – principalmente dos domínios diretos da igreja, e a figura dos clérigos vagantes, goliardos e da educação cavalheiresca.

De acordo com Manacorda (2004, p. 161)

Os séculos depois do ano 1000 são aqueles que, estudados do ponto de vista educacional, viram surgir os mestres livres e as universidades e, do ponto de vista mais geral da história econômica e social, são os séculos do nascimento das comunas e das corporações de artes e ofícios: os séculos, em suma, do primeiro desenvolvimento de uma burguesia urbana [...] tanto nos ofícios mais manuais quanto naqueles mais intelectuais é exigida uma formação que pode parecer mais próxima da escolar, embora continue a se distinguir da escola pelo fato de não realizar em um “lugar destinado a adolescentes”, mas no trabalho, pela convivência de adultos e adolescentes. Surge agora o tema novo de uma aprendizagem em que a ciência e o trabalho se encontram e que tende a se aproximar e a se assemelhar à escola. É o tema da educação moderna que começa a delinear-se.

Nessa transição entre o fim da idade média e início dos séculos XIV e XV o direito vai se transformando cada vez mais em uma ciência autônoma, com a formação de seus especialistas próprios. Podemos perceber também, concomitante a esse movimento, que cada vez mais, devido a elevação da socialidade, das transformações do trabalho, da retomada do comércio, avanço da ciência etc., há uma interpenetração de complexos com a finalidade de regular e regulamentar as práxis sociais, inclusive a educação, a qual vai se complexificando, juntamente com o desenvolvimento das atividades do trabalho e das atividades intelectuais e artísticas, se institucionalizando e desenvolvendo seus especialistas próprios para a execução dessa práxis social.

As transformações essenciais da base produtiva vão produzindo alterações no mundo fenomênico da vida cotidiana em sua imediatidade prática e em suas respectivas mediações ideológicas da superestrutura, não de maneira mecânica, mas com importantes diferenciações e mediações, as quais buscam garantir a continuidade na mudança, não sem sobressaltos e recuos, pois mesmo na mudança se mantém traços de continuidade e na continuidade momentos de descontinuidade.

Os mestres livres ganham destaque ao serem encarregados da educação da nova classe emergente, a burguesia, ou terceiro estado. As novas atividades de mercadores, artesãos, a produção da literatura em vulgar, o humanismo, entre outras vão caracterizar esse novo

momento de transição, que irão preparar o solo para as grandes transformações que se avizinham.

O período que cobre os séculos XVI e XVII talvez sejam marcantes para nós pois é um dos primeiros momentos mais claros da função ideológica que será desempenhada pelo complexo da educação. Isso não significa que em outros momentos o complexo da educação não tenha gravitado entre a reprodução e a ideologia em sua função social, mas que nesse momento o colorido ideológico será mais intenso.

Nós pontuamos na etapa anterior, como Lukács indica que a gênese do complexo da ideologia se mistura com funções da tradição, dos costumes, da moral, da educação e, esse movimento não é abandonado ao longo do desenvolvimento social. Nós também destacamos que a “[...] ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser” (Idem. P. 564), dessa forma, quando um complexo de ideias, ou um complexo social cumpre essa função social, mesmo que sua função precípua seja outra, não significa que essa ideia e esse complexo não possam desempenhar esse papel na sociedade.

Dentre os grandes acontecimentos desse período podemos destacar a Revolução Inglesa, o Renascimento, a Reforma, a Contrarreforma, entre outros.

De acordo com Manacorda (2004, p. 193)

Sobre esses títulos de desenvolvem algumas linhas gerais da história da civilização: a expansão do espírito e dos conteúdos do humanismo em toda Europa, com a constituição dos modos de vida mais dinâmicos e mundanos, em conjuntos estatais e sociais bem distantes do âmbito restrito das democracias comunais e das senhorias italianas; a assunção das aristocráticas exigências humanísticas e a mediação entre estas e as exigências ascéticos-populares numa perspectiva de reformas religiosas e social que envolvam na cultura as classes subalternas; a reação contra todas as tentativas de inovação, que abalam os fundamentos morais e políticos das velhas sociedades, isto é, o catolicismo e as cúpulas do papado e do império; a necessidade, na rejeição do mundo medieval e no encontro com a civilização de outros continentes, projetar uma sociedade totalmente nova e ainda inexistente; o rompimento definitivo dos velhos equilíbrios políticos determinado pelo advento ao poder, nos Países Baixos e na Inglaterra, da grande burguesia moderna, com as mudanças culturais que isso implica. Tudo isso na base material da sociedade desenvolvem-se novos modos de produção. Que acabarão por subverter os das velhas corporações artesanais e permitirão o descobrimento e a conquista do novo mundo.

Os acontecimentos são variados e suas influências serão profundas. O que de fato está se processando é uma profunda revolução que é impulsionada pelas alterações nas forças produtivas, na organização social da produção, nas formas políticas e sociais que estavam

sendo gestadas desde o final da Baixa Idade Média, cujas condições vão maturando e conseqüentemente provocando alterações na superestrutura da organização social.

Para nós, é importante destacar a relação da Reforma com os impulsos na educação, pois esse complexo será fundamental na disputa ideológica entre os reformadores protestantes e os contra reformadores católicos.

Os movimentos reformadores cobravam exatamente uma ampliação da instrução para que os sujeitos pudessem ler a bíblia sem a mediação do clero. De acordo com Manacorda (2004, p. 194), “A essa exigência de instrução e democracia respondem especialmente os movimentos heréticos e reformadores que, nas instâncias religiosas, levantam questões sociais muito concretas”. O autor também aponta para as reivindicações na Alemanha com conseqüências práticas de organização dos populares, isso é, “As cidades, nas quais o povo simples dos pequenos artesãos e dos pobres se associou ao campesinato, projetaram corajosamente um sistema de instrução popular” (Idem, p. 195). Isso significa que as populações começam a se preocupar com questões ligadas ao complexo da educação de forma decisiva e os poderes estabelecidos – como no caso do clero – começam a ser questionados.

Os principais nomes da reforma serão Calvino e Lutero. No geral essas ideias dos reformadores estão em harmonia com os valores mercantis da burguesia nascente, cuja finalidade é garantir uma absorção por parte da doutrina cristã das demandas econômicas, políticas e sociais da nova classe. A valorização do trabalho, aceitação e glorificação do lucro são alguns dos pontos propostos pela reforma. Quanto a Lutero, “[...] foi ele especialmente quem deu impulso prático e força política á programação de um novo sistema escolar, voltado também á instrução de meninos não á continuação dos estudos, mas ao trabalho” (MANACORDA, 2004, p. 196). Dessa forma, podemos observar como a educação será escolhida para cumprir um papel ideológico, possibilitando assim, um acesso livre aos ensinamentos religiosos sem a mediação do clero, e ao mesmo tempo, uma forma de preparação para o trabalho em constante desenvolvimento e expansão sobre as bases das transformações nas forças de produção. O “Testemunho da força também educativa da Reforma no plano político é o fato de que a própria autoridade imperial teve que assumir esta nova concepção de uma escola pública para a formação dos cidadãos ou pelo menos dos governantes¹⁴²”, cuja consolidação se deu na Dieta Augusta de 1549.

Tal movimento não passou despercebido no centro do poder clerical, e concomitante a esse movimento a Igreja católica se lançou para sua Contrarreforma, sendo uma de suas

¹⁴² Idem, p. 199.

marcas a defesa da prerrogativa da Igreja sobre a educação. Segundo Manacorda (2004, p. 200), “A orientação da Igreja católica, como resposta ao protestantismo, foi fixada no Concílio de Trento (1554-1564) [no qual] em suas deliberações o concílio insistiu muito sobre os livros e sobre a escola”. Uma das grandes iniciativas do Concílio foi a criação da Companhia de Jesus, que ficou conhecida como Ordem Jesuíta. Ainda de acordo com Manacorda, “[...] o exemplo mais bem sucedido de novas escolas para leigos, recomendado pelo Concílio de Trento, foi o das escolas jesuítas, campeões máximos na luta contra o protestantismo¹⁴³”.

Outro movimento importante da Contrarreforma, em especial para o Brasil, pois terá consequências duradouras em nossa educação é a *Ratio studiorum* de 1586-1599, a qual buscava regulamentar de maneira rigorosa o sistema escolástico jesuítico, isso é, organização em classes, os horários, os programas, disciplina, os ciclos etc.

Três movimentos podem ser destacados a partir dessas argumentações, a saber, o primeiro, e o mais notório, é como o complexo da educação será colocado abertamente no centro de um conflito e dessa forma cumprirá um papel ideológico claro, por um lado, defendendo os ideias reformadores, os quais contestam o poder estabelecido da Igreja católica e, por outro, a própria Igreja que visava manter seu *status quo* socioeconômico e se utilizou da educação enquanto correia de transmissão de seus valores, principalmente para as classes dirigentes afim de reproduzir sua situação dominante. Em segundo lugar, foram os jesuítas os responsáveis pela catequização dos povos originários no Brasil e nas outras colônias do além mar, mais uma vez reforçando a instrumentalização ideológica do complexo da educação, uma vez que a principal orientação da catequização era garantir que os novos sujeitos se rendessem a fé cristã da Igreja católica; em terceiro lugar, podemos destacar que fica nítido o movimento de interpenetração entre o complexo da educação e o complexo jurídico, no qual a educação vai sendo balizada pelo regramento legal definidos nas esferas das classes dominantes, ou seja, fica notório um movimento de normatização crescente do complexo da educação ao mesmo tempo que o próprio complexo forma e prepara os especialistas do complexo jurídico, cuja atuação prática é realizada basicamente por integrantes das classes dirigentes.

Já nos séculos XVIII e XIX teremos a consolidação da burguesia e do capital no poder. Esse movimento tem seus ápices com a Revolução Industrial e com a Revolução

¹⁴³ Idem, p. 202.

Francesa, as duas sendo marcos da transformação das forças produtivas subsumidas ao capital e a conquista definitiva do poder político pela burguesia, respectivamente.

Nesse movimento de consolidação do capital, o desenvolvimento das forças produtivas praticamente triturava e deformava os trabalhadores frente a voracidade da produção de valor pela exploração da força de trabalho. Marx nos oferece uma pequena amostra da relação pornográfica entre o complexo jurídico e o complexo da educação realizadas pelos representantes legais do direito de classe. Segundo Marx (2017, p. 473)

A corrupção moral decorrente da exploração capitalista do trabalho de mulheres e crianças foi exposta de modo tão exaustivo por F. Engels -em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* – e por outros autores que aqui me limito apenas a recordá-la. Mas a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor – devastação que não se deve confundir com aquela ignorância natural-espontânea que deixa o espírito inculto sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural – acabou por obrigar até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino elementar condição legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas à lei fabril. O espírito da produção capitalista resplandece com toda claridade na desleixada redação das assim chamadas cláusulas educacionais das leis fabris, na falta de um aparato administrativo, sem o qual esse ensino compulsório se torna, em grande parte, ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo a essa lei do ensino e nos subterfúgios e trapaças práticas a que recorrem para burlá-la.

O capital e seus asseclas de fato fincavam suas garras em todos os seres humanos e em todas suas práticas. A vitória da burguesia significava apenas o início de um grande sofrimento para a classe trabalhadora. Os valores burgueses, com o auxílio das mais sofisticadas mediações, se tornará núcleo gravitacional da ética social em torno do qual gravitará a moralidade burguesa egoísta, mesquinha, concorrencial e tacaña. O século XX ainda guardaria muitas surpresas amargas para a humanidade.

Duas Guerras mundiais com proporções devastadoras marcariam o início do século e as consequências para os anos restantes. A virada do século XIX para o século XX é marcado por uma série de eventos que seria impossível registrá-los nessas pequenas páginas. Marquemos a expansão desenfreada da voracidade capitalista liberal e suas inconseqüências desvairadas, as quais são marcadas pelo imperialismo belicista, pela busca ensandecida pelo lucro descontrolado, pela ganância cega e egoísta etc., que vão resultar na Grande crise de 29 e nas Duas Guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-1945. Podemos destacar também a articulação e organização da classe trabalhadora, as quais tem como resultado a revolução Russa de 1917. Os avanços do conhecimento, em especial das ciências e, a consequente fragmentação do conhecimento, entre outras.

Com o fim da Segunda Guerra e com a bipartição entre o bloco socialista e o bloco capitalista – período conhecido como Guerra Fria, podemos encontrar outra manifestação da utilização do complexo da educação com colorações ideológicas.

Com o desenvolvimento da indústria capitalista, sua mecanização crescente e a aplicabilidade científica na produção, além das demandas sociais crescentes por especialistas das mais diversas áreas, o complexo da educação também se desenvolve, e a forma escola – educação formal – acaba por ganhar destaque e se tornar predominante no modo de formação na sociabilidade capitalista (a educação restrita acaba ganhando proeminência frente a educação ampla).

A demanda por mão de obra qualificada e a luta organizada da classe trabalhadora vão garantir a expansão da educação formal para grande parte das populações dos países centrais. As teorias educacionais vão se consolidando com o auxílio da psicologia, ciências sociais, economia, entre outras e a própria educação vai formando seus especialistas. No bojo da expansão capitalista do pós-guerra, surge a teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore W. Schultz, nos Estados Unidos da América, principalmente em razão do surgimento da disciplina Economia da educação. Tal disciplina buscava explicar os possíveis ganhos produtivos advindos do fator humano na produção. Dessa forma, conforme mais qualificada fosse uma mão de obra, por meio da educação, maior seria a produtividade do trabalho e as taxas de lucro. As consequências para o campo da educação foram o desenvolvimento de uma visão tecnicista da formação, cujo pressuposto é que uma educação qualificada acarretaria o desenvolvimento econômico e do indivíduo, pois sua mão de obra estaria se valorizando com uma formação mais técnica e voltada para o trabalho. A questão da inserção social, do emprego e do desemprego são deslocadas para a esfera individual, sendo responsabilidade do trabalhador se qualificar para melhor se inserir no mercado de trabalho e alcançar oportunidades de emprego, escamoteando os problemas endógenos da economia capitalista da tendência de crise devido a redução da necessidade mão de obra a partir do emprego cada vez mais intensivo de tecnologia na produção.

No Brasil, principalmente durante a ditadura militar, com a Lei 5692/71, a teoria do capital humano foi empregada no país para atender aos interesses do II Plano Nacional Desenvolvimentista dos militares, cuja ideia seria preparar uma mão de obra qualificada que atendesse a demanda da indústria em desenvolvimento, além de garantir que a educação fosse responsável pela difusão dos valores do regime. Com isso, a educação novamente é chamada a atuar de forma ideológica para garantir o projeto da classe dominante no poder e

responsabilizar o indivíduo por sua condição intencionando decisões alternativas contraditórias e indigestas.

Temos então que, frente a uma sociedade altamente contraditória, marcada por um regime autoritário no poder, por um conflito político, social e econômico – o Brasil buscava crescer economicamente em um cenário de recessão mundial – a década de 70 é marcada por dois choques do petróleo (1973 – 1979) e aumento das taxas de desemprego nos países centrais, devido principalmente a recuperação da economia europeia no pós guerra e da economia japonesa, além da crise do modelo fordista de produção em larga escala e crise de realização de um padrão de consumo já esgotado. O sonho do crescimento em marcha forçada e a justificativa de um regime autoritário, demandavam uma mediação capaz de induzir as decisões alternativas dos brasileiros no sentido intencionado pelos militares e pela elite que apoiava a situação, conclamando mais uma vez a educação para cumprir essa função de dirimir o conflito.

Frente a essas argumentações, ainda que breves, acreditamos ter logrado examinar o movimento da dimensão ideológica da educação no processo histórico, relacionando-o a função precípua da educação quanto a reprodução social. Passaremos agora na próxima parte de nossas argumentações, no bojo de nossas considerações finais, determinar, após o percurso realizado, a função ideológica nas últimas décadas no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos nos avizinando do fim de nossa jornada. Um percurso longo, que percorreu estradas sinuosas, perpassando momentos históricos concretos, abstrações teórico-filosóficas necessárias, sobressaltos temporais e escolhas decisivas.

Quando olhamos para trás, pensamos no que poderíamos ter nos dedicado mais, quais escolhas poderiam ter sido diferentes, para quais caminhos nos levariam, quais outras possibilidades emergiriam, hiatos que deveriam ser preenchidos etc. Mas essa estrada não encerra o caminho.

Essa jornada é o desenredar de um ciclo no qual se ensejam novas caminhadas e, aquilo que foi posto entra no circuito da história objetivado-alienado para a humanidade seguindo um fluxo próprio.

Mas ainda nos restam algumas palavras necessárias.

Iniciamos nosso texto apresentando nossa tese, a saber, que o complexo educação, além de sua relação com a reprodução social, em especial nos momentos de crise social e econômica, tem uma atuação ideológica destacada, cumprindo uma função prática específica na busca por dirimir os conflitos que emergem na realidade e, na forma histórica da sociedade subsumida ao capital, ele, ao cumprir sua função ideológica, é responsável por um direcionamento das escolhas dos sujeitos em uma direção determinada para garantir a reprodução do capital e dos interesses da fração de classe dirigente no poder.

Para alcançar essa meta traçamos alguns objetivos específicos: analisar o complexo educacional, a partir de uma perspectiva ampla, na sua relação com outros complexos no complexo do ser social; examinar o movimento da dimensão ideológica no processo histórico; e, determinar a função ideológica do complexo educação nas últimas décadas no Brasil.

Vejamos como desenvolvemos nossas argumentações.

Na primeira parte, à título de introdução, estabelecemos as metas e os pressupostos dos quais partiríamos. Resgatamos um momento histórico concreto recente, a partir de 2016, no qual as problemáticas que perfazem a nossa tese borbulhavam no solo da vida cotidiana em suas dimensões econômicas, políticas, sociais, educacionais, culturais etc., e, determinamos a base teórica da qual partiríamos.

Determinamos que nosso trabalho seria um resgate teórico de fundamentos, de elementos necessários para desemaranhar a trama dos fenômenos que se desenrolavam de maneira objetiva no Brasil e no mundo. Dessa forma, munido dos fundamentos, poderíamos

mirar a essência dos fenômenos com o fito no complexo da educação na realidade brasileira e suas relações com a reprodução e a ideologia.

Na segunda etapa, dedicada ao *Complexo de complexos*, buscamos, apoiados na grande Ontologia de Lukács, por meio do trabalho enquanto categoria fundante do salto ontológico, compreender os complexos categorias que emergem do movimento concreto do devir social do ser humano.

Na terceira etapa, *A reprodução*, munidos dos complexos categoriais que apreendemos na primeira etapa, passamos a nos aproximar de maneira mais objetiva do movimento de complexificação social e das mediações fundamentais do desenvolvimento e processualidade do ser. E justamente nesse movimento de aproximação da interação concreta na dinâmica do ser social que analisamos o complexo educacional e sua relação com outros complexos no complexo total, apreendendo sua gênese, essência e dinâmicas próprias no complexo de complexos do ser social e suas peculiaridades.

Na quarta parte, *Ideologia e educação*, definimos, de maneira precária e parcial a acepção lukacsiana de ideologia. Devido a densidade do debate, tangenciamos pontos que julgamos centrais de sua compreensão da categoria, buscando sua gênese, sua essência e função social. Na sequência, nos dedicamos à apreender suas relações com a educação, assim como examinar o movimento da dimensão ideológica da educação no processo histórico.

Na presente etapa, em nossas *Considerações finais*, a partir do reencontro com os fenômenos destacados na primeira parte de nosso trabalho, considerando o caminho percorrido, buscaremos determinar a função ideológica do complexo da educação nas últimas décadas no Brasil.

Iniciamos nosso recorte histórico com o golpe de 2016 e fundamentamos que os acontecimentos de período remontavam o contexto histórico anterior na articulação com a totalidade do cenário mundial, pois os acontecimentos nacionais não podem ser descolados do plano da genericidade no qual estão inseridos. Afinal, a essência do movimento histórico, apesar das mudanças, mantém elementos de continuidade.

O avanço neoliberal das décadas de 1970 e 1980 – e a crise profunda na qual o capitalismo ingressa - são o pano de fundo das transformações objetivas das forças de

produção e da reorganização social da produção, as quais em seu desenvolvimento processual, engendram alterações substanciais, através de diferentes mediações, mudanças na superestrutura política, jurídica, filosófica, ou seja, ideológicas. Isso é, a função precípua do Estado – enquanto mediador da continuidade reprodutiva do capital e dos interesses das classes dominantes na regulação social – se mantém, mas as alterações na base vão colocar em marcha mudanças em sua manifestação fenomênica. Para garantir a valorização do capital, o Estado proporciona uma reestruturação legal para retirar as barreiras – direitos trabalhistas, previdenciários, sociais etc. – que possibilitam uma sobre vida na acumulação capitalista, além de criar uma série de medidas legais para garantir o desenvolvimento da valorização e desenvolvimento da esfera financeira. O capital avança para áreas sociais que antes eram prerrogativa do Estado – saúde, educação, previdência etc. – na busca por novos polos de valorização. No Brasil a década de 1990 é a antessala do avanço neoliberal do século XXI, é o momento em que prepara o solo.

O que as classes dominantes não esperavam era o contrafluxo dos governos trabalhistas e progressistas na América Latina. Mas velhacas, as classes dominantes se reorganizaram, encontraram suas brechas na conciliação do jogo político e, mesmo encontrando resistências, não deixaram de se reproduzir – no Brasil o capital financeiro e agrário tiveram altos lucros no período dos governos do Partido dos Trabalhadores – o que garantiu um terreno propício para preparar a ofensiva, pois as condições, apesar de favoráveis, ainda não era o melhor cenário. Algumas concessões tiveram que ser feitas e a classe trabalhadora, mesmo via endividamento, comprou casa, carro, viajou de avião, entrou na universidade etc. Claro que grande parte do ingresso nas universidades dos sujeitos da classe trabalhadora se concretizou via apropriação do fundo público por parte do capital privado via Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Esse movimento na educação já nos chama atenção pois um colorido ideológico já começa a aparecer. Por dois motivos principalmente; o primeiro é que a oferta de ensino superior se deu as custas de uma redução das taxas de matrículas em universidades públicas ao passo que nas universidades privadas o aumento foi gritante; por outro lado, as universidades privadas, mais preocupadas com o lucro que a qualidade de ensino, promovem uma fábrica de certificação e se utilizam de seus cursos para promover os valores de mercado, da resiliência e flexibilidade para a classe trabalhadora que acessa esses cursos. Some-se a isso a gigantesca ampliação de ofertas de cursos à distância (EaD), cuja precarização atinge

duas frentes: a primeira e mais notável é a formação universitária, a qual, dada as condições de realização da modalidade – à distância – priva os estudantes do contato com outras pessoas no ambiente universitário, o qual possibilita trocas e aprendizados que transcendem as salas de aulas¹⁴⁴.

A crise de 2008 aprofunda a dificuldade de realização do capital e coloca em xeque a lógica financeira de acumulação.

Esse fato obriga as classes dominantes a adotar uma postura mais agressiva na destinação dos recursos públicos para evitar uma quebra geral e garantir o aporte de divisas para a valorização irresponsável da esfera financeira – principalmente via mecanismo da dívida pública – constringendo cada vez mais a possibilidade de investimentos sociais por parte dos Estados nacionais.

No Brasil, o golpe de 2016 buscava justamente reorganizar as bases do poder público para possibilitar esse rearranjo necessário, fato que se consolida com a Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016. Mas os planos não se limitavam a esse movimento.

No âmbito da educação, a promulgação da Lei N° 13.415 em 16 de fevereiro de 2017, a qual estabelece as diretrizes do Novo Ensino Médio está em sintonia com as demandas do mercado, ao estabelecer um rol de disciplinas voltadas para o mercado precarizado da informalidade sob a alcunha eufemística do empreendedorismo. Outro ponto sensível da reforma, se consolida por meio dos percursos formativos, os quais flexibilizam a formação dos estudantes e retiram a obrigatoriedade de disciplinas como história, sociologia, filosofia, artes, entre outras. Os objetivos são claros, formar uma população jovem preparada para enfrentar uma condição precária de empregabilidade, propondo alternativas precarizadas para sua sobrevivência – empreendedorismo -, além de abreviar as possibilidades de compreensão de sua situação retirando as disciplinas que possibilitariam qualquer formação crítica.

O que fica evidente nesse movimento é que os acordos políticos das classes dominantes, que se apoderam do Estado, propõem uma intervenção legal para balizar a formação da juventude oferecendo uma educação cuja promoção do campo de possibilidades de decisões alternativas se limita a resiliência e adaptabilidade às condições objetivas, além de garantir a reprodução do sistema de valorização de capital e a manutenção do *status quo* socioeconômico. O complexo da educação, dessa forma, cumpre uma função ideológica para

¹⁴⁴ A tese de Allan Kenji Seki, intitulada, *Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)*, defendida no Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2020 oferece um detalhamento rigoroso e uma análise primorosa desse movimento.

resolver os conflitos e contradições que emergem da precária base de produção e reprodução da vida subsumida ao capital.

A partir do desastre das eleições de 2018 com a vitória – graças a uma máquina de mentiras disseminadas via rede sociais – de Bolsonaro, as coisas só se complicam.

A agressividade do neoliberalismo imprime no Brasil uma dependência do setor produtivo mais desenvolvido em solo nacional, o setor agrário exportador, pois se consolida como o maior gerador de divisas via exportação de produtos primários, além claro de se estabelecer como celeiro de produção mundial de alimentos – principalmente grão e carne.

A força econômica desse setor produtivo se consolida no poder.

Nos parece que no caso brasileiro dos últimos anos, principalmente com o advento do governo Bolsonaro, é ilustrativo desse movimento, pois, a fração da classe¹⁴⁵ dominante que

¹⁴⁵ Vejamos como a definição de classe aparece enquanto desdobramento da divisão do trabalho no capítulo da Reprodução, de acordo com Lukács (2013, p. 183, 184, 185): “Com todas essas formas do desdobramento da divisão do trabalho cruza-se sua forma histórica mais importante, a da diferenciação das classes. Já apontamos para o fato de que sua origem reside no valor de uso específico, gradativamente surgido, da força de trabalho, capaz de produzir mais do que o necessário para a sua reprodução. Ora, é o desenvolvimento da produção, de suas formas e limitações específicas, que determina o tipo da diferenciação de classe, da função social e da perspectiva das classes, o que ocorre, todavia, na forma de uma interação, porque o tipo da constituição das classes, sua relação recíproca, retroage decisivamente sobre a produção (limitações da produção da economia escravista). Mas, por mais que as classes formem complexos sociais singulares, determinados em termos economicamente objetivos, esses complexos só podem existir em referência recíproca, como determinações de reflexão, mais exatamente, enquanto determinações em que a consciência dessas relações de reflexão desempenha um papel determinado, às vezes decisivo. Marx diz: “este homem é rei porque outros homens se relacionam com ele como súditos. Inversamente, estes creem ser súditos porque ele é rei”. Enquanto nessa passagem esse fato é expresso com uma ponta de ironia, há diversos outros ditos de Marx nos quais fica claro que ele considera o tornar-se consciente da condição de classe como determinação decisiva, se não chega a ser para o ser-aí, mas certamente para o ser-assim da relação de classe. É o que consta em *A miséria da filosofia*: “As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma” [...] o ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas, da estrutura da referida formação. O fato de a conscientização ser capaz de exercer uma função objetivamente modificadora no ser social da classe só pode causar surpresa naqueles que, em correspondência a certas tradições marxistas vulgares, veem uma infraestrutura “puramente objetiva” e uma superestrutura tão “puramente subjetiva” como concepção marxista de sociedade; [...]

Neste ponto, apenas um aspecto do problema precisa ser analisado um pouco mais detidamente, a saber, o que anteriormente, acompanhando Marx, encaramos como relação de reflexão no ser da classe. Do ponto de vista da ontologia do ser social isso significa, num primeiro momento: – que cada classe enquanto complexo social só pode existir em certa sociedade; – que, por essa razão, a sua existência relativamente autônoma comporta uma relacionalidade irrevogável com essa sociedade em sua totalidade e com as demais classes da mesma sociedade; – que uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes da formação em que se encontra. Não pode haver nada mais falso, portanto, do que considerar relações de classe bem determinadas isoladas dessa posição que ocupam na respectiva totalidade. A escravidão é, por exemplo, a forma dominante de classes da Antiguidade; seus resquícios no início da Idade Média constituem um episódio sem consequências; a escravização dos negros na América, em contrapartida, é um componente do capitalismo em formação, apesar da sua natureza manifestamente anacrônica e monstruosa. A consequência disso é que a relação de reflexão, por um lado, pressupõe a totalidade daquela sociedade em que as diversas classes se encontram em relações de reflexão umas com as outras e, por outro lado, que a relação de reflexão é uma relação prática, a síntese, a legalidade etc. daquelas ações do tipo social, que decorrem da existência da classe para homens envolvidos.”

esse estrato político representa no Brasil está intimamente ligada ao capital agrário e sua visão de mundo colonialista, retrógada, fundada nos preceitos mais arcaicos de desenvolvimento econômico de um ultra neoliberalismo tacanho e mesquinho das vantagens comparativas clássicas típicas de uma classe dominante agrária que presa pela concentração de terras e de riqueza com altos custos sociais, políticos e ambientais. Isso é, a produção de capital ligada ao “agronegócio” (eufemismo midiático) exportador de matérias primas se funda na expansão das terras agricultáveis, expandindo assim as fronteiras agrícolas e produzindo com isso um aumento vertiginoso da destruição da natureza e de sua diversidade biológica, além de uma concentração cada vez maior de terras, a qual conta com uma mecanização, intensiva e extensiva, do campo para o aumento da produção em larga escala, reduzindo empregos, incentivando o êxodo rural, e concomitante a este movimento, provocando um inchaço e pauperização nas cidades e, tendo como consequência desse movimento um aniquilamento progressivo dos pequenos produtores rurais e da diversidade produtiva de alimentos para o mercado interno, provocando alta no custo de vida da classe trabalhadora e aprofundando as desigualdades, gerando miséria, fome e destruição no âmbito nacional em contrapartida do enriquecimento dessa pequena parcela da classe dominante no Brasil; ou seja, ao escolher se tornar celeiro de produção de bens primários (grãos, carnes, minérios, cana de açúcar, etc.) para o mundo, tal fração de classe busca determinar relacionalmente, as condições de reprodução da classe trabalhadora no país, empurrando-a para atividades no setor de serviços e para a informalidade, reduzindo de maneira drástica o campo de possibilidades de reprodução da força de trabalho e suas alternativas formativas.

Essa fração de classe ligada ao modelo agrário exportador – munida de interesses e valores próprios -, pelos seus contornos e substância, típicos do desenvolvimento de um capitalismo dependente é avessa ao desenvolvimento científico não ligada diretamente ao seu ramo produtivo (estudos de transgênicos, aumento de produtividade no campo via mecanização intensiva e extensiva, liberação de agrotóxicos, etc. são incentivados internamente em relação direta a estrutura mundial de produção de fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo), tanto aquele ligado aos interesses das frações de classe dominante da parca indústria nacional – desindustrialização e privatizações foram bandeiras do governo Bolsonaro -, quanto aqueles, em especial, ligados a produção do conhecimento científico crítico nas áreas das ciências humanas nas universidades nacionais, não à toa as universidades terem sido eleitas como um dos principais adversários desse governo.

Esses defensores de um suposto Deus, de uma suposta família e uma irrealizável pátria, apoiados em uma retomada da religiosidade fervorosa, se apegam em valores da família patriarcal burguesa – machista e sexista – e defendem um tipo de nação voltada para o domínio hierárquico, de inspiração militar, e completamente avessos ao aprofundamento da democracia, a ponto de proferir elogios à governos ditatoriais e defenderem intervenções militares dos mais diferentes matizes. Esses supostos “patriotas” transformam seus interesses próprio em interesse geral, buscando impor sua agenda para toda a sociedade em benefício próprio. Mais uma vez aqui, como podemos observar em outros períodos históricos, a divisão do trabalho, cujo desenvolvimento histórico produz a divisão em classes, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a divisão entre campo e cidade, apresenta para a humanidade a cisão, que desde sua primeira manifestação na história humana se tornará uma constante nas sociedades divididas em classes, entre interesse particular e interesse geral.

Vejamos como Lukács apresenta esse movimento na articulação da reprodução concreta, com a divisão do trabalho e com o advento das sociedades divididas em classes e, as soluções ideológicas utilizadas para seu enfrentamento. De acordo com o filósofo húngaro (2013, p. 488),

Assim surge, em toda sociedade, não só o antagonismo de interesses que surge necessariamente num determinado estágio da divisão do trabalho, mas também a forma igualmente necessária – necessariamente ideológica – de seu enfrentamento. O jovem Hegel já havia percebido esse aspecto do problema. Em sua *Constituição da Alemanha*, ele fala que os conflitos são travados com violência, mediante a luta de um particular contra outro particular, mas que filosoficamente na base dessas lutas está que o respectivo dominador não funda “seu domínio sobre a violência de particulares contra particulares, mas na universalidade; essa verdade, o direito que ele reivindica para si, tem de ser tomado dele e dado àquela parte da vida que é exigida”. Aqui Hegel toca num dos complexos mais essenciais de perguntas enfrentados e resolvidos ideologicamente no decorrer das lutas de classe, cuja arma com muita frequência foi o desmascaramento de um interesse que se anuncia geral como meramente particular, ou a proclamação de um interesse tido como particular como autenticamente social, portanto, geral.

Cabe destacar que normalmente as classes dominantes no poder nacionalmente, mesmo com diferentes colorações partidárias, sempre estão em sintonia com a reprodução de capital a nível mundial, ora representando interesses de frações de classe mais conservadoras e extremistas, ora frações mais progressistas e democráticas, mas o pano de fundo da dominação de classe e de reprodução do capital não é colocada em xeque, nem por um, nem por outro. Isso é, assim como a classe trabalhadora não é homogênea em seus interesses e estratégias, as classes dominantes também não o são, mas tanto em um caso como em outro, há linhas gerais de convergência de interesses que as classificam como classe-em-si, mesmo

que essas linhas sejam tão tênues que não permitam a construção e identificação de classe-para-si, com estratégias, táticas de ação e propostas de futuro mais coesas. E Lukács prossegue seu argumento sobre o tema alegando que,

O fenômeno pode ser comprovado em todas as áreas e estágios da práxis social. Os homens costumam *justificar ideologicamente* o seu próprio proceder (*seus interesses de classe*, na medida em que são operantes como motivos *impulsionadores de sua conduta pessoal de vida, e também seus interesses personalíssimos*) justamente *através dessa elevação ao plano universal*; desde a *educação* até a práxis econômica e política *ocorre a tendência de engendrar uma autojustificação no sentido de que o seu próprio modo de agir é a simples realização dessas nomas gerais e de que toda censura se desvia deles, não corporificando essa universalidade*.

Desse modo a *universalidade*, a *generalização*, já adquire um *colorido ideológico*; vimos que o *funcionamento como ideologia não depende de ela ser verdadeira ou falsa*, cientificamente fundada ou de constituição mitologizante, *mas primordialmente de que um estrato social vislumbra nela o meio apropriado para defender e resolver suas colisões sociais, que naturalmente chegam até o nível da intimidade pessoal*¹⁴⁶.

As consequências no plano da educação, utilizada como um dos *fronts* de disseminação dessa ideologia, no exemplo por nós apresentado sobre a situação no Brasil, podem ser apreendidas nos incentivos e aumentos das militarizações das escolas, desmonte das universidades, defesa da escola sem partido, do *homeschooling* etc., redução do investimento educacional, entre outros, que sustentam nossa hipótese central de trabalho. Ou seja, a fração da classe dominante, pinta o complexo da educação com colorações ideológicas, transcendendo sua função precípua ligada a reprodução, para conclamar a educação a cumprir uma função prática, com bases em um modelo de desenvolvimento econômico, político e social – desigual e combinado –, para promover a manutenção do *status-quo* dessa fração de classe, delimitando e diminuindo o campo de possibilidades de decisões alternativas dos sujeitos em formação na sociedade brasileira e preparando-os a responderem de maneira intencionada ao campo de perguntas e respostas objetivas do momento histórico desses sujeitos condicionados à uma perspectiva específica de reprodução do capital na periferia do capitalismo mundial.

Dessa forma, acreditamos que a partir dos exemplos escolhidos, conseguimos determinar a função ideológica do complexo da educação nas últimas décadas no Brasil. Os exemplos poderiam se estender, mas como o período de tempo transcorrido ainda é curto, e o conhecimento mais adequado para análise de um fenômeno e suas consequências só se possibilita *post festum*, ainda mais se tratando de analisar se a função social que o complexo

¹⁴⁶ Idem, p. 488, 489. Grifo nosso.

da educação cumprir se aproxima ou não da ideologia, acreditamos que os resultados desses últimos anos serão um rico e relevante material para pesquisas futuras.

Contudo, antes de finalizar, gostaríamos de colocar alguns questionamentos que ensejaram os últimos passos da presente tese e, desta forma, apontam caminhos possíveis a partir de nossas pesquisas e debates.

Ao longo de nosso trabalho procuramos apresentar a educação, desde uma perspectiva marxista, na esteira dos argumentos de Lukács, como uma mediação entre o conhecimento humano, valor em geral, dever-ser, decisão entre alternativas, escolhas, campo de possibilidades etc. do sujeito singular na busca por moldar seu comportamento – subjetividade, afetos, instintos, habilidades, capacidades, entre outros – formando neste, o qual se enreda no processo social de sua formação, de maneira intencional, uma exemplaridade, que é positiva ou negativa para a sociedade, estando com isso, necessariamente conectada e atrelada ao *hic et nunc* social do qual participa.

Nesse movimento processual, de formação do sujeito, será que não fica destacado o colorido ideológico da educação? Será que uma educação, em uma sociedade na qual o alto desenvolvimento de sua socialidade implica em um aumento cada vez maior da institucionalização da educação e de novos aspectos para a formação dos sujeitos e a uma consequente hipertrofia da formação estrita – mediada principalmente pela educação escolar e seus diversos modos de manifestação – pode ser apreendida sem uma compreensão adequada da separação entre classes sociais antagônicas e irreconciliáveis? Será possível pensar em uma educação neutra, em um conhecimento científico neutro? A educação pode ser apartada da esfera econômica e suas contradições, das disputas políticas no sentido mais genuíno do termo, dos conflitos e lutas sociais na qual se desenrola?

Entendemos que para pensar a educação, a partir de uma perspectiva da emancipação humana, deve-se necessariamente apreendê-la no complexo de complexos da qual a formação humana faz parte, uma trama que deve ser e é tecida por muitas mãos. Nosso trabalho buscou respostas, apontou possibilidades e alternativas, mas se encerra colocando novas perguntas nesse constante devir do ser e buscar compreender que a humanidade continua a ser.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana. **Ontologia, Dever e Valor em Lukács**. 1. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978;

DUAYER, M.; MORAES, M. C. M. **História, estórias: morte do real ou derrota do pensamento**. Perspectiva, Florianópolis: NUP/CED/UFSC, v.16, n.29, jan./jul. 1998.

DUAYER, M.; MORAES, M. C. M. **Neopragmatismo: a história como contingência absoluta**. Tempo: Revista

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GIANNA, Sérgio D. **Ideologia, ciência e filosofia unidade e diferença no pensamento de Lukács e Mészáros**. tradução Mariana Andrade. – Maceió: Coletivo Veredas, 2021.

KELSEN, HANS. **Teoria geral do direito e do estado**. Tradução Luís Carlos Borges, 3. Ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1998.

KENJI, Allan S. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

LUKÁCS, György. **Conversando com Lukács: entrevista a Lászlo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. Tradução de Gisieh Vianna. - São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Daayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução Gaetano Lo Monaco; revisão de tradução Rosa dos Anjos e Paolo Nosella – 11. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]; prefácio à terceira edição Alysso Leandro Mascaro. – 3. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Tradução Nélio Schneider. 1. ed - São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. Supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneidr (colaboração de Alice Helga e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010. 139 p.

MARX; ENGELS. **A ideologia alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. supervisão editorial Leandro Konder tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, M. C. M. “**A teoria tem consequências**”: **indagações sobre o conhecimento no campo da educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares; 2. Ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1, ed., 5. reimpr. – São Paulo: Boitempo, 2014

MORADILLO. Edilson F.; PENELUC, Magno da. **Educação, ideologia e alienação**. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n.12, p. 297-323, jan/abr. 2020.

MORAES, M. C. M. **Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação**. Revista Portuguesa de Educação, v.14, n.1, 2001.

MORAES, M. C. M. **O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004

RANIER, Jesus. **Sobre o conceito de ideologia**. Estudos de Sociologia, Araraquara, 13/14: 7-36, 2002/2003

SILVA, Nara Roberta Molla da. **Decifra-me enquanto te devoro: um estudo da ideologia como força social.** dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de campinas, Instituto de filosofia e ciências humanas, 2012.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital.** 3. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TORRIGLIA, Patricia L.; DUARTE, Newton. **A ciência e a produção do conhecimento na pesquisa educacional: contribuições de Maria Célia Marcondes de Moraes.** Perspectiva, Florianópolis, v. 27, n. 2, 347-374, jul./dez. 2009

VAISMAN, Ester. **Ideologia e sua determinação ontológica.** Verinotio, n. 12, Ano VI, out./2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf> 2010. p. 115 - 162.

VAISMAN, Ester. **O “escolacentrismo” e o problema da ideologia no marxismo.** Espaço de interlocução em ciências humanas n. 14, Ano VIII, jan./2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** (org.). tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.